MELLO BARRETO FILHO e HERMETO LIMA

# HISTÓRIA DA POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO

ASPECTOS DA CIDADE E DA VIDA CARIOCA
(1870 - 1889)

Editora A NOITE • • Rio de Janeiro

# HISTÓRIA DA POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
End. Avenida Rio Branco n.º 219/39
Edifício da Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro

## OBRAS DE MELLO BARRETO FILHO:

*Barretadas* — (versos humorísticos) — I vol., 103 páginas. — Edição de "Fon-Fon!" — Rio de Janeiro. (Esgotada).

*Preleções de Ciência da Administração e Direito Administrativo* — (de colaboração com o dr. Vicente de Saboia Lima) — 1913 — I vol., 148 páginas. — Edição das Oficinas Gráficas S. A. Progresso — Rio de Janeiro. (Esgotada).

*Horas Íntimas* — (poesias) — 1917 — Edição das Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do E. da Baía — S. Salvador. (Esg.).

*O Candidato* — (revista de costumes regionais) — 1923 — Representada, pela primeira vez, no Politeama Baiano, pela Companhia Arruda — Baía.

*O que o príncipe não viu...* — (revista de costumes regionais) — 1924 — Representada, pela primeira vez, no Teatro Guaraní, pela Companhia de Comédias do Teatro Guaraní — Baía.

*Mea Culpa* — (peça em três atos) — 1925 — Edição das Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado da Baía — São Salvador. — Irradiada, pela primeira vez, pelo Rádio Clube do Brasil (P. R. A-3) — "Rádio Clube Teatro" — em 9 de Agosto de 1939.

*Da Educação Ativa nas Escolas ao ar livre* — 1930 — Estabelecimento Gráfico Melo Barreto — Rio de Janeiro — Premiada com menção honrosa, pela Academia Brasileira de Letras, em 1933, no concurso de obras sôbre divulgação do ensino primário no Brasil. (Prêmio "Francisco Alves").

*A mulher mais feliz* — (peça em três atos) — 1939 — Adaptação radiofônica irradiada, pela primeira vez, pela Rádio Mayrink Veiga (P. R. A-9) — "Teatro pelos ares" — em 18 de Maio de 1939.

*História da Polícia do Rio de Janeiro — Aspectos da Cidade e da Vida Carioca* — 1565-1831 — (de colaboração com Hermeto Lima) — 1939 — I vol. ilustrado, 361 páginas. — Edição da Emprêsa "A Noite" — Rio de Janeiro — Premiada pela Academia Brasileira de Letras, em 1940, no concurso de obras de Erudição e Ensaio (Prêmio "João Ribeiro").

*Onde o Mundo se Diverte... Achegas Históricas — Anedotário — Notas e Efemérides — Dados Estatísticos* — 1940 — I vol., 166 páginas — Edição da Casa dos Artistas — Rio de Janeiro.

*Anchieta e Getúlio Vargas* — Iniciativas e Realizações — 1941 — I vol., 188 páginas. — Edição do D. I. P. — Premiada no concurso de monografias do Departamento de Imprensa e Propaganda (Decenal da Revolução Brasileira).

*Diversões Públicas — Legislação — Doutrina — Prática Administrativa* — 1941 — I vol., 182 páginas. — Edição de A. Coelho Branco Filho — Rio de Janeiro.

*É fácil aprender português* (It is easy to learn Portuguese) — de colaboração com C. de Oliveira Sousa — 1942 — I vol., 178 páginas. — Edição da Tipografia Alba — Rio de Janeiro.

*História da Polícia do Rio de Janeiro — Aspectos da Cidade e da Vida Carioca* — 1831-1870 — (de colaboração com Hermeto Lima) — 1942 — I vol., ilustrado, 332 páginas. — Edição da Emprêsa "A Noite" — Rio de Janeiro.

## OBRAS DE HERMETO LIMA:

*Estalagamites* — (versos) — 1898 — Edição da Tip. Aldino — Rio.

*Iris* — (versos) — 1904 — Edição da Tip. Brito — Rio de Janeiro.

*A Identidade do Homem pela Impressão Digital* — 1913 — Edição da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro.

*A Infância Alcoolatra* — 1916 — Rio de Janeiro.

*Os Crimes Célebres no Rio de Janeiro* — 1921 — Edição da Emprêsa de Romances Populares — Rio de Janeiro.

MELLO BARRETO FILHO
e HERMETO LIMA

# HISTÓRIA DA POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO

ASPECTOS DA CIDADE E DA VIDA CARIOCA

1870-1889

PREFÁCIO DE PEDRO CALMON

OFERTA
do
Instituto Brasil - Estados Unidos

37
1950

Editora A NOITE ★ Rio de Janeiro

1944

BIBLIOTECA NACIONAL
S.L.R.
11.835
1935

BIBLIOTECA NACIONAL
Rio de Janeiro
117.533 D.
1951

*Há muitas vezes na história, ao lado dos fatos públicos, outros sucedidos nas trevas, os quais frequentemente são a causa verdadeira daqueles, e que os explicariam se fôssem revelados.*
*ALEXANDRE HERCULANO*

*Aos Exmos. Srs.*

*Coronel Luís C. da Costa Neto*

*e*

*V a s c o  L i m a*

*HOMENAGEM DOS AUTORES*

*Razões imperiosas, decorrentes da situação mundial, que, no momento, dificulta qualquer iniciativa, impediram o aparecimento dêste volume nos primeiros meses do ano de 1943, conforme haviam calculado os autores.*

*Êsse retardamento, entretanto, em nada prejudica a obra, que prossegue dentro do programa inicialmente estabelecido, havendo até o acréscimo de alguns capítulos que não figuram no índice publicado, em apêndice, no volume anterior, que abrange o período de 1831 (Regência) a 1870 (Guerra do Paraguai).*

*Continua a ser pensamento dos autores apresentar o seu trabalho em cinco volumes: êste, de 1870 a 1889 (Proclamação da República); o quarto, de 1889 a 1930 (Revolução); o quinto, até 1940, ou um pouco além, se assim fôr considerado conveniente, em vista dos importantes acontecimentos ocorridos no país após o transcurso daquele decênio. Será esta uma questão que somente a oportunidade poderá resolver.*

*Até agora, vamos cumprindo fielmente a promessa feita, esperançosos do têrmo da jornada, não muito remoto, tanto pela boa vontade que anima o ousado empreendimento, como pelos aplausos unânimes e confortadores que incentivam o remate da obra.*

*Rio de Janeiro — 1943.*

*OS AUTORES.*

# PREFÁCIO

*No prosseguimento de seu benfazejo programa, de trazer até o presente a sua "História da Polícia do Rio de Janeiro", os srs. Mello Barreto Filho e Hermeto Lima nos dão agora o 3.º tomo, que abrange os acontecimentos do último período da monarquia. No 1.º volume estudaram os fundamentos coloniais, as lembranças remotas e a aparelhagem primitiva da Polícia no Brasil. Aplicaram-se no 2.º volume a descrevê-la entre 1831 e 1870. Recapitulam neste a sua evolução de 1870 a 89, analisando, como cumpria, a instituição, e enriquecendo êsse exame — de alto mérito para a averiguação das origens e realizações do instrumental jurídico-administrativo posto ao serviço da sociedade brasileira — com o anedotário, os perfís históricos, a legislação, a cronologia, que cabem em tão larga moldura.*

*Vale dizer que à margem dêsse esquema temos a própria vida da Cidade, desdobrada sugestivamente em aspectos pitorescos, em*

*incidentes memoráveis, em circunstâncias curiosas, em planos sucessivos, a que não falta a originalidade da pesquisa documental, de maior importância para os que estimam a verdade desentranhada, como a gema rara, dos filões obscuros onde se oculta.*

*Precisávamos dum trabalho assim meticuloso e severo, que fôsse a um tempo a história da Polícia — ou da segurança pública na capital do país — e do Rio de Janeiro visto dêsse ângulo, com os seus problemas permanentes, os seus episódios políticos, as grandes figuras que os dominaram com a ilustre autoridade, os seus tipos populares, as suas cenas de rua, as suas "memórias" risonhas, e, de envolta com os fatos eruditamente narrados, os funcionários leais que presidiram, com a sua honrada vigilância, o ritmo das gerações... Há mesmo um desenvolvimento de enciclopédia histórica na profusa matéria assim coligida. O "município neutro" aí está, na realidade duma existência bem contada, ora alegre e brilhante, ora sombria e angustiada, a que se associam os estadistas, os letrados, a imprensa diária com o seu crescente ruído de bata-*

*lhas verbais, a elegância da rua do Ouvidor, o "folclore" humilde dos subúrbios, as agitações saudáveis subsequentes à guerra do Paraguai, a retórica da Abolição, o clarim da República. Havia, dêsse rol de sucessos, muitas páginas esparsas. Lêssemos Moreira de Azevedo, Macedo, Mello Morais Filho, Vieira Fazenda, João do Rio, Coelho Neto (ó, o cronista-mor, da "Conquista", da transição, da rua do Ouvidor com o Briguiet cintilando de "humour" acadêmico, para a avenida Central cosmopolita e desintegrante!) — sem esquecer Noronha Santos, Luís Edmundo, mestre Escragnolle, Hermeto, Fleiuss... Mas era tão difícil juntá-los em leitura corrente — na dispersão dos ensaios, na riqueza dos painéis isolados, nas desencadernadas impressões próprias e alheias!*

*As "consolidações" impõem-se: porque são breves e críticas, expungidas — é de crer — dos erros antigos, e ajeitadas ao gosto do leitor moderno, que prefere sínteses informativas, sólidas e certas.*

*Obedecessem os autores a êste projeto, de fornecer-lhe certa e sólida síntese da história*

*carioca, dividida em épocas nítidas, e fariam obra durável, sobretudo útil e oportuna.*

*Mas foram além: e revolveram com evidente proveito os arquivos, que estavam a desafiar essa louvável iniciativa. Daí a harmonia de que se reveste o livro; e o seu caráter prestadio e científico, que o recomenda aos estudiosos do passado nacional. Não se destina designadamente aos especialistas; porque é, antes do mais, um livro cívico. Tumultuam nos seus densos capítulos pensamento e ação das gerações incumbidas de transformar o velho Brasil quebrando-lhe os moldes herdados, a trava e os anéis da tradição; perpassam por êles a flama e a magia de acontecimentos decisivos; e neles vibram — como se fôssem surpreendidos pela reportagem do dia — gestos, emoções, tempestades sociais, exemplos patrióticos, que para sempre se vincularam à história da Nação.*

*1870 a 1889! Reinava D. Pedro II. Descambava o regime imperial para o ocaso — e a apoteose em que se extinguiu. Reluziam no cenário da administração a experiência e o talento apurados no serviço público desde a Re-*

*gência, fascinante de desvarios idealistas, ao ministério conservador que começara a derrubar a "montanha negra". A "montanha negra" ia esmagar o trono. Ao lado dessa política retumbante, às vezes feroz, sacudida de paixões que se dissipavam em poesia e discursos — o Rio civilizava-se... Crescia, enriquecia, exibia-se, rivalizando no Lírico, na rua do Ouvidor e no largo de São Francisco com as grandes cidades opulentas, galantes e orgulhosas. É um trecho de história - 70 a 89 - que se situa entre dois bailes. O famoso sarau do Itamaratí, em honra dos voluntários da Pátria e do conde d'Eu, e o baile da ilha Fiscal, que inundou de luzes a queda do Império. Lucrara a metrópole foros e dignidade de Côrte refulgente de cultura e suntuosos costumes, como esclarecem, com preciosos pormenores, os srs. Mello Barreto Filho e Hermeto Lima, na terceira etapa do seu passeio através da história da Polícia do Rio de Janeiro.*

*PEDRO CALMON*

# HISTÓRIA DA POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO

*Termina a guerra do Paraguai — (1870) — Ano festivo para o país — A fala do trono na abertura da Assembléia Geral em 6 de Maio — Dados estatísticos da criminalidade.*

Com a morte de Solano Lopes, termina a guerra do Paraguai, que custou ao Brasil milhares de vidas e de contos de réis. 1870 é ano festivo para o país.

Da fala do trono, na abertura da Assembléia Geral, em 6 de Maio de 1870, consta, em resumo, o seguinte: "Que se realizara a esperança, que manifestou na abertura da passada sessão legislativa, de ver os nossos valentes soldados conduzidos à vitória final, comandados pelo seu genro o marechal do Exército conde d'Eu. A confiança que havia depositado na firmeza e patriotismo dos brasileiros foi amplamente justificada; e a História atestará em todos os tempos que a geração atual mostrou-se constante e inabalável no pensamento unânime de desagravar a honra do Brasil. O regosijo de tôda a população do Brasil pelos gloriosos sucessos que puseram têrmo a tão nobres sacrifícios, o entusiasmo demonstrado aos voluntários da pátria, à Guarda Nacional, ao Exército e Armada, são homenagens devidas ao heroismo, recompensa merecida da dedicação que pro-

varam à causa nacional. A valiosa e leal cooperação de nossos bravos aliados, muito concorrera para os resultados obtidos na longa e porfiada luta. O Brasil lamenta a perda de muitos de seus briosos filhos, restando-lhe a memória dos feitos que praticaram, preclaros exemplos de civismo e denodo. O govêrno trata de realizar com a república do Paraguai, de acôrdo com o tratado de aliança de 1 de Maio de 1865 e protocolos anexos, os ajustes necessários, que afiançassem a permanência e as vantagens da paz. A tranquilidade pública continuava inalterável. Mantínhamos com tôdas as potências relações da mais perfeita amizade. O progressivo crescimento das rendas públicas, era uma prova evidente do que valem as fôrças produtivas do Brasil; habilitava o govêrno a apresentar à Câmara uma proposta de orçamento, em que as despesas não excedessem os recursos ordinários do Tesouro. O desenvolvimento moral e material do Império dependia essencialmente de difundir-se a instrução, da facilidade das comunicações, do auxílio de braços livres à lavoura, principal fonte de riqueza. Eram também necessárias a reforma eleitoral, o melhoramento da administração da Justiça, a reorganização municipal e a da Guarda Nacional, a decretação de meios para levar-se a efeito o recenseamento de tôda a população do Império, a lei do recrutamento e o código penal de processo militar."

### *O aparecimento do jornal "A República" sob a direção de Saldanha Marinho — O primeiro número trazia um manifesto francamente republicano.*

Em Novembro de 1870, alguns políticos se reuniram e criaram um partido que tinha por objetivo a fundação da república no Brasil. Por essa ocasião ficou deliberado que todos trabalhassem no sentido de, o mais breve possível, se fundar um jornal de combate e que fôsse orgão dêsse mesmo partido.

Um mês depois, isto é, a 3 de Dezembro, por conseguinte um dia além do aniversário do imperador, estava o jornal em circulação, sob a direção de Saldanha Marinho.

O primeiro número trazia um manifesto francamente republicano e assinado por vários políticos, jornalistas, etc.

Saindo *A República*, cuja tiragem era muitíssimo limitada, os homens do govêrno viram nesse novo órgão um elemento perturbador da ordem ou, pelo menos, da marcha que êles queriam dar aos negócios do país.

Saiu *A República* ao tempo em que era presidente do conselho de ministros o visconde de S. Vicente, que substituia o visconde de Itaboraí. O ministério do visconde de S. Vicente foi de efêmera duração, pois apenas viveu 6 meses, substituindo-o o do visconde do Rio Branco, que foi um dos mais operosos da época de d. Pedro II.

Quando já circulava o novo órgão, era chefe de Polícia o dr. Ludgero Gonçalves da Silva, *o homem dos colarinhos* — como dizia o povo — a quem estavam reservados maus quartos de hora, por causa da *A República*.

A 27 de Fevereiro de 1872 achavam-se vários republicanos reunidos na sala da redação, então à rua do Ouvidor, 152, sobrado, com o fim de solenizar a recente proclamação do govêrno republicano da Espanha, quando um grupo de desordeiros e desocupados, postados em atitude hostil em frente ao edifício, grita vivas à Monarquia, ao ministério Rio Branco e ao imperador d. Pedro II.

De repente, uma pedra é atirada contra as vidraças de uma das janelas; em seguida outra, e, depois, muitas. Logo um popular mais exaltado, sobe às grades da janela e passa tinta preta sôbre a taboleta do jornal.

Quando a polícia chegou já estava tudo consumado e os autores dessa selvajaria, que — era voz pública — estavam assalariados pela própria Polícia, nada sofreram.

Foi o caso levado ao seio da Câmara dos Deputados pela voz eloquente de Ferreira Viana, que ali declarou fôra o assalto motivado por haver a redação do jornal, aliás com permissão da própria Polícia, mandado enfeitar a frente do edifício, como manifestação de seu regozijo pela ascensão da democracia na Espanha.

Por muitos dias o caso da *A República* foi motivo para a imprensa despejar todo o seu ódio sôbre o chefe de Polícia, tido como responsável pelos atos de seus subalternos. E alguns jornais iam a mais: diziam ser o chefe apenas o executor de ordens e que essas tinham sido dadas pelo ministério. Como quer que fôsse, o dr. Ludgero Gonçalves da Silva, defendendo-se das acusações que lhe assacavam, disse que "a Polícia tinha comparecido com presteza ao local do assalto e que a autoridade, que ali estivera, conseguiu, sem emprêgo de fôrça, restabelecer a tranquilidade e evitar que o atentado fôsse maior".

Durou *A República* até Fevereiro de 1874, saindo o último número no dia 28. Foi um dos mais terríveis adversários do ministério Rio Branco, especialmente depois do assalto que sofreu. Cumpre assinalar que dos seus colaboradores nenhum foi perseguido. O conselheiro Lafaiete, que subscreveu o manifesto republicano, foi, depois, presidente do conselho, e Ferreira Viana ministro da Justiça.

## *O manifesto do Partido Republicano — 3 de Dezembro de 1870 — "É a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país."*

Terminada a guerra do Paraguai, os republicanos, que já viviam há muito agremiados em seus diversos clubes, pensaram na fundação de um partido, certos de que, assim unidos, dariam melhor orientação à campanha planejada e que muito mais eficaz seria o combate às instituições dinásticas. Fundou-se, então, o Partido Republicano, cuja primeira reunião foi presidida por Cristiano Benedito Otoni. Dêsse partido foi que saiu o famoso manifesto republicano, conhecido pelo ano em que foi dado à publicidade — 1870 — no dia 3 de Dezembro, redigido nos seguintes termos:

## AOS NOSSOS CONCIDADÃOS

É a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país. E êsse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração ou revogação da carta outorgada em 1824, está por ela mesma prevista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação.

Só à opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós.

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interêsses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.

Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regime das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é o nosso dever.

As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria.

A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é de patriotismo e não de exclusivismo, e aceitando a coparticipação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interêsses ilegítimos.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Uma longa e dolorosa experiência há doutrinado ao povo, aos partidos e aos homens públicos em geral da nossa terra.

A imprevidência, as contradições, os erros e as usurpações governamentais, influindo sôbre os negócios internos e externos da nossa pátria, hão criado esta situação deplorável, em que as inteligências e os caracteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse.

De todos os ângulos do país surgem as queixas, de todos os lados políticos surgem os protestos e as revelações estranhas que denunciam a existência de um vício grave, o qual põe em risco a sorte da liberdade pela completa anulação do elemento democrático.

O perigo está indicado e é manifesto. Sente-se a ação do mal e todos apontam a origem dele. E quanto maior seja o empenho dos que buscam ocultar a causa na sombra de uma prerrogativa

privilegiada e quase divina, tanto maior deve ser o nosso esfôrço para espancar essa sombra e fazer a luz sôbre o mistério que nos rodeia.

As condições da luta política hão variado completamente de certo tempo a esta parte. Já não são mais os partidos regulares que pleiteiam, no terreno constitucional, as suas idéias e os seus sistemas. São todos os partidos que se sentem anulados, reduzidos à impotência e expostos ao desdém da opinião pela influência permanente de um princípio corruptor e hostil à liberdade e ao progresso da nossa pátria.

Os agentes reconhecidos pela lei fogem à censura pela alegação da fôrça superior que os avassala. A seu turno, o elemento acusado retrai-se à sombra da responsabilidade dos agentes legais.

Em tais condições, e abandonando a questão dos nomes próprios, que é mesquinha ante a grandeza do mal que nos assoberba, e ante a idéia que nos domina, apresentamo-nos nós, responsabilizando diretamente à nossa forma de govêrno, ao nosso modo de administração, ao nosso sistema social e político.

Neste país, que se presume constitucional e onde só deveram ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e êsse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável.

O privilégio, em tôdas as suas relações com a sociedade, tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, tôdas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sôbre todos ou a de alguns sôbre muitos.

A êsse desequilíbrio de fôrças, a essa pressão atrofiadora deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.

A sociedade brasileira, após meio século de existência como coletividade nacional independente, encontra-se hoje, apesar disso, em face do problema da sua organização política, como se agora surgisse do caos colonial.

As tradições do velho regime, aliados aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas morais do processo e da liberdade invasões perigosas, para quem cada vitória dos princípios democráticos se afigura uma usurpação criminosa, hão por tal forma trabalhado o espírito nacional, confundido tôdas as noções do direito moderno, anarquizado todos os princípios tutelares da ordem social, transtornado tôdas as conciências, corrompido todos os instrumentos

de govêrno, sofismado tôdas as garantias da liberdade civil e política, que o momento atual tem de ser, forçosamente, ou a aurora da regeneração nacional ou o ocaso fatal das liberdades públicas.

## PROCESSO HISTÓRICO

Para bem apreciar as causas que hão concorrido para o relaxamento moral que se observa, e conhecer-se até que ponto a idéia do direito foi desnaturada e pervertida, é necessário remontar à origem histórica da fundação do império.

Iniciado o pensamento da emancipação do Brasil, o despotismo colonial procurou desde logo surpreender, em uma emboscada política, a revolução que surgia no horizonte da opinião. Disfarçar a forma, mantendo a realidade do sistema que se procurava abolir, tal foi o intuito da monarquia portuguesa. Para isso bastou-lhe uma ficção, substituir a pessoa, mantendo a autoridade a quem faltava a legitimidade e o direito.

Nos espíritos a independência estava feita pela influência das idéias revolucionárias do tempo e pela tradição ensanguentada dos primeiros mártires brasileiros. Nos interêsses e nas relações econômicas, na legislação e na administração estava ela também feita pela influência dos acontecimentos que forçaram a abertura dos nossos portos ao comércio dos pavilhões estrangeiros e a desligação dos funcionários aqui estabelecidos.

A democracia pura, que procurava estabelecer-se em tôda a plenitude de seus princípios, em tôda a santidade de suas doutrinas, sentiu-se atraiçoada pelo consórcio falaz da realeza aventureira. Se ela triunfasse, como devera ter acontecido, resguardando ao mesmo tempo as garantias do presente e as aspirações do futuro, ficaria quebrada a perpetuidade da herança que o rei de Portugal queria garantir à sua dinastia.

Entre a sorte do povo e a sorte da família, foram os interêsses dinásticos os que sobrepujaram os interêsses do Brasil. O rei de Portugal, arreceando-se da soberania democrática, qualificando-a de invasora e aventureira, deu-se pressa em lecionar o filho na teoria da traição.

O voto do povo foi dispensado. A forma da aclamação ficticia preteriu a sanção da soberania nacional, e a graça de Deus, impiamente aliada à vontade astuciosa do rei, impôs com o império o imperador que o devia substituir.

O artifício era grosseiro. Cumpria disfarçá-lo. A *unânime aclamação dos povos* carecia da corroboração nacional: a voz de uma constituinte era reclamada pela opinião. A realeza improvisada sentia a necessidade de legitimar a sua usurpação. A constituinte foi convocada.

A missão dessa primeira assembléia nacional era árdua e solene. Assomando no horizonte político, tinha mais que uma nação para constituir, tinha um réu para julgar. A luta pronunciou-se, porque era inevitável. O intuito da realeza sentiu-se burlado: o que ela pretendia era um ato de subserviência. A atitude da assembléia foi para ela uma surpresa.

Preexistindo à opinião e havendo-se constituido sem dependência do voto popular, não lhe convinha mais do que a muda sanção da sua usurpação, e nunca a livre manifestação da vontade do país.

A constituinte foi dissolvida a mão armada, os representantes do povo dispersos, proscritos e encarcerados.

A espada vitoriosa da tirania cortou assim violentamente o único laço que a podia prender à existência nacional e envenenou a única fonte que lhe podia prestar o batismo da legitimidade.

À conciência dos réprobos chega também a iluminação do remorso: o próprio receio, se nem sempre traz o arrependimento, presta ao menos a intuição do perigo. Cumpria iludir a opinião indignada e dolorosamente surpreendida. As idéias democráticas tinham já então bastante fôrça para que fôssem desdenhosamente preteridas. A dissimulação podia, até certo ponto, suavisar a rudeza do golpe. A fôrça armada, já destra nas manobras do despotismo, tranquilizava o ânimo do monarca quanto à veemência das paixões que pudessem prorromper. A carta constitucional foi outorgada. E para que ainda um simulacro de opinião lhe emprestasse a fôrça moral de que carecia, foram os agentes do despotismo os próprios encarregados de impô-la à soberania nacional, sob a forma do juramento político.

Tal é a lei que se diz fundamental. Com ela firmou-se o império. Mescla informe de princípios heterogêneos e de poderes que todos se anulam diante da única vontade que sôbre todos impera, é ela a base da monarquia temperada que, pela graça de Deus, nos coube em sorte.

Há 48 anos que o grande crime foi cometido; e dessa data em diante, de que se pode contar a hégira da liberdade entre nós, começou também êsse trabalho longo e doloroso que tem exaurido as fôrças nacionais no empenho infrutuoso de conciliar os elementos contraditórios e inconciliáveis sôbre que repousa tôda a nossa organização artificial.

A revolução de 7 de Abril, que pôs têrmo ao primeiro reinado, pela nobreza de seus intuitos, pela conciência dos males sofridos, pela experiência dos desastres, que anularam no exterior, o prestígio da nossa pátria, e, no interior, tôdas as garantias civís e políticas do cidadão, estava destinada a resgatar a liberdade, a desafrontar a democracia ultrajada e a repor sôbre os seus fundamentos naturais o edifício constitucional.

A legislação do período da regência, apesar de haver sido truncada, desnaturada ou revogada, atesta ao mesmo tempo a elevação do pensamento democrático e o seu ardente zelo pela consolidação das liberdades públicas. Enquanto fora da influência da realeza os governos se inspiraram na fonte da soberania nacional, os interêsses da pátria e os direitos do cidadão pareceram achar melhor garantia e resguardo.

Cidadãos eminentes, nobilíssimos caracteres, almas robustas e sinceramente devotadas à causa do país, empregaram durante êsse período grandes, nobres, mas infrutíferos esforços. Se o sistema contivesse em si a fôrça que só a verdade empresta, se a vontade dos homens pudesse ser eficaz contra a influência dos princípios falsos, a causa do país houvera sido salva.

A ineficácia da revolução comprova-se pelo vício orgânico das instituições, deficientes para garantir a democracia e unicamente eficazes para perpetuar o prestígio e a fôrça do poder absoluto.

A demonstração oferece-a a própria reação efetuada de 1837 em diante.

A conspiração da maioridade coincide com a obra da reação: procurou-se apagar da legislação até os últimos vestígios do elemento democrático que tentara expandir-se. A lei de 3 de dezembro de 1841, que confiscou praticamente a liberdade individual, é o corolário da lei da interpretação do ato adicional, a qual sequestrou a liberdade política, destruindo por um ato ordinário a deliberação do único poder constituinte que tem existido no Brasil.

Assim, pois, anulada a soberania nacional, sofismadas as gloriosas conquistas que pretenderam, a revolução da independência de 1822 e a revolução da democracia em 1831, o mecanismo social e político, sem o eixo sôbre que devia girar, isto é, a vontade do povo, ficou girando em torno de outro eixo, a vontade de um homem.

A liberdade aparente e o despotismo real, a forma dissimulando a substância, tais são os característicos da nossa organização constitucional.

O primeiro, como o segundo reinado, são por isso semelhantes.

## O SOFISMA EM AÇÃO

O último presidente do conselho de ministros do ex-imperador dos franceses, em carta aos seus eleitores, deixou escapar a seguinte sentença: "A perpetuidade do soberano, embora unida à responsabilidade, é uma coisa absurda; mas a perpetuidade unida à irresponsabilidade é uma coisa monstruosa".

Nesta sentença se resume o processo do nosso sistema de govêrno. Por ato próprio, o fundador do império e chefe da dinastia reinante, se consagrou inviolável, sagrado e irresponsável.

A infalibilidade do arbítrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro.

Que outras condições, em diverso regime, constituem o absolutismo?

Quando não fôssem bastantes estes atributos de supremacia, as faculdades de que se acha investido o soberano pela carta outorgada em 1824 bastavam para invalidar as prerrogativas aparentes com que essa carta simulou garantir as liberdades públicas.

O poder intruso que se constituiu chave do sistema, regulador dos outros poderes, ponderador do equilíbrio constitucional, avocou a si e concentrou em suas mãos tôda a ação, tôda a preponderância. Nenhuma só das pretendidas garantias democráticas se encontra sem o corretivo ou a contradição que a desvirtua e nulifica.

Temos representação nacional? Seria esta a primeira condição de um país constitucional representativo. Uma questão preliminar responde à interrogação. Não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da fôrça pública.

Militarizada a nação, arregimentada ela no funcionalismo dependente, na guarda nacional pela ação do recrutamento ou pela ação da polícia, é ilusória a soberania, que só pode revelar-se sob a condição de ir sempre de acôrdo com a vontade do poder.

Ainda quando não prevalecessem essas condições, ainda quando se presumisse a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando ao lado do poder que impõe pela fôrça não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo, bastava a existência do poder moderador, com as faculdades que lhe dá a carta, com o veto secundado pela dissolução, para nulificar de fato o elemento democrático.

Uma câmara de deputados demissível à vontade do soberano e um senado vitalício à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país.

A liberdade de conciência nulificada por uma igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade da imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do govêrno; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do govêrno e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do *habeas-corpus* pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de govêrno.

Um poder soberano, privativo, perpétuo e irresponsável forma, a seu nuto, o poder executivo escolhendo os ministros, o poder legislativo escolhendo os senadores e designando os deputados, e o

poder judiciário nomeando os magistrados, removendo-os, aposentando-os.

Tal é, em essência, o mecanismo político da carta de 1824, tais são os sofismas por meio dos quais o imperador reina, governa e administra.

Dêste modo, qual é a delegação nacional? Què poder a representa? Como pode ser a lei a representação da vontade do povo? Como podem coexistir com o poder absoluto, que tudo domina, os poderes independentes de que fala a carta?

A realidade é que, se em relação à doutrina, as contradições sufocam o direito, em relação à prática, só o poder pessoal impera sem contestação nem corretivo.

## CONSENSO UNÂNIME

À democracia acusam-na de intolerante, irritável, exagerada e pessimista. Suspeita aos olhos da soberania que pretende ser divina, os seus conceitos são inquinados de malevolência e prevenção. É justo em tão melindrosa questão buscar em fontes insuspeitas as sentenças que apoiam as nossas convicções.

Para corroborá-las temos o juizo severo de homens eminentes do país, de tôdas as crenças e matizes políticos.

Nenhum estadista, nenhum cidadão que tenha estudado os negócios públicos deixa de compartilhar conosco a convicção que manifestamos sôbre a influência perniciosa do poder pessoal.

Todos somos concordes em reconhecer e lamentar a prostração moral a que nos arrastou o absolutismo prático sob as vestes do liberalismo aparente.

Eusébio de Queirós, monarquista extremado, chefe preeminente do partido conservador, foi uma vez ministro no atual reinado, e não mais consentiu em voltar a essa posição, apesar das circunstâncias e solicitações reiteradas do seu partido. "Neste país, dizia êle, não se pode ser ministro duas vezes".

Firmino Silva, dando conta da morte dêsse distinto brasileiro, escreveu no *Correio Mercantil* de 10 de maio de 1868 as seguintes palavras: "Inopinadamente deixou o ministério e se retirou *isoladamente;* e sempre que se lhe oferecia ocasião de assumir a governação, se esquivava, *com inquietação dos que o conheciam.* Há convicções tão inabaláveis *que preferem o silêncio que sufoca, ao desabafo que "pode pôr em perigo um principio".*

D. Manuel de Assis Mascarenhas, caráter severo e digno, manifestou no senado o seu profundo desgosto pelo que observava, nos seguintes termos: "Quando a inteligência, a virtude, os serviços são preteridos e postos de parte; quando os perversos são galardoados com empregos eminentes, pode-se afoutamente exclamar com Sêneca: *Morreram os costumes, o direito, a honra, a probidade, a fé e aquilo que nunca volta quando se perde — o pudor".*

Nabuco de Araujo, conhecido e prático no govêrno, disse na câmara vitalícia por ocasião da ascensão do gabinete de 16 de julho: "O poder moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha delegados e subdelegados de polícia. Por sem dúvida, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a constituição confere à coroa de nomear livremente os seus ministros; não podeis ir até ao ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprouver. Ora dizei-me: não é isto uma farsa? não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vêde esta sorite fatal, esta sorite que acaba com a existência do sistema representativo: O poder moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministério; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país!"

Francisco Otaviano, quando redator do *Correio Mercantil,* por mais de uma vez estigmatizou em termos enérgicos o poder pessoal que se ostenta e as inconveniências que de semelhante poder resultam à nação.

Saião Lobato e o mesmo Firmino Silva escreveram no *Correio Mercantil,* cuja redação estava a seu cargo, as verdades seguintes: "Quem de longe examinar as instituições brasileiras pelos efeitos da perspectiva; quem contentar-se em observar o majestoso frontespício do templo constitucional, suas inscrições pomposas, sua arquitetura esplêndida, há-de sem dúvida exclamar — *eis aquí um povo que possue a primeira das condições do progresso e da grandeza.* Aquele, porém, que um dia estender o campo da observação até o interior do edifício, na esperança de aí admirar a realização dos elementos de felicidade que as formas ostensivas do govêrno afiançavam, e o regime da liberdade tem desenvolvido em outros lugares, exclamará — *que decepção!*"

Sob a influência do visconde de Camaragibe, Pinto de Campos e outros monarquistas, por excelência, foi publicado em Pernambuco, no *Constitucional,* em 1868, o seguinte: "O govêrno, a nefasta política do govêrno do imperador foi quem criou êste estado desesperado em que nos achamos... política de proscrição, de corrução, de venalidade e de cinismo... um tal govêrno não é o da nação pela nação, é o govêrno do imperador pelo imperador. *À proporção que o poder se une nas mãos de um só, a nação se desune e divide.*"

O *Diário do Rio de Janeiro,* escrito sob as inspirações do barão de Cotegipe, dizia no mesmo ano: "Tudo está estremecido: a ordem e a liberdade. Se o presente aflige, o futuro assusta".

O mesmo *Diário,* e sob a inspiração dos mesmos homens, dizia eloquentemente em referência às insidiosas palavras — *harmonia dos brasileiros:* "A harmonia imposta é a paz de Varsóvia, ou a

obediência dos turcos: Não pode haver harmonia entre oprimidos e opressores, entre usurpadores e usurpados entre algozes e vítimas: Se os oprimidos suportam, chamai-os resignados. Se não promovem a *reivindicação, chamai-os covardes.* Mas em respeito a Deus, que tudo vê, não chameis harmonia dos brasileiros o desprêso das leis, a ditadura disfarçada, a desgraça privada, o rebaixamento da dignidade nacional".

Silveira da Mota disse no senado em 1859: "As práticas constitucionais enfraquecem-se todos os dias: o regime representativo tem levado botes tremendos, a depravação do sistema é profunda. No país o que há somente é a forma de govêrno representativo: *a substância desapareceu.* Tenteie-se esta chaga da nossa sociedade e ver-se-á que no Brasil o regime constitucional *é uma mera formalidade!*"

Ainda êste ano e nessa mesma casa do parlamento acrescentou êle: "Cheguei à convicção de que o vício não está nos homens, está nas instituições".

Francisco Otaviano, Joaquim Manuel de Macedo e outros, que em 1868 dirigiam o *Diário do Povo,* publicaram um artigo editorial em que se lia o seguinte: "São gravíssimas as circunstâncias do país. No exterior arrasta-se uma guerra desastrada... No interior um espetáculo miserando. Fórmulas aparentes de um govêrno livre, *última homenagem que a hipocrisia rende ainda* à opinião do século: as grandes instituições políticas anuladas e a sua ação constitucional substituida por um arbítrio disfarçado. Para nós há uma só causa capital, dominante... esta causa não é outra senão *a cega obstinação* com que desde, anos, *ora às ocultas, ora às claras, se trabalha para extinguir os partidos legítimos, sem cuja ação o sistema representativo se transforma no pior dos despotismos, no despotismo simulado.*

.....

Chegadas as cousas a êste ponto, está virada a pirâmide: o *movimento parte de cima; quem governa é a coroa...*"

Em 21 de julho do mesmo ano, dizia o mesmo jornal: "César passou o Rubicon. Começa o período da franqueza... preferimos a franqueza à dissimulação. Tínhamos medo do absolutismo atraiçoado que escondia as garras no manto da constituição, absolutismo chato, burguês, deselegante. Mas o absolutismo que não teme a luz não nos mete medo".

A 24 de julho de 1867 o *Diário de S. Paulo,* órgão do partido conservador naquela província, sob a redação de João Mendes de Almeida, Antônio Prado, Duarte de Azevedo e Rodrigo Silva, sob o título *O Baixo Império,* escrevia o seguinte: "Haverá ainda quem espere alguma coisa do Sr. D. Pedro 2.º? Para o monarca brasileiro só há uma virtude — o servilismo! Para os homens independentes e sinceros — o ostracismo; para os lacaios e instrumentos de sua grande política — os títulos e as condecorações!"

José de Alencar, antes de ser ministro escrevia: "O que resta do país? O povo inerte, os partidos extintos, o parlamento decaido!"

Depois que deixou o ministério, e com a experiência adquirida nos conselhos da coroa, disse: "Há com efeito uma causa que perturba em nosso país o desenvolvimento do sistema representativo, fazendo-nos retrogradar além dos primeiros tempos da monarquia. Em princípio latente, conhecida apenas por aqueles que penetravam os arcanos do poder; a opinião ignorava a existência dêsse princípio de desorganização. Por muito tempo duvidamos do fato. Hoje, porém, êle está patente, o govêrno pessoal se ostenta a todo instante, e nos acontecimentos de cada dia. Parece que perdeu a timidez ou modéstia de outrora, quando se recatava com estudada reserva. Atualmente faz garbo de seu poder; e se acaso a responsabilidade ministerial insiste em envolvê-lo no manto das conveniências, acha meios de romper o véu e mostrar-se a descoberto. Como um polipo monstruoso, o govêrno pessoal invade tudo, desde as transcendentes questões da alta política até as nugas da pequena administração".

Antônio Carlos, o velho, no primeiro ano do atual reinado, na discussão da lei de 3 de dezembro, já dizia: "O princípio regulador de um povo livre é governar-se por si mesmo; a nova organização judiciária exclue o povo brasileiro do direito de concorrer à administração da justiça; tudo está perdido, senhores, abdicamos da liberdade para entrarmos na senda dos povos possuidos!"

O próprio barão de S. Lourenço teve a franqueza de dizer no senado: "A fôrça e prestígio que com tanto trabalho os partidos tinham ganho para o govêrno do país, estão mortos. As províncias perderam a fé *no govêrno do império*".

Tal é a situação do país, tal é a opinião geral emitida no parlamento, na imprensa, por tôda a parte.

## A FEDERAÇÃO

No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que êle se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o govêrno local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a fôrça compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassalos diletos ou preferidos. Longe disso, era êsse o meio de manter, com a metrópole, a unidade severa do mando absoluto.

As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-os e impedindo a solidariedade moral quanto às idéias e a solidariedade administrativa quanto aos interêsses e às fôrças disseminadas; eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico. A eficácia do método havia já sido comprovada, por ocasião do movimento revolucionário de 1789, denominado a *Inconfidência.*

Nenhum interêsse, portanto, tinha a monarquia portuguesa quando homisiou-se no Brasil, para repudiar o sistema que lhe garantira, com a estrangulação dos patriotas revolucionários, a perpetuidade do seu domínio nesta parte da América. A divisão política e administrativa permaneceu, portanto, a mesma na essência apesar da transferência da sede monárquica para as plagas brasileiras.

A independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial.

A idéia democrática representada pela primeira constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que êle comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da assembléia nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o *statu quo* da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à côrte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruina da democracia.

A revolução de 7 de abril de 1831, trazendo à superfície as idéias e as aspirações sufocadas pela reação monárquica, deu novamente azo ao princípio federativo para manifestar-se e expandir-se.

A autonomia das províncias, a sua desvinculação da côrte, a livre escolha dos seus administradores, as suas garantias legislativas por meio das assembléias provinciais, o alargamento da esfera das municipalidades, essa representação resumida da família política, a livre gerência dos seus negócios, em tôdas as relações morais e econômicas, tais foram as condições características dêsse período de reorganização social, claramente formuladas ou esboçadas nos projetos e nas leis que formaram o assunto das deliberações do govêrno e das assembléias dêsse tempo.

A reação democrática não armou somente os espíritos para essa luta grandiosa.

A convicção de alguns e o desencanto de muitos, fazendo fermentar o lêvedo dos ódios legados pela monarquia que se desnacionalizara, a ação irritante do partido restaurador desafiando a cólera dos oprimidos da véspera, armou também o braço de muitos cidadãos e a revolução armada pronunciou-se em vários pontos do país sob a bandeira das franquezas provinciais.

Desde 1824 até 1848, desde a federação do Equador até à revolução de Pernambuco, pode-se dizer que a corrente elétrica que perpassou pelas províncias, abalando o organismo social, partiu de um só foco — o sentimento da independência local, a idéia da federação, o pensamento da autonomia provincial.

A obra da reação monárquica triunfante em todos os combates, pôde até hoje, a favor do instinto pacífico dos cidadãos, adormecer o elemento democrático, embalando-o sempre com a esperança do seu próximo resgate.

Mas ainda quando, por sinais tão evidentes, não se houvesse já demonstrado a exigência das províncias quanto a êsse interêsse superior, a ordem de cousas que prepondera não pode deixar de provocar o estigma de todos os patriotas sinceros. A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá fôrça ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquisa os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da côrte — centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si — na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.

O ato adicional interpretado, a lei de 3 de dezembro, o conselho de Estado criando, com o regime da tutela severa, a instância superior e os instrumentos independentes que tendem a cercear ou anular as deliberações dos parlamentos provinciais, apesar de truncados; a dependência administrativa em que foram colocadas as províncias, até para os atos mais triviais; o abuso do efetivo sequestro dos saldos dos orçamentos provinciais para as despesas e para as obras peculiares do município neutro; a restrição imposta ao desenvolvimento dos legítimos interêsses das províncias pela uniformidade obrigada, que forma o tipo da nossa absurda administração centralizadora, tudo está demonstrando que posição precária ocupa o interêsse propriamente nacional confrontado com o interêsse monárquico que é, de si mesmo, a origem e a fôrça da centralização.

Tais condições, como a história o demonstra, e o exemplo dos nossos dias está patenteando, são as mais próprias para, com a

José Bonifácio — patriarca da Independência e propugnador da emancipação dos escravos desde 1824

Visconde de Jequitinhonha — notável propagandista da abolição

Eusébio de Queirós — ministro que extinguiu o tráfego em 1850

Nabuco de Araujo — chefe do partido Liberal

D. Pedro II

Visconde do Rio Branco — presidente do Conselho e autor da lei de 28 de Setembro

Visconde de Abaeté — presidente do Senado em 1871 e voto decisivo no gabinete Rio Branco

Castro Alves — o poeta dos escravos

Tavares Bastos — publicista liberal, defensor do trabalho livre

Francisco Otaviano — ilustre jornalista liberal, sustentador da reforma

Solenidade do juramento da princesa imperial regente, vendo-se em frente à sua alteza, em pé, junto à mesa, o presidente do Senado, Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté

enervação interior, expor a pátria às eventualidades e aos perigos da usurpação e da conquista.

O nosso estado é, em miniatura, o estado da França de Napoleão 3.°. O desmantelamento daquele país que o mundo está presenciando com assombro, não tem outra causa explicativa.

E a própria guerra exterior que tivemos de manter por espaço de seis anos, deixou vêr, com a ocupação de Mato Grosso e a invasão do Rio Grande do Sul, quanto é impotente e desastroso o regime da centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional.

A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do quẽ um interêsse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardial e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interêsses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a conciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: *Centralização — Desmembramento — Descentralização — Unidade.*

## A VERDADE DEMOCRÁTICA

Posto de parte o vício insanável de origem da carta de 1824, imposta pelo príncipe ao Brasil constituido sem constituinte, vejamos o que vale a monarquia temperada, ou monarquia constitucional representativa.

Êste sistema misto é uma utopia, porque é utopia ligar de modo sólido e perdurável dois elementos heterogêneos, dois poderes diversos em sua origem, antinômicos e irreconciliáveis — a monarquia hereditária e a soberania nacional, o poder pela graça de Deus, o poder pela vontade coletiva, livre e soberana, de todos os cidadãos.

O consórcio dos dois princípios é tão absurdo quanto repugnante o seu equilíbrio.

Ainda quando, como sonharam os doutores da monarquia temperada, nenhum dos dois poderes preponderasse sôbre o outro, para que caminhando paralelamente, mutuamente se auxiliassem e fiscalizassem, a consequência a tirar é que seriam iguais.

Ora, admitir a igualdade do poder divino ao humano é de impossível compreensão.

Mas admitir, com o art. 12 da carta de 1824, que todos os poderes são delegações da nação, e aceitar o sistema misto como



117. 533. 1951 D.

BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro

um sistema racional e exequível, é ultrapassar as raias do absurdo, porque é fazer preponderar o poder humano sôbre o poder divino.

A questão é clara e simples.

Ou o príncipe, instrumento e órgão das leis providenciais, pela sua só origem e predestinação, deve governar os demais homens, com os predicados essenciais da inviolabilidade, da irresponsabilidade, da hereditariedade, sem contraste e sem fiscalização, porque o seu poder emana da Onipotência infinitamente justa e infinitamente boa, ou a Divindade nada tem que ver na vida do Estado, que é uma comunhão à parte e estranha a todo interêsse espiritual, e então a vontade dos governadores é o único poder supremo e o supremo árbitro dos governos.

Quando a teocracia asiática tinha um ungido do Senhor, ou as lendas da média idade aclamavam um rei, carregando-o triunfalmente depois de uma vitória, êsse reconhecimento solene do direito da fôrça era lógico; quando pelo mesmo princípio a monarquia unia-se às comunas para derrocar o feudalismo, o despotismo monárquico era lógico também. Mas depois da emancipação dos povos e da consagração da fôrça do direito, o que é lógico é o desaparecimento de todo o princípio caduco.

A transação entre a verdade triunfante e o êrro vencido, entre as conquistas da civilização e os frutos do obscurantismo é que é inadmissível.

Atar ao carro do Estado dois locomotores que se dirigem para sentidos opostos, é procurar, ou a imobilidade se as fôrças propulsoras são iguais, ou a destruição de uma delas, se a outra lhe é superior.

É assim que as teorias dos sonhadores, que defendem o sistema misto, caem na prática.

Para que um govêrno seja representativo, todos os poderes devem ser delegações da nação, e não podendo haver um direito contra outro direito, segundo a expressão de Bossuet, a monarquia temperada é uma ficção sem realidade.

A soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios.

Desde que exista, em qualquer constituição, um elemento de coação ao princípio da liberdade democrática, a soberania nacional está violada, é uma cousa irrita e nula, incapaz dos salutares efeitos da moderna fórmula de govêrno — o govêrno de todos por todos.

Outra condição indispensável da soberania nacional é ser inalienável e não poder delegar mais do que o seu exercício. A prática do direito e não o direito em si é o objeto do mandato.

Desta verdade resulta que quando o povo cede uma parte de sua soberania, não constitue um senhor, mas um servidor, isto é, um funcionário.

Ora, a consequência é que o funcionário tem de ser revocável, móvel, eletivo, criando a fórmula complementar dos Estados modernos — a mobilidade nas pessoas e a perpetuidade nas funções — contra a qual se levantam nos sistemas, como o que nos rege, os princípios da hereditariedade, da inviolabilidade, da irresponsabilidade.

Associar, uma a outra, duas opiniões ciosas de suas prerrogativas, com interêsses manifestamente contrários, é, na frase de Gambeta, semear o germe de eternos conflitos, procurar a neutralização das fôrças vivas da nação, em um duelo insensato, e aguardar irremediavelmente um dos dois resultados: ou que a liberdade do voto e a universalidade do direito sucumbam ante as satisfações e os desejos de um só, ou que o poder de um só desapareça diante da maioria do direito popular.

Ainda mais: a soberania nacional não pode sequer estipular sôbre a sua própria alheiação. Porque é a reunião, a coleção das vontades de um povo. E como as gerações se sucedem, e se substituem, fôra iníquo que o contrato de hoje obrigasse de antemão a vontade da geração futura, dispondo do que não lhe pertence e instituindo uma tutela perene que seria a primeira negação da própria soberania nacional.

A manifestação da vontade da nação de hoje pode não ser a manifestação da vontade da nação de amanhã e daí resulta que, ante a verdade da democracia, as constituições não devem ser velhos marcos da senda política das nacionalidades, assentados como a consagração e o símbolo de princípios imutáveis. As necessidades e os interêsses de cada época teem de lhes imprimir o cunho de sua individualidade.

Se houver, pois, sinceridade ao proclamar a soberania nacional, cumprirá reconhecer sem reservas que tudo quanto ainda hoje pretende revestir-se de caráter permanente e hereditário no poder, está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático.

É assim que o princípio dinástico e a vitalidade do senado são duas violações flagrantes da soberania nacional e constituem o principal defeito da carta de 1824.

## EM CONCLUSÃO

Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito e a opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada, a convocação de uma assembléia constituinte, com amplas faculdades para instaurar um novo regime, é necessidade cardial.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social. Negá-las absolutamente fôra uma obra ímpia, porque se provocaria a resistência. Aprazá-las indefinidamente, fôra um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa conciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de govêrno é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interêsses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a fôrça do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.

O nosso esfôrço dirige-se a suprimir êste estado de coisas, pondo-nos em contacto fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

*Joaquim Saldanha Marinho — Aristides da Silveira Lobo — C. B. Otoni — Flávio Farnese — P. A. Ferreira Viana — Lafaiete Rodrigues Pereira — Bernardino Pamplona — João de Almeida — Pedro Bandeira de Gouveia — Francisco Rangel Pestana — Henrique Limpo de Abreu — Augusto César de Miranda Azevedo — Elias Antônio de Freire — Joaquim G. Pires de Almeida — Quintino Bocaiuva — Joaquim Maurício de Abreu — Miguel Vieira Ferreira — Pedro Rodrigues Soares de Meireles — Galdino Emiliano das Neves — Júlio César de Freitas Coutinho — Alfredo Moreira Pinto — Carlos Americano Freire — Jerônimo Simões — José Pereira Leitão Júnior — João Vicente de Brito Galvão — José Maria de Albuquerque Melo — Gabriel José de Freitas — Joaquim Heliodoro — Francisco Antônio Castorino de Faria — José Caetano de Morais e Castro — Otaviano Hudson — Luís de Sousa Araujo — João Batista Laper — A. da Silva Neto — Antônio José de Oliveira Filho — Francisco Peregrino Viriato de Medeiros — Antônio de Sousa Campos — Manuel Marques da Silva de Acauã — Máximo Antônio da Silva — Francisco Leite Bittencourt Sampaio — Salvador de Mendonça*

*— Eduardo Batista Roquete Franco — Manuel Benício Fontenele — Félix José da Costa e Sousa — Paulo Emílio dos Santos Lobo — Lopes Trovão — Antônio P. Limpo de Abreu — Macedo Sodré — Alfredo Braga — Francisco C. de Brício — Manuel Marques de Freitas — Tomé Inácio Botelho — Eduardo Carneiro de Mendonça — Júlio V. Gutierrez — Cândido Luís de Andrade — José Jorge Paranhos da Silva — E. Rangel Pestana — Antônio Nunes Galvão.*

## *O Brasil adota o sistema métrico decimal — Motim "quebra quilos" — Intervenção da Polícia no Rio de Janeiro e nas províncias — Resumo histórico.*

Foi no gabinete de 7 de Março de 1871, presidido pelo visconde do Rio Branco, que entrou em execução a lei que mandava instituir o sistema métrico decimal, em substituição do antiquado sistema português de pesos e medidas, que era o mais atrasado possível, não obedecendo à regra nenhuma. Com balanças primitivas e defeituosas, quando as havia, e muitas vezes com uma pedra servindo de peso, era esta que controlava a quantidade. O govêrno, para pôr têrmo a tais balbúrdias e inconvenientes, ordenara, por lei de 26 de Junho de 1862, durante o 18.º gabinete, que o sistema em vigor fôsse substituido em todo o império pelo sistema métrico francês. Já existindo o decreto de 1 de Abril de 1871, abrindo o crédito extraordinário de 410 contos de réis, para ocorrer às despesas com o serviço relativo a essa substituição, em 11 de Dezembro de 1872 vem o decreto aprovando o regulamento que estabelece as condições a que devem satisfazer os pesos e medidas do sistema métrico, mandados adotar no Brasil pela lei n.º 1.157, de 26 de Junho de 1862.

Porque o povo não compreendesse rapidamente o novo sistema, ou porque achasse que o mesmo lhe era prejudicial, recebeu-o com animosidade, assaltando, aos gritos de "quebra quilos", algumas casas comerciais, especialmente os

açougues. A Polícia efetua, então, várias prisões e, a custo, procura conter a ordem. Durante alguns dias os estabelecimentos que serviam ao público foram protegidos por fôrça armada. Nas províncias não foi menor o movimento de rebeldia. No norte, em Sergipe, Alagoas, Paraíba e outros pontos, o povo igualmente se insurgiu, procurando estabelecer desordem. Dentro em pouco, porém, tanto no Rio de Janeiro como nas províncias, tudo voltava à calma e não mais se dizia: uma libra de carne, uma arroba de açúcar ou de feijão, uma pataca de banha, um côvado de pano, etc., e sim um quilo de carne, de açúcar ou de feijão, um metro de linho, etc.

O histórico do sistema decimal, que provocou agitação no Brasil e até exigiu a intervenção policial, é curioso e vale ser resumido. Data da revolução de 1789 e é uma das grandes reformas ligadas à França dessa época. O antigo sistema de pesos e medidas oferecia vários e graves inconvenientes: 1.º) — não era uniforme em tôda a França; cada província tinha seu sistema próprio. Certas medidas usadas no sul não eram conhecidas no norte e vice-versa. Quando, porventura, uma medida era adotada em duas províncias ou mesmo em duas cidades um tanto distantes, tinha geralmente dois valores diferentes. Assim, o alqueire tinha uma infinidade de valores; 2.º) — não só as várias medidas eram divididas em partes decimais de dez em dez vezes menores, como umas se dividiam em seis partes, outras em doze, estas subdivididas em oito ou dezesseis, aquelas em vinte e quatro ou sessenta — o que tornava os cálculos muito complicados e difíceis; 3.º) — finalmente, essas medidas mudavam arbitrariamente de valores num mesmo lugar e nada lhes garantia a estabilidade.

A Assembléia Constituinte resolveu intervir para remediar a grande confusão que resultava de tôdas essas coisas. Um decreto dessa assembléia, datado de 26 de Maio de 1791, tomou por base do novo sistema o tamanho do meridiano terrestre. Delambre e Méchain foram encarregados de determinar qual o comprimento do arco compreendido entre Dunquerque e Barcelona. Êsse trabalho e outras pesquisas análogas permitiram determinar exatamente a dis-

tância A B do polo ao Equador, a qual é igual a 5.130.740 toesas (antiga medida francesa de seis pés). Formava a décima milionésima parte dêsse comprimento a qual denominavam de metro. Uma vez determinado o valor do metro, estabeleceram o valor do litro, da grama e do franco, tendo por base o metro e foi aplicada a essas novas medidas a numeração decimal. Assim, foi instituido o sistema métrico decimal. Entretanto, somente a partir de 1 de Janeiro de 1840, é que foi interdito o uso de pesos e medidas e outros que não estivessem de acôrdo com o sistema legal.

As vantagens do sistema métrico são tais que quase tôdas as nações o adotaram obrigatória ou facultativamente. E essas nações não se sentem melindradas em seu amor próprio nacional, desde que o comprimento do metro foi tomado na própria natureza, em caráter internacional e universal. Os termos do sistema — *metro, litro, grama, are, stere, deca, hecto, quilo (kilo), miria (myria), deci, centi, mili* (com exceção da palavra *franco*) foram *tirados do* grego e do latim, que são línguas mortas, o que quer dizer que não são faladas por nenhum povo.

## *A lei do ventre livre: 28 de Setembro de 1871 — A Câmara dividida em dois grupos — O projeto de Teodoro da Silva.*

Estávamos em 1871, em pleno ministério do qual era presidente o visconde do Rio Branco e cujo programa principal era a chamada "questão servil". Vencendo enérgica oposição, a mais tenaz de quantas houve no tempo do Império, êsse gabinete, que se organizou a 7 de Março dêsse ano, foi dos mais ilustres daquele tempo. Estava na regência a princesa d. Isabel, que, abrindo as Câmaras nesse ano, assim se expressou: "Considerações da maior importância aconselham que a reforma da legislação sôbre o estado servil não continue a ser uma aspiração nacional

indefinida e incerta. É tempo de resolver esta questão e vossa esclarecida prudência saberá conciliar o respeito à propriedade existente com êsse melhoramento social, que requerem nossa civilização e até o interêsse dos proprietários. O Govêrno há-de manifestar-vos oportunamente todo o seu pensamento sôbre as reformas para que tenho chamado vossa atenção."

Nestas condições, ficou logo a Câmara dividida em dois grupos. Entendia um que se não devia, sem indenização prévia, destituir o proprietário de escravos daquilo que lhe pertencia e pelo qual pagava imposto à nação. De modo diverso entendia o outro grupo. Devia-se acabar com uma propriedade que nos envergonhava diante de outros paises, muito embora redundasse em sacrifício para alguns.

Desta maneira entendia o ministério Rio Branco, além de que a lei do ventre livre representava a extinção gradual da escravidão, como queria Pedro II.

Era, pois, trabalhosa a campanha por enfrentar. Logo no princípio da sessão, José de Alencar dizia, na Câmara, que a viagem do imperador à Europa não era naquele momento oportuna: "O Govêrno agita o facho da emancipação, questão gravíssima, e é ao mesmo tempo que o defensor perpétuo do Brasil se aparta de nós."

A êsse discurso do imortal autor de Iracema respondeu Rio Branco, dizendo que o Partido Conservador tinha fôrças para vencer as questões que apresentasse e que a situação do país não era tão grave como muitos estavam querendo ver. A questão do elemento servil, dizia o orador, é de grande importância, mas há muito que a discussão sôbre ela estava aberta.

Na sessão da Câmara, de 30 de Maio, dizia o seu presidente, conselheiro Jerônimo José Teixeira Junior:

"Se o meu procedimento nesta questão, — querendo que se previnam as funestas consequências a que nos expõe uma instituição que todos condenamos, promovendo a regeneração das futuras gerações, ainda mesmo com sacrifícios, e preparando para os nossos descendentes uma nova era mais civilizadora, mais próspera e mais cristã do que nos legaram nossos antepassados, pode acarretar-me impopula-

ridade dos meus concidadãos, lançar-me fora dêste recinto e assim constituir a minha mortalha política. eu responderei aos nobres deputados: — tanto melhor... Ainda no caso de não ser reeleito, ficarei com as minhas convicções, e quando não possa legar a meus filhos outras honras, ao menos poderei legar-lhes a minha mortalha política."

Terrível foi a luta na Câmara dos Deputados, onde o projeto foi apresentado por Teodoro da Silva, então ministro da Agricultura, passando, finalmente, por 61 votos contra 35. No Senado não foi menor a campanha. Depois de calorosos discursos, votaram a favor os senadores duque de Caxias, Sales Torres Homem, visconde de Camaragibe, Dias de Carvalho, Paranaguá, visconde de S. Vicente, barão do Rio Grande, Fernandes Braga, visconde de Sapucaí, Chichorro, Souza Franco, barão de Pirapama, Nabuco, Joaquim Delfino, Otaviano, Mendes de Almeida, barão de Maroim, barão de Camargos, Jubim, Barros Barreto, Uchôa Cavalcanti, barão de S. Lourenço, Almeida Albuquerque, Cunha Figueiredo, Firmino Silveira da Mota, Pais de Mendonça, Fernandes da Cunha, Vieira da Silva, visconde do Rio Branco, Jaguaribe e Saião Lobato.

Votaram contra: Zacarias de Góis e Vasconcelos, José Ildefonso de Sousa Ramos, barão das Três Barras e visconde de Jaguarí, Carlos Carneiro de Campos e Joaquim Antão Fernandes Leão.

Ao saber do resultado, da votação, o povo, que enchia as galerias, prorrompeu em delirantes aplausos ao Senado, dando vivas e atirando grande quantidade de flores no recinto.

A notícia repercutiu no país inteiro, enchendo de júbilo o coração de todos os brasileiros patriotas, que viam no 28 de Setembro a próxima liberdade total dos escravos no Brasil.

A lei tomou o número 2.040 e declarava de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem depois de 28 de Setembro e bem assim libertos os escravos pertencentes à nação; providenciava sôbre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sôbre a libertação anual de escravos.

A data de 28 de Setembro é, pois, de grande significação para a nossa história e, mais do que qualquer outra, deve ser condignamente festejada.

## *Bruzundanga — o papa-jantares.*

Como tipo popular da época, era muito conhecido na praça da Constituição o *Bruzundanga.*

Era um pardo de meia idade, músico da Capela Imperial e de orquestras de teatros. A sua popularidade consistia, diz Melo Morais, em não pagar os jantares que comia. Palestrando na *Petalógica,* no *Paula Brito* e em outras casas conhecidas, impreterivelmente das 3 para as 4 horas da tarde via-se o *Bruzundanga* à porta do restaurante *Mangini.*

Quando nesse restaurante entrava algum conhecido, dizia ao *Bruzundanga:*

— Adeus! queres jantar?

— Não; respondia. Muito obrigado.

Mas, assim que o amigo se achava saboreando a sopa, o *Bruzundanga* entrava, sentava-se à mesa e concordava:

— Homem; manda vir lá uma sopa.

E depois da sopa, vinha outro prato, e mais outro. E o *Bruzundanga* devorava tudo medonhamente.

Por isso, tornou-se popular, e, máu grado o seu sistema de papa-jantares, era estimado pelos atores do tempo, que lhe pagavam saborosas ceias depois dos espetáculos, só para vê-lo comer.

Ao que consta, a Polícia nunca teve necessidade de se intrometer na vida do *Bruzundanga,* não obstante ser êle um dos mais assíduos frequentadores das rodas alegres da cidade.

## *A Secretaria da Polícia muda-se para a rua General Câmara — Resenha dos fatos policiais em 1871.*

Em 1871, a secretaria da Polícia muda-se para a rua General Câmara, ns. 324 e 326.

Os assassínios mais sensacionais do ano foram: o de Maria Paulina da Conceição, praticado a 16 de Março, em Jacarepaguá, com cacetadas na cabeça, por seu marido Manuel Pais de Brito, que também feriu gravemente seu cunhado, Gregório Bento Gonçalves, por pretender opôr-se ao atentado; e o de uma jovem, em 27 de junho, no quarto de um cortiço da rua da Passagem, com um tiro de pistola, pelo prussiano Henrique Plum, que se matou em seguida.

Além dêsses homicídios, teve a Polícia conhecimento de que na madrugada de 12 de Outubro, sete marinheiros da corveta inglesa *Reinder,* embarcaram no cáis Pharoux, no bote n.º 139, de que eram remadores João Augusto e o escravo Joaquim, sem que mais aparecessem os remadores e apenas o bote em abandono. Dias depois, o mar arrojou à praia o cadáver de Joaquim, verificando-se haver no mesmo muitas contusões.

Dos crimes contra a propriedade os mais notáveis foram: o praticado por Luís Brunet, que entrou numa ourivesaria da rua do Ouvidor, n.º 93 e de lá roubou cinco relógios; e o que se deu na igreja da Candelária, cometido pelo francês João Tilbens, que entrando, à noite, na referida igreja, de lá subtraiu diferentes alfaias de prata, que adornavam as imagens dos altares e profanou os vasos sagrados, encontrando-se em seu poder os objetos roubados, na ocasião em que fôra preso em flagrante, ao sair da igreja.

## *O fato policial de maior sensação no ano de 1871 — Uma fuga emocionante que abala a sociedade inteira.*

O fato policial de maior sensação no ano de 1871 foi o que atingiu em cheio a veneranda figura do ínclito visconde do Rio Branco. Foi o caso de uma fuga emocionante, que abalou a sociedade inteira, não só pelas circunstâncias em que se verificou, mas, principalmente, porque nele estavam envolvidas as pessoas mais respeitáveis no conceito público.

Ainda há pouco, em 11 de Fevereiro de 1942, transformando em crônica, nas páginas do *Correio da Manhã,* o relato que lhe fez o dr. Manuel Eufrásio Corrêia, elemento intransigente da política emancipadora — Leôncio Correia revive o acontecimento nos seguintes períodos:

> "... Naquele dia a atmosfera da Câmara era ameaçadora. Andava no ar qualquer coisa de sério e de grave. Pouco depois de aberta a sessão, foi dada a palavra ao chefe do govêrno. Sereno, imperturbável, digno, Rio Branco inicia a sua oração, em defesa do projeto de lei sôbre o ventre livre — uma das mais memoráveis proferidas durante êsse agitado período. O ambiente é pesado. Começam a pipocar, aqui e ali, os apartes. Dentro em pouco espoucava uma tremenda saraivada dêles, cada um mais agressivo, mais violento. A todos Rio Branco replicava com felicidade. Mas a maré constante das vociferações crescia. Em vão o conselheiro Correia agitava furiosamente a campainha. Em vão! O tumulto aumentava. Palavras insultuosas cruzam-se em todos os sentidos. Quando mais terrível a artilharia da oposição vomitava insolências e apodos, um contínuo, dirigindo-se ao

orador e entregando-lhe um pedaço de papel dobrado, diz-lhe: "Mandam avisar a v. excia. que é assunto urgente." Rio Branco lê o que continha o papelucho. Em seguida, puxando os alvos e duros punhos da camisa, hábito muito seu ao aparar e devolver um golpe mais habil, continuou a falar. E me parecia — confessava-me Manuel Eufrásio — formosa estátua animada de uma centelha divina, de cuja boca escorressem harmonias etéreas. Transfigurado e olímpico, perorou entre os doestos mais duros dos adversários e sob aplausos e entusiásticas aclamações dos amigos e correligionários.

Em seguida aos abraços, saiu. Desceu rapidamente as escadas. Ganhou a rua. Demandou o telégrafo. E à noitinha, em casa, recebia a notícia de que, na cidade de Desterro, como se chamava então a capital catarinense, haviam sido detidos os fugitivos, aguardando-se, apenas, vapor para reconduzi-los ao Rio.

O papelucho, que lhe fôra entregue na Câmara, avisava-o de que uma das filhas havia fugido com o soldado que lhe servia de ordenança. Ao regresso, casaram-se. Rio Branco perdoou à filha, colocou o marido como funcionário do Tesouro Nacional; porém nunca nem êle nem o herdeiro do seu nome e continuador de sua glória o receberam na intimidade dos seus lares."

## *O Carnaval de 1871 — Na época da guerra franco-prussiana — A entrada dos alemães em Paris.*

Em 1871 o primeiro préstito que saiu foi o dos *Tenentes do Diabo,* tendo à frente, montados em soberbos ginetes, *Lord Brandy* e o *juiz de Fafe.* Em seguida vinha o hercúleo *conde da Rosa Branca,* que empunhava o estandarte

do clube, seguindo-se-lhe uma linda alegoria representando a Caridade. Apareciam depois: *Lord Químico* e *Lord Cracknel*, êste disfarçado em imenso avestrús; *Mefistófeles*, despejando sacos de sal fino; *Lord Piscan*, o *barão de Sarambeque*, *Lord Centopêa*, o *dr. Barata* e o *príncipe La Cassápia*.

Estávamos então na tristíssima época da guerra franco-prussiana. Os *Tenentes* aproveitaram a oportunidade para solicitar ao povo um óbulo para as vítimas da terrível luta que se desencadeava lá para as bandas da velha Europa... A idéia foi acolhida com simpatia e o povo acudiu com generosidade ao humanitário apêlo dos carnavalescos.

Os *Tenentes*, no seu magnífico préstito, incluiram um grande carro, que levava um prelo, no qual imprimiam, à vista do público, um jornal denominado *O Facho da Civilização*, cheio de contundentes ironias e interessantes alusões ao importante momento histórico que a humanidade vivia...

Sairam também à rua e foram calorosamente aplaudidos pela multidão os *Estudantes de Heidelberg*, o *Clube X*, os *Infantes do Diabo*, os *Errantes Carnavalescos* e o *Congresso dos Boêmios*.

Os bailes correram muito animados no Teatro Lírico Fluminense, ex-Provisório e no D. Pedro II, antigo Circo Bartolomeu, na rua da Guarda Velha, e que pela primeira vez abria as suas portas ao público.

Terminados os folguedos carnavalescos, os jornais, a 26, publicavam a seguinte notícia vinda da Europa ensanguentada:

— "Foram firmadas as preliminares da paz entre a França e a Alemanha. Bismarck exigiu que lhe entregassem a Alsácia, parte da Lorena, 5 bilhões de francos, pagos em três anos, e a entrada dos prussianos em Paris, até que o tratado fôsse ratificado".

*A cidade e os costumes do tempo através do relatório do chefe de Polícia — Preponderam as más paixões e desaparece o sentimento do dever.*

Idéia do que eram a cidade e os costumes do tempo, têmo-la nos seguintes tópicos do relatório do Chefe de Polícia:

"É certo que os ataques contra a propriedade, não têm sido por ora de natureza revoltante, havendo violência somente à coisa e não à pessoa, penetrando-se em casas destituidas de guardas por ausência dos moradores e com auxílio de chaves falsas.

Nota-se, porém, uma bem pronunciada tendência a atentado contra a propriedade, empregando-se ardil, que o mais das vezes prevalece.

São notórias as causas do mal que progride de modo desanimador e afeta muito diretamente à sociedade, reclamando dos supremos poderes do Estado, pronto e enérgico remédio.

Meus predecessores as tem manifestado com a devida clareza e foram sucintamente reproduzidas no meu anterior relatório.

O objeto, sôbre ser de reconhecida importância e gravidade, merece ser desenvolvido, agora que se trata da reforma policial, podendo ser aproveitadas algumas idéias baseadas na experiência que raras vezes falha.

Nem a pobreza por falta de trabalho e nem mesmo a impunidade, devem ser consideradas como causa do mal, que nos oprime.

Não falta serviço bem retribuido para quem busca trabalho e o júri, conquanto em via de regra, indulgente, profere quase sempre decisões de acôrdo com as normas da justiça e da equidade.

A principal causa do mal é a falta de educação religiosa e civil.

Não há temor de Deus, verdadeiro e único princípio de sabedoria; não são observados seus sublimes e salutares mandamentos; e a prova mais evidente dêste asserto, além de outras muitas, é a imperiosa necessidade do aparato de fôrça pública nos templos e nas solenidades religiosas, para evitar a prática de crimes e de atos sobremaneira imorais e revoltantes.

Não há em geral educação civil, sobretudo nas classes menos favorecidas da sociedade.

Desconhece-se a obrigação de observar a lei, de guardar os direitos de cada um e de acatar devidamente a autoridade.

Preponderam então as más paixões e desaparece o sentimento do dever.

A ociosidade, o luxo desordenado, a libertinagem, o jôgo, a embriaguez e os demais vícios da mísera humanidade, ostentam-se arrogantes e, para saciá-los, recorre-se a meios imorais e em seguida ao crime.

E o pior de tudo é que a sociedade parece mostrar-se indiferente ao mérito pessoal, baseado nas qualidades morais e bem longe de estigmatizar, como devera, o vicioso, põe de parte o pretérito e encara sómente o presente, cortejando publicamente o afortunado, embora sua fortuna seja devida ao crime, à fraude e à torpeza.

Assim, não havendo religião que, opondo seu poder à torrente das paixões, basta por si só para as vencer, quando tudo as favorece: o segrêdo dos bosques, a ausência dos homens e a fidelidade das sombras, faltando a educação civil, que incute no homem idéias de socialidade e consegue muitas vezes, corrigir ou modificar danosos instintos, e não exercendo devidamente a opinião pública sua verdadeira ação, é indispensável o emprêgo de medidas eficazes, para coibir os excessos dos maus, que somente guardam os preceitos da lei, pelo receio do castigo por ela imposto.

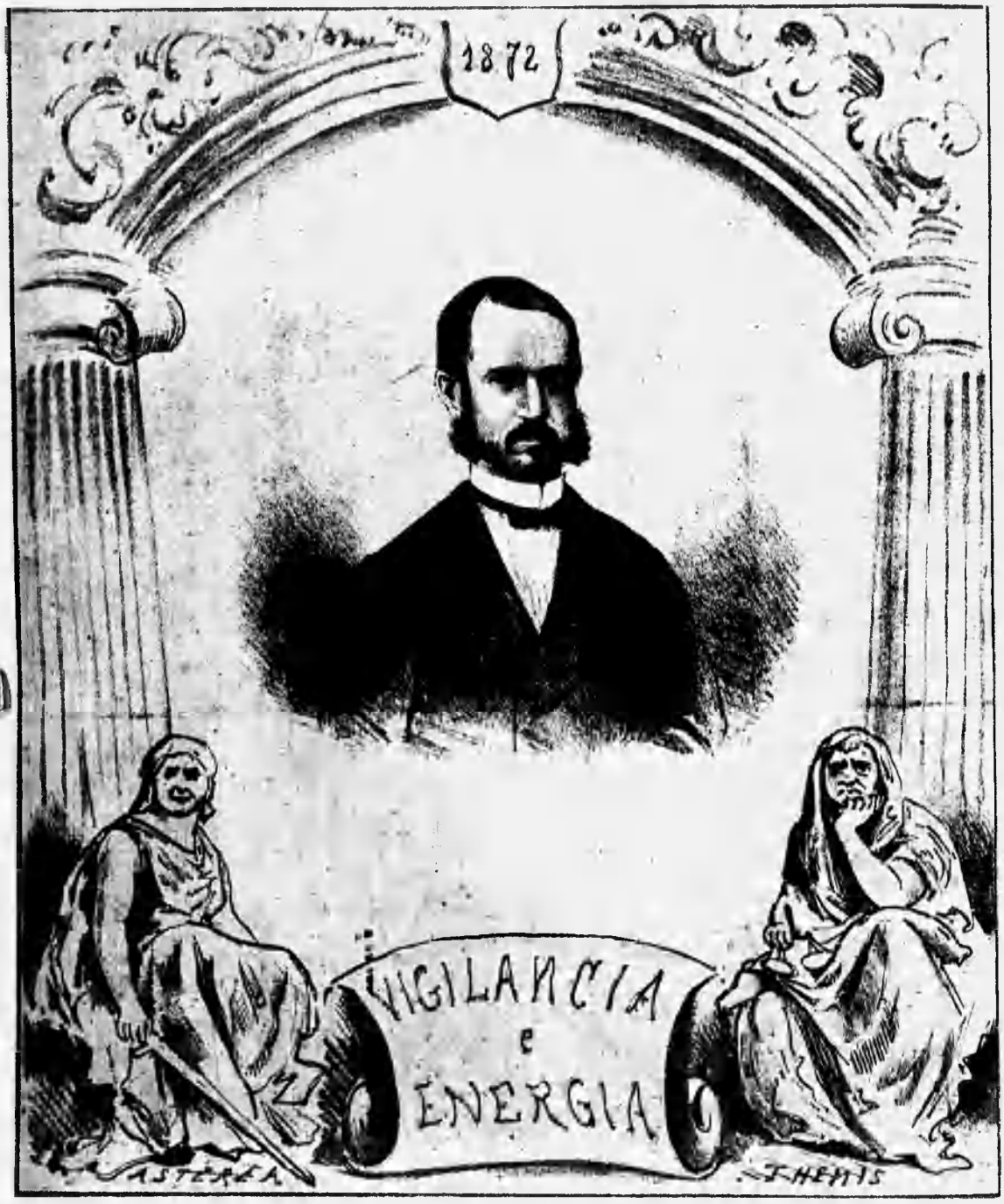
Prosseguimos.

O jôgo é um dos males que muito nos aflige de certo tempo a esta parte.

Baronesa" — a primeira locomotiva do Brasil

Inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil

A gare da Estrada de Ferro Central, em 1937




Dr. Ludgero Gonçalves da Silva — chefe de Polícia da Côrte, em 1872

Corrompe a mocidade inexperiente, causa a desgraça de pais de família, e atribue-se-lhe, com fundamento, a quebra de muitos negociantes.

A autoridade tem conhecimento do mal e quer, como é de sua obrigação, remediá-lo; vê-se, porém, inibida, pela lei, de fazê-lo.

O Código Criminal, no artigo 281, pune ao dono da casa pública de tavolagem para jogos proibidos pelas posturas municipais.

Meus predecessores representaram à Câmara Municipal sôbre a necessidade de postura que declare quais são os jogos proibidos e eu mesmo fiz-lhe igual representação em ofícios de 19 de Março, 6 de Abril e 24 de Outubro de 1870, sem obter resultado algum.

A prostituição, que outrora em homenagem ao pudor, procurava ocultar-se, tem hoje atingido escandaloso vulto e faz gala em ostentar tôda a sua hediondez.

O luxo das infelizes, que se entregam à prostituição, exige necessariamente enormes despesas, e para ocorrer a elas, forçoso é recorrer a expedientes nocivos ao bem estar das famílias e bem vezes criminosos.

O assunto faz parte das atribuições da Polícia e a ela ligam-se as questões mais delicadas de moral, de higiene e de segurança.

A posição da autoridade é melindrosa.

Se é indispensável conhecer, registar e submeter a precauções sanitárias as mulheres que descem a um tal gráu de abjeção, quanta prudência não é necessária para discernir a nuvem, muitas vezes insensível que separa as prostitutas das mulheres, cujo comportamento imoral, conquanto inspire um igual desprêzo, não apresenta tôdas as condições que caracterizam a prostituição e que todavia deveriam submetê-las às regras impostas às mulheres públicas!

Subiu de ponto nesta cidade o clamor público, ante o imoral escândalo da prostituição de escravas, por ordem ou expresso consentimento de seus senhores, que daí auferiam exorbitante lucro, sendo obrigadas essas infelizes, para satisfazerem sua danada cobiça, à prática de atos nimiamente ofensivos da moral pública, apresentando-se às janelas

semi-nuas e excitando, por gestos, palavras e quase à fôrça, os transeuntes, para fins libidinosos.

O número de vadios que infestam a cidade, é excessivo.

Andam bem vestidos, apresentam-se com cusada frescura nos teatros, hotéis e outros lugares de reunião, sempre com a mira nas carteiras e jóias dos que ali concorrem e que se vêem sem saber como, despojados de sua propriedade com sagacidade notável e nímia ligeireza.

Raríssimas vezes se consegue encontrar em poder dêsses cavalheiros de indústria, o dinheiro e objetos furtados, tendo êles particular cuidado de se não retirarem de ao pé de suas vítimas, passando, imperceptivelmente, às mãos de adestrados consócios os objetos subtraidos."

Tratando da Secretaria da Polícia, o respectivo chefe diz: "que é precária a situação de seus funcionários, que não têm domingos nem dias santos, que trabalham à noite e, no entanto, os seus vencimentos são menores do que os de outras repartições que não têm nem renda e trabalham menos."

Assim considerando, propôs ao govêrno, que os vencimentos naquela repartição fôssem aumentados de acôrdo com a seguinte tabela:

Secretário, 5:000$; oficiais, 3:600$; escriturários, 2:400$; amanuenses, 1:800$; porteiro, 1:500$; contínuos, 1:200$; escrivães, 1:200$; escreventes, 800$; médicos, 3:600$; tesoureiro, 1:000$000.

## *O dr. Ludgero Gonçalves da Silva assume o cargo de chefe de Polícia — (1781) — Os homicídios mais notáveis do ano — Ataque ao Jornal "A República".*

A 15 de Outubro de 1871, é nomeado chefe de Polícia o dr. Ludgero Gonçalves da Silva, que se notabilizou pela sua energia, perseguindo os capoeiras, e pelos seus colarinhos, excessivamente altos.

Quanto aos homicídios, os mais notáveis do ano de 1872, registados pela Polícia, foram: o praticado a 16 de Janeiro, na pessoa do marinheiro da corveta inglesa *Topazio,* chamado Jeremias Domovan; o do chapeleiro da rua da Lapa, n.º 30, de nome Manuel Joaquim da Silva; o de José Silvano, morto com uma facada, por Francsico Paula Ferreira, em Inhaúma; o de Maria Teodora de Oliveira, morta pelo soldado do Exército, Serafim Manuel dos Santos, no Engenho Velho; o de d. Antônia Maria de Araujo Coelho, morta pelo seu escravo Viriato, em Campo Grande.

Não foram, porém, êsses crimes que deixaram o dr. Ludgero Gonçalves da Silva em apuros. Foi o ataque a 27 de Fevereiro de 1872, ao jornal *A República,* que havia saido a 3 de Dezembro do ano de 1870, trazendo o manifesto republicano.

Não via o govêrno de então com olhos de simpatia o novo órgão, e, por isso, foi êsse govêrno acusado de ser o mandante do assalto por intermédio de agentes de polícia.

Eis como se deu o fato:

Achavam-se vários republicanos, entre êles Rodrigo de Oliveira Filho, Henrique Brown, dr. Daniel Terra Cardoso, Salvador de Mendonça, José Lopes da Silva Trovão, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva e outros, reunidos na sala de redação do periódico *A República,* na rua do Ouvidor, 152, com o fim de solenizar a recente proclamação do govêrno republicano da Espanha, quando um grupo de desordeiros e desocupados, postado em atitude hostil em frente à redação, grita:

— Viva a Monarquia! Abaixo a República! Viva o sábio visconde do Rio Branco! Viva o patriótico ministério de 7 de Março! Viva o grande imperador Pedro II!

De repente, uma pedra é atirada contra a vidraça de uma das janelas, e, em seguida, outra, e, depois, uma saraivada delas. Um popular mais audacioso arranca a taboleta e borra-a à tinta.

Vem a Polícia; acalma a população, mas não prende ninguém.

O chefe de Polícia, assim explica o assalto:

"Os fatos havidos nas noites de 27 e 28 de Fevereiro último, na rua do Ouvidor, em frente à tipografia do *A República,* conquanto consideráveis e merecedores de reprovações, não alteraram de modo algum a segurança e tranquilidade públicas.

Tendo dado minuciosa conta dêsses sucessos e havendo sido êles objetos de renhida discussão, da qual resultou o triunfo da verdade, deixo, por isso, de analisá-los, asseverando, entretanto, que a autoridade, logo após tão desagradável e inopinada ocorrência, conseguiu, sem emprêgo da fôrça, obstar à prática de qualquer atentado, apesar da irritação dos ânimos".

## *Príncipe Natureza.*

Um dos tipos mais populares da época era o *Príncipe Natureza,* com quem a Polícia andava sempre às voltas. Chamava-se Miguel; tinha sido escravo dos frades do S. Bento e era negro.

Liberto, conseguiu emprêgo de contínuo numa das repartições do Ministério da Marinha. Uns estudantes, seus vizinhos, convenceram-no de que tinha qualidades excepcionais de orador e que, assim sendo, não podia deixar de fazer uma conferência no Teatro Recreio, sôbre a abolição.

Ao vê-lo, os espectadores gritaram:

— Bebe água! bebe água!

E o Miguel foi bebendo água tôdas as vezes que a ordem se repetia.

Afinal a Polícia teve que intervir e retirar do palco o Miguel, para evitar que se lhe rebentasse o estômago.

De outra feita, forgicaram um pergaminho, provando que êle descendia de reis africanos. Daí por diante passou a assinar-se: "Sua Alteza o Príncipe africano d. Miguel Manuel Pereira da Natureza, Sova, Gora, Vango, do Conselho de s. m. Fidelíssima, súdito do sr. d. Pedro II do Brasil, condecorado pelo sr. d. Miguel I de Portugal, grão Cruz dos Príncipes de Malta, do tempo de Afonso Henriques".

Ao ouvir o apelido que lhe deram de *Príncipe Natureza*, respondia com palavrões de arrepiar.

Fraco de espírito e, mais tarde, ébrio habitual, não foram poucas as vezes em que o pobre Miguel teve as suas noites passadas no xadrez.

## *Inauguração da estátua do patriarca da Independência — (1872) — Expressões do imperador — A carta de d. Gabriela de Andrada.*

A 7 de Setembro, acotovelava-se o povo no largo de S. Francisco de Paula, e a Polícia teve necessidade de mandar para aquele local um contingente afim de manter a ordem.

É que se ia inaugurar a estátua de José Bonifácio — monumento de dois metros e quarenta de alto, pesando 18 mil quilogramas.

Entre as pessoas que assistiram ao ato, se achava d. Gabriela de Andrada, filha do patriarca da Independência. Proferiu eloquente discurso o dr. J. Manuel de Macedo, ao qual s. m. o imperador respondeu:

"As nações engrandecem-se com as homenagens prestadas a seus varões ilustres. José Bonifácio é digno da veneração que lhe tributam todos os brasileiros e eu lhe consagro também como grato pupilo."

Por essa ocasião os estudantes da Escola Central, sabendo que no monumento havia trabalhado um escravo, dirigiram-se ao imperador e lhe contaram o fato. D. Pedro comoveu-se, e do seu próprio bolso forneceu a quantia necessária à libertação do referido operário.

O custo da estátua foi de 50:000$000.

E, apenas como recordação histórica, transcrevemos a carta seguinte, que d. Gabriela de Andrada enviou a um seu filho:

"11 de Setembro de 1872.

Meu querido filho e amigo:

Recebi a tua carta de 5 do corrente no dia 9 e fiquei muito admirada de me mandares dizer que não vieste à inauguração da estátua de teu respeitável avô, por eu não te ter mandado dizer nada a êste respeito; eu também escrevi a teus manos e nada lhes .disse, pois sempre julguei que viessem, sem ser preciso nada dizer, os que mais deviam aplaudir e apreciar as honras que se faziam à memória daquele de quem muito devem honrar-se de descender.

Tive bem sentimento que de três filhos meus nenhum comparceesse, pois, se um dos três aqui estivesse, apesar de muito incomodada, eu teria feito esforços para comparecer, mas estava muito fraca e comovida, mesmo em casa, e não me animei a comparecer, até para me furtar a cumprimentos e parabens, que muito haviam de sensibilizar meu coração de extremosa filha a quem a lembrança de tão respeitável pai enche de glória.

Foi sublime a festa; não houve um só brasileiro de qualquer partido político que se não entusiasmasse ao descobrir-se a estátua. O imperador estava comovido e antes, na sala, assim que entrou, perguntou logo por d. Gabriela e ficou triste quando Antoninho Carlos lhe disse que eu não tinha podido ir por doente; conto-te isto não por vaidade, mas para dizer-te que na festa nacional tudo me agradou, menos a ausência de meus três filhos, primeiros representantes do meu ilustre pai.

Otaviano, Homem de Melo e Penedo estiveram aqui no Catete e muitas outras pessoas me perguntaram porque nenhum de meus três filhos tinham vindo, e eu fiquei muito embaraçada, pois nada podia dizer; agora, se tiveres tempo, lê as descrições da festa, que foi muito mais brilhante do que está descrita; parecia que tinha revivido o entusiasmo da Independência.

Honra aos brasileiros que souberam honrar ao brasileiro, que tudo sacrificou à sua pátria! Viva a memória daquele de quem muito e muito me honro de ser filha e cuja lembrança nunca se apagará em meu coração e que apesar de velha e doente, sabe avaliar o amor da Pátria e lançar para

longe o apêgo às grandezas e riquezas dêste miserável mundo. Adeus, meu prezado filho, recebe um saudoso abraço e a bênção de tua mãe e amiga — Gabriela".

*De 1873 a 1874, ao lado de acontecimentos corriqueiros, salientam-se episódios históricos — Um médico condenado a galés perpétuas.*

No ano de 1873 registaram-se 23 homicídios, mas o que mais preocupou a atenção da Polícia foi o praticado de 22 para 23 de Novembro, pelo soldado do Exército de nome Delfino de Sousa, que, tendo sido reconhecido como desertor, ao ser-lhe dada voz de prisão, a ela resistiu, matando os guardas urbanos Marcílio Gomes Viveiros e Serafim Pinto Ribeiro e o guarda da Casa de Detenção, Domingos José de Oliveira, ferindo também gravemente outro urbano, chamado João da Cruz Borges.

Quanto a ferimentos graves, o mais importante foi o praticado por Manuel Jerônimo de Seixas Campos, na pessoa de seu patrão, dr. Porfírio Dias dos Santos.

No dia 12 de Janeiro, chegou ao conhecimento da Polícia que Guilherme Augusto da Silva, sócio da farmácia à rua da Quitanda, 183, fôra vítima de envenenamento.

Aberto inquérito, ficou verificado que o crime fôra praticado pelo empregado da mesma farmácia, Afonso Henriques, a mando de Frederico Guilherme Alberto Bischoff, que pusera atropina numa chícara de café destinada ao patrão.

A 18 de Fevereiro, constou ao sub-delegado do 1.º distrito que na noite anterior um máscara atirara em Júlia dos Reis Sá, uma quantidade de ácido sulfúrico. A Polícia averiguou ser êsse máscara alferes honorário do Exército e chamava-se Sotero Joaquim Almeida.

Passando ao ano de 1874, o homicídio mais sensacional foi o praticado na pessoa de Júlio Langlois Nosser, no jardim de sua casa, em S. Domingos de Niterói.

Eis em resumo como os fatos se passaram.

Em 22 de Fevereiro de 1874, publicou o Jornal do Comércio que no dia 20, pouco depois das 7 horas da noite, o sr. Júlio Langlois Nosser, sub-diretor da Companhia de Seguros "Mutualidade", residente na rua Presidente Pedreira, em S. Domingos (Niterói), próximo ao palácio da Província, fôra gravemente ferido em casa, por um preto, que lhe vibrara uma facada no lado esquerdo do peito.

Era desgraçadamente verdadeira a notícia: Júlio Langlois tinha sido ferido e dêsse ferimento veio a falecer.

No dia seguinte, apresentaram-se ao escritório da companhia "Mutualidade", o guarda urbano Antônio de Castro Martins e um pardo chamado Eleutério, escravo de Belarmino de Sá Carvalho, procurando o dr. João Cerveto, sócio de Júlio Langlois, para lhe declararem que sabiam de fonte limpa quem era o autor do crime cujo nome estavam dispostos a dizer, caso lhe dessem uma gratificação.

Nesse entrementes, recebeu a Polícia uma denúncia anônima, comunicando que o assassino de Langlois, era o dr. Cerveto, seu sócio.

Prosseguindo no inquérito, a Polícia prendeu Felipe, escravo de Júlio Villeneuve, José Barros, vulgo *Maceió,* Norberto Silva, criado do dr. Cerveto e Cândido Joaquim de Sant'Ana.

Interrogado êste último, declarou haver sido o autor do crime e que o havia cometido, a pedido de Norberto, para o que recebera 300$000.

Acareado, Norberto afirmou que os 300$000 quem lhos havia dado para aquele fim, fôra seu patrão, dr. Cerveto que, anteriormente, o mandara a uma curandeira comprar veneno para matar Langlois.

Foi preso, pois, o dr. Cerveto, como mandante do assassínio de Júlio Langlois Nosser.

O dr. Cerveto, porém, insistia em dizer, que nem tinha dado os 300$000 a Norberto, nem tinha mandado assassinar seu sócio e que não podia compreender por que cargas dágua seu criado lhe fazia tal imputação.

O conselheiro Tito Franco de Almeida, advogado do dr. Cerveto, defendendo-o, escreveu:

"O plano atribuido ao dr. Cerveto é um absurdo; maior absurdo a sua execução.

Sendo médico e médico inteligente e distinto, o dr. Cerveto não se podia lembrar de Norberto para incumbí-lo de procurar veneno, para assassinar seu sócio, quando conhecia minerais e vegetais de pronto e seguro resultado, de mais fácil propinação, à vista da intimidade em que vivia com Langlois.

Para que, então, comunicaria a Norberto a sua intenção e, ainda, além de Norberto, a uma curandeira, para pedir-lhe a preparação venenosa?

A inteligência mais vulgar, não repeliria um plano, que principiava por divulgar-se não só a Norberto, como a pessoa desconhecida, que por êle seria procurada e convidada, para, sem razão alguma fornecer veneno, tornando-se cúmplice de um crime tão horroroso?

Êste absurdo toma proporções colossais, desde que Norberto afirma que o dr. insistia para que se consumasse o crime, o que autoriza a crença de que sabia do convite a Felipe, do convite a *Maceió*, pela recusa do primeiro, e do convite aceito por Cândido, depois de outro convite a um tal Domingos José Carneiro.

É natural, é razoável, é crível que o dr. Cerveto planejasse um crime horroroso e autorizasse seu criado Norberto a procurar um, dois, três, quatro assassinos, que o executassem; assassinos que o dr. Cerveto não conhecia, e, portanto, em quem não podia confiar; assassinos que entre si transmitiam e divulgavam o mesmo plano?

É natural, é razoável, é crível tamanha imbecilidade, em um homem de inteligência, que assim punha nas mãos de assassinos desconhecidos, sua posição, honra, liberdade, — o próprio crime quando o houvera planejado?

É absurdo autorizar os assassinos a partirem de tarde, para S. Domingos, no dia do crime, deixando necessariamente vestígios de sua passagem e, pois, da sua combinação e ajuntamento!

Apesar, porém, de todos estes absurdos, parecem as declarações de Norberto, em resposta a perguntas, que não foram escritas, — o que é transgressão dos princípios da

jurisprudência criminal brasileira, — notavelmente conducentes, não ao esclarecimento da verdade, mas à confirmação das gratuitas asseverações da 1.ª Delegacia de Polícia. Era um juizo antecipado, que ela queria por fôrça legitimar."

Em ofício de 27 de Fevereiro, a 1.ª Delegacia requisitou a prisão do dr. Cerveto, de Cândido, Felipe, *Maceió* e Norberto, remetendo o inquérito do qual "resultava prova plena, de que foi Cândido o autor material do crime, tendo por cúmplices os demais, conforme confessou, e a Norberto, que foi quem os incumbiu do crime, a mandado, segundo dizia, de seu amo o dr. Cerveto; que se verificou mais que houve plano em ser perpetrado o crime na ocasião em que na forma do costume, tendo o dr. Cerveto jantado em casa da vítima, saisse acompanhado pela mulher e filha desta, levando consigo até os cães de casa, fato êste que não podia ser conhecido por Cândido, que nem sabia o nome da vítima e do mandante; que, tendo sido o assassino pago com 300$000, quantia que Norberto não podia ter, indica que o mandante foi o dr. Cerveto; que não havia razão para supor que Norberto agisse por si mesmo, nem se pode atribuir a outrem, pois o paciente declarou que não tinha inimigos; que era verdade, havia nos autos uma circunstância, que a princípio tirava do dr. Cerveto a responsabilidade, — e vinha a ser, que êle ia sempre a casa de Langlois como seu amigo, que era; além de que, o golpe parecia destinado ao dr. Cerveto, sendo Langlois vítima de um engano, e assim, realizadas as suspeitas do dr. Cerveto que o queriam assassinar; que, porém, se tal idéia, conforme consta de dois depoimentos jurados, é um engano; tal idéia de assassinato é um romance; que o assassino Cândido, não podia saber que todos sairiam a mesma hora da casa, levando até os cães; que, conforme diz uma testemunha, havia desavença entre o dr. Cerveto e Langlois, sendo a amizade dêles aparente, pois nem se podiam suportar; — tôdas estas circunstâncias, combinadas com as declarações dos réus, geram a convicção de que, de propósito o dr. Cerveto, que já premeditava o assassinato, preparou o terreno no sentido de fazer crer que êle receava ser assassinado e de propósito também fez com

que o assassino procurasse o dr. Cerveto e não Langlois, para que aquele dissesse: — "foi um engano; era para mim o golpe".

Armado das declarações de Norberto, o 1.º delegado interrogou o dr. Cerveto que disse: "que na forma do costume, foi no dia 20 jantar com Langlois, saindo às 7 horas e um quarto com a senhora e filha dêste e os dois cães, ficando Langlois em casa; que em meio do caminho, despediu-se das senhoras e seguiu para a ponte das barcas; que, quando aí chegou, apareceu-lhe a criada de Langlois, gritando por êle; que, ouvindo a criada que lhe disse que Langlois havia sido ferido, voltou a casa de Langlois, aí o encontrando deitado e sob os cuidados do dr. Continentino; que, aproximando-se de Langlois, êste lhe dissera: "aqui tem a vítima do golpe para o senhor"; que, uma vez o doente calmo, lhe contara que, estando à porta do jardim, sentiu abrirem o portão, e, perguntando "quem é?" responderam-lhe: "Eu"; entrando um preto alto e dizendo que queria entregar uma carta ao dr., que replicou Langlois, que o dr. não estava em casa, mas que a receberia, sendo então ferido pelo preto, que fugiu; que era sócio de Langlois; que era o seu braço direito e seu amigo; que não deu dinheiro algum a Norberto e que acredita que as declarações de Cândido, Felipe e *Maceió,* sôbre Norberto, são uma combinação estranha a sua casa; não podendo acreditar que Norberto os incumbisse do crime e sendo falso que êle o autorizasse; que não pode explicar, como diz Norberto em sua presença, que foi quem mandou arranjar homens para matarem Langlois, a menos que Norberto esteja unido a interessados em perdê-lo, depois que mataram Langlois."

No dia 27 de Agosto entraram todos em julgamento, começando a sessão nesse dia e terminando a 29, ao meio dia. O dr. Cerveto foi condenado a galés perpétuas, bem como o réu Cândido Joaquim de Santana; Norberto, foi condenado a 20 anos de galés; Felipe, escravo de Júlio P. Villeneuve, a oito anos de prisão, com trabalho; e José Jacinto Galvão de Barros, a 13 anos e quatro meses de prisão com trabalho.

O juiz substituiu a pena imposta a Felipe pela de 200 açoites.

### *Forte lida.*

Nos primeiros dias de cada mês, invariavelmente ao meio dia, por muitos anos, via-se na pagadoria do Tesouro, uma pobre mulher cujas saias eram sempre de tecidos de côres berrantes e que trazia à cinta um molho de chaves.

Era um tipo de rua.

Chamavam-na *Forte lida.*

Ia mensalmente àquela repartição receber uma pequena pensão que lhe deixara o marido. Andando horas seguidas pelas ruas da cidade, percorria todos os cartórios, afim de saber do resultado de uma demanda, que, vitoriosa, dizia ela, lhe proporcionaria grande fortuna.

Ninguém lhe sabia a história, provavelmente não muito risonha. Seu todo indicava um passado de sofrimentos. O olhar era de tristeza impressionante.

Morava com uma escrava, em Matacavalos, e era-lhe única preocupação saber se já estava acabada a demanda.

Daí a garotada tomar conta da infeliz, conhecida por *Forte lida,* apupando-a impiedosamente.

Às vezes, via-se *Forte lida* subir as escadas que conduziam ao gabinete do chefe de Polícia, à procura das autoridades. Ia queixar-se dos insultos que recebia dos desocupados.

Seu fim?

Houve um mês em que não apareceu no Tesouro. Todos lhe notaram a falta, mas ninguém nunca mais dela soube notícias.

### *Processo contra o bispo de Pernambuco — D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira — "Gesta tua non laudantur".*

A geração atual ouve, de quando em quando, falar da "Questão religiosa".

Resumidamente recordemos êsse acontecimento que, por algum tempo, constituiu o assunto principal de todos os jornais do Brasil.

Em 1872 (estávamos em pleno ministério Rio Branco) um periódico livre pensador denominado *A Família Universal,* que se editava no Recife, publicou uns pequenos artigos em que atacava certos dogmas da religião católica. Era bispo de Pernambuco d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que, ao ler tais artigos, depois publicados também no jornal maçon *A Verdade,* usando de seus direitos, dirigiu, a 25 de Dezembro, a todo o clero de sua diocese uma pastoral em que proibia fizessem parte os maçons de irmandades religiosas. Uma comissão, composta dos drs. Aires Gama, Sinfrônio Coutinho, Franklin Távora, Costa Ribeiro, Malaquias Franco de Sá e José Mariano, à vista disso, levou ao presidente da Província, dr. Henrique Pereira de Lucena, uma representação contra o ato de d. Vital. Por sua vez, as irmandades, acintosamente, publicaram os nomes de todos os maçons que delas faziam parte, respondendo d. Vital com a interdição. As irmandades requereram ao prelado o levantamento da interdição; mas, não sendo atendidas, interpuseram recurso para o Conselho de Estado, que lhes deu ganho de causa. D. Vital, porém, achando ser aquilo assunto eclesiástico, e como tal só êle o podia resolver, não deu cumprimento ao recurso. Teve início, pois, processo contra o bispo, acusado do crime de desrespeito às ordens do govêrno. Denunciado pelo promotor da Justiça d. Francisco Baltazar da Silveira, d. Vital não respondeu à cópia da denúncia. Marchavam, assim, as coisas, quando, na tarde de 14 de Maio de 1873, maçons mais exaltados deliberaram fazer manifestação hostil a d. Vital, reunindo para isso, um grupo de cêrca de três mil pessoas, na praça do Conde d'Eu. Aos gritos de "vivas" e de "morras", dirigiram-se ao *Ginásio Pernambuco,* a saudar o deão Joaquim Francisco de Faria, suspenso de ordens por ser maçon.

Aos discursos de três oradores, o deão respondeu com palavras de agradecimento. Daí o grupo se subdivide. Um, toma a direção do *Colégio dos Jesuitas,* penetra no edifício e espanca os pobres padres indefesos; outro, vai à tipografia do jornal católico *A União,* empastela as caixas dos tipos e quebra o prelo; outro, enfim, dirige-se ao palácio do bispo para desacatá-lo; mas, sabendo d. Vital alguns minutos an-

tes que a multidão para lá se dirigia, mandou abrir as portas do palácio, iluminá-lo inteiramente e, paramentado, de mitra e báculo, esperou a turbamulta. Aos gritos de "morra", a multidão não ousou entrar. Estava a cidade sublevada. O presidente da Província, não podendo contar com as fôrças da Polícia, pediu auxílio ao comandante das armas, general Manuel da Cunha Vanderlei que lhe pôs à disposição as praças do Exército, as quais, armadas, percorreram os pontos principais da cidade, para manter a ordem.

Parecia que as coisas estavam terminadas, quando, dois dias depois, apareceram cartazes pelas ruas, convidando o povo a uma reunião no campo das Princesas. À hora marcada, o povo foi varrido de lá pela soldadesca. Entrementes, seguia a sua marcha o processo de d. Vital, que foi finalmente preso, sendo a 2 de Janeiro de 1874 recolhido ao Arsenal de Marinha do Recife, acompanhado pelo chefe de Polícia dali, dr. Antônio Francisco Correia de Araujo, pelo comandante do Corpo de Polícia e por um major do 9.º Batalhão do Exército. A 6, partiu para o Rio na corveta *Recife,* seguido do seu secretário padre dr. José Afonso de Lima e Sá e do brigadeiro Higino José Coelho. Chegado à Baía, passou-se para o transporte de guerra *José Bonifácio,* aportando ao Rio a 13 de Janeiro, à noite.

Na manhã de 14, às 6 horas, o 2.º delegado de Polícia, em virtude de portaria do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ao chefe de Polícia dr. Ludgero Gonçalves da Silva, dirigiu-se a bordo do *José Bonifácio,* acompanhado do comandante do Corpo Militar de Polícia coronel Assunção, e fê-lo recolher preso ao Arsenal de Marinha.

Sendo-lhe apresentada a cópia do libelo para oferecer contradita, d. Vital escreveu: "Senhor! Jesus autem tacebat (Math, 26-63)."

A 18 de Fevereiro do mesmo ano, às 9 horas e 45 minutos, no edifício da rua do Lavradio, 84, onde, certa época, funcionou o Gabinete de Identificação, e que era, então, a sede do Supremo Tribunal de Justiça, realizou-se a primeira sessão do julgamento, comparecendo o conselheiro Marcelino de Brito, presidente e os ministros barão de Monserrate, Chichorro, Simões, Valdetaro, Couto, Messias de

Leão Albuquerque, Figueira de Melo, Costa Pinto, Vilares e barão de Pirapama. Nessa sessão nada se fez, sendo o bispo e os seus defensores, conselheiros Zacarias de Góis e Cândido Mendes de Almeida, notificados para o dia seguinte. Nesse, diante de numerosa multidão de pessoas gradas, começou o julgamento, orando em primeiro lugar o conselheiro Zacarias, que pronunciou notável peça oratória. Secundou-lhe o conselheiro Cândido Mendes, que, depois de uma longa oração, assim terminou:

"Se, pondo os olhos em Deus, na lei e na ciência, absolverdes o paciente, os vossos nomes serão inscritos nos livros da imortalidade e vossa memória atravessará os séculos, bendita, não só pelos homens da nossa crença, mas por todos os homens de coração; se, porém, infelizmente, seguirdes outro caminho, tereis os aplausos de momento, dados por aqueles que querem crucificar êste mártir (aponta para d. Vital); mas não podereis contar senão com a severidade da história neste mundo e implorar a infinita Misericórdia Divina no outro".

Terminados os debates, o presidente declarou que os srs. ministros se iam recolher em sessão secreta para o "veredictum". Às 15 e 40 abriu-se de novo a sessão, lendo o secretário a condenação de d. Vital a 4 anos de prisão, com trabalho, gráu médio do art. 96 do Código Criminal, pena que foi comutada pelo imperador em prisão simples. D. Vital foi recolhido à fortaleza de S. João onde esteve um ano e 7 meses, até que, a 17 de Setembro de 1875, foi anistiado pelo ministério presidido pelo duque de Caxias.

Antes disso, porém, em 1873, logo no início da questão, o govêrno enviou a Roma, no caráter de plenipotenciário, o barão de Penedo, afim de expor o caso à Santa Sé. Respondeu o secretário de Pio IX que o papa "estava disposto a empregar os meios que em sua alta sabedoria e paternal benevolência julgasse apropriados para pôr termo ao deplorável conflito."

Mau grado isso, o cardial Antoneli dirigiu a d. Vital uma carta que começava com a frase — "Gesta tua non laudantur..."

## *Juca Rosa — o célebre feiticeiro da rua do Núncio — Quando saiu da Detenção, foi guarda-fiscal da Municipalidade.*

O curioso que aí por 1873 atravessasse a rua do Núncio, perto da rua do Senhor dos Passos, em frente a um armarinho, conhecido pelo nome de *O lenço de Alcobaça*, veria na porta de um corredor de casa colonial, ainda então ali existente, uma negra enormemente gorda, vendendo bolos africanos e pomadas de cheiro.

Ao fundo do corredor, pendia uma cortina de chita suja e tôsca.

O fato de estar ali a negra não causava admiração; o que, porém, chamava a atenção, era ver-se que, lá dentro, ao fundo daquele antro, senhoras bem vestidas e da mais alta categoria social entravam, como se fôssem tratar de negócios de grande importância.

Entravam, mas não saíam pela mesma porta, pois a saída era pela rua do Senhor dos Passos.

Dir-se-ia que ali era o consultório de algum afamado médico, cuja clientela, de primeira ordem, aumentava dia a dia.

Podia pensar-se, também, que era ali o escritório de algum judeu onzenário e que aquelas senhoras nada mais eram do que freguesas, que iam empenhar as suas jóias à espera de dia de menos apertos.

Supôr-se-ia, também, que fôsse alguma excelente modista, que, não tendo capitais para se estabelecer, mas conhecendo bem o seu ofício, arranjasse a freguesia do escol feminino carioca.

É possível que seja isto... aquilo... .aquilo outro.

Cada um, enfim, tinha o seu modo de ver sôbre o que era aquela casa, ou que espécie de comércio estava nela instalado, apesar de sua aparência medonhamente repugnante.

Aquela casa, tão frequentada pela gente fina do sexo feminino, era, nada mais nada menos, do que o antro do feiticeiro José Sebastião da Rosa, conhecido por *Juca Rosa*.

Hora da missa (Igreja de Santo Antônio)
(Quadro de Aideia Santiago)

O famoso sino da igreja de São Francisco de Paula, que tocava o "Aragão"

Padre Quelé

Policarpo

Príncipe Obá

Juca Rosa era negro inteligente e, passando por várias profissões, sem se dedicar a nenhuma, compreendera que a mais rendosa era a de viver da imbecilidade alheia: — fizera-se feiticeiro, tornando-se, assim, tipo popular.

Tinha cêrca de 40 anos de idade, era natural do Rio de Janeiro, negro retinto, já de pele com fundas engelhas, filho de pais africanos, nariz chato, beiços grossos, olhos vivos e penetrantes. Um ou outro fio de barba lhe adornava o rosto. A cabeça ovoidal deixava ver a carapinha característica da raça.

Expressava-se mal, mas de tudo quanto queria dizer nada lhe ficava oculto no pensamento, porque completava o colorido da frase com a vivacidade do olhar.

O que dizia, o que afirmava, pesava como um dogma sôbre o espírito fraco das mulheres suas consulentes e, quiçá, sôbre o de alguns homens.

Se tivesse instrução, *Juca Rosa*, que às vezes inspirava verdadeiro terror, seria talvez um perfeito rival de Cagliostro.

Pouco antes de se fazer feiticeiro, fôra cocheiro de carro.

A sua fama de fabricante de casamentos, de unir pessoas que se achavam arrufadas, de quebrar feitiços, de curar quebrantos e maus olhados, se espalhou pela cidade com a rapidez do raio, de sorte que a sua casa em breve se tornou refúgio de senhoras arrufadas com os maridos e de moças que se queriam casar e não sabiam porque não eram amadas.

A sua clientela feminina era quase tôda de senhoras ricas, porque a mãe do Juca — a tal negra que sempre se via à porta, vendendo bolos e pomadas de cheiro — procurava-as de preferência, propagando as propriedades do filho, como um privilégio do céu em fazer orações e em fabricar pós, que davam virtudes, etc., etc.

E com a fabricação de tal pó, de efeitos especiais, a sua fama crescia, aumentando-lhe os proventos.

E, à medida que empanturrava o mealheiro, *Juca Rosa* avaliava de perto quanto é fértil e produtiva a fraqueza humana, convenientemente explorada.

Uma feita, foi lá uma senhora fazer-lhe certa consulta.

*Juca Rosa* fez-lhe propostas menos dignas e a senhora imediatamente foi à Polícia comunicar o fato, pedindo providências.

O escândalo veio a público, os jornais bradaram, e por muito tempo foi *Juca Rosa* o assunto predileto do Rio de Janeiro.

Preso e processado, foi o feiticeiro condenado, cumprindo a respectiva pena na Casa de Detenção.

Quando de lá saiu, não quis mais saber de feitiçarias. Arranjou um lugar de guarda fiscal da Municipalidade; mas não perdeu a popularidade.

A título de curiosidade, damos aquí uma das receitas de *Juca Rosa,* vendida por muito bom dinheiro.

*"Receita para os homens se verem obrigados a casar com as suas amantes:*

"Tomem-se 26 folhas de erva de Santa Luzia e depois de cozidas em 6 decilitros de água, meta-se numa garrafinha branca bem arrolhada, até que tenha no fundo alguns farrapos, e sôbre o gargalo dessa garrafa reza-se a seguinte oração:

"Ó Santa Luzia, que sarais os olhos, livrai-nos de escolhos, de noite e de dia; ó Santa Luzia, bendita sejais, por serdes bendita, no céu descançais".

"Aqui tira-se um 7 de um baralho de carta e põe-se-lhe em cima a garrafa, dizendo: "Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, te imploro, Senhora, que assim como esta carta está segura, assim eu tenha seguro por tôda a vida a (fulano) a quem amo de todo o coração e peço-vos Senhora, que façais com que êle me leve à Igreja, nossa mãe em Cristo Senhor Nosso.

"Rezando em seguida uma corôa à Nossa Senhora, a mulher pode ter a certeza do êxito.

"É preciso conservar a carta debaixo da garrafa até o dia do casamento."

## *O crime do magistrado — (1873) — Desembargador Pontes Visgueiro e Maria da Conceição.*

A 13 de Maio de 1874, a porta do Supremo Tribunal de Justiça, na rua do Lavradio, se achava apinhada de gente, curiosa por ver o desembargador Pontes Visgueiro, que ia responder a julgamento pelo crime de homicídio, crime que os jornais denominaram — do Magistrado.

Antes de entrarmos na narrativa dêsse crime, que tanto emocionou a população em 1873, devemos considerar que, se o fato se desse hoje, o infeliz magistrado vítima de paixão violenta, como sói acontecer a pessoas de sua idade, seria certamente absolvido pela derimente da perturbação de sentidos. E, de fato, em nenhuma outra parte, essa figura jurídica se apresenta tão caracterizada. Homem cujo passado era de reconhecida incorruptibilidade — e a prova é que chegou a uma posição elevada na Magistratura, naquele tempo em que para ser juiz era preciso ser homem indiscutivelmente sem mácula, — num verdadeiro acesso de loucura, mata, trucida, esquarteja uma pobre rapariga a quem dedicava todo o seu amor de sexagenário. Bastaria estudar a hediondez do crime e a qualidade social de seu autor, para se ver que se trata de homem desequilibrado por um amor cego, que não conhece freios nem dificuldades. A opinião pública, porém, voltou-se tôda contra o magistrado; viam celerado quem era demente; pediam a prisão para quem precisava de uma casa de saúde. E assim foi condenado o inditoso magistrado, cuja desventura vamos relatar.

Existia na capital da província do Maranhão, em 1873, uma rapariguinha de 16 anos, de nome Maria da Conceição, filha de uma mulher de condição inferior na sociedade, chamada Luzia Sebastiana de Carvalho, e que desde os 7 anos se ocupava no mister de levar recados e fazer compras na rua.

Logo aos 13 anos, Maria entregou-se aos desregramentos da prostituição. Uma feita, quem passasse às 9 horas da noite pela rua Quebra Costa, veria um grupo de pessoas, parado à porta da casa onde morava Maria, que soltava gritos lancinantes. Era um cadete que a espancava por ter em sua ausência admitido um moço estranho. Maria era de volubilidade sem nome. Entre as pessoas que a cortejavam, muitas vezes tinha aparecido quem lhe pudesse dar bem estar na vida, mas parece que uma estrela má a perseguia; que não se sentia bem entre sedas, e aborrecia a atmosfera de um *boudoir* perfumado. Seu prazer era possuir um roupão de chita, usar os cabelos desgrenhados, calçar uma chinela de polimento. De queda em queda, Maria torna-se rameira inferior. Foi por essa época que o magistrado, que era um solteirão, a vê e por ela se apaixona. Tenta retirá-la daquela vida desgraçada, porém ela o engana, ela o atraiçoa. Vê-a certa vez em colóquios com um rapaz. Cego de paixão e de ciumes, tem com o moço uma cena de pugilato. O magistrado austero, íntegro até então, começa a perder a calma habitual. Aluga uma casa com todo o confôrto e entrega-a a Maria, mas a desgraçada continua a enganá-lo miseravelmente. Começa êle a sentir os primeiros toques do desequilíbrio mental. Não dorme, passa a noite tôda a falar sozinho e a passear pela casa. Seus amigos, ao vê-lo taciturno e pesaroso, interrogam-no; êle diz que é a tristeza própria da idade. Um parente próximo, que sabia dêsses amores, aconselha-o a pedir licença e ir distrair-se fora da província. Responde:

— Irei, afim de ver se posso esquecer essa ingrata mulher, que veio, no último marco de minha vida, roubar-me a paz e o sossêgo.

E partiu para uma província vizinha. Mas o infeliz não esqueceu o objeto de seu amor. Pretendendo ficar 8 meses, aí permanece apenas 60 dias; e volta, trazendo consigo um criado de côr parda, chamado Guilhermino.

Ao chegar, foi-lhe primeiro cuidado procurar Maria. Encontrando-a com um estudante, ameaça-o com uma bengala. Maria declara que detesta o magistrado; êste responde-lhe que a quer assim mesmo. E continua dando-lhe dinheiro,

que ela aceita. Passam-se dias. O magistrado, ao chegar a casa, amola um trinchante, encomenda, antes, a um operário um caixão de madeira, forrado de zinco e impermeável. Fez êle próprio 4 travessas que serviram para comprimir o cadáver no caixão. Pediu a um morador do andar térreo lhe cedesse um pouco de cal, que empregava em suas obras. Tudo preparado, o magistrado vai a casa de Maria da Conceição e a convida para passar a noite com êle. Recusou ela o convite, mas promete ir em outra ocasião. No dia seguinte, 14 de Agosto de 1875, nova insistência. Maria accede e vai com uma sua amiga. Teresa de Jesús. Ao entrar em casa do desembargador, Teresa deixa Maria. O magistrado pede-lhe vá a uma determinada sala buscar um presente que lhe guardara. Maria obedece. O velho apaixonado segue-a. Maria senta-se em um baú; neste momento salta Guilhermino, que, mascarado, lhe agarra as espáduas, no momento em que o magistrado com uma toalha, embebida em clorofórmio, lhe tapa a boca. Adormece sob a ação do tóxico. O desembargador morde-lhe então o corpo todo. Guilhermino retira-se, e, quando volta, daí a momentos, encontra Maria reduzida a cadáver, tendo sôbre o peito dois ferimentos de punhal. O magistrado deitado sôbre o cadáver, além de ter tido a precaução de forrar o chão com um capote, para que o taboado não se manchasse de sangue, agarrava a própria camisa e com ela enxugava o sangue que extravasava das feridas. Não querendo deixar o mínimo vestígio de sangue, mandou que Guilhermino agarrasse pelos pés o cadáver que, segurando-o pelos ombros, depositaram no caixão. Êste é, porém, pequeno para conter o corpo. O magistrado amarra com uma corda o pé direito, fá-lo voltar sob a coxa, mandando que Guilhermino fizesse o mesmo com a perna esquerda. Colocado assim o corpo, o caixão não fechava. O magistrado lança mão do trinchante. Estendeu de novo a perna direita e deu profundo golpe na curva, procurando vergar essa perna sôbre a coxa. Não o podendo obter, deixou de novo pender a perna e a desarticulou pelo joelho. Logo depois, o magistrado agarra a cabeça da vítima pelos cabelos e com o mesmo trinchante, corta-lhe o pescoço, até que a cabeça, volteando, pode cair

sôbre as espáduas e ser introduzida no caixão. Guilhermino, que assiste a tôda a cena, vai buscar a lata de cal. O magistrado com uma cuia, vai cobrindo de cal o cadáver e manda Guilhermino comprar um ferro e estanho para soldar o caixão de zinco. Metido já o cadáver no caixão, o magistrado faz-lhe ainda uma incisão no estômago, por onde sáem as vísceras e dá outro golpe atingindo o fígado.

Guilhermino volta com a solda e o ferro. O desembargador cobre o cadáver com um jornal e escreve a um amigo, dizendo-lhe que o esperava, pois precisava muito falar-lhe. Em seguida lava as manchas de sangue e veste-se para assistir a uma festa em casa de um parente. A horas avançadas da noite, sái da festa e, ao dirigir-se a casa, encontrou a mãe de Maria, que a procurava, dizendo o magistrado não saber dela. Seu amigo, que já o esperava, entrou com êle para casa e aí o magistrado, ajoelhando-se, pede-lhe que solde o caixão.

O amigo, sem saber o que o caixão continha, começa a soldá-lo, até que, terminado o trabalho, foi o mesmo colocado num armário da sala de jantar. No dia seguinte, 16, Teresa e a mãe de Maria, perguntam de novo por ela ao magistrado, que responde nada saber. Chora-lhe o desaparecimento e oferece dinheiro para a procurarem. Afinal, a mãe de Maria denunciou às autoridades o desaparecimento da filha. Pondo-se a Polícia em campo, o magistrado pediu ao seu amigo soldasse de novo o caixão, pois lhe parecia exalava mau cheiro.

Atendido, foi o caixão, em seguida, colocado numa alcôva, que havia no pavimento térreo da casa. Restava resolver, porém, sôbre o destino que dar ao caixão. A primeira idéia do magistrado era seguir com êle para outra província e aí mandá-lo enterrar; mas a idéia era inexequível, porque o desenvolvimento dos gases, consequência da putrefação do cadáver, faria estourar o caixão de zinco, que já se apresentava abaulado. Êste receio fez mandasse enterrar o caixão com a tampa para baixo, no quintal de sua casa, por Guilhermino e pelo seu escravo Luís.

Cansada a Polícia de procurar Maria por tôda parte, entendeu, afinal, que a rapariga devia estar em casa do de-

sembargador. O chefe de Polícia ordenou aí o cêrco e uma busca rigorosa. A diligência foi coroada do mais completo êxito. A casa e o quarteirão a que ela pertencia foram postos em rigorosa vigilância. Às 6 e meia da manhã é feita a busca. A cova, ainda fresca, apresentava-se aos olhos de quem quer que descesse a escada em busca do quintal.

Imediatamente escavada a terra, é descoberto o caixão de páu; aberto êste e feito um orifício no de zinco, encontrou-se depois o cadáver de Maria.

### *Foi a Polícia do Rio de Janeiro que obteve a confissão do desembargador Pontes Visgueiro.*

O crime do desembargador Pontes Visgueiro ocorreu na cidade de S. Luís do Maranhão, onde se realizaram as primeiras formalidades do processo, inclusive as da formação da culpa, perante o juiz criminal da 1.ª vara. Mas, para livrar o réu de alguma possível violência, à vista da irritação do povo, foi o assassino de Maria da Conceição retirado do Maranhão e, acompanhado de um ofício do chefe de Polícia daquela província dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, remetido para a Côrte, onde ficou sob a guarda da Polícia do Rio de Janeiro. Foi perante esta que se obteve do desembargador da Relação do Maranhão a confissão peremptória do crime e da cumplicidade nele de seu fâmulo Guilhermino de Sousa Borges, conforme consta a fls. 152-v. do processo respectivo.

### *Na sessão de 16 de Maio de 1874 foi lida a sentença condenatória: prisão perpétua com trabalho — O povo afirmava haver fugido dentro de um baú — Uma filha natural de Pontes Visgueiro.*

O magistrado maranhense foi julgado pelo Supremo Tribunal de Justiça, funcionando como juiz relator o con-

selheiro Antônio Simões da Silva e como advogado do réu o bacharel Franklin Dória, que proferiu notável discurso, evidenciando, à luz da ciência, a involução senil que irresponsabilizava o seu desventurado constituinte, "que no ocaso da vida, de um momento para outro, sucumbiu a uma paixão impetuosa e tirânica, que lhe eclipsou essa luz divina que irradia o espírito do homem e se chama consciência."

Franklin Dória encerrou o seu discurso perante o Supremo Tribunal de Justiça com estas palavras:

"Senhores, chego ao têrmo da minha tarefa. Se não a desempenhei devidamente, como receio, chamo em meu auxílio a vossa sabedoria.

Tendes agora nas vossas mãos a vida dêste homem! Tremendo é o vosso poder, imensa a vossa responsabilidade! Mas lavrareis contra o acusado o aresto da pena de morte, da pena irreparável? Oferecereis às turbas mais um exemplo ineficaz de estranha intimidação? Entregareis ao algoz, para a imolar no patíbulo à vingança social, esta cabeça coberta de cãs?

Por honra vossa eu me recuso a crê-lo. Já não duvidais que o crime do desembargador Pontes Visgueiro foi filho de um desarranjo moral, que momentaneamente lhe suprimiu a vontade livre; já não duvidais que o acusado obrou sem má fé, sem pleno conhecimento do mal e direta intenção de o praticar, nos termos do art. 3.º do Código Penal.

E ainda quando entendesseis que êsse desarranjo moral não foi completo, em todo o caso não poderieis deixar de reconhecer que êle limitou a imputabilidade do acusado, constituindo a circunstância atenuante, proveniente da diminuição da má fé. Atento o valor especial desta circunstância, desapareceram quaisquer outras circunstâncias agravantes que com ela concorressem, porque, diminuida a má fé, não há plenitude de liberdade moral; e sem liberdade moral plena, sem inteira culpabilidade, fôra absurdo considerar agravada ou aumentada a culpabilidade.

Mas não toco nestes assuntos senão acidentalmente. A minha mira, a minha conclusão final é a absolvição do sr. desembargador Pontes Visgueiro.

Decidí, senhores, inspirando-vos na santidade do vosso augusto sacerdócio; decidí, até que a Misericórdia Infinita leve em conta a êste infeliz, a quem talvez restem poucos dias na terra, o incessante pesar que lhe punge o coração!"

Finda a sessão secreta, o tribunal condenou o desembargador Pontes Visgueiro no máximo das penas do artigo 193, combinado com o art. 45, § 2.º do Código Penal; e na sessão de 16 de Maio de 1874, foi lida a sentença, que assim concluia:

"Julgam o réu incurso no art. 193 do Código Criminal e o condenam na pena de galés perpétuas, gráu máximo, por ocorrerem as circunstâncias agravantes mencionadas no art. 16, §§ 4.º, 6.º, 8.º, 9.º e 15.º, pena que será substituida pela de prisão perpétua com trabalho, nos termos do artigo 45, § 2.º, do mesmo código, por ser o réu maior de sessenta anos; e nas custas. Rio de Janeiro, 13 de Maio de 1874 — Brito, presidente, — Simões da Silva, relator sem voto, — Mariani — Leão — Cerqueira — Barbosa — Vilares — Valdetaro — Coito — Costa Pinto."

O réu pediu que sua pena fôsse cumprida na cidade de São Luís onde ocorrera o crime, mas o tribunal achou que isso não se fundava em lei e indeferiu-lhe o requerimento, mandando que o magistrado fôsse recolhido à Casa de Correção da Côrte, conforme foi feito a 10 de Junho de 1874.

Nove meses depois, isto é, a 24 de Março de 1875, falecia o desventurado desembargador Pontes Visgueiro.

O povo, entretanto, afirmava que êle não tinha morrido e sim que lhe haviam dado fuga em um baú, dentro do qual fôra conduzido para bordo de um navio, que partira para os Estados Unidos.

O desembargador Pontes Visgueiro deixou, devidamente reconhecida, uma filha natural, nascida em Pernambuco, de nome Aristéia e que atingiu a idade de 82 anos.

*O barão de Aracatí visita o velho magistrado na Casa de Correção — "Mil vidas tivesse Mariquinhas da Conceição, mil vidas eu lhe tiraria".*

Quando o ilustre ancião cumpria a pena que lhe fôra imposta, certa vez foi visitá-lo seu colega e amigo, o magistrado conselheiro José Pereira da Graça (barão de Aracatí).

Dada a quase completa surdez de Pontes Visgueiro, a conversa entre ambos foi feita por meio da escrita, com o auxílio de alguns gestos, os mais compreensíveis.

Em certa altura o visitante escreveu a seguinte pergunta:

— Visgueiro, você não está arrependido do ato que praticou?

A resposta não se fez esperar. Sem a menor indecisão, fisionomia inalterável, como quem quer aproveitar uma oportunidade para confirmar um desígnio, uma fatalidade, o velho interrogado corre o lápis sôbre o papel e o entrega ao interlocutor. E ali, nas duas linhas que traçou, estava o mesmo pobre cérebro que mergulhara, meses antes, nas trevas de uma paixão incomensurável — dessas que tanto podem elevar a criatura aos páramos da perfeição, como arrojá-la ao abismo da degradação e do crime. A resposta foi esta:

— Mil vidas tivesse Mariquinhas da Conceição, mil vidas eu lhe tiraria.

Tal declaração, bem conhecida dos descendentes do conselheiro Pereira da Graça, talvez ainda exista em poder do almirante Heráclito Graça Aranha, neto do ilustre barão de Aracatí.

### *O Brasil é ligado à Europa pelo cabo submarino — (1874) — Dia de grande júbilo na cidade.*

As primeiras tentativas para o estabelecimento de uma linha telegráfica submarina entre a Europa e a América do Sul datam de 1864. Sua majestade o imperador do Brasil, sua majestade o imperador dos franceses, o presidente do Haití, sua majestade o rei da Itália e sua majestade o rei de Portugal, querendo facilitar o estabelecimento de uma linha telegráfica entre a Europa e a América, e assentar as bases para uma tarifa uniforme e que satisfizesse às necessidades gerais de todos êsses países, resolveram convocar uma reunião de diplomatas, com o fim de estabelecer uma convenção nesse sentido, a qual foi realizada a 16 de Maio de 1864, em Paris.

O ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, tratando do assunto em informações apresentadas ao govêrno, em 1870, assim se expressava: "Aceitas pelo concessionário Pier Alberto Ballestrini e pelas potências signatárias da convenção de 16 de Maio de 1864 as modificações propostas pelo Govêrno Imperial como condição para aderir-se a ela, em 31 das respectivas ratificações, figurando agora entre as potências signatárias o reino da Dinamarca, que não entrara na primeira negociação. Por decreto imperial n.º 4473 de 10 de Fevereiro de 1870 foi promulgada a referida Convenção. Como sabeis, segundo as aludidas modificações, obriga-se o concessionário a trazer no prazo de 3 anos o cabo transatlântico ao cabo S. Roque, na província do Rio Grande do Norte. É, portanto, de esperar que em fins de 1872 o Brasil esteja em comunicação direta com os Estados Unidos e Europa, se o concessionário levantar os capitais necessários para a realização da emprêsa. Ballestrini transferiu seus direitos para a The European and South American Telegraph Company."

Ao aparecer o prospecto dessa companhia, suscitou-se longa polêmica. A companhia baseava os seus direitos em documentos reconhecidos por sentença dos tribuuais franceses, ao passo que a Hoper's Telegraph Construction and Maintenance e The India Rubber Gutta Percha Telegraph Works sustentavam a validez dos seus documentos de concessionária. Nestas conjeturas, entendeu a nossa legação em Londres que deveria intervir, salvaguardando por meio da imprensa os direitos do govêrno.

No mesmo ano de 1872, reunidos em Paris os representantes dos Estados que tinham subscrito a convenção de 1864, pela qual fôra concedido a Pier Alberto Ballestrini o privilégio para a construção de uma linha telegráfica entre a Europa e o Brasil, decidiram que êsse privilégio havia caducado, por não ter sido o trabalho concluido no prazo estipulado.

O govêrno do Brasil, encontrando-se agora sem peias, resolveu, por decreto n.º 5058 de 16 de Agosto de 1872, conceder o privilégio ao barão de Mauá.

Mauá embarcou imediatamente para a Europa, transferiu a sua concessão para um sindicato do qual era presidente sir John Pender, que acabava de construir o primeiro cabo para os Estados Unidos e que se achava na posse de concessões telegráficas outorgadas pelos governos britânico e português.

De tal modo se desempenhou o barão de Mauá que obteve de sir John Pender a ligação telegráfica do Brasil com a Europa, mediante direitos exclusivos por 20 anos.

O sindicato de Pender organizou a emprêsa Brasilian Submarine a cujo cargo deixou a linha internacional e a Western and Brasilian, que se encarregou do lançamento e exploração da rede submarina ao largo do litoral brasileiro. Essas duas emprêsas se fundiram em 1889 na hoje — The Western Company Limited.

A 24 de Dezembro de 1873, nas vésperas de Natal, efetuou-se o desembarque do cabo do telégrafo submarino. Pela manhã foi cortado o cabo a bordo do *Hooper* e ligado a outro que já estava num saveiro, puxado por um rebocador. Às 11 ½ chegou à praia de Copacabana o imperador, acom-

panhado de seus semanários. Começou então o saveiro a aproximar-se da costa, lançando o cabo, cuja extremidade, já perto da praia, foi unida à de outro cabo de maior diâmetro.

S. majestade foi o primeiro que puxou o cabo.

Colocado, depois, em um casebre que existia junto à igrejinha de Copacabana e no qual se achavam as pilhas, sua majestade, às 2 horas e 20 minutos, deu os sinais convenientes para chamar a atenção do telegrafista da Baía e transmitiu o seguinte despacho para o presidente daquela província, Antônio Cândido da Cruz Machado, depois visconde do Serro Frio: "Já se acha o cabo submarino no território da capital do Brasil. A eletricidade começa a ligar as cidades mais importantes dêste Império como o patriotismo reune todos os brasileiros no mesmo empenho pela prosperidade de nossa majestosa pátria. O imperador saúda, pois, a Baía, Pernambuco e Pará, por tão fausto acontecimento, na qualidade de seu primeiro compatriota e sincero amigo. Até os bons anos de 1874".

Em 22 de Junho de 1874, o Brasil estava ligado à Europa pelo submarino.

A grata notícia foi recebida pelo imperador, que se achava em visita à Biblioteca Nacional, então à rua do Passeio, n.º 46. Mandou-a de Pernambuco o sr. Daniel Gooch, presidente da companhia, a quem sua majestade respondeu: "Congratulo-me com a companhia pelo estabelecimento da comunicação elétrica entre minha pátria e o resto do mundo".

À rainha Vitória sua majestade expediu o seguinte: "As comunicações por meio da eletricidade entre nossas pátrias são acontecimento do mais auspicioso futuro para dois povos que mantêm entre si as mais amigáveis relações".

Ao rei de Portugal, d. Luís: "Liga a eletricidade dois povos irmãos. Jubilosas congratulações e saudosas lembranças."

Ao rei d. Fernando: "Inaugura-se neste momento o telégrafo entre nós. Saudosíssimas lembranças."

Às senhoras condessa d'Aquila e princesa de Joinville foram expedidos telegramas congratulatórios.

O conselheiro Matias de Carvalho, ministro português no Rio, telegrafou a d. Luís, rei de Portugal, saudando-o.

Na Câmara dos Deputados o seu presidente, conselheiro Correia, antes de dar a ordem do dia, disse:

— Senhores! Julgo dever transmitir uma grata notícia, que me acaba de ser dada com segurança, e que é do maior interêsse para a nossa cara pátria. Um dos grandes elementos da civilização moderna, o telégrafo, trabalha já entre Pernambuco e Europa. Fica assim o Brasil em comunicação imediata com o velho continente, estabelecendo-se as mais rápidas relações entre a capital do Império e as grandes capitais dos Estados mais poderosos do globo. Dando esta importante notícia, que estou certo será recebida com a maior satisfação, sinto que, por não ter havido sessão, fique a câmara inibida de resolver que se inclua na ata qualquer manifestação."

Êsse dia foi de grande júbilo na cidade.

Bandas de músicas militares percorreram as ruas e o povo em grupos numerosos dava vivas ao grande acontecimento.

Por iniciativa de alguns corretores abriu-se uma subscrição para comemorar solenemente a data de 22 de Junho, mas tudo foi entusiasmo de primeiro momento e a data foi em breve esquecida.

## *O rumoroso caso do bispo do Pará — D. Antônio de Macedo Costa — Quatro anos de prisão na ilha das Cobras.*

Estava em meio o processo de d. Vital quando o bispo do Pará, d. Antônio de Macedo Costa, procede "mutatis mutandis" do mesmo modo com os maçons e irmandades

paraenses. Estas recorreram à Justiça. Não quis o bispo atender às ordens do govêrno, de sorte que foi também preso a 28 de Agosto de 1873. Uma vez no Rio de Janeiro, foi recolhido ao Arsenal de Marinha. Ao ser-lhe apresentada cópia do libelo para oferecer contestação, escreveu:

"Senhor! Nada mais me resta fazer senão apelar para a justiça de Deus."

A 24 de Junho de 1874 respondeu a julgamento, sendo defendido pelo conselheiro Ferreira Viana, que assim terminou o seu discurso:

"Em vós, Senhor (dirige-se ao imperador), deve fulgurar sôbre as gemas de vossa corôa o poder com que sabeis dominar as paixões que, mais uma vez, exigem o sacrifício do inocente.

Quantas bençãos não cairiam sôbre vós, se, iluminado pela Justiça, permitisseis que celebrássemos com transportes de alegria e júbilo a festa santa da libertação do heróico bispo do Grão Pará. Restituí, senhor, a cabeça ao corpo, o pastor às ovelhas, o mestre aos discípulos; aos órfãos pobres, que choram sua ausência e seu cativeiro, o benfeitor infatigável; o grande sacerdote aos sacerdotes; e a lâmpada ao santuário!"

Ao terminar o discurso, muita gente atirou flôres sôbre d. Antônio e beijou-lhe o anel.

Reunido o tribunal em sessão secreta, meia hora depois é lida pelo secretário a condenação do bispo do Pará a 4 anos de prisão, sendo recolhido à fortaleza da ilha das Cobras.

Como sucedeu a d. Vital, foi também anistiado e voltou ao Pará. Era homem de grande saber e orador de arrebatar multidões. Do Pará passou para a Baía, sua terra natal, na qualidade de arcebispo, falecendo em Barbacena a 21 de Março de 1891.

## *Três crimes sensacionais no ano de 1875 — Impressionante assassínio da senhora Boseli.*

Em 1875 foram registados três crimes sensacionais.

Um foi o do assassínio do mascate italiano Nicolau, que desapareceu ao andar pelos subúrbios da cidade apregoando as suas mercadorias.

Em 25 de Julho, cêrca de um mês após tal desaparecimento, o 2.º delegado, encarregado do inquérito, procedendo a minuciosas pesquisas, no lugar denominado Cabuçú, verificou ter sido Nicoláu morto por um "caibra" chamado Pedro, velho de 60 anos e ex-escravo de Caetano Rafael dos Reis, com uma machadada na cabeça, no momento de baixar-se para vender-lhe uma fita, tendo, antes, o criminoso aberto uma cova e esperado a vítima, a quem devia pequena quantia. Consumado o crime, foi o corpo arrastado e enterrado. Depois de ter assassinado o mascate, Pedro rouboulhe tudo quanto levava.

Submetido a júri foi condenado a galés.

Outro foi o da morte de Antônio de Saldanha da Gama, no incêndio havido às 2 horas da madrugada, de 20 de Abril, na rua do Riachuelo, onde morava.

Aberto inquérito, foi apurada a criminalidade de André Nunes Rodrigues, português, estabelecido com taverna na loja do mesmo prédio, que incendiou propositadamente, morrendo no sinistro o dr. Saldanha da Gama, que residia no sobrado.

O terceiro, foi o assassínio da senhora Luisa Boseli por seu filho Júlio Boseli, no largo do Depósito, n.º 50, em a noite de 17 de Agosto, tendo também sido ferido Atílio Boseli, pai do criminoso.

A Polícia abriu inquérito, e, apesar de procurarem as pessoas da família dar o fato como casual, averiguou-se fôra êle praticado porque suspeitava o filho ter a mãe relações ilícitas com alguém, que imaginou achar-se oculto nos aposentos particulares de d. Luisa.

Desembargador Jose Cândido Pontes Visgueiro

Maria da Conceição

Franklin Dória — advogado do desembargador Pontes Visgueiro

Enquanto Guilhermino segura a jovem pelos ombros, o desembargador tenta cloroformisá-la

Tendo a vítima semi-desfalecida, o desembargador Pontes Visgueiro, desvairado, morde-lhe ferozmente o corpo e mata-a com quatro punhaladas

A rainha Vitória, da Inglaterra, a quem o Imperador do Brasil transmitiu o primeiro despacho pelo cabo submarino

D. Luís I, rei de Portugal, a quem d. Pedro passou o segundo despacho pelo telégrafo submarino

O criminoso, ao ser detido, tentou estrangular-se na prisão, no dia seguinte.

Interrogado, Júlio respondeu que se considerava em circunstâncias iguais ao de um personagem que lera num romance e que desde o colégio, vivia desgostoso, pelas observações que os colegas lhe faziam sôbre o seu nascimento. O criminoso era, evidentemente, um nevropata.

### *Deixa a Polícia o dr. Ludgero Gonçalves da Silva — A Secretaria da Polícia é transferida para a rua do Lavradio.*

A 8 de Maio de 1875, deixa o cargo de chefe de Polícia o dr. Ludgero Gonçalves da Silva, que relevantes serviços prestara à cidade, sendo nomeado para o substituir, interinamente, o dr. Caetano José de Andrade Pinto, que a 29 entrega o cargo ao dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Nesse ano também, a Secretaria da Polícia passa para a rua do Lavradio, esquina da rua do Senado, ocupando exatamente o prédio onde, em 1829, estiveram recolhidos d. Pedro I e outras pessoas da família real, quando gravemente feridos num desastre de carruagem, na rua do Lavradio, a 7 de Dezembro daquele ano.

### *Campanha contra o meretrício — Atitude enérgica do dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.*

Verificando ser um dos maiores males da cidade em 1875 a prostituição, propôs-se combatê-la energicamente o chefe de Polícia dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

"A maneira indecente, dizia êle, por que as mulheres se colocam às janelas de suas habitações e a liberdade com que invadem os jardins públicos, praças e ruas mais cen-

trais da cidade, é um escândalo tal, que afugenta as famílias e dá uma triste idéia de nossa moralidade.

Ê notoriamente sabido o número de casas de tolerância abertas na cidade, onde, a par das mais escandalosas cenas de imoralidades, se vendem bebidas e há bancas de jogo, nas quais, aos azares da sorte, se esbanjam os salários, os ordenados, os soldos e até os produtos da indústria e do trabalho de muitos anos. Por outro lado, a vida de tantas infelizes nestes antros do vício, é digna de maior compaixão, pela miséria a que estão sujeitas. A título de vestuário e outros socorros, estão condenadas a uma reclusão, que se dilata por anos, sendo exploradas em benefício de uma indústria torpe que se procura tornar lucrativa."

## *Padre Kelê.*

— Camaradinha, me dá um vintém?... Camaradinha, me dá um vintém?...

Era o que se ouvia, invariavelmente, pelas ruas da cidade no ano de 1876, ao se defrontar um homem já velhusco, um pouco corcunda, magro como um varapau, de côr parda, de andar apressado e um tanto coxo.

Era o *Padre Kelê.*

Chamava-se Claudino e, tendo entrado para o seminário com o fim de estudar para padre, não chegou a receber ordens.

Nascendo com as faculdades mentais desequilibradas, desde cedo veio-lhe a mania religiosa, que lhe perdurou até morrer. Não podia ver igreja aberta, que lá não entrasse piedosamente, benzendo-se, fazendo o sinal da cruz e ajoelhando-se.

Tendo recebido tonsura, andava a princípio de batina, sapato de fivela e meia preta, barrete na mão. Tinha relações de amizade com monsenhor Narciso, que lhe dava todos êsses objetos, quando já estavam velhos e dêles não mais precisava.

Pedindo, pelas vendas, jornais velhos, punha-os debaixo do braço e assim perambulava dias e dias seguidos. Quando se sentia fatigado, entrava no corredor de um sobrado qualquer, sentava-se e punha-se a ler os jornais.

Em seguida, saía, e a cada transeunte que encontrava o Claudino estendia a mão e dizia baixinho:

— Camaradinha, me dá um vintém?

À noite, era visto nas ladainhas das igrejas, fôsse em que bairro fôsse.

Como era gago, nessas ladainhas, em vez de dizer "Kirie eleison" dizia simplesmente "Kelê".

Os garotos deram por isso, e ficou o Claudino com o apelido de *Padre Kelê*.

E, quando o pobre homem aparecia pelas ruas da cidade, sobraçando os seus jornais, como por encanto saiam de todos os lados os moleques, gritando:

— Ó Kelê, ó Kelê! vais hoje à ladainha?

O Claudino respondia com uma saraivada de insultos, que era o que a molecada queria.

Vinha a Polícia proteger o pobre demente; serenavam os ânimos, mas êle lá seguia seu caminho errante, sempre pedindo:

— Camaradinha, me dá um vintém?

Quando lho davam, dirigia-se à padaria mais próxima, comprava alguns biscoitos e aí mesmo os roia.

Ao pagar a despesa, dizia ao dono da casa:

— Camaradinha, me dá um vintém?

Um dia a Polícia chamou o Claudino e fez-lhe ver que aqueles trajes não lhe ficavam bem. Seria melhor mudá-los por outros, disseram-lhe, pois assim, talvez, fôsse menos alvo da garotada.

O Claudino fez a vontade à Polícia, mas a emenda saiu peor que o soneto.

No dia seguinte o padre Kelê apresentou-se nas ruas da cidade, de cartola, vestido de casaca, com umas calças muitíssimo curtas e largas, e conservando o sapato de padre, que lhe havia dado monsenhor Narciso.

Passava pela praça da Constituição, assim vestido, quando a molecada lhe caiu em cima:

— Ó Kelê, ó Kelê, vais hoje à ladainha?... Kelê! Kelê!

E o Claudino atirava o maço de jornais sôbre a garotada, quando não alguma pedra que tivesse à mão.

Certa vez o Padre Kelê desapareceu da cidade para nunca mais ser visto, até que um dia noticiaram os jornais que havia falecido.

## *Os homicídios mais comentados no ano de 1876.*

A Polícia registou em 1876, além de outros crimes, 14 homicídios, sendo os mais comentados os seguintes: o de Antônio Francisco da Cruz, assassinado com 7 punhaladas por seu irmão Joaquim Francisco da Cruz; o de Maria, menor de 19 meses de idade, no momento em que estava ao colo da mãe, com uma foiçada vibrada por Josino José Rodrigues; o do soldado do corpo de Polícia, Augusto Carlos Carneiro, assassinado na rua do Lavradio, por uma famosa malta de capoeiras; o de Eduardo, escravo de José Ribeiro de Freitas, também morto por capoeiras, em correrias pela rua da Assembléia.

## *O mais sensacional caso de polícia, ocorrido no ano — Questão Capistrano — Inspirado em tão doloroso episódio, Aluísio Azevedo escreveu o seu célebre romance "Casa de Pensão".*

O caso mais sensacional do ano foi o do estudante João Capistrano, que acabou em tragédia e que se resume no seguinte:

Em 1875 ocupava a casa da rua Silva Manoel, n.º 10, a professora de piano d. Júlia Clara Pereira. Com ela residiam seu filho Antônio Alexandre Pereira, estudante da Escola Politécnica e sua filha Júlia Pereira, de 20 anos.

Estando a casa em mau estado, alugaram outra na rua do Alcântara, n.º 71, que, além do pavimento térreo, tinha um sótão em forma de chalé.

A família, resolvendo alugar essa dependência, fê-lo a dois estudantes, também da Politécnica: Mariano de Almeida Torres e João Capistrano da Cunha. Na noite de 13 para 14 de Janeiro de 1876, estava a moça em seu quarto, quando foi despertada e violentada por João Capistrano. No dia seguinte a mãe da moça empregou todos os meios para que o estudante, pelo casamento, reparasse o mal causado.

O rapaz declarou que mais tarde assim o faria, mudando-se da casa e deixando aí ficar tudo quanto era seu. Retirado o estudante da casa, a mãe e o tutor da moça apresentaram queixa à Polícia, por intermédio do advogado dr. Jansen de Castro, que pedia 50 contos pelos danos causados.

Seguiu o processo a sua marcha, mandando o juiz que Capistrano fôsse submetido a julgamento. Era seu advogado o dr. Pinto Junior. Os jornais encheram as colunas dias e dias, tratando do caso, dividindo-se a opinião pública. Um lado, achava que o estudante devia reparar o mal causado; outro, dizia que não, porque a moça é que tinha dado lugar ao que sucedera. Entrou o acusado em julgamento a 17 de Novembro, achando-se o tribunal apinhado de gente. Foi acusador o promotor interino dr. Ferreira de Oliveira e defensor o dr. Busch Varela. À réplica do promotor responderam os dois outros patronos do réu: dr. Duque Estrada Teixeira e conselheiro Saldanha Marinho, que lograram a absolvição do estudante. No dia 19, pelas 10 horas da manhã, passava êle pela rua da Quitanda, quando lhe foi ao encontro o irmão da ofendida, seu colega e amigo Antônio Alexandre Pereira, que lhe deu dois tiros, matando-o. Preso em flagrante por Cesar Augusto Mascarenhas e entregue à justiça, foi julgado a 20 de Janeiro de 1877 e defendido pelo dr. Jansen Junior, que lhe conseguiu a absolvição.

Tal foi a malograda questão, chamada "Questão Capistrano", que despertou o espírito público em 1876 e que

serviu para inspirar o romancista, Aluísio Azevedo, que, baseado nos acontecimentos que acabamos de relatar, escreveu o seu célebre romance *Casa de Pensão*.

### *Decresce o número de homicídios em 1877 — Assassinada uma paraguaia de beleza fascinante.*

Não foram muitos os homicídios praticados durante o ano de 1877. Não chegaram a uma dúzia. Apenas sete causaram maior impressão. Ei-los resumidamente relatados linhas abaixo:

Na madrugada de 10 de Janeiro foi encontrada em uma gruta, pouco distante da estrada de Jacarépaguá, a preta de nome Maria, maior de 50 anos, escrava de Antônio Joaquim de Abreu, assassinada com profundo golpe no pescoço, e com as vestes rôtas, demonstrando isso ter havido luta.

Fôra autor do bárbaro crime um soldado desertor do Exército, chamado Antônio.

Às 11 horas da noite, de 11 de Janeiro, no lugar denominado Realengo, o preto Jorge, escravo de Pedro Leandro Lamber, matou o português José Fernandes de Siqueira, dando-lhe na cabeça forte pancada com um cacete, quando êle dormia.

Às 7 horas da tarde de 10 de Fevereiro, na casa n.º 33 da rua General Caldwell, Júlio Tomás da Silva Caldas, assassinou sua mulher, Aurora Jacinta de Lima, por suspeita de adultério, entregando-se em seguida à prisão.

Em pleno carnaval, às 8 horas da noite de 13 de Fevereiro, foi ferido por um grupo de carnavalescos, o português Antônio Domingues, quando passava pela rua da Lampadosa. Faleceu horas depois.

Às 10 horas da noite de 3 de Março, na estalagem n.º 14 da rua General Caldwell, o soldado do 10.º batalhão, Francisco Pereira da Cunha, matou a facadas a paraguaia de nome Dionísia.

A assassinada, além de muito jovem, era de beleza fascinante.

Às 5 horas da tarde de 24 de Março, em um dos quartos da estalagem da chácara da Floresta, na rua da Ajuda, José Caetano Martins matou com três tiros de revólver seu cunhado Bernardo Joaquim Marques.

No dia 7 de Abril foi encontrado morto dentro do seu estabelecimento de depósito de gêneros alimentícios, no beco do Cotovêlo, n.º 23, José Maria Soares Tinoco, que para ali fôra, pela manhã, em companhia de um seu caixeiro de 16 anos, de nome José Maria de Araujo, que desapareceu.

## *O telefone no Brasil — Data de 1877 a inauguração do serviço telefônico no Rio de Janeiro.*

Ainda hoje a França e a Escócia disputam a glória de ter sido o berço do inventor do telefone. Aquele país diz que a invenção é de um operário chamado Bourseul; êste afirma que o verdadeiro inventor foi Graham Bell, nascido em Edimburgo.

Como quer que seja, o telefone começou a ser conhecido quando foi visto pela primeira vez num dos recantos da exposição realizada em 1876, na cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos.

O seu expositor foi Graham Bell, que havia tirado privilégio do aparelho, horas antes do eletricista Gray fazer entrar na respectiva repartição um requerimento pedindo privilégio para outro aparelho com o mesmo fim, isto é — ouvir à distância.

O imperador do Brasil estava então em Filadélfia, aonde fôra assistir à exposição. Convidado por Graham Bell para ver o telefone, sua majestade foi ao pavilhão, onde o aparelho se encontrava. Aí, Graham Bell pediu-lhe levasse o fone ao ouvido: o monarca ficou extasiado, ouvindo as respostas às perguntas que fazia.

No ano seguinte, 1877, a cidade de Lowel, nos Estados Unidos, instalava a primeira estação telefônica urbana, com 45 assinantes, e nesse mesmo ano, a 29 de Novembro, o Rio de Janeiro inaugurava também o serviço, muito deficientemente.

Em 1879 o govêrno do Brasil, a 15 de Novembro, dava a Charles Mackil a concessão para construir linhas telefônicas, tanto no Rio de Janeiro como em Niterói. Mas, não obstante essa concessão, pouco se fez relativamente ao serviço telefônico desta capital. Ou porque a cidade fôsse pequena e o telefone podia perfeitamente ser dispensado, ou porque o concessionário não obtivesse os capitais necessários para iniciar o serviço, o telefone não se vulgarizou e a cidade ficou sem êsse melhoramento.

Veio o regime republicano. O decreto n.º 199, de 6 de Fevereiro de 1890, assinado pelo Govêrno provisório, cedeu à Municipalidade as poucas linhas existentes, sendo que, em 1897, a Municipalidade transferiu, por sua vez, o serviço para as firmas Simens Halske e Aktie Gessellschafta, de Berlim, e Alberto Freud Cia. que passaram a concessão a Theodor Wille, que em 1899 a transferiu à Sociedade Brasilianische Elektricitates Gessellschaft, que em seguida a passou à Light and Power.

## *A gatunagem em ação — Assaltada a igreja de N. S. da Glória do Outeiro.*

Na manhã de 3 de Janeiro de 1877 foi encontrada aberta a porta da sacristia da igreja de N. S. da Glória do Outeiro. Verificou-se que o templo tinha sido assaltado durante a madrugada, dando-se logo por falta dos resplendores de algumas imagens, da coroa de prata da Virgem Santíssima e de várias jóias, tudo no valor de um conto de réis.

### *Um senador e um general vítimas dos ladrões.*

Um roubo que muito deu que falar, foi o que sofreu o senador Domingos José Nogueira Jaguaribe. Mudando-se para uma casa nas proximidades da estação do Riachuelo, e não tendo ainda arrumado os móveis, os ladrões, aproveitando essa circunstância, arrombaram uma porta e, penetrando numa varanda, roubaram duas caixas com exemplares de minérios, duas outras com instrumentos de engenharia e alguns objetos de valor.

O general Osório, tambem foi roubado nesse ano.

Tendo vindo do Rio Grande do Sul e achando-se hospedado numa casa situada na praia de Botafogo, um ladrão munido de gazua, penetrou no aposento em que residia o ilustre militar, e levou-lhe uma pequena mala que continha cêrca de 10 contos de réis.

### *O chefe de Polícia dr. Miguel Calmon é substituído pelo dr. Tito Augusto Pereira de Matos — (1878).*

O dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, cuja administração policial foi de quase três anos, deixou o cargo de chefe de Polícia a 16 de Maio de 1878, sendo nomeado, como seu substituto, o dr. Tito Augusto Pereira de Matos, autor de muitas iniciativas de grande alcance social, inclusive a mais enérgica e profícua das campanhas até então empreendidas pela Polícia contra os capoeiras.

### *Falece o autor da estátua de Pedro I — (1878) — A história dêsse monumento encerra complicações interessantes.*

No ano de 1878 ocorre o falecimento, em París, de grande artista, autor de um dos mais belos monumentos que se

ostentam na cidade do Rio de Janeiro: a estátua de Pedro I. Foi no dia 22 de Janeiro daquele ano que morreu Luís Rochet.

A história dêsse monumento encerra complicações interessantes. Da primeira sugestão à data de sua inauguração, esgotaram-se nada menos de 39 anos.

Quando o príncipe d. Pedro chegou de São Paulo, logo depois de ter dado o grito — Independência ou morte! — os jornais lançaram a idéia de se lhe erigir uma estátua, afim de que fôssem perpetuados o seu feito e o seu nome. Abriu-se uma subscrição pública e, por aviso de 6 de Julho de 1824, foi designado o campo da Aclamação para ali ser levantado o grande monumento.

Veio o 7 de Abril de 1831 e as coisas mudaram de face. Pedro I passou a ser "o último dos homens"...

Houve um jornal *O Repúblico,* que, noticiando a abdicação, escreveu: "O perjuro abdicou. Devêmo-lo deixar partir em paz, podendo êle colher livremente os frutos das traições cometidas contra nós".

Por êsse tempo a construção da estátua não estava nem iniciada e a própria idéia havia caido por terra. Morto, porém, o fator do 7 de Setembro, nasceu de novo a lembrança. Em 1839 estavam reunidos em casa de Paranaguá vários homens de relêvo na política, e o marquês falou no assunto, formando-se, então, para efetivá-lo, uma comissão composta de Paranaguá, Paulo José de Melo, José Antônio Lisboa, Cornélio Ferreira França, Maciel Monteiro e Manuel de Araujo Porto Alegre.

A 23 de Abril, Porto Alegre pronunciou um discurso mostrando a necessidade de se pagar essa dívida nacional e resolveu dirigir um requerimento à Regência, pedindo autorização para isso e ao mesmo tempo a entrega do dinheiro que estava depositado no Tesouro, resultado da subscrição já aberta em 1824. Era ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, abraçando a idéia, nomeou, para tratar do caso, uma comissão cujo chefe seria José Antônio Lisboa e não o marquês de Paranaguá, que estava naturalmente indicado para tão importante missão. Pedido orçamento aos artistas do país, estes apresentaram

cálculos tão baixos, que logo se viu não ser possível com tão pouco fazer trabalho condigno. Quarenta e sete contos de réis pedia Zeferino Ferrez pelo monumento, posto em seu respectivo lugar. Nestas condições, José Antônio Lisboa, vendo que não era possível fazer a estátua aqui no Brasil, resolveu partir para a Europa e ali resolver o assunto; mas quando voltou, encontrou os horizontes políticos anuviados, de modo a ninguém ter tempo para tratar do caso.

Veio a maioridade de Pedro II e todos começaram a lembrar a necessidade de, sem perda de tempo, levar avante o empreendimento tantas vezes protelado. Era um modo de agradar a Pedro II. Em 1844 José Clemente Pereira pediu a Porto Alegre que lhe entregasse todos os papéis relativos ao assunto, afim de ficar definitivamente resolvido. A política, porém, absorvia, então, todo o tempo de José Clemente, de sorte que, ainda desta vez, a idéia não se tornou realidade.

Em 1853 a Câmara Municipal resolveu esposar a iniciativa, nomeando uma nova comissão composta de Eusébio de Queirós, visconde de Bonfim, visconde do Rio Bonito, João Antônio de Miranda, dr. Haddock Lobo, Norberto de Sousa e Silva, dr. João Afonso Lima Nogueira e Porto Alegre. Abriu-se logo uma grande subscrição pública e ao mesmo tempo um concurso entre artistas para o desenho da estátua. Da Itália, da França, da Alemanha e do Brasil concorreram especialistas, mandando as suas "maquettes" para a Academia de Belas Artes. Coube ao artista francês Rochet o primeiro prêmio, conferindo-se o direito de executar a obra ao artista brasileiro João Maximiano Mafra.

Em Julho de 1856 Rochet veio ao Rio de Janeiro, para combinar com Mafra algumas providências relativas ao monumento e voltou a París para iniciar o trabalho. Em fins de 1861 o ponto da praça da Constituição onde devia ser levantada a estátua, começou a ser coberto e a 30 de Março de 1862, dia do aniversário do casamento do imperador, foi inaugurado o monumento, que custou a quantia de réis 334:710$359.

A solenidade foi das mais imponentes. Compareceu todo o ministério; benzeu-se o pedestal e uma grande orquestra, composta de cêrca de 300 músicos, dirigida por Francisco Manuel, entoou o *Te Deum,* de Newkomon. Orou Eusébio de Queirós, entregando o monumento à pátria. Respondeu-lhe sua majestade, agradecendo as homenagens prestadas à memória de seu pai. À noite houve no *Teatro São Pedro* espetáculo de gala, representando-se uma peça de Corneille, tradução de Antônio José de Araujo, denominada *Cina* ou *A Clemência de Augusto,* desempenhando João Caetano o papel principal.

No dia seguinte ao da inauguração, uma sociedade que aqui havia, criada para solenizar as datas nacionais, chamada *Sociedade Petalógica,* nomeou alguns de seus membros para procurar o artista, que estava hospedado em uma casa da rua do Ouvidor, e levar-lhe as suas homenagens. Ali recebido por êle, convidaram-no para ir à sede da sociedade que ficava no largo do Rossio e para lá o levaram, carregado em triunfo, saudando-o, em eloquente discurso, Eusébio de Queirós.

O imperador agraciou Rochet com a Ordem de Cristo e presenteou-o com a comenda e com o hábito pendente, todo cravejado de brilhantes e pedras preciosas.

Quando faleceu, Rochet contava 65 anos de idade.

## *A associação dos capoeiras particularmente visada nas páginas de um relatório — Enérgica circular aos sub-delegados.*

Em um dos seus interessantes e bem elaborados relatórios, tratando dos famosos capoeiras, que constituiam "uma das mais estranhas enfermidades morais desta grande e civilizada cidade" — associação regularmente organizada, com seus chefes, suas subdivisões em maltas, que denominavam *badernas,* com sinais e gíria própria", assim se manifesta o chefe de Polícia de 1878:

"Grupos de turbulentos, ávidos de assuadas, de lutas e de sangue, concorrem à voz de seus chefes nas grandes reuniões populares e festividades públicas, para o fim de decidirem por meios violentos as suas contendas e rivalidades.

É então, que alguns mais desalmados se dispersam por entre o povo, de navalha em punho, ferindo a esmo os que encontram e dando-lhes por vezes a morte sem que nenhum motivo de queixa contra êles tenham e sem que sequer os conheçam.

Dir-se-ia a seita sanguinolenta dos adoradores de Siva ou dos Drusos homicidas.

Apesar das repetidas diligências dos meus antecessores, não tem sido possível exterminar esta criminosa associação.

Entretanto, pedem a segurança dos cidadãos, o decôro de nossa civilização, e o sentimento cristão que a autoridade não esmoreça.

Mas, para que a sua ação seja eficaz, cumpre armá-la dos necessários recursos.

A capoeiragem deve ser qualificada como crime especial, punido com novas penas e da alçada da Polícia.

Contra os capoeiras estrangeiros há o meio legal da deportação. Contra os nacionais devera ser decretado o degrêdo em colônias militares, onde debaixo de severa disciplina, os delinquentes adquiram os hábitos de ordem, de trabalho e de obediência às leis e às autoridades.

De 18 de Janeiro a 28 de Fevereiro foram presos por ordem minha, 237 capoeiras, 191 livres e 46 escravos. Essas prisões resultantes dos meios de vigilância ora empregados e a constante severidade contra tais turbulentos, sem dúvida escarmentados pela certeza de improfícuos patrocínios, tem efetivamente operado sua quase extinção, que se poderia dizer completa, se um ou outro fato isolado, em largas intermitências, não viesse apenas rememorar, como pálidos reflexos, as tristes cenas de sangue, que, felizmente, hoje, já não assustam tanto a nossa sociedade."

A 5 de Fevereiro de 1878, o dr. Tito de Matos expediu enérgica circular aos subdelegados, recomendando que exercessem vigilância incessante e empregassem todos os

meios ao seu alcance, afim de acabar de uma vez com as correrias de capoeiras, procurando desenvolver todos os recursos legais contra essa horda de vândalos, sem tréguas nem considerações de espécie alguma.

## *"O Combate" de Lopes Trovão — (1878) — Foi um dos mais brilhantes lábaros da República.*

Dominava a situação o ministério Sinimbú, que era assim constituido: presidente do Conselho e Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú; Império, Carlos Leôncio de Carvalho; Justiça, Lafaiete Rodrigues Pereira; Estrangeiros, Domingos de Sousa Leão; Fazenda, Gaspar da Silveira Martins; Marinha, Eduardo de Andrade Pinto; Guerra, Manuel Luís Osório.

Nesta época surgiu *O Combate,* que trazia artigos veementes contra o govêrno e contra o Império, espalhando, ao mesmo tempo, suas idéias republicanas, que ecoavam por todo o país.

Lopes Trovão movimentava êsse mecanismo político, publicando diariamente artigos contra a situação dominante e que eram lidos até pelo próprio monarca.

*O Combate* de Lopes Trovão não foi mais do que uma espécie de continuação do jornal *A República* saido oito anos antes. Foi em 1878 que circulou *O Combate;* depois desta data apareceram, em diversos pontos do país, jornais de duração efêmera, muitos dos quais deixaram de existir pelas perseguições de tôda ordem que lhe faziam. Mas, empregavam linguagem violenta, atacavam o regime com extrema energia e tratavam os homens públicos, que cercavam o trono, com desabusado rigor.

Quando na direção daquele periódico, Lopes Trovão já possuia dotes de grande orador, que estavam firmados na opinião pública. Na academia, nas reuniões políticas, nos

banquetes, a sua palavra inflamada saía em torrentes. Nenhum cargo público o fascinava. Ao deixar êle a escola superior, o dr. Duque Estrada Teixeira, um dos políticos de maior prestígio dos que se têm visto no Rio de Janeiro, ofereceu-lhe posições culminantes, que êle sempre recusou porque vinham de uma forma de govêrno contrária às suas idéias. Já então formavam na arena, em sua companhia: José do Patrocínio, Vicente de Sousa, Alberto de Carvalho, Quintino Bocaiuva e outros que a seu lado terçavam valentemente as armas da política.

Nas mãos de José Lopes da Silva Trovão, *O Combate* foi um dos mais brilhantes lábaros da República.

## *Rol dos crimes apurados pela Polícia durante a gestão do dr. Tito de Matos.*

Figuram no rol dos crimes apurados pela Polícia durante a gestão do dr. Tito de Matos, os seguintes:

Na tarde de 1.º de Janeiro foi morto a facadas pelos capoeiras, em correrias pela rua da Saúde, Joaquim Rodrigues da Costa.

O assassino foi o célebre *Campanhão,* capoeira terrível, cujo nome era Antônio Borges da Silva.

No dia 4 de Fevereiro, foi morto, na rua do Matoso, pelo italiano Francisco Gally, o preto Elói Duarte da Fonseca.

Na noite de 18 para 19 de Fevereiro, Inês Maria da Conceição matou suas filhas Antônia, de 5 anos e Maria, de 7, suicidando-se em seguida.

Na manhã de 22 de Abril, na casa n.º 22 F, da rua do Passeio, foi encontrada morta sôbre o próprio leito, a alemã Joana Schuart, que ali residia.

Aberto inquérito pelo subdelegado do distrito, ficou averiguado ter ela sucumbido a uma apoplexia pulmonar, resultado de estrangulamento, tendo sido autor do crime o seu compatriota Eduardo Petrick.

Na madrugada de 28 de Junho, na rua da Carioca, o soldado do 1.º Batalhão de Infantaria, Antônio das Chagas Santos, desertor, ao ser preso pelo guarda urbano José Rangel Montenegro, deu-lhe uma facada, da qual veio a morrer daí a dias.

No dia 9 de Agosto, na casa n.º 25, da rua Barão de Guaratiba, faleceu a menor Dalila, de 6 anos de idade, filha de d. Maria Pastorina de Albuquerque.

Depois de sepultada, constou que a morte fôra consequência de envenenamento.

Procedendo-se à exumação do cadáver, reconheceu-se pela necropsia e pela análise química, a que foram sujeitas as vísceras, que a morte da menina, se havia dado por ter ela ingerido um pouco de verde-parís. O subdelegado, abrindo o respectivo inquérito, conseguiu apurar que o veneno fôra posto em um pirão de batatas, preparado pela preta Maria, escrava de Antônio Januário de Azevedo, que ali se achava alugada, com o fim de matar d. Maria Pastorina de Albuquerque, que, por uma circunstância fortuita, deixou de se servir daquele alimento, parte do qual foi comida pela menor.

A 31 de Agosto, na praça d. Pedro II, o russo Michel Rularza, matou com um tiro de pistola o sexagenário Manuel Goulart da Silveira, que por alí passava tranquilamente e a quem pedira esmola, não sendo atendido.

## *O jôgo campeia na cidade — As fraudes contra os incautos.*

Em 1878 a jogatina campeia na cidade. O dr. Tito de Matos muito e muito trabalhou no intuito de acabar com as casas, que, sob a aparência de residências de famílias, cobram — o barato — e onde em sua maior parte, de dia e de noite, servem de centro a vadios e viciosos, que empregam tôda a sorte de espertezas no jôgo, afim de extorquir dinheiro dos inexperientes.

O ministro da Fazenda Afonso Celso, que apresentou o projeto sôbre o imposto do vintém

O menor Carlo (italiano), uma das vítimas da revolução motivada pelo imposto do vintém

A fábrica de gás (ou gasômetro) do Rio de Janeiro

Os jogos preferidos são o lasquenê, o bacará, o dado, o monte, o víspora e a roleta.

As fraudes empregadas contra os incautos, seduzidos por lisonjeiros artifícios para êsses antros de perdição, são as seguintes, oficialmente denominadas:

"Na roleta, o cilindro, que serve para mover o ponteiro indicador da numeração, sôbre que versa a aposta; está montado por tal forma, que oferece infalível vantagem aos banqueiros.

No lasquenê e bacará, as cartas são de antemão preparadas.

No dado, é êste viciado.

No monte, as cartas são marcadas por sinal especial conhecido dos banqueiros.

No víspora, são escolhidas duas coleções combinadas com que a casa joga e ganha 6 e 7 vezes, enquanto alguns dos jogadores o conseguem uma vez.

É tão espantoso o lucro que criminosamente auferem os donos dessas casas, que um dêles, em pouco tempo, fez a fortuna de 100 contos no jôgo da roleta.

As despesas com tal especulação montam em 14 mil réis diários, a saber; um porteiro a 5 mil réis; um ficheiro, a 5 mil réis, um criado, a 2 mil réis; inclusive o aluguel da casa, que regula 100 mil réis, importando assim o total de 520 mil réis, por mês. Os lucros auferidos, regulam mensalmente: quanto às casas de jôgo de dado, 1:700$000; as do monte, 2 contos; as de víspora, 2 a 3 contos e quinhentos.

O número de seus frequentadores é de cêrca de mil e duzentos, dos quais 4/5 têm emprêgo e 1/5 são ratoneiros."

### *Ainda em 1878, o chefe de Polícia considera a sua repartição pessimamente instalada.*

Falando do péssimo estado da instalação da casa onde funciona a Secretaria da Polícia, diz o dr. Tito de Matos:

"A repartição de Polícia funciona em um acanhado

edifício, de más proporções e sem as necessárias acomodações para uma boa e adaptada organização do serviço, além de mal localizada. Acham-se tôdas as secções funcionando em uma só sala e esta de pequenas dimensões e no mesmo edifício estão reunidas tôdas as delegacias, a secretaria da guarda urbana, duas estações, os respectivos arquivos, biblioteca e mais dependências."

"Para melhorar um pouco êste estado de coisas foi o meu primeiro cuidado, diz ainda o chefe, proibir expressamente o juntamento de procuradores, agentes e despachantes, que se aglomeravam nos corredores e ante-salas, com o fim de agenciar seus interêsses, impedindo, assim, que os requerentes o fizessem pessoalmente."

## *Relação dos funcionários da Secretaria da Polícia em 1878.*

Eram os seguintes os funcionários da Secretaria de Polícia em 1878:

Secretário — Francisco José de Lima; oficiais internos — Belarmino de Arruda Câmara, Paulo Fernandes Viana e bacharel Joaquim Antônio de Sousa e Silva; oficiais externos — Bacharel Artur Teixeira de Macedo e Francisco Xavier Raton; escriturários — Pedro Martins Ribeiro, Cândido José de Siqueira Campelo, Antônio José de Sousa e Almeida, João Machado Vieira do Amaral e Manuel Dutra da Silva; amanuenses — Benjamin Constant, Henrique Labotiere, Honório Estêvão de Moura, Balduino José Monteiro, Américo Eugênio de Campos, Joaquim Luís de Azevedo Costa, Francisco José de Miranda Ribeiro e Alfredo Álvares Duarte de Azevedo; tesoureiro — Francisco de Paula Antunes; escrivães — Antônio Joaquim Xavier de Melo, Numa de Azevedo Vieira e Luís Caetano da Silva; escreventes — Antônio Gonçalves de Lima Torres, José Bento Carrilho e Antônio Joaquim Leal Pinela; médicos — drs. Antônio José Pereira das Neves e

Manuel Tomás Coelho; porteiro — José Antunes Marcelo Sobrinho; contínuos — Francisco José Raimundo Gonçalves e Francisco Gualberto da Rocha.

### *A cidade sob o ponto de vista policial, em 1879 — Formidável comício na rua do Ouvidor.*

Vejamos o que ocorreu de notável debaixo do ponto de vista policial, na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1879.

Logo nos primeiros dias, quando a cidade festejava o *Dia de Reis*, uma grande malta de capoeiras trouxe em polvorosa a rua do Carmo. Muita gente ficou navalhada e um dos desalmados arrebatou do colo de uma mulher uma infeliz criança, que não mais apareceu.

A 10 de Fevereiro, a linda rua do Ouvidor foi teatro de formidável conflito promovido por um dos valentões mais populares da época, de nome José Elísio dos Reis, no momento em que o povo vitoriava o conselheiro Silveira Martins que por ali passava.

Não conseguindo a fôrça pública fazer espalhar os desordeiros chefiados por José Elísio, o chefe de Polícia lembrou-se de os dispersar a esguichos dágua, para o que solicitou a intervenção do Corpo de Bombeiros, conseguindo assim, restabelecer o trânsito, que, por mais de 2 horas, estivera interrompido.

Continuando, em ordem cronológica, a narração dos principais fatos policiais, citemos os seguintes assassínios:

No dia 15 de Março, às 6 horas da tarde, na casa n.º 3 da rua Lopes de Sousa, o soldado do 1.º Regimento de Cavalaria, Ângelo Custódio de Jesús, matou com cinco facadas, a paraguaia Maria Francisca, que ali residia.

No dia 31, do mesmo mês, na estalagem n.º 154 da rua da Saúde, Antônio Nunes Branco, vulgo *Menino de Ouro*, feriu com três facadas Francisco Joaquim Pereira, que veio a falecer.

Ás 6 horas da tarde de 7 de Abril, na travessa Costa Velho, Pedro Gomes matou com uma facada José Augusto Teles Damasceno.

Próximo a uma pedreira existente na praia da Saudade, nas imediações do Hospício Pedro II, na madrugada de 19 de Abril, foi assassinado o tenente do Estado Maior Inácio Lucas de Sousa e despojado dos objetos de valor que costumava trazer. Por mais que a Polícia se pusesse em campo, nunca conseguiu saber o autor do assassínio do infeliz oficial.

Num bote, atracado no cais das Marinhas, na noite de 25 de Abril, o catraieiro José Maria Peixoto da Silva assassinou José Godinho Soares.

A 21 de Maio, na praça 11 de Junho, Antônio Madeira e Silva, matou Antônio José Pereira Sobral.

Na praia de Copacabana, a 1 de Junho, Pedro José dos Santos assassinou Luís de Morais.

Na rua General Sampaio, em S. Cristóvão, a 16 de Junho, Pedro Setemoni, feriu mortalmente Manuel Caetano da Costa.

Numa estalagem, na rua Evaristo da Veiga, a 17 de Junho, Firmo José da Silva matou o crioulo Faustino, escravo.

A 21 de Julho, no largo da Glória, Manuel Bonifácio, é morto por um indivíduo desconhecido.

A 24 de Julho, na rua de S. Januário, José Correia de Sá, é assassinado por dois soldados do Exército.

A 15 de Setembro, na rua Santa Rosa, o escravo de nome Leandro é morto por outro chamado João.

A 14 de Outubro, a Polícia descobriu, na casa n.º 18 do morro da Providência, onde sozinho morava, o russo Carlos Constantino Schultz, estabelecido com relojoaria na rua Uruguaiana, n.º 53, o qual foi encontrado sem fala, com o crânio fraturado. O móvel do crime foi o roubo, visto ter-se achado aberto um cofre de ferro e arrombadas algumas gavetas.

37/1950

## *A luz elétrica no Brasil — As primeiras experiências — (1879) — Resumo histórico.*

Em Fevereiro de 1879 a luz elétrica chegava ao Rio de Janeiro, realizando-se a primeira experiência na estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II, seguida de outra, em Dezembro do mesmo ano, nas oficinas do *Jornal do Comércio*, então na rua do Ouvidor.

A 29 de Junho de 1881 a diretoria geral dos Telégrafos, por incumbência do govêrno, a título de experiência, iluminou a eletricidade parte do campo de Sant'Ana, e, à requisição da então Câmara Municipal, a mesma diretoria, por algumas noites, iluminou, pelo mesmo sistema, um trecho da rua que fica fronteira ao edifício onde funcionava o Senado, para se poder fazer ali o serviço noturno do calçamento.

Em 1884, a 26 de Janeiro, realizou-se em Vila Isabel outra experiência, e a 7 de Abril do mesmo ano, o paço imperial e suas dependências foram iluminados a eletricidade. No ano seguinte, a 1 de Julho, a Biblioteca Nacional, funcionando, então, na rua do Passeio, passou a ser iluminada a luz elétrica, por motor privativamente seu.

Todavia, não foi a capital a primeira cidade do Brasil que teve a glória de ser iluminada a luz elétrica. Antes dela, Piracicaba, São Carlos do Pinhal, Rio Claro, Casa Branca, Jacareí, Ribeirão Preto e Jaú, em São Paulo; Juiz de Fora, São João d'El-Rei e Belo Horizonte, em Minas Gerais; Petrópolis e Campos, no Estado do Rio, e as capitais do Amazonas e Pará, já tinham conhecido aquele processo de iluminação.

Pelo decreto n.º 5.690, de 20 de Setembro de 1905, foi dada concessão à The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company para o fornecimento de energia elétrica ao Distrito Federal e ao Estado do Rio de Janeiro, montando essa emprêsa, no Rio das Lages, uma grande instalação hidro-elétrica. Daí em diante, entrou a iluminação

elétrica a dominar. A 7 de Setembro de 1905 foi inaugurada a iluminação provisória da praia de Botafogo; e a 1 de Setembro do ano seguinte foi entregue à Inspetoria de Iluminação, pela Comissão Construtora da avenida Central, a iluminação dessa avenida; a 8 de Novembro de 1906 foram inauguradas as primeiras lâmpadas da avenida Beira Mar e da avenida de Ligação (hoje Osvaldo Cruz).

E eis aí, resumidamente, o histórico da iluminação elétrica da nossa cidade, que passa por ser das mais bem iluminadas do mundo.

## *Um desfalque de 151 contos de réis e um roubo de jóias no valor de 30 contos de réis.*

Foi em 1879 que se verificou o desfalque da quantia de 151 contos sofrido pelo Banco Predial. Graças aos esforços da Polícia, ficou em pouco tempo esclarecido o crime e perfeitamente apurada a responsabilidade dos seus autores: Carlos Esteling e Francisco Dutra da Silveira.

No mesmo ano, na noite de 15 para 16 de Maio, audaciosos ladrões, conseguindo arrombar uma parede da casa número 86 da rua General Câmara, penetraram no prédio número 115 da rua dos Ourives, onde era estabelecida com ourivesaria *madame* Balleux, e roubaram grande quantidade de jóias avaliadas em cêrca de 30 contos de réis.

## *O último toque do Aragão foi ouvido às 10 horas da noite de 19 de Setembro de 1878.*

Um dos atos do chefe de Polícia Tito de Matos foi acabar com o toque de recolher, dado por um dos cinco sinos que se ostentavam na tôrre da igreja de São

Francisco de Paula e que ficou conhecido por *toque do Aragão,* mercê do edital de 3 de Janeiro de 1825, da autoria do então intendente geral da Polícia conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão.

Em consequência da resolução do dr. Tito de Matos, considerando já incompatível com o desenvolvimento da cidade fazer a população recolher-se às 10 horas da noite, a 19 de Setembro de 1878 ouviu-se pela última vez o sinal de correr, o *toque do Aragão,* ou "toque de colhenza", como era denominado em Portugal antigo.

### *Ruidosos protestos de estudantes na praça pública — Intervenção da Polícia — O govêrno manda fechar a Escola Politécnica.*

Tendo sido demitido o diretor da Escola Politécnica conselheiro Inácio da Cunha Galvão e nomeado seu substituto o conselheiro Raposo, os estudantes, a 30 de Maio, fizeram ruidosos protestos na praça pública, resultando dêsse movimento a intervenção da Polícia e o fechamento da Escola, por ordem do govêrno.

### *Assume o cargo de chefe de Polícia o dr. Eduardo Pindaíba de Matos — (1879).*

A 10 de Setembro deixa o cargo de chefe de Polícia o dr. Tito Augusto de Matos, que é substituído pelo dr. Eduardo Pindaíba de Matos, que imediatamente inicia uma campanha contra os *caftens,* conseguindo, a 15 de Novembro, deportar grande quantidade dêles.

Essa campanha foi calorosamente aplaudida pela opinião pública. A 20 de Dezembro uma comissão composta dos viscondes de Matosinhos e Rio de Vaz e do comendador

José Pinto de Oliveira promove significativa manifestação de aprêço ao dr. Pindaíba de Matos, oferecendo-lhe valioso mimo.

## *Bolenga.*

Chamava-se Antônio Francisco de Paula. Tinha a mania religiosa, e como no seminário não conseguira passar dos rudimentos do latim, para melhor servir à gratidão, foi ser sacristão da Capela Imperial.

Um dia meteram-lhe na cabeça que tinha sido nomeado bispo do Maranhão. Mandaram-lhe, por troça, o título de nomeação, bem como mitras, paramentos velhos e outros objetos, que tudo o pobre homem tomou como homenagem à sua pessoa, pelo que, usando-o, nem sempre passava incólume pelas ruas.

Ao contrário dos tipos populares que se irritam quando chamados por uma alcunha, Antônio Francisco fazia questão de que o conhecessem por *Bolenga,* tanto que, quando obrigado a assinar o nome, fazia empenho de acrescentar a alcunha, que realmente era o que mais o identificava.

*Bolenga* faleceu em 1879.

## *Um ano que começa sob maus auspícios — (1880) — O imposto do vintém — popularidade de Lopes Trovão — A Polícia não é suficiente para conter a ira popular.*

O ano de 1880 começou sob maus auspícios.

A lei de 31 de Outubro de 1879 lançou o imposto do trânsito sôbre passageiros de ferro carrís e sôbre passageiros de vias férreas da União.

O regulamento foi expedido a 13 de Dezembro do mesmo ano.

O *Jornal do Comércio* publicou alguns longos artigos contra o projeto, quando foi êste apresentado às câmaras pelo ministro da Fazenda dr. Afonso Celso. Devia o imposto ser cobrado de 1.º de Janeiro de 1880 em diante, cabendo a cada passageiro pagar 20 réis. Sublevou-se, por isso, a população, que achava iníqua ou, pelo menos, intempestiva a cobrança dêsse imposto.

O dr. Lopes Trovão, por meio de boletins espalhados pela cidade, convidou o povo a se reunir na então praça Pedro II, hoje 15 de Novembro, e aí, à hora designada, profligou o imposto e aconselhou o povo a que não se sujeitasse ao pagamento. Às 5 horas da tarde os ânimos já estavam exacerbados, na rua Uruguaiana, onde cada vez mais aumentava a onda popular. A cada bonde que vinha, os mais exaltados armavam lutas com os cocheiros e condutores, até que resolveram arrancar os trilhos existentes nessa rua. Foi crescendo o tumulto. No dia seguinte, o povo virava os bondes que trafegavam pela cidade, sendo já impotente o número de soldados da Polícia para conter a ira popular. Reuniu-se o ministério e ouvido o chefe de Polícia, foi resolvido que se mandasse o 1.º Batalhão de Infantaria para a rua Uruguaiana, onde o povo, já armado, tinha feito uma barricada. Entretanto, os tumultos não se limitavam a êsse ponto da cidade. Em vários lugares, o povo queimava ou virava os bondes. E nos dias 2, 3 e parte de 4 continuaram os conflitos, até que, na rua Uruguaiana, houve um combate sério do qual resultaram a morte de 3 pessoas e ferimentos em 28.

Já então a cidade se achava policiada por praças do Batalhão Naval, pelos imperiais marinheiros e por quase tôda a fôrça do Exército.

Os conflitos do imposto do vintém precipitaram a queda do ministério Sinimbú e apressaram a entrada para o ministério do conselheiro Saraiva, que, em sessão do Senado, declarou ser incobrável essa taxa. Deixou o imposto de ser arrecadado, tendo sido, afinal, abolido oficialmente a 4 de Setembro.

## *Falece o duque de Caxias — (1880).*

Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, nascido em 1803, na Estrela (província do Rio de Janeiro), faleceu no dia 7 de Maio de 1880.

Descendente de família de ilustres militares, abraçou a carreira das armas e cedo começou a prestar à pátria os mais relevantes serviços. No meio das graves perturbações políticas que atormentaram o período regencial e puseram em risco, mais de uma vez, a ordem pública na cidade do Rio de Janeiro, foi êle, como comandante do Corpo de Permanentes (Brigada Policial) garantia eficiente de ordem e respeito à autoridade constituida.

Em 1840, pacificou a província do Maranhão; em 1842, debelou as duas rebeliões de São Paulo e Minas; e de 1843 a 1845, como presidente e governador das armas do Rio Grande do Sul, conseguiu pôr termo à guerra civil que, havia dez anos, assolava os campos daquela província.

A guerra do Paraguai é a última e a mais gloriosa página da sua vida militar. Chamado ao comando geral do exército brsileiro, habilmente preparou os elementos de ataque e, quando os teve reunidos, fez a famosa marcha de flanco; delineou a passagem pelo Chaco; obrigou Humaitá a render-se e foi desfechar em Avaí, Itororó, Vileta e Lomas Valentinas o golpe de morte nas fôrças regulares de Solano Lopez.

Também eminente foi a sua projeção no cenário político. Fez parte do gabinete Paraná, de 6 de Setembro; e por morte do grande estadista, em 1856, ocupou a presidência do Conselho, assumindo êste mesmo posto no gabinete conservador de 2 de Março de 1861, e, mais tarde, no de 25 de Junho de 1875.

Duque e marechal do Exército, era grã-cruz de tôdas as ordens brasileiras. Sua estátua foi inaugurada na praça que hoje lhe conserva o nome, no dia 15 de Agosto de 1899, e é da autoria de Rodolfo Bernardeli.

### *Não há-de casar.*

Dava constantemente trabalho à Polícia de 1880 um português, que se chamava Montenegro e que dizia ter o posto de brigadeiro.

Todos sabiam, porque êle mesmo o havia contado, que viera de Portugal para casar rico no Brasil. E, com êsse fim, ao deparar-se-lhe qualquer moça a uma janela, dizia sempre:

— Que linda jovem para casar com um general!

Com tal mania, a goratada tomou conta dêle. Fulo de raiva, correndo, de bengala em punho, atrás de um e de outro, tinha sempre êste estribilho:

— Cambada de colonos! Isto há-de ser de Portugal, e, então, aguentem-se!

Era nesses momentos agudos que vinha a Polícia proteger o brigadeiro Montenegro, a quem o povo apelidou de *Não há-de casar!*

### *Com o novo ministério, novo chefe de Polícia — Dr. Serafim Muniz Barreto — (1880) — Assassínio do sub-delegado de Guaratiba.*

Com a entrada do conselheiro Saraiva para o ministério, outro passa a ser o chefe de Polícia.

Em substituição ao dr. Pindaíba de Matos, é nomeado o dr. Serafim Muniz Barreto.

Embora começasse tempestuoso e tão mal augurado, o ano de 1880, não foi dos mais trabalhosos para a Polícia. Durante êle é certo que foram praticados diversos homicídios, registando-se também vários crimes contra a propriedade; mas, relativamente, foi período calmo sob o ponto de vista propriamente policial.

O único homicídio que causou repercussão foi o cometido por dois pretos escravos na pessoa do dr. Joaquim Fernandes Guimarães, subdelegado de Guaratiba.

## *As "serenatas" do Policarpo.*

Era o Policarpo músico da Capela Imperial. Todos o estimavam porque era incapaz de fazer mal a uma simples mosca.

Quando acabava os seus afazeres na capela, o Policarpo metia-se em sua casa e só saía por volta das 5 horas da tarde.

Daí em diante, é que começava a sua vesânia.

Policarpo vestia um paletó largo de xadrez, punha na cabeça um barrete vermelho, tomava da rebeca e ia para a casa de seu amigo Paiva, na rua das Marrecas.

Aí chegado, apanhava o instrumento e saíam os dois a tocar até à porta do Passeio Público. Daí voltavam para junto do chafariz das marrecas e dêsse ponto não saíam até meia noite.

Não seria isso grande mal, se o repertório fôsse agradável e variado; mas, infelizmente, não o era, porque, em todo o decurso dessas 7 horas, o Paiva e o Policarpo só tocavam duas músicas.

E, assim, levaram por muito tempo a atormentar os moradores da rua das Marrecas, até que um dia a Polícia resolveu acabar com aquelas "serenatas".

Eram dois malucos ou dois trocistas, que queriam *amolar* alguém da vizinhança?

Nunca se conseguiu saber.

## *Falece o visconde do Rio Branco — (1880) — Notas biográficas de José Maria da Silva Paranhos.*

A 1 de Novembro de 1880 falecia nesta cidade um dos maiores vultos da nossa nacionalidade. Professor diplomado, jornalista, estadista, orador, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, em tudo se distinguiu. Nas-

cido na Baía, a 16 de Março de 1819, muito cedo se revelou inteligência de escol, sendo nomeado professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. Ingressando na política, foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro e, em seguida, escolhido senador por Mato Grosso. Em 1851 foi distinguido pelo imperador com a nomeação de ministro residente do Brasil, em missão especial junto ao govêrno do Uruguai, e depois em Montevidéu. Ascendendo ao poder o marquês de Paraná, foi escolhido para ministro da Marinha, e no gabinete chefiado pelo duque de Caxias foi ocupar a pasta dos Estrangeiros e a da Fazenda. No gabinete do visconde de Itaboraí foi escolhido também para a pasta dos Estrangeiros. Em 1871 foi presidente do Conselho, e como tal muito trabalhou para que se convertesse em realidade a lei de 28 de Setembro, que declarou livre os filhos das mulheres escravas no Brasil.

A 20 de Setembro de 1870, o govêrno concede-lhe o título de visconde do Rio Branco com grandeza, e a 24 de Setembro de 1875 foi nomeado diretor da Escola Politécnica. Foi nesse cargo que ocorreu um incidente que convém ser aqui lembrado.

Em 1876 deu-se no Rio de Janeiro um assassínio lamentável, tendo sido vítima o estudante da Escola Politécnica João Capistrano da Cunha, morto por um seu colega Alexandre Pereira. Alvoroçou-se a Escola Politécnica, que nomeou uma comissão para acompanhar o processo e anunciar a sua solidariedade com o seu colega Alexandre Pereira. Divulgada esta notícia o dr. Ramos de Queirós veio pelo *O Globo* declarar que estava autorizado pelo visconde do Rio Branco, diretor da Escola, a dizer que a mesma não tinha tomado parte nas demonstrações a favor de João Capistrano, nem nomeado comissão para acompanhar o processo. Lendo a notícia, os alunos Miguel Lemos e Teixeira Mendes publicaram no *Jornal do Comércio* o seguinte: "Se o sr. visconde e o seu privado quiseram significar que o corpo docente não se manifestou de modo algum, isto é inexato, porquanto o mesmo visconde mandou suspender os trabalhos de exame e declarou que acompanharia o entêrro. Se, porém, quis mostrar que os moços que se apresentaram

na imprensa, como membros de uma comissão nomeada pelos alunos, são uns impostores, que vieram publicamente mentir, só temos a lembrar a s. excia. que nenhum dêsses moços já foi ministro da coroa ou embaixador, para assim zombar do público".

E mais adiante:

"Fomos dos poucos que não acompanharam os nossos companheiros de estudos, quando estes entenderam que deviam fazer disso uma questão de classe. Pertencemos a uma escola filosófica, que nas questões complexas, como são as sociais, recomenda tôda a circunspecção científica e um estudo conciencioso. Hoje, porém, a calúnia procura envenenar as intenções puríssimas de uma parte da mocidade... não podemos ficar indiferentes e consignamos aqui o nosso protesto."

A 25 de Novembro os jornais noticiavam que a congregação da Escola Politécnica tinha resolvido suspender os alunos Miguel Lemos e Teixeira Mendes, signatários da publicação.

Como jornalista o visconde do Rio Branco notabilizou-se pelas *Cartas de um amigo ausente,* que tanto êxito alcançaram no *Jornal do Comércio.*

O visconde do Rio Branco faleceu a 1 de Novembro de 1880, às 7 horas, na casa da rua Conde de Bomfim, n.º 75. Contava 61 anos de idade.

Diz um seu biógrafo que êle redigia com suma facilidade e enchia de momento folhas e folhas de papel, deixando largo espaço entre as linhas. Ao reler o que escrevia, emendava, enchia as entrelinhas, riscava. Não raro inutilizava o que escrevia, para redigir de novo.

Fumava muito, sempre charuto, o que concorreu para exacerbar o mal de que veio a falecer. Nunca se apresentava à Câmara, como senador, senão de casaca, trazendo no peito a comenda da Ordem do Cruzeiro. Alfredo de Escragnolle Taunay assim lhe traça o perfil: — "Elevada estatura, bem proporcionado nos membros, tinha uma cabeça quanto possível denunciadora de vasta inteligência. Fronte larga, espaçosa, abrindo em funda calva, muito alva e luzidia, tez clara e rosada, sobrancelhas mais retas que ar-

queadas; olhos gázeos, pequenos, porém expressivos; nariz aquilino e cuja ponta, quando refletia, costumava puxar; ria sempre afavelmente; lábios finos, queixo forte, com uma cova em baixo e bem no meio; rosto oval regular, emoldurado por suiças à inglesa, um tanto onduladas e enroscadas sôbre si. Dos lados das fontes costumava dispor alguns cabelos sedosos e argênteos, que puxava de detrás das orelhas, pequenas e sempre rubras.

O visconde morou muitos anos, na casa n.º 51, da rua que hoje tem o seu nome e casou em 1843 com a senhora Teresa de Figueiredo Faria. Dêsse enlace teve 9 filhos, do qual o mais velho foi o barão do Rio Branco.

Escreveu no *Novo Tempo,* no *Correio Mercantil* e em outros jornais da época.

Seu pai era de nacionalidade portuguesa; chamava-se Agostinho da Silva Paranhos, e era abastado negociante, perdendo grandes cabedais na Baía, por ocasião da entrada das fôrças portuguesas na capital daquele Estado.

## *Pouco durou a administração policial do dr. Serafim Muniz Barreto — Seu substituto foi o desembargador Ovídio Fernandes Trigo Loureiro — (1881).*

Pouco mais de um ano durou a administração policial do dr. Serafim Muniz Barreto, pois a 8 de Agosto de 1881 passava o cargo de chefe de Polícia da Côrte ao desembargador Ovídio Fernandes Trigo Loureiro.

## *Uma quadrilha perigosa cai nas malhas da Polícia.*

Foi em 1881 que a Polícia conseguiu, afinal, prender tôda uma perigosa quadrilha de ladrões perfeitamente organizada, autora de uma série de audaciosos assaltos, e que há muito vinha trazendo as casas comerciais em constante

sobressalto, visto lhe ser especialidade arrombar portas de armazéns e de lojas de ourives.

Dessa quadrilha, processada pelo 3.º delegado de Polícia, faziam parte os seguintes indivíduos: Pedro de Alcântara Tarlé, Penace Constantino, Ciríaco Ferreira de Almeida, Francisco Antônio Moreira, Francisco Xavier de Carvalho, Joaquim Ferreira Rabelo, José Francisco Machado e Antônio Moreira dos Santos. No correr do inquérito ficou averiguado serem autores de diversos crimes, entre os quais o roubo praticado durante a noite de 10 para 11 de Janeiro, no armazém de Alexandre Wagner, na rua General Câmara, n.º 61.

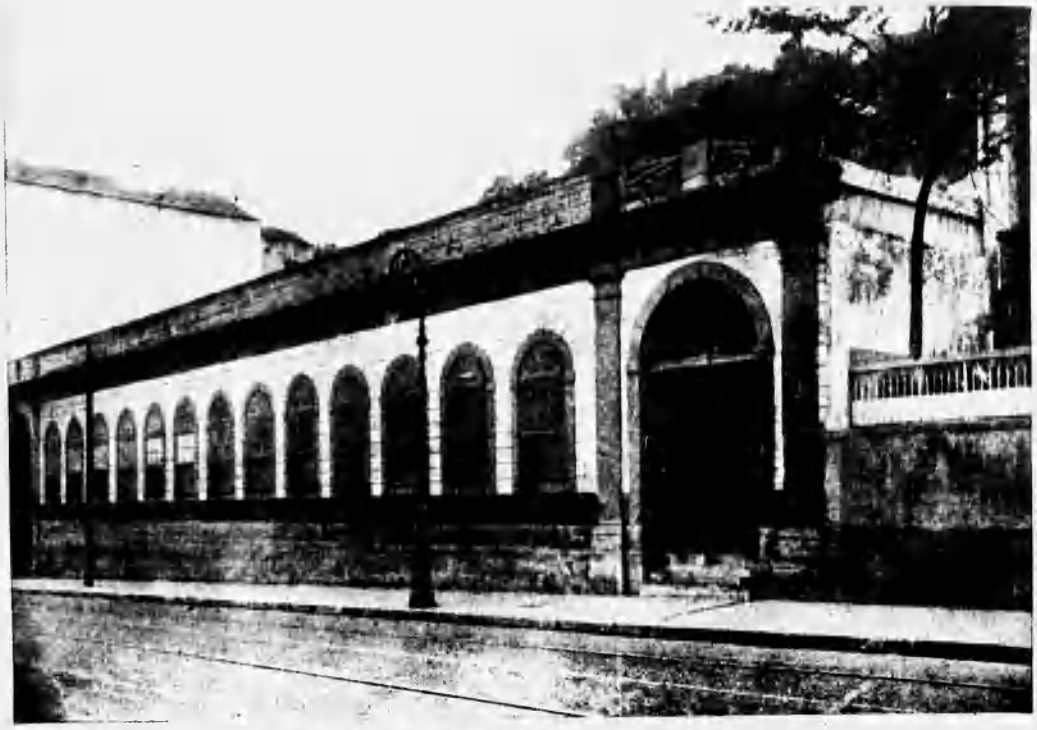
### *A reforma eleitoral provoca agitação popular — O chefe de Polícia comparece pessoalmente a um comício — Deportação de estrangeiros — Lopes Trovão parte para a Europa.*

Outra agitação popular, sem consequências sangrentas, do mesmo gênero da do imposto do vintém, foi a que ocorreu em fins de 1881, servindo de pretexto a reforma eleitoral projetada pelo ministério presidido pelo senador José Antônio Saraiva, que sucedera ao de Cansanção de Sinimbú.

Os adversários do Império entendiam que o projeto estabelecia senso muito alto, considerado anti-democrático. Lopes Trovão decidiu realizar um comício no largo do Rossio. Imediatamente movimentou-se a Polícia, chefiada pelo desembargador Ovídio Fernandes Trigo Loureiro, que compareceu pessoalmente a êsse *meeting*, acompanhado por dois delegados e, também, diziam os jòrnais oposicionistas, por um bando dos famosos "secretas", que, geralmente, "eram tipos suspeitíssimos, reconhecíveis a cem metros de distância, por seus chapéus desabados, seus pesados bengalões e seus gestos provocadores..."

João Capistrano da Cunha

Antônio Alexandre Pereira



A casa onde morreu Osório, na rua do Riachuelo

O largo de S. Francisco de Paula e a Escola Politécnica

Quando começou a falar o denodado tribuno, prorromperam vivas à República, ao que os do grupo policial responderam com vivas à Monarquia. Estabeleceu-se o conflito. Um bando mais exaltado investiu contra Lopes Trovão, que se viu seriamente ameaçado, sendo retirado da praça nos braços de seus correligionários.

À noite, o chefe de Polícia foi à redação da *Gazeta da Tarde*, que se dizia ameaçada de empastelamento, para oferecer garantias ao jornalista que a dirigia, o republicano-abolicionista Ferreira de Menezes.

Durante o comício do largo do Rossio a Polícia efetuou várias prisões e colheu nas malhas do processo alguns estrangeiros, que foram deportados por haver o govêrno apurado, mediante provas irrefutáveis, que êles eram decididamente simpáticos ao regime republicano.

Pouco depois, Lopes Trovão seguia para a Europa, como correspondente do jornal *O Globo*, que tinha como redator principal Quintino Bocaiuva.

## *Pica-pau.*

Morava em Matacavalos.

Como era possuidor de nariz de proporções não vulgares, deram-lhe a alcunha de *Pica-páu*.

Era sair êle à rua, e não o deixarem mais os estudantes, sendo preciso muitas vezes a intervenção da Polícia para o livrar das assuadas.

Apaixonado por uma linda moça, sua vizinha, que se casou com um primo, o *Pica-páu* não pôde suportar a desdita e enforcou-se no dia seguinte àquele em que se realizara o casamento da "bela ingrata", que era como passou a chamar a jovem, desde que ficara noiva.

Em longa carta dirigida às autoridades policiais, o desventurado descrevia os encantos daquela "que o não compreendera" e declarava "que se matava, porque lhe era impossível vê-la novamente (sic) beijada pelo primo."

## *O roubo do Senado do Império.*

Nesse ano o Senado do Império também fôra roubado. Na noite de 18 para 19 de Setembro foi preso em flagrante João Antônio de Pádua que, por meio de chaves falsas, havia penetrado no edifício, para se apropriar de livros pertencentes à biblioteca da Secretaria, como já fizera a muitos volumes, cujo desaparecimento se tinha notado.

## *Deportação de jornalistas.*

A 13 de Dezembro são deportados para a Europa os diretores do jornal *O Corsário,* de nomes Júlio de Vasconcelos e Manuel Teodoro Pimentel.

## *Reaparece o tribuno Lopes Trovão — Empastelamento do Corsário.*

No penúltimo dia do ano, o dr. Lopes Trovão realiza um *meeting,* às 5 horas da tarde, no Largo do Rossio, sendo interrompido e agredido por um grupo que constava ser constituido de capangas da Polícia. Êsses indivíduos dirigem-se depois à tipografia do *Corsário* e empastelam as oficinas.

## *Outros ministérios, outros chefes de Polícia — Dr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho — Dr. Belarmino Peregrino da Gama e Melo — (1882).*

A 21 de Janeiro de 1882 é organizado novo ministério, cabendo a presidência do Conselho à original e curiosa fi-

gura do médico e fazendeiro mineiro dr. Martinho Álvares da Silva Campos, que no ano anterior tinha sido presidente do Rio de Janeiro. Em Maio é nomeado chefe de Polícia o dr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho.

Mas a 3 de Julho cái o ministério Martinho Campos e com a organização do 30.º gabinete chefiado pelo visconde de Paranaguá, pouco depois, a 13 de Outubro, dá-se a nomeação do dr. Belarmino Peregrino da Gama e Melo para o pôsto de chefe de Polícia.

### *Assaltado o palácio imperial — O aumento do preço do gás provoca reação pública.*

Durante a administração do dr. Belarmino Melo a audácia dos gatunos chegou a ponto de penetrarem, certa feita, no palácio imperial, conseguindo subtrair vários objetos de valor. Tendo sido presos os gatunos, não quis s. m. o imperador que fôssem processados, razão por que o chefe de Polícia deu ordem para que fôssem soltos.

À Polícia coube empregar, a 9 de Novembro, grandes esforços para apaziguar os ânimos exaltados por causa do aumento, considerado injustificado, do preço do gás. Pela reação pública motivada por tal aumento, os estabelecimentos comerciais fecharam as portas, e o povo, à noite, percorreu as ruas da cidade, quebrando os lampeões e apedrejando as casas iluminadas a gás.

### *O poeta Bastos.*

Era português o corretor da praça do Rio de Janeiro.

Uma vez deu-lhe a telha de fazer versos e torná-los conhecidos. Tendo relações no *Mercantil,* obteve que algumas das suas "poesias" fôssem ali publicadas.

Como eram um amontoado de asneiras, Barreto Bastos, que assim se chamava o maniaco, caiu no ridículo e tornou-se tipo popular.

Era sair à rua, e a caixeirada da rua Direita não mais o deixava em paz.

Vejamos uma das suas estapafúrdias produções:

RÉCITA

*São, mundo, carne, e diabo*
*Todos três tem muito rabo.*
*He precizo polhe os quiabo*
*Attado nos seus mui rabo.*

*Remedio na medicina he quiabo*
*Souces de sette fazem muito rabo*
*Apelicamos alguma piassabo*
*A ver se lhe trancamos orabo*

*Longos e largos artigos tem rabo*
*Mas todos elles não desejam o cabo*
*Porque lhe fazem o conto no fiabo.*
*Não desejam que tudo fique no cabo.*

## *O crime de Campinas — Intervenção do prefeito da cidade do Rio de Janeiro.*

O crime que vamos relatar ocorreu em Campinas, adiantada cidade de São Paulo; mas, além de ter repercutido profundamente nesta cidade, onde o indigitado criminoso viera espairecer, logo após o assassínio, alguém, que conhecia muito bem as peripécias dêsse crime, esteve detido na Casa de Detenção desta capital.

Narremos os fatos.

No último trimestre do ano de 1883 os jornais de Santa Catarina noticiaram a aflição em que se achava a família do capitalista Manuel Antônio Vitorino de Menezes, que tendo partido daí, com direção a S. Paulo, a 30 de Setembro daquele ano, a bordo do vapor *Vitória*, há muito não se sabia notícias dêle, quando, entretanto, prometera voltar dentro de 15 dias. Os referidos jornais pediram a transcrição da

notícia nos diários do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, afim de ver se alguém podia algo informar, à família desolada.

O *Jornal do Comércio* daqui transcreveu a notícia.

Sabendo-se que o capitalista se dirigia a Campinas, onde tinha negócios para realizar, a reportagem do *Diário de Campinas* pôs-se em campo para descobrir o paradeiro do desaparecido; o que não foi difícil, pois era sabido que êle, quando vinha a Campinas, se hospedava no *Hotel do Universo*. As pesquisas do repórter, baseadas em provas circunstanciais, indicavam como autor do crime José Pinto de Almeida Junior, agente do Banco Mercantil em Campinas, homem benquisto e muito considerado naquela localidade.

Aparece depois um Indalécio Augusto de Vasconcelos, que depõe um sermão encomendado.

Preso Almeida Junior, transcreveram os jornais a hediondez do crime. Pinto havia atraído para a sua casa o capitalista para roubar-lhe o dinheiro que trazia, partindo-lhe o crânio com um martelo. Feito isto, arrastou o cadáver, jogando-o na latrina. Tudo isso, ninguém viu; presunção, e nada mais.

É o próprio promotor quem diz:

"Do conjunto dêsses depoimentos e circunstâncias ligadas entre si, não se pode deixar de concluir que sôbre Pinto pesa grande responsabilidade, e que a êle deve-se atribuir a morte de Vitorino, devendo-se concluir que ela teve por móvel o roubo."

A 28 de Março de 1885 o acusado entra em julgamento, por três vezes adiado.

Tribunal à cunha. O promotor limita-se a dizer o que se acha no processo. A defesa analisa o depoimento da testemunha Cassiano e mostra as contradições, bem como as de Indalécio, de Luisa e de Sebastiana; diz que a mancha de sangue encontrada no martelo não sofreu exame científico; que o personagem mais importante do processo deixou de comparecer ao tribunal; que o auto de corpo de delito tem lacunas e mostra que Vitorino podia ser assassinado fora da agência do banco e depois ser o cadáver con-

duzido para o local em que foi encontrado. Pergunta: "Se Pinto matou para roubar, onde está o dinheiro? Sabe-se que êle está endividado".

De nada valeram tôdas essas provas.

O réu foi condenado a galés perpétuas.

A 19 de Junho de 1886 entra em segundo julgamento. Pinto afirma, perante o tribunal, que é inocente e que, se Vitorino ali comparecesse, dizendo que não foi êle o assassino, mesmo assim não ficaria rehabilitado aos olhos da opinião pública. "Eu já estou julgado, acrescentou; já não vivo: estou morto moralmente."

O advogado de defesa declara que "o processo é uma monstruosidade e que as provas anulam-se e repelem-se mutuamente"; e, termina confiando em que o júri absolverá o acusado por falta de provas.

Foi-lhe improfícuo o discurso. O acusado foi condenado à morte, sendo a pena comutada em galés pelo Poder Moderador.

A 10 de Abril de 1896 o dr. Cândido Barata Ribeiro, médico, professor da Escola de Medicina, prefeito desta cidade, requereu ao Supremo Tribunal de Justiça a revisão extraordinária do processo, alegando a inocência do acusado, que não fôra processado pela Justiça, mas pela multidão emocionada pelo acontecimento.

Em defesa de José Pinto, foi notável o trabalho apresentado pelo dr. Barata Ribeiro, provando a inocência do seu constituinte e apontando aos julgadores os verdadeiros criminosos, dos quais dizia ser chefe o famoso bandido Alfredo Guedes.

Mas o tribunal não deferiu a bem fundamentada petição do ilustrado defensor, considerando-a não prevista em lei.

### *Relação oficial dos homicídios praticados em 1883 — Anexo ao relatório do chefe de Polícia.*

Em 1883, informa o anexo n.º 2, ao relatório do chefe de Polícia, deram-se os seguintes homicídios, cronologicamente relacionados:

A 20 de Janeiro, o praticado por Domingos de Jesús Pereira, na pessoa de José Gabriel de Araujo; a 2 de Fevereiro, o praticado na do português José Moniz de Oliveira; a 2 de Abril, o praticado pelo guarda urbano Francisco José da Silva, na de Luís, escravo; a 26 de Abril, o de Parmielo Inhato, em Alexandre Duan; a 3 de Maio, o de José Teixeira Mendes, em Pedro Antônio Joaquim de Sant'Ana; a 7 do mesmo mês, o de Mecena José Fernandes, em Francisco Pereira Alves; a 24 de Junho, o de Vitório de tal, em Felicidade Maria da Conceição; a 18 de Julho, o de Luís José Barbosa de Vasconcelos, em Maria Madalena; a 30 de Julho, o de Estêvão, em Henriqueta; a 31, o de vários indivíduos, na pessoa do larápio Sebastião Gomes Guimarães, que, sendo surpreendido a roubar no trapiche Reis, na rua da Saúde, e querendo escapar à perseguição, foi morto a pedradas, quando se atirava ao mar; a 23 do mesmo mês, o praticado por Antônio Sudeste, na pessoa de Antônio Porcino; a 8 de Setembro, o de um indivíduo desconhecido, na pessoa de João Teixeira Leite; a 11 do mesmo mês, o de Venâncio Maria dos Passos Pereira Maciel, em Bernardino Rodrigues de Amorim; a 18 de Setembro, o praticado por um desconhecido, na pessoa do italiano Salvador Luca; a 15 de Outubro, o praticado por Firmino Nepomuceno Bastos, na pessoa de Domingos Manuel de Lemos Bastos; a 27 de Novembro, o praticado por desconhecidos, na pessoa de Antônio Rodrigues do Vale; a 3 de Dezembro, o praticado também por desconhecidos, na pessoa do guarda urbano José Ricardo; a 8 do mesmo mês, o de Leopoldo Antônio dos Santos Silva e outros, na pessoa de Domingos Antônio da Silva Guimarães, vulgo "Domingos crioulo".

*Assassínio do panfletário Apulcro de Castro — Relatório do ministro da Justiça — Referências de Euclides da Cunha — Faleceu no interior da Secretaria da Polícia.*

Da relação dos homicídios verificados no ano de 1883, avulta, pela enorme repercussão que teve no seio de tôdas as classes sociais, o do panfletário Apulcro de Castro, cometido, pouco mais ou menos, às quatro e meia da tarde de 25 de Outubro, em plena rua do Lavradio, por vários indivíduos disfarçados com grandes barbas postiças.

Referindo-se a êsse crime, que tanto abalou a sociedade carioca, e ocorrido quando chefe de Polícia o desembargador Belarmino Peregrino da Gama e Melo, informa em seu relatório, o ministro da Justiça, conselheiro Francisco Prisco de Sousa Paraiso:

"Às 4 3/4 horas da tarde de 25 de Outubro último, na rua do Lavradio, foi perpetrado um delito, cujas circunstâncias o tornaram ainda mais lamentável.

A linguagem difamatória de que constantemente usava Apulcro de Castro, redator do *Corsário*, sem poupar condição nem sexo, havia levantado contra êle grande indignação, que foi crescendo, ao ponto de manifestar-se por acometimentos inopinados à oficina tipográfica, em que se imprimia aquela folha.

Mas nem algum ataque direto à pessoa de Apulcro, nem qualquer denúncia fundada à autoridade policial, vieram revelar indícios da mais criminosa premeditação, até ao momento em que se apresentou Apulcro na repartição da Polícia solicitando garantia para sua vida, que dizia então ameaçada.

E, enquanto êle ali permanecia, diversos grupos se foram formando e aumentando em várias casas e lugares adjacentes.

Estavam as coisas neste pé, quando foi à Secretaria do Império, onde conferenciava o Ministério, um dos delega-

dos de Polícia comunicar-me o fato verbalmente, com a circunstância de se acharem no ajuntamento militares disfarçados.

Embora não recebesse do chefe de Polícia requisição alguma, de viva voz ou por escrito, o que fazia naturalmente supôr que a autoridade imediatamente incumbida de velar na manutenção da ordem e segurança individual contava com os meios à sua disposição para ocorrer às emergências, que até àquele momento não se afiguravam de tão excepcional gravidade, que exigisse, desde logo, a ação direta do Governo, pareceu-me todavia acertado manifestar ao ministro da Guerra a conveniência de expedir recomendação ao ajudante general do Exército para dar as providências necessárias: o que imediatamente se efetuou.

Mas, antes disso, e em virtude de uma requisição direta da repartição da Polícia, havia ali comparecido o capitão Ávila, ajudante do mesmo general, e, depois de percorrer os grupos, responsabilizou-se pela guarda de Apulcro, que, de preferência a outro alvitre, quis ir na companhia daquele oficial.

A pouca distância da repartição foi repentinamente assaltado o carro que os conduzia, e assassinado a punhaladas e a tiro de revólver Apulcro, por vários indivíduos, que, antes de serem reconhecidos, conseguiram evadir-se, tais foram a surpresa e confusão naturalmente originadas de tão audacioso atentado.

Releva notar que pouco depois de haver saído da Secretaria do Império o delegado, e antes de ser comunicado o êxito de qualquer providência, regressou aquela autoridade a dar parte do assassinato aos ministros que ainda ali se conservavam reunidos.

Pelo inquérito, a que se procedeu, e que já foi remetido ao juiz competente, para os fins legais, ficaram indicados onze militares como autores do delito."

Relativamente a um dêsses militares, escreve Euclides da Cunha, à pág. 297 de seu livro "Os sertões":

"Foi em 1884 (Euclides da Cunha, equivocou-se na data) no Rio de Janeiro. Um jornalista, ou melhor, um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis

repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na Côrte do antigo império; e tendo respingado sôbre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam tôdas as classes, do último cidadão ao monarca, foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, a justiça fulminante e desesperadora do linchamento.

Assim se fez. E entre os subalternos encarregados de executar a sentença — em plena rua, em pleno dia, diante da justiça armada pelos Comblains de tôda a fôrça policial em armas — figurava, mais graduado o capitão Moreira Cesar, ainda moço, à volta dos 30 anos, e em cujos assentamentos havia já, averbados, merecidos elogios por várias comissões exemplarmente cumpridas. E foi o mais afoito, o mais impiedoso, o primeiro talvez no esfaquear pelas costas a vítima, exatamente na ocasião em que ela, num carro, sentada ao lado de autoridade superior do próprio Exército se acolhera ao patrocínio imediato das leis...

O atentado acarretou-lhe a transferência para Mato Grosso, e dessa Sibéria canicular do nosso Exército, tornou somente após a proclamação da República."

Retirado, já agonizante, do carro, que o conduzia em companhia do capitão Ávila, ajudante de ordens do ajudante general do Exército, o jornalista Apulcro de Castro foi carregado para o interior da Secretaria da Polícia, onde faleceu minutos depois.

O cadáver do temível panfletário foi remetido para o necrotério às 7 horas da noite. A necroscopia atestou que a vítima recebera sete ferimentos nas costas, um tiro na boca e outro do lado, na ilharga.

## *Castro Urso.*

O tipo popular que mais dava trabalho à Polícia de 1880 a 1889, era o *Castro Urso.*

Imensamente feio, com um enorme nariz abatatado, a molecada das ruas o apelidou de *Urso,* porque a sua lembrava a fisionomia dêsse animal. A sua popularidade se ma-

nifestava por outra particular — tinha um apetite pantagruélico. E, para vê-lo devorar pratos sôbre pratos, a rapaziada chegava a pagar-lhe o almôço nos restaurantes. Ao terminar a farta refeição, tomava 5 sorvetes e 5 chícaras de café. Ficou, pois, conhecido em tôda a cidade e alvo das vaias da garotada, que, ao vê-lo, gritava:

— Olha o Urso!... Olha o Urso!... Olha o Urso!...

Era debalde que o pobre homem — que vivia de vender bilhetes de loteria e de teatros, pedia auxílio à Polícia.

Um dia, encalhando-lhe um dos bilhetes, tirou vinte contos e foi viver em paz com a família, numa casinha lá para as bandas da Cidade Nova. Uma tarde vestiu-se melhor e disse que ia ver os velhos amigos do beco das Cancelas. Ao passar pela rua de S. José vinha um bando de capoeiras do qual não se pôde livrar. De um dêles recebeu uma facada, que lhe produziu a morte.

Na manhã de 21 de Outubro de 1889, saía o seu entêrro em direção ao cemitério de S. Francisco Xavier. José do Patrocínio, pela *Cidade do Rio*, dedicou-lhe um artigo cheio de saudosas frases, naquele primoroso estilo que lhe era privilégio.

São também do tempo do *Castro Urso*, o *Grito de Sogra*, o *Vinte e Nove*, o *Tangerina*, o *Pai da Criança*, o *Caxuxa*, o *Barão de Caiapó*, todos, uns mais, outros menos, alvo dos gritos da molecada e, por isso mesmo, sempre sob a vigilante proteção da Polícia.

### *Injustamente acusado, demite-se o dr. Gama e Melo — Volta a ocupar o cargo de chefe de Polícia o dr. Tito Augusto Pereira de Matos — (1883) — Cessam os distúrbios populares.*

Em consequência do assassínio de Apulcro de Castro, três dias ficou a cidade sublevada.

Os turbulentos despejavam a sua cólera sôbre a Polícia, que diziam única responsável pelo que havia acon-

tecido. Desgostoso por tão injustas acusações, o chefe de Polícia dr. Gama e Melo solicitou exoneração, sendo nomeado para o substituir o dr. Tito Augusto Pereira de Matos, que, executando de pronto e com severidade as medidas que a crise lhe aconselhava e com os poderes de que o govêrno o havia investido, conseguiu abafar os distúrbios e restituir a calma à cidade. Antes da meia noite do dia 29, mediante bem combinado cêrco, as estações da Guarda Urbana próximas do local dos conflitos regorgitavam de detidos; e os mais conhecidos desordeiros, que não foram presos naquela noite, o foram no dia seguinte.

### *Extingue-se o Corpo de Polícia Secreta.*

A 20 de Novembro, o dr. Tito de Matos extingue o Corpo de Polícia Secreta, por considerá-lo imprestável e nocivo, visto os maus elementos de que êle se compunha. Segundo a opinião do próprio chefe de Polícia, êsses agentes policiais não eram pesquisadores dos crimes; pelo contrário, eram auxiliares dêles.

Quanto à Guarda Urbana, o chefe de Polícia, diz, também, que deve ser suprimida, por não ser possível pôr em execução o regulamento de sua organização.

### *O dr. Tito de Matos insiste em melhorar as condições da Secretaria da Polícia — Os cartórios das delegacias são organizados na devida ordem.*

Ao ocupar, pela segunda vez, o cargo de chefe de Polícia, o dr. Tito de Matos procurou mudar a Secretaria para outro lugar mais amplo e mais apropriado.

Evidenciando tal necessidade, dizia êle:

"Como bem conheceram meus predecessores nos relatórios anuais, era urgente a remoção da Secretaria, da casa

em que se achava desde 1874, para outro edifício mais contíguo e vasto, que melhor satisfizesse as condições indispensáveis à repartição da Polícia.

Velha e arruinada, a antiga casa não oferecia o menor elemento favorável ao funcionamento desta repartição.

Contendo salas acanhadíssimas, principalmente aquela onde trabalhavam os empregados da Secretaria, na qual se achavam mal e impropriamente colocadas três secções; não tendo uma sala adaptada para o arquivo, onde já não havia espaço para o arranjo metódico dos livros e papéis findos; achando-se as delegacias do pavimento térreo mal acomodadas, e os cartórios respectivos em parte destruidos pelo cumpim, era imprescindível uma mudança imediata.

Êste foi um dos meus primeiros cuidados ao tomar posse do cargo, em que me acho; e a esforços que empreguei, consegui fazer dentro em pouco a aquisição dos dois prédios contíguos, ns. 78 e 80 da rua do Lavradio, de propriedade do comendador José Antônio Vieira Veiga, com quem foi feito o contrato por 9 anos e pelo aluguel de 7:400$000, preço que se pagava pela antiga casa.

É fora de dúvida que muito lucrou a repartição de Polícia com a mudança para a casa em que está funcionando, notando-se, principalmente, local reservado à Secretaria, que é uma sala de vasta extensão, com 13 janelas, perfeitamente ventilada, dando para os fundos do edifício, na qual trabalham, independentes, as 3 secções, com a maior largueza e comodidade.

Do mesmo modo, muito melhoraram as delegacias, que funcionam no 2.º andar da casa, dispondo de espaçosos cômodos, tendo os respectivos escrivães os seus cartórios organizados na devida ordem.

O arquivo da Polícia ocupa uma sala muito vasta, onde ficam perfeitamente acondicionados os livros e os papéis findos.

Funciona, igualmente, num dos compartimentos do edifício, o comando geral da Guarda Urbana, e no pavimento térreo a estação central da mesma guarda, perfeitamente montada e provida de todos os recursos necessários."

*Um julgamento famoso — Levado à barra do tribunal o jornalista Ferreira de Araujo — Seus advogados também sentaram-se no banco dos réus — Absolvido por unanimidade.*

A 25 de Outubro de 1884 comparecia à barra do tribunal para ser julgado pelo crime de abuso de imprensa, o notável jornalista Ferreira de Araujo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias*. O pequeno recinto do tribunal do júri, logo às primeiras horas da manhã, já estava repleto de pessoas de tôdas as classes sociais, que queriam assistir aos debates, que deviam ser importantes, não só pelo réu, mas também pelos advogados de defesa.

Por que era processado o dr. Ferreira de Araujo?

Digamos resumidamente.

No dia 1 de Agosto de 1883, apareceu na *Gazeta de Notícias*, na secção dos — a pedidos — um artigo intitulado *Taubaté — O roubo do Comendador Castro — Para S. M. o Imperador ler.*

Entre outras coisas dizia o artiguete que o conselheiro Antônio Moreira de Barros era o único advogado e confidente do falecido comendador Castro, que havia dito que tinha em sua caixa seis contos de réis.

E, alegando o autor do artigo o desaparecimento dessa importância, dizia que o conselheiro Moreira de Barros era o responsável por ela, e, acrescentava: "É necessário que o ministro da Justiça, que o presidente da Província e o chefe de Polícia se libertem da influência do dr. conselheiro, para que a justiça possa ser uma realidade em Taubaté, com referência a êste crime escandaloso". E por aí seguia o articulista, que assinava "A voz da Verdade".

O conselheiro Moreira de Barros, que já tinha sido ministro e era deputado, ao envés de processar o autor do artigo, processou o dr. Ferreira de Araujo. Absolvido em primeira instância, o conselheiro apelou para a Relação, onde também o acusado logrou absolvição. O conselheiro, não

se conformando ainda, processou o jornalista por crime de calúnia.

Instalou-se, pois, novo processo. Era advogado do autor o dr. Américo Marcondes de Andrade. O juiz entendeu que não havia matéria para responsabilidade. Subindo o despacho em gráu de recurso para o tribunal, foi julgado o feito e responsabilizado o dr. Ferreira de Araujo pelo artigo que não escrevera.

Ao meio dia abriu-se a sessão do tribunal do júri, comparecendo o dr. Ferreira de Araujo a quem o juiz convidou a sentar-se no banco dos réus. Tomaram lugar no mesmo banco os advogados: Sizenando Nabuco e Quintino Bocaiuva. Feito o interrogatório ao réu e lido o processo, foi dada a palavra ao dr. Manuel Marcondes, que declarou não vinha acusar o dr. Ferreira de Araujo, mas apenas defender o conselheiro Moreira de Barros. E, nesse sentido, faz um apêlo aos advogados de defesa. Fala depois Quintino Bocaiuva, que, entre outras coisas, diz que não vem defender Ferreira de Araujo, mas o princípio de liberdade de imprensa, contra o qual se levanta o punhal homicida. Diz que a imprensa é um poder e uma fôrça, poder que ninguém reconheceu, mas que todos respeitam. Entrando em largas considerações, termina saudando Ferreira de Araujo, que herdara de Armando Carrel a coragem e a independência; de Girardin, o talento e a fecundidade; de Júlio Janin, a *verve* fácil e a extrema correção.

Em seguida, falou Sizenando Nabuco, que fez discurso brilhante, estudando a parte jurídica da questão. Acabados os debates, os jurados entraram para a sala secreta às 6 horas, trazendo às 7 horas a resposta a todos os quesitos, absolvendo o réu por unanimidade.

Quando o juiz leu a sentença absolutória, o auditório prorrompeu em prolongada salva de palmas. O dr. Ferreira de Araujo foi abraçado por muitos amigos presentes e acompanhado no seu trajeto até à rua dos Inválidos por grande número de pessoas, recebendo no caminho expressivas manifestações de apreço.

E, destarte, o brilhante diretor da *Gazeta de Notícias* saiu ileso do processo contra êle instaurado.

## *O caso Castro Malta — Exonera-se o chefe de Polícia Tito de Matos — Seu substituto: dr. José Antônio Gomes — (1884).*

Um acontecimento banal, a que se poderia chamar tempestade em copo d'água, determinou a saída do dr. Tito de Matos da chefia da Polícia.

Foi o caso, em resumo:

No dia 16 de Novembro de 1884 fôra preso em frente à tipografia da *Gazeta de Notícias*, na rua Sete de Setembro, um conhecido desordeiro, alcoólatra inveterado, chamado João Alves de Castro Malta. Com êle tinha sido preso também outro sujeito muito conhecido da Polícia, de nome Antônio Ariosto de Andrade ou Antônio de Andrade Pessoa.

Foram ambos recolhidos ao depósito de presos da Polícia, ficando à disposição do 1.º delegado, dr. Bernardino Ferreira da Silva.

Três dias depois, isto é, a 19, Antônio de Andrade foi solto, e como Castro Malta se achasse doente, a autoridade mandou-o recolher à enfermaria da Casa de Detenção. Aí chegado, Malta já não falava, motivo por que não pôde ser matriculado, para dar o nome, residência, etc., como é de praxe. Momentos depois falecia.

Sabendo de seu falecimento, foi o delegado à Detenção, acompanhado de um médico legista, o qual, depois do necessário exame, declarou que Malta tinha falecido de uma congestão hepática.

Mas o diabo as arma...

No dia seguinte os jornais publicavam no obituário o falecimento de João Alves da Costa Matos, engano de quem registou o óbito, que deveria ter escrito João Alves de Castro Malta.

Nasceu dêsse engano todo o barulho.

Os jornais disseram que aquilo não tinha sido engano e sim fato propositado para esconder a culpabilidade da

Duque de Caxias

Ramalho Ortigão

O jornalista Ferreira de Araujo ladeado por seus advogados Sizenando Nabuco e Quintino Bocaiuva

Polícia, que tinha no xadrez morto a pauladas o pobre homem.

E acusavam o chefe de Polícia, dr. Tito Augusto Pereira de Matos, como responsável por êsse crime, único nos anais da história.

Para eximir-se da responsabilidade que lhe imputavam, mandou o dr. Tito de Matos que se procedesse à exumação e em seguida à necropsia, afim de se esclarecer não só a identidade de Castro Malta, mas também a moléstia que o vitimara.

Tomou conta da necropsia a Imperial Academia de Medicina, que declarou, dias depois, que o cadáver desenterrado pertencia a um indivíduo de 25 para 30 anos, falecido de congestão hepática. Trouxe a imprensa novamente à baila o caso, dizendo que aquele cadáver não era o de Castro Malta, pois, sendo êle um desordeiro e valentão, não podia sofrer de congestões hepáticas, dados os exercícios de destreza e capoeiragem que estava habituado a fazer.

Surge em cena a Justiça. O promotor público requer ao respectivo juiz de direito segunda exumação, afim de ficarem averiguados os responsáveis por êsse assassínio.

Nova abertura da cova, nova retirada do cadáver, que já estava em pavoroso estado de decomposição.

Para fazer o exame, foram nomeados os médicos mais notaveis do Rio de Janeiro: — o dr. Cândido Barata Ribeiro, o dr. Oscar Bulhões, o dr. José Borges Ribeiro da Costa e o dr. Domingos Freire.

Era com ânsia que o público, sempre amigo dos fatos escandalosos, devorava diariamente os jornais, para se informar do caso Castro Malta, que já tinha chegado aos ouvidos do imperador, que, por sua vez, interrogava os ministros sôbre tão grave acontecimento.

Era presidente do Conselho o conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, ministro da Fazenda. Ocupava a pasta do Império o senador Felipe Franco de Sá; da Justiça, o deputado Francisco Maria Sodré Pereira; dos Estrangeiros, João da Mata Machado; da Marinha, o senador Joaquim Raimundo de Lamare; da Guerra, o deputado

Cândido de Oliveira; das Obras Públicas, o deputado Antônio Carneiro da Rocha.

Tôdas essas personagens, que figuravam no cenário político do país, estiveram na berlinda. Já não era a Polícia que os jornais atacavam; era o govêrno, do qual já se dizia estava nas encolhas e de mãos dadas com o chefe de Polícia, que havia consentido e talvez mesmo mandado dar pauladas em Castro Malta, das quais lhe resultara o falecimento.

E não eram só êsses que os jornais atacavam. Diziam que os principais responsáveis por êsse negócio eram os delegados dr. Bernardino Ferreira da Silva e Felix da Costa, bem como o médico legista Albuquerque Autran, que havia passado atestado de óbito, dando "causa mortis" que não era a verdadeira, afim de ocultar o crime daquelas autoridades, que com êle conviviam na maior intimidade e trabalhavam no mesmo departamento.

E o laudo dos médicos não vinha.

Enquanto êle não aparecia, para dar um ponto final à questão, os jornais despejavam tôda a sua cólera sôbre as autoridades policiais.

— O homem morreu de pauladas, aplicadas pela polícia, diziam uns.

— Morreu de congestão hepática, afirmavam outros.

Afinal veio o laudo, feito por homens cuja competência não se podia pôr em dúvida, e ficou esclarecido que Castro Malta tinha mesmo falecido de congestão hepática.

Durou isto quase um mês.

Depois de publicado o laudo, o promotor público mandou encerrar e arquivar o inquérito, por "não haver matéria para qualquer procedimento por parte da justiça pública".

O chefe de Polícia, a 31 de Dezembro, ralado de aborrecimentos, pediu demissão, sendo nomeado para o substituir o dr. José Antônio Gomes.

Assim terminou o caso Castro Malta; porém, mesmo com a decisão do laudo, muita gente ficou convencida de que o homem tinha morrido de bordoadas.

*Foi um ano tranquilo o de 1885 — Apenas nove homicídios — O que mais causou ruido.*

Um ano tranquilo o de 1885, pois apenas foram cometidos 9 homicídios.

Citêmo-los, em ordem cronológica:

Na tarde de 15 de Fevereiro, na rua da Carioca, um máscara matou a facadas Joaquim Machado de Sant'Ana. Depois de muito trabalho, a Polícia descobriu que o autor do crime fôra Adolfo Ferreira Nogueira.

A 20 de Março, no cáis da Imperatriz, José Rodrigues de Sant'Ana matou, a punhaladas, Antônio José Ferreira.

No dia 6 de Abril, em Campo Grande, Antônio Rodrigues Paulino, quando dormia, foi morto a tiros pelo seu caixeiro, Manuel Joaquim de Brito.

Em Irajá, foi assassinado Manuel Inácio Barbosa, por Teodoro José de Barros.

A 27 de Maio, no cáis da Imperatriz, Francisco de Oliveira, matou Francisco Lopes com uma facada.

A 20 de Agosto, o menor Manuel Moreira Pinto, ao passar pela rua dos Andradas, foi morto por um grupo de desordeiros.

A 19 de Setembro, no Engenho Novo, foi encontrado morto, apresentando vários ferimentos, Joaquim Nunes de Mendonça.

A 7 de Outubro, foi arrojado pelo mar, ao cáis das Marinhas, o cadáver de Antônio da Silva, tendo a Polícia apurado que havia sido morto por Manuel Soares, vulgo *Cabeleira,* que o atirara ao mar.

O homicídio que mais causou ruído durante o ano, por ser perpetrado com sangue frio e perversidade, foi, porém, o que se deu na rua da Candelária, n.º 38, a 18 de Abril.

Assim o narra um jornal da época:

Aparecendo mutilado o cadáver do negociante Júlio Cândido da Silva, português, de 28 anos de idade, viuvo, morador da casa n.º 38 da rua da Candelária, o seu caixeiro

e ao mesmo tempo seu protegido e companheiro de casa, um rapaz chamado Alberico Dolescar, avisou à patrulha que, ao entrar em casa, deparou o companheiro morto a machadadas.

Apertado por hábil interrogatório policial, acabou declarando ter sido êle próprio que assassinara o negociante, com o fim de evitar fôsse à Polícia denunciá-lo por crime de furto, que não havia praticado.

Era um rapaz de maus precedentes, de costumes abomináveis, tendo tido várias prisões por pequenos furtos. O negociante era também dado a vícios, de sorte que, viviam os dois em perfeita harmonia.

Eis como o próprio criminoso narrou o seu crime, na presença das autoridades:

"Eram 6 para 7 horas da noite. Na ocasião em que Júlio Cândido da Silva, no seu quarto, calçava as botas e preparava-se para sair, aproveitando-me da posição em que êle se achava, desfechei-lhe diversas marteladas na cabeça e, como se partisse o cabo do martelo, lancei mão dum braço de prensa de secar fumo e acabei de matá-lo. Praticado o crime, arrombei uma latinha, onde sabia haver jóias e carreguei com elas. Depois, arrombei também a porta do quarto, pois queria que pensassem que os ladrões é que ali tinham entrado; lavei as mãos e o rosto, tintos de sangue; mudei a roupa e saí para passear. Entrei em um barbeiro, cortei o cabelo, e depois de andar a esmo pelas ruas, tomei café no botequim do largo do Rossio e dirigi-me ao teatro Sant'Ana, onde assisti ao espetáculo. Terminando êste, dirigi-me para casa, onde entrei, e saí imediatamente, prevenindo a patrulha do assassinato."

A respeito dêste criminoso, diz o dr. Sousa Gomes, descrevendo-lhe os dados ananésticos:

"Alberico Dolescar é brasileiro, nascido em Angra dos Reis, solteiro, 22 anos de idade, inteligente e de constituição robusta.

Seus avós e sua mãe morreram em consequência de moléstias mentais, e seu pai, médico, estudioso, na velhice entregara-se ao vício das bebidas alcoólicas, morrendo louco.

Um de seus tios, que também se entregara a êsse vício, era um alienado.

Separado do lar doméstico, onde de certo não tinha bons exemplos a seguir, empregou-se como caixeiro de diferentes casas comerciais, saindo delas por ser acusado de pequenos furtos, chegando até a ser processado.

Relacionando-se com Júlio Cândido da Silva fizera-se seu empregado, sendo por êle sustentado e protegido.

Dados psíquicos:

Alberico é inteligente e sabe ler e escrever.

Manifestou-se covarde, quando ficou aterrado diante de sua vítima ensanguentada; fraco, quando não pôde esconder o segrêdo de seu crime; e, ao mesmo tempo, revelou sinais de insensibilidade moral, quando após o assassinato de seu protetor, vai a um teatro de operetas, marcando depois com minuciosidade, o que vira e ouvira, com atenção."

## *Com a constituição do 34.º gabinete, é nomeado chefe de Polícia o dr. João Coelho Bastos — (1885).*

O 34.º gabinete foi constituido a 20 de Agosto de 1885 e governou até 10 de Março de 1888, sob a presidência do barão de Cotegipe.

A 24 de Agosto foi nomeado chefe de Polícia da côrte o dr. João Coelho Bastos, a quem o povo, pouco tempo depois, passou a chamar *O rapa-côco,* porque mandava raspar a cabeça dos desordeiros que caíam nas malhas da Polícia.

Em tôdas as *falas do trono,* dizia-se, então que "a ordem e tranquilidade pública não haviam sofrido alteração."

Na abertura da 1.ª sessão da 20.ª legislatura, no dia 3 de Maio de 1866, o imperador disse:

> "Para melhor afiançar a segurança individual e a reta administração da Justiça, convinha

> que a Câmara prosseguisse no estudo e discussão, já adiantada, da reforma judiciária."

E acrescentava:

> "Alguns fatos criminosos ocorridos durante a última eleição, aconselhavam que se examinasse se a reprodução de semelhantes fatos podia ser evitada por meio de alterações da lei eleitoral."

A orientação policial do dr. João Coelho Bastos foi dada pelo barão de Cotegipe, cuja ação, como acentúa muito bem, o erudito secretário perpétuo do Instituto Histórico Brasileiro, "foi quase que exclusivamente política no sentido de amortecer o movimento abolicionista e abafar os pródromos da questão militar, que teria de subverter o império."

## *A Polícia sofre perda lamentável.*

Pouco depois da nomeação do dr. Coelho Bastos, sofreu a Polícia perda lamentável com o falecimento do bacharel Francisco José de Lima, que, desde 1857, vinha exercendo o cargo de secretário da Polícia da Côrte, com competência tal e tão senhor dos serviços policiais sob todos os pontos de vista, que dos seus conselhos não prescindiam os chefes de Polícia, nas situações difíceis.

Para substituir êsse distinto funcionário foi nomeado, por decreto de 3 de Outubro de 1885, o sr. Manuel José de Sousa.

## *Os principais crimes de morte durante o ano de 1886 — Envenenamento do capitão Davi Jack.*

Durante o ano de 1886, segundo os dados estatísticos de relatórios posteriores, foram perpetrados 25 homicídios,

dos quais os principais foram os seguintes, em breve narrativa:

Às 11 horas da noite de 9 de Janeiro, foi encontrado em frente à porta de sua residência, o português José Pina de Gouveia, mortalmente ferido, que faleceu momentos depois.

A 9 de Março, em luta travada com dois indivíduos, foi assassinado João José de Cerqueira.

A 10 do mesmo mês, foi encontrado morto, num dos quartos da estalagem n.º 126 da rua Larga de S. Joaquim, Tomás Aires Pinto.

A 16, na praia do norte da ilha do Bom Jesús, dois tripulantes de uma canoa, agrediram o soldado Antônio Francisco Luís Wanderlei, que faleceu dias depois, em consequência dos ferimentos recebidos.

A 21, o soldado de polícia Henrique Felix da Mota, foi assassinado pelo desordeiro conhecido por *João Grande,* numa estalagem da rua Conde d'Eu.

A 16 de Abril, na ponte dos Marinheiros, Roberto José Raposo feriu mortalmente Raimundo Esteves de Sousa.

A 25, na rua de S. Cristóvão, n.º 193, João Antônio da Costa Silveira matou a mulher, entregando-se depois à Justiça.

A 26, também apresentou-se às autoridades, Manuel Ferreira dos Santos Milheiros, declarando ter assassinado a espôsa, por lhe ser infiel.

A 20 de Maio, um grupo de mais de 15 capoeiras armados, assaltou o botequim da rua Visconde de Sapucaí, espancou o dono do estabelecimento, e, saindo para a rua, continuou nas tropelias, esbordoando vários transeuntes e matando Francisco Gonçalves Saleca.

A 30, na praça Municipal, os catraeiros José dos Santos Carracho vulgo *José Fragateiro* e José de tal, vulgo *José pequeno,* travaram luta, da qual o primeiro veio a falecer.

A 6 de Junho, depois de um almoço a bordo da barca inglesa *Arabela,* faleceram o capitão da mesma, Daví Jack e o mestre da barca *Sarah Haming*. Pela necropsia, verificou-se terem sido aqueles indivíduos envenenados, resul-

tando do inquérito ter sido autor do crime o cozinheiro de bordo William Flack, que foi pronunciado.

A 7, na rua do Jogo da Bola, n.º 27, foi encontrado morto Rosário Rossi, e gravemente ferido seu parente Antônio Lucas, que, recolhido ao hospital, faleceu, sem poder fazer declarações. Pelo inquérito ficou verificado que os mesmos se tinham ferido em luta corporal.

A 27 de Julho, o preto Lourenço foi assassinado por José Antônio Moreira.

A 17 de Agosto, em um botequim da rua do Cotovelo, Joaquim Pinto e Manuel Pinto, feriram gravemente Antônio Casimiro, vulgo *Antônio Moleque*, que faleceu depois.

A 29, no botequim da rua General Pedra, Luís da Silva Ramos matou seu irmão Carlos da Silva Ramos.

Na noite de 15 de Outubro, Augusto Francisco dos Santos matou Cláudio Mariano da Silva.

Em 28 de Novembro, Nicolau Antônio dos Santos matou João Cardoso.

A 11 de Dezembro, Miguel Brás foi morto por ladrões, que procuravam assaltar o palacete Costa Ferreira.

Além dêsses crimes, foi presa d. Francisca da Silva Castro, acusada de ter infligido bárbaros castigos a duas escravas, do que resultou falecer uma e ficar outra em grave estado de saúde.

## *Barão da Vila Rica — Bilontra dá trabalho à Polícia e inspiração a Artur Azevedo.*

Desde há muito residia em Botafogo o abastado negociante de madeiras, João José de Oliveira. Era de pouquíssimas letras e tinha o título de comendador. Ambicionando à viva fôrça ser barão, relacionou-se com um moço de nome Manuel José de Lima e Silva, que lhe prometera, mediante boa paga, arranjar-lhe o desejado título, visto dispor de numerosas relações, que lhe poderiam facilitar êsse negócio.

O comendador seria barão de Vila Rica.

Depois de extorquir ao comendador cêrca de 3 contos de réis, o moço levou-lhe um dia o diploma que lhe conferia o título ambicionado. Para o respectivo registo, exibido o documento no Ministério do Interior, foi ali então reconhecido falso.

Desesperado, o comendador vai à Polícia e denuncia o moço como autor da venda, por 3 contos de réis, do título falso de barão da Vila Rica. O fato chegou ao domínio público e foi parar ao teatro. Um dos nossos melhores comediógrafos aproveitou o assunto e fez uma revista de ano intitulada *O Bilontra* — que foi o maior êxito teatral da época, no velho teatro Lucinda.

Em dado momento lá aparecia o ator Martins fazendo o papel de comendador, a cantar ao som da música *La Donna é mobile*.

Barão estou feito
Da Vila Rica;
Eis a rubrica
do Imperador.

Brazão doirado
Meu nome encerre,
Um V e um R
Por cima um B.

Stou satisfeito
Sem mais um furo
Do obscuro
Comendador

Vê-lo-ei gravado
Todo pachola,
Na portinhola
Do meu coupé.

Lima e Silva foi processado, tendo comparecido ao júri duas vezes, sendo por fim absolvido. Fez-lhe a defesa o advogado Sizenando Nabuco, cuja peça oratória, tôda cheia de extraordinário humorismo, trouxe o tribunal em constante hilaridade.

### *Secretário da Polícia durante 30 anos — Dr. Francisco José de Lima — A atuação do coronel Campelo — 44 anos de serviços policiais.*

Criado o lugar de secretário geral da repartição central da Polícia, em virtude da reforma de 1856, foi, em Outubro

dêsse mesmo ano, nomeado para exercê-lo o dr. Francisco José de Lima, que permaneceu no cargo até 1886, quando faleceu.

O dr. Francisco José de Lima desempenhou, portanto, as funções de secretário geral da Polícia durante 30 anos, sendo substituido pelo comendador Manuel José de Sousa, que exerceu êsse cargo durante 10 anos, tendo falecido em 1896, exatamente no dia em que completava êsse tempo.

Aberta pela segunda vez a vaga do lugar de secretário, foi preenchida pela nomeação do coronel Cândido de Siqueira Campelo, que, na data de sua investidura, em 25 de Janeiro de 1897, já contava 40 anos de serviços na própria repartição da Polícia, pois fôra nomeado amanuense em 24 de Junho de 1857.

O coronel Campelo, que exerceu o cargo de secretário durante 4 anos, no período de 44 de encargos policiais, serviu com 51 chefes de Polícia, tendo sido o primeiro que ocupou o cargo de 1.º delegado auxiliar, interinamente, durante os três dias seguintes à proclamação da República, para atender à solicitação que lhe fizera o capitão de engenheiros José Vicente do Espírito Santo, que fôra quem, como delegado do govêrno provisório, no dia 15 de Novembro de 1889, recebera do último chefe de Polícia da Monarquia, dr. José Basson de Miranda Osório, a desistência do cargo.

## *Acontecimentos registados pela Polícia em 1887.*

Os acontecimentos registados pela Polícia e que mais preocuparam a atenção pública no decorrer do ano de 1887 foram estes:

A 17 de Janeiro, o espanhol Rafael Garcia Hecht assassinou o agente de polícia José Ribeiro de Sousa Bastos.

A 22 do mesmo mês, na ilha de Paquetá, Marcolino, escravo de Camilo de Sousa Guimarães, foi assassinado por outro escravo.

A 6 de Fevereiro, na rua de D. Pedro II, Jácomo Silveira feriu com duas facadas a Alberto José Correia da Silva, que veio a morrer.

A 20 de Fevereiro, no Rio das Pedras, em Irajá, João Pedro, foi morto por José Antônio Corsino e João da Mota de Oliveira Pires.

A 6 de Março, na casa n.º 256 da rua Visconde de Itaúna, Miguel Bernardo da Silva e Antônio Ferreira da Silva mataram Júlio da Costa Nunes.

A 22 do mesmo mês, foi assassinado o italiano Develippe Francesco.

A 9 de Abril, Manuel Antônio da Silva, ex-praça do Exército, depois de pequena altercação com sua amásia, residente na estalagem denominada *Cabeça de Porco,* na rua Barão de S. Felix, assassinou-a com uma punhalada.

A 2 de Maio, José Cândido dos Santos foi morto na rua do Conde d'Eu por Francisco Paulino da Silva.

Na noite de 30, na rua de Sta. Luzia, o marinheiro da fragata inglesa *Wan Spenk,* B. Wenssler matou com uma facada Girardus Wenter.

A 11 de Julho, próximo ao Rio das Pedras, foi encontrado morto o indivíduo de nome Luís Gonzaga, verificando-se das diligências feitas, terem sido autores do crime José Joaquim de Araujo e Francisco de tal, vulgo *Chico Cabeça.*

A 27 de Agosto, Guilherme José Luís foi morto por Francisco Fernandes, português.

A 18 de Setembro, Benedito Gomes da Silva Maia matou Joaquim José.

A 22 de Novembro, na estalagem do largo de Catumbí, n.º 84, Alfredo José Vieira da Mota feriu gravemente, com duas facadas, sua mulher Leonor Teresa Furtado da Mota, e em seguida tentou suicidar-se, ferindo-se com a mesma arma. Recolhida ao hospital, aí faleceu Leonor.

Não foi pequeno o número de passadores de moeda falsa que a Polícia capturou durante o ano.

Na freguesia da Lagoa, a 2 de Janeiro, foi preso em flagrante o italiano Nicolau Carnaval, quando passava uma nota de 10 mil réis.

A 3 de Maio, na freguesia da Candelária, foi preso Augusto Carlos, por ter dado em pagamento uma nota também de 10 mil réis.

Manuel Antônio Pereira, residente na rua de S. Diogo, n.º 91, foi preso quando no mister de fabricar, de níquel, moedas falsas.

Em Julho, foi preso o espanhol José dos Santos Gandra, sendo-lhe encontrada na residência grande quantidade de notas de 10 mil réis.

A 7 de Dezembro foi preso em flagrante, na Caixa de Amortização, José Soares do Amaral, no ato de apresentar a trôco diversas notas já resgatadas, recolhidas e carimbadas.

Aberto inquérito e enviados os autos ao juiz competente, expediu êste mandato de prisão preventiva contra João Soares do Amaral e Fortunato Soares do Amaral, que foram detidos em virtude de requisição feita ao chefe de Polícia de Pernambuco.

E nada mais ocorreu em 1887.

## *Como Ramalho Ortigão descreve o Rio de Janeiro de 1887.*

No decorrer das homenagens com que Portugal, em fins de 1936, comemorou o centenário do nascimento de Ramalho Ortigão, veio a público uma carta até então inédita, que o panfletário de *As Farpas* escreveu do Rio de Janeiro, em 19 de Agosto de 1887, a seu genro o professor dr. Eduardo Burnai e carinhosamente conservada pela espôsa dêste, d. Maria Feliciana Ortigão Burnai.

Referindo-se ao Rio de Janeiro, assim o descreve o ilustrado polígrafo:

"Enquanto à terra, imagine v. uma enorme Sintra, portentosamente dilatada em árvores, em flores maravilhosas, em folhagens nunca vistas em tôdas as côres da mais rutilante palheta. Esta vegetação maravilhosa cai das lombadas das montanhas gigantescas sôbre as águas límpidas

e azuis da baía, salpicadas de pequenas ilhas, e sôbre a confusa e à primeira vista inextricável casaria da cidade, cheia de movimento e de bulha. Na rua do Ouvidor não podem passar veículos de espécie alguma, a multidão é muito mais compacta do que nos bairros mais concorridos de Paris e de Londres. Muitas senhoras sós, muita "toilette", muito luxo nas exposições dos armazéns".

Mais adiante informa: "O acolhimento que me fez a sociedade propriamente brasileira foi inexcedível de cordialidade e de afeição. Os alunos militares, da escola do Exército, que é aqui uma espécie de escola de Saint-Cyr, fizeram-me uma ovação inolvidável, como a um velho general que volta vitorioso de uma campanha. Os rapazes têm para mim as frases mais comoventes. Fui eu — dizem — que fundei a confraternidade intelectual da nação brasileira e da nação portuguesa."

Alude em seguida, "à princesa regente, que desejou que eu lhe fôsse apresentado e me pediu que levasse às suas recepções a minha mulher e a minha filha" e, falando do barão de Cotegipe, diz: — "É um parlamentar finíssimo, de uma habilidade, de uma fôrça de ironia e de um bom gôsto elegante e altivo de que ninguém dá idéia entre os atuais políticos de Lisboa."

Por fim, revela um projeto: — "O meu livro sôbre o Brasil apresenta-se-me com a melhor perspectiva. Com os documentos que já tenho e com o que me resta reunir não me será difícil fazer uma obra particularmente interessante. Alguns portugueses amigos de meu irmão, pensando no projeto de uma manifestação simpática de que eu fôsse objeto, resolveram — segundo me consta — fazer o seguinte: vão propor-me a compra da primeira e da segunda edições do livro que eu fizer, sendo a primeira de 2.000 e a segunda de 3.000 exemplares." E esclarece: — "Eu tenho direito de publicar o livro em extratos nos jornais, antes de o publicar em volume. Pelas duas edições de que se trata, os meus editores me ofereceram a quantia de 10 contos de réis. Como v. compreende, isto é absolutamente confidencial..."

## *A boêmia de outros tempos — Confeitaria Pascoal — Sua fase de maior brilho — (1887-1913).*

Como o Café do Braguinha, a Tipografia Paula Brito, a Confeitaria Carceller, a Castelões, a Chapelaria Watson, o Café de Londres, a Livraria Laemmert, a Galeria Moncada e a Joalharia Farani — a Confeitaria Pascoal era uma tradição da cidade.

Contemos-lhe a história.

Quem em 1850 passasse pela rua do Ouvidor, veria uma casa colonial, baixinha, mirradinha, perto da rua Gonçalves Dias, então rua dos Latoeiros. Tinha o número 128 e era uma padaria de propriedade de um português por nome Luís Gonçalves da Silva. Anos depois, Silva passava a casa a um patrício, chamado José Ferreira Calau, entrando, mais tarde, como interessado, Antônio de Almeida Pascoal, de quem o estabelecimento tomou o nome. Em seguida, Calau retirou-se e Pascoal reformou todo o prédio, então de propriedade de um Antônio Pinto Gomes. A casa colonial transformou-se num sobrado de três andares. Nova casa, nova vida. Pascoal adicionou à padaria uma secção de doces, pastéis e bebidas, e o negócio tomou incremento. Em 1881 já a casa era pequena. Foi preciso juntar-lhe o prédio que lhe ficava contíguo. Falecendo Pascoal, ficou a confeitaria sob a responsabilidade de sua viuva, que entregou a gerência a um sobrinho, Marcelino Fernandes Teixeira. Posteriormente, entravam para a casa, como interessados, os empregados Manuel Lopes de Carvalho e Manuel Fernandes da Silva, que se tornaram, depois, proprietários. Foi nessa fase que a Pascoal tomou maior brilho, sendo o centro de quase todo o mundo artístico e literário da época. Rui Barbosa, Francisco Glicério, Machado de Assis, Alcindo Guanabara, Quintino Bocaiuva, Pardal Malet, Ferreira de Menezes, tôda essa plêiade de homens de letras, que refulgiram entre 1887 e 1913, raro era o dia em que se não encontravam na Pascoal.

Se fôsse possível colecionarem-se os ditos, as anedotas, os trocadilhos, as pilhérias de todo o gênero, que os frequentadores letrados da Pascoal, como Paula Nei e outros atiravam nas mesas da confeitaria, daria tudo um livro interessante, que faria a fortuna de um editor.

Todos os nossos grandes vultos da Medicina, de Érico Coelho a Francisco de Castro, de Osvaldo Cruz a Francisco Fajardo, na sua vida de estudante, passaram pela Pascoal.

Os banquetes políticos, os jantares de luxo não estariam completos e não teriam o cunho de "chics", se o serviço não fôsse feito pela Confeitaria Pascoal.

Logo após a proclamação da República, quando se iniciou na cidade o jôgo da Bolsa a que o povo denominou "Encilhamento", era na porta da Pascoal que as cotações dos títulos se faziam, dando isso lugar, certa vez, a um conflito sério, promovido por várias pessoas que, com o fim de não ser impedido o trânsito, procuraram afugentar os jogadores.

Por êsse tempo a Confeitaria Pascoal tinha determinada hora para cada classe de frequentadores. De 1 às 3, era dos homens de letras; de 3 às 4, das famílias; de 5 às 7, das "cocotes" da moda que lá iam exibir as suas "toilettes" e as cintilantes jóias que possuiam. Entre elas, talvez a mais assídua, era uma francesinha loura, a quem os rapazes chamavam a *Petite Pauline*. Trêfega, inteligente e viva, a *Petite Pauline* era, no seu tempo de jovem, a tentação dos velhos e a perdição dos moços, na época do Alcázar, onde era bailarina. Perdeu na banca da roleta várias fortunas.

Dois grandes boêmios eram assíduos na Confeitaria Pascoal; um era o Raul Braga. Tendo frequentado os primeiros anos da Escola de Direito de S. Paulo, deu para alcoolizar-se, tornando-se dipsômano incorrigível. A princípio suportavam-no os literatos, que com êle conviviam; mas depois tornou-se escandaloso e todos lhe fugiam.

— Que dizem os papalvos do meu grande talento? — era a pergunta predileta do infeliz Braguinha, que acabou louco, numa casa de saúde.

O outro boêmio era o Rocha, por alcunha o *Alazão*. Coelho Neto, que o conheceu, ao pintar-lhe o retrato disse:

"Carão moreno, falqueado em poliedro, com placas roxas como de morto, o Rocha, por alcunha *O Alazão,* secretário do Neiva, era um machacaz de dois metros de altura, seis arrobas de pêso, firmado em anchos alicerces de sola dupla, 44. Encolhido de ombros, num geito lerdo e adrenado de carregador de pianos, com um bigode de cerdas híspidas, aparadas rentes ao beiço e côr de mistura de caporal e turco, olhos miudos, garços, com estrias de sangue e tórpidos, tinha a voz presa, rascando nos *rr* e um eterno pigarro que lhe arranhava a garganta gosmenta, mais saturada de alcool do que um tôrno de pipa". Filho de um médico da Baía, aos quinze anos o pai mandou-o, para estudar medicina à Europa onde esteve seis anos, sem nunca ter pegado num livro. Desesperado, o velho fê-lo voltar, e o Rocha foi ser cartomante, e depois dentista e veterinário. Chegando ao Rio, procurou emprêgo, como reporter de polícia; mas, não o conseguindo, foi ser corista do Teatro Sant'Ana. Andou seca e meca, até que, metido nas rodas dos literatos, com ela convivia na maior intimidade.

## *A casa que pela primeira vez vendeu chope ao público.*

Chamava-se *Casa Jacó* ou, simplesmente, *O Jacó,* ou, também, *Braço de Ferro* o primeiro estabelecimento que vendeu chope ao público no Rio de Janeiro. Instalou-o, a 3 de Janeiro de 1887, na rua da Assembléia, n.º 102, um alemão de nome Jacó Wending, que foi quem introduziu o sistema de pequenas mesas destinadas aos fregueses, que se serviam de bebidas e frios. Fez, assim, séria concorrência às clássicas *tendinhas,* atraindo ao seu estabelecimento a boêmia da época, que ali fez, anos seguidos, o seu "quartel general".

Foi em Março de 1894 que se fabricou o primeiro chope no Rio de Janeiro. Até então bebia-se cerveja alemã. E foi o Jacó quem forneceu à sua freguesia o primeiro barril de chope fabricado nesta cidade.

Lopes Trovão

Barreto Bastos

Príncipe Obá II, da África

Castro Urso

Assassinio de Apulcro de Castro

Apulcro de Castro — redator responsável
do "Corsário"

## *Da prisão do capitão-tenente Leite Lobo à demissão do dr. João Coelho Bastos — Queda do gabinete — Assume o cargo de chefe de Polícia o desembargador Espínola — (1888).*

O ano de 1888 surge com serenidade; mas, apenas iniciado o primeiro trimestre, eis que os mais sérios acontecimentos se precipitam, exigindo providências excepcionais.

Logo nos primeiros dias de Março um fato de certa gravidade veio perturbar a ordem pública. Pouco antes, no dia 28 de Fevereiro, às duas horas da manhã, fôra preso o capitão-tenente reformado da Armada Antônio José Leite Lobo, o qual, além de espancado pelas praças, por ordem do alferes da Polícia Henrique José Rodrigues Batista, é violentamente metido no xadrez, sem o menor acatamento à sua patente.

Isto, reunido ao fato de terem sido desatendidos por aquele alferes o ajudante de ordens do ajudante general da Armada e um oficial superior do Exército, quando foram reclamar a entrega do preso, produziu grande exacerbação de ânimos.

Durante a noite de 1 de Março deu-se um conflito entre agentes de polícia, capoeiras e praças do Corpo de Imperiais Marinheiros. O incidente tomou vulto, tornando-se preciso lançar mão da fôrça de cavalaria e reforçar o posto da 5.ª estação, que se suspeitou iria ser assaltado.

Apesar das providências adotadas, outros conflitos se foram sucedendo, dêles resultando não poucos ferimentos, alguns de natureza grave.

Foi necessário que o govêrno chamasse a serviço uma fôrça do 1.º Regimento da cavalaria de linha, que se encarregou de guardar as estações policiais, seriamente ameaçadas, e de manter a ordem.

Continuando nos dias 2 e 3 os assaltos às estações e não cessando os conflitos em vários pontos da cidade, o govêrno determinou fôsse a fôrça policial recolhida aos

quartéis, e todo o policiamento urbano passasse a ser feito exclusivamente por soldados do Exército, sob a fiscalização do coronel Antônio Germano de Andrade Pinto.

Somente assim conseguiram as autoridades serenar os ânimos.

Aberto o inquérito, dêle resultou ficar provada a responsabilidade do alferes Henrique José Rodrigues Batista, tendo sido, por isso, demitido do posto.

Queria a princesa Isabel, então na Regência, a exoneração do chefe de Polícia, a quem ela também atribuia a responsabilidade dos acontecimentos. Falou a respeito ao barão de Cotegipe. O presidente do Conselho não concordou. E, não concordando, ocasionou, com a sua resistência, a queda do gabinete e a chamada do conselheiro João Alfredo para organizar outro, sendo então nomeado chefe de Polícia interino o dr. João Manuel Carlos Gusmão, que, em seguida, passou o cargo ao dr. Manuel José Espínola, nomeado em caráter efetivo.

## *Conferências de Silva Jardim — Tropelias da "Guarda Negra" — Palavras do valoroso propagandista.*

Foi também no ano de 1888, que se assinou, em 13 de Maio, a lei que declarava extinta a escravidão no Brasil, lei festivamente recebida em todo o país.

Dêsse fato originou-se uma organização chamada *Guarda Negra,* que outra coisa não era senão um ajuntamento de desordeiros, que julgavam ser gratos à princesa Isabel evitando a todo o transe a reunião dos republicanos, como aconteceu a 30 de Dezembro dêsse ano, quando a *Guarda Negra* invadiu o salão do *Clube Ginástico Francês,* no momento em que Silva Jardim fazia uma das suas retumbantes conferências.

Tratando dêsse acontecimento histórico, o próprio Silva Jardim o descreve em longos períodos, dos quais destacamos os seguintes:

"Súbito, ouvimos o ruido dos projetís e dos tiros que lançavam contra a frente do edifício. Todos são presos de uma agitação enorme. Muitos correm para a entrada e para o andar superior, afim de repelirem os agressores. Estabelece-se uma luta horrível que dura cêrca de uma hora. Fechada a porta principal, um grupo defende-a dos esforços que faziam os agressores para pô-la abaixo. Estes atiravam pedras e disparavam tiros. Por duas pequenas janelas laterais, a modo de seteiras, os nossos respondiam não menos violentamente.

Conservei-me de pé, na tribuna, protestando não me retirar dali, mau-grado solicitações gerais em contrário. Tirei o meu revólver e dispus-me a defender a vida com a liberdade de pensamento. Ali fiquei para bem simbolizar êsse direito; era ali que devia morrer ou continuar a falar. De resto, era um melhor ponto para dirigir o combate. As pedras vinham cair-me aos pés, e o ruido dos tiros chegava-me cada vez mais forte aos ouvidos."

## *Prelúdios do 13 de Maio — Paladinos da propaganda abolicionista — O sonho é convertido em realidade — Isabel, a Redentora.*

Sabe-se que a primeira iniciativa oficial sôbre a libertação dos escravos foi a lei de 7 de Novembro de 1831, assinada por Diogo Antônio Feijó, declarando livres todos os escravos vindos de fora do império e impondo penas aos importadores dos mesmos escravos.

Essa lei não passou do papel, porque nunca foi cumprida.

Quem foi que iniciou, porém, a propaganda da abolição no Rio de Janeiro, espalhando assim a idéia pelas então províncias do Brasil?

Difícil é saber com segurança, mas, salvo equívoco, parece que a propaganda abolicionista começou no Rio de

Janeiro, logo após a terminação da guerra do Paraguai, com a criação da Sociedade Emancipadora, fundada pelo comendador José Luís Cardoso, que, assim, fica sendo — o Pedro, o Eremita — da grande cruzada.

A árvore deu logo frutos. Seis dias depois, isto é, em 26 de Março de 1870, uma senhora — d. Maria da Conceição de Oliveira Miranda — dá o alarma. No salão do Grande Oriente, foi apresentada a idéia da fundação de uma sociedade, dirigida por senhoras, cujo fim seria a libertação do escravo. Estava presente à sessão o conselheiro Saldanha Marinho, que em discurso aprovou a iniciativa.

No dia seguinte, d. Maria da Conceição de Oliveira Miranda anunciava pelos jornais a fundação da sociedade, que tomou o nome de Sociedade da Libertação e convidava as senhoras que a ela quisessem aderir, a que fôssem subscrever os seus nomes nas listas, que se achavam no escritório de Saldanha Marinho, na rua do Rosário, n.º 41; no consultório do conselheiro Felix Martins, na rua da Princesa dos Cajueiros, n.º 2; no do dr. Duque Estrada, na rua de S. José, n.º 59; e no escritório do dr. Josino do Nascimento na rua do Rosário, n.º 47.

Quatro dias depois, em 30 de Março, vários cidadãos residentes na freguesia de S. José fundaram outra sociedade abolicionista — a Lotérica Emancipadora. Foram eleitos, dr. Mota Maia, presidente, João Leôncio da Costa, secretário, e João Geraldo Ferreira, tesoureiro.

No ano seguinte, 1871, por iniciativa do visconde do Rio Branco, foi assinada a lei do ventre livre, que foi o primeiro golpe oficial dado à escravidão no Brasil.

Em 1877, começou José do Patrocínio a pontificar pela *Gazeta de Notícias*. Tinha êle, então, 24 anos.

A propaganda, porém, ia caminhando lentamente. Dão-lhe impulso violento três grandes paladinos, que a 27 de Setembro de 1880 fundam a Sociedade Brasileira contra a Escravidão — Joaquim Nabuco, André Rebouças e Joaquim Serra.

Daí em diante intensifica-se a propaganda, que vôa por todos os recantos do Brasil, fazendo tremer os escravocratas.

Criam-se grupos abolicionistas, fundam-se jornais, surgem oradores, organizam-se conferências, até que raia a aurora de 13 de Maio de 1888, em que a princesa imperial d. Isabel — daí em diante chamada a Redentora — por um decreto especial, declara o Brasil livre.

Estava terminada a campanha e convertido em realidade o sonho da maioria dos brasileiros.

## *Príncipe Obá.*

Em um dos batalhões de zuavos que vieram da Baía em 1865 com destino à guerra do Paraguai, chamava a atenção de todos aquele que trazia à frente: um negro de estatura gigantesca, de porte marcial e de olhar respeitável. O batalhão, logo que aqui chegou, partiu para o teatro da luta, indo engrossar as colunas dos voluntários que iam combater em benefício da pátria. Chamava-se o soldado a que nos referimos Cândido da Fonseca Galvão e em tôdas as batalhas travadas contra as fôrças do ditador Lopes era sempre visto na vanguarda combatendo com denodo e coragem.

Seus superiores o tinham em boa conta e diz-se ter sido o duque de Caxias um dos seus grandes admiradores.

Estamos em 1866, no momento em que Francisco Solano Lopes, desanimado pelas derrotas sofridas, umas após outras, empregou os maiores esforços para obter uma paz digna para os paises beligerantes e solicitou uma conferência, que em 12 de Setembro se efetuou em Jataití-Corá, mas onde não foi possível um acôrdo, visto que Lopes queria continuar no poder.

Nestas condições, o general Mitre reuniu 9.000 homens e traçou planos para atacar Curupaití, o mais forte reduto de que dispunham os paraguaios. Em 22 de Setembro travou-se o combate — batalha renhida, que durou 10 horas seguidas e na qual tomaram parte 10 mil brasileiros. Foi um desastre para os aliados, que perderam 4 mil homens.

Entre os soldados brasileiros que se distinguiram, na ordem do dia do comandante em chefe menciona-se o nome do zuavo baiano Cândido da Fonseca Galvão. Acabada a guerra, Galvão, além de algumas medalhas, recebeu do govêrno as honras de alferes do Exército.

Chegado ao Rio de Janeiro, aqui demorou-se algum tempo até regressar à terra de seu nascimento. O sôldo que recebia lhe dava para a subsistência, e era quanto bastava.

Andava o alferes Galvão fardado pelas ruas, ostentando ao peito as duas condecorações que havia recebido. A princípio ia todos os dias ao Quartel General palestrar com os velhos camaradas; mas a ociosidade em que vivia tornou-o viciado: alcoólatra. Dentro de alguns anos, megalómano e convencido de que era descendente de sangue real, de uma dinastia de família reinante na África, propalou aos quatro ventos que era o *príncipe Obá II*, da África. Deixou de ser um homem como qualquer outro. Arranjou uma imensa sobrecasaca, um monóculo, uma cartola, e ei-lo pelas ruas da cidade a distribuir cumprimentos respeitosos a todos.

As quitandeiras do largo da Sé e os negros herbanários da rua Larga de S. Joaquim ficaram convencidos de sua hierarquia e prestavam-lhe homenagens reais, beijando-lhe a mão, que êle trazia sempre enluvada.

Nos dias de grande gala no paço imperial, Galvão fardava-se do primeiro uniforme, tomava um carro e lá seguia a saudar sua majestade. Em uma dessas vezes beijou a mão ao imperador e à imperatriz, e ao Conde d'Eu "fez um adeusinho", como se com êle tivesse grande intimidade. O conde, longe de se aborrecer, sorriu. Nos dias de suas aperturas financeiras, o *príncipe Obá* ia esperar o imperador à quinta da Boa Vista e fazia-lhe a mesura do costume. D. Pedro, com aquela bondade, que todos lhe reconheciam, sabia o que aquilo queria dizer e ordenava ao mordomo desse uns cobres ao alferes Galvão.

Depois, o govêrno arranjou-lhe um emprêgo no Laboratório Farmacêutico Militar, o que não evitou continuasse Galvão em suas libações e entrasse de quando em quando em um botequim, a mandar às ortigas o seu principado e a pedir

ao caixeiro: "dois vintens de cana". Lá pela 10.ª vilegiatura, o Galvão ia pelas ruas, a descrever sinuosas, empregando esfôrço sobrehumano para não cair. Dirigia-se ao cômodo onde residia, que era em um segundo andar da rua Uruguaiana, por cima do Externato Gama, cuja loja era ocupada pela Livraria Azevedo, e lá ia curar a *mona*.

Na Baía o alferes Galvão era o mesmo megalômano. No dia do pagamento dos reformados, fardava-se e saía, ostentando ao peito a medalha de campanha, que lhe dava direito à continência, com brado de armas e formatura da guarda.

Assim, uniformizado, encaminhava-se à Alfândega, recebia a pensão e demorava-se no bairro comercial, na cidade baixa, até às 5 horas da tarde, quando os representantes do alto comércio subiam pelo elevador da Conceição.

Galvão também subia e, uma vez na praça do Palácio, procurava passar próximo ao corpo de guarda à presidência da província. Aí, a sentinela sempre atenta bradava: — Às armas! Então, num gesto largo de superioridade, o alferes fazia sinal com a mão, querendo significar dispensa daquela continência. E, aconchegando-se à sentinela, deixava cair aos pés desta uma moeda de prata.

Momento houve em que se deu por falta do *príncipe Obá*. Que lhe teria sucedido? Soube-se mais tarde: fôra "deportado" para o Rio de Janeiro pelo chefe político Malaquias José dos Reis. Isto lhe causou profundo desgôsto, contribuindo para sua morte, que se deu a 8 de Julho de 1890.

O *príncipe Obá* tinha a mania de escrever para os jornais, comentando fatos históricos e acontecimentos do dia, principalmente sôbre política. *O Corsário*, *O Carbonário* e outros periódicos, que êle frequentava com assiduidade, costumavam trazer "artigos" seus: moxinifadas que ninguém entendia, mas que o povo apreciava, porque eram do *príncipe Obá*.

*Um caso policial modifica a alta política do país — Isabel e Cotegipe — O gabinete de 10 de Março de 1888.*

Regente do Império em nome de seu pai, enfêrmo na Europa, a princesa Isabel encontrou no govêrno o gabinete Cotegipe. Isabel tinha por programa a extinção da escravatura; Cotegipe considerava tal providência demasiadamente ampla. Já tínhamos a lei libertadora dos sexagenários e a que tornava livre o ventre da mulher escrava. O estadista baiano opinava que se devia esperar. A princesa compreendeu que era difícil convencer o primeiro ministro e resolveu, então, contrariá-lo, para que êle se demitisse. Apareceu um caso propício, um caso policial: a detenção de um militar reformado, em prisão comum, por ter sido encontrado à paisana e não ser, assim, reconhecido. Isabel exigiu a demissão do chefe de Polícia. Cotegipe declarou que o alto funcionário continuava a merecer a sua confiança. A regente insistiu. Cotegipe reafirmou sua solidariedade com o chefe da segurança pública, mas não conseguiu resolver a situação. Demitiu-se.

A princesa Isabel entregou o poder a João Alfredo.

Apresentando-se às câmaras, o novo presidente fez as seguintes declarações: — "Sua alteza a princesa imperial regente declarou-me que, tendo aceitado a demissão coletiva do ministério de 20 de Agosto, escolhera-me para organizar novo gabinete. Respondi logo a sua alteza imperial que tudo quanto minha lealdade política, a minha dedicação pela causa pública e o meu reconhecimento pessoal a sua alteza me permitissem fazer, eu faria para corresponder à confiança com que era honrado; mas, pedindo licença a sua alteza, ponderei que precisava de algum tempo para refletir e consultar os amigos, principalmente o senhor conselheiro Antônio Prado, então, como agora, ausente em São Paulo, daquela vez ocupado na propaganda que faz a sua glória, e desta retido por enfermidade, que lamento, e o que me priva nesta ocasião do seu valioso auxílio. No

govêrno eu não podia deixar de repartir com aquele ilustre cidadão, prezadíssimo amigo, a responsabilidade que juntos assumimos o ano passado nas discussões do Senado. No correr das ponderações, que tive a honra de fazer a sua alteza imperial, opinei, mui respeitosamente, o desejo de saber o motivo da retirada do ministério de 20 de Agosto. Sua alteza disse-me que, a julgar pelas manifestações anteriores, o fato seria inevitável em Maio, quando se reunissem as câmaras e que se antecipava em virtude de ocorrências do momento, das quais havia surgido divergência entre a opinião de sua alteza e a do gabinete, não só quanto aos casos determinantes, como também quanto às providências que deviam ser tomadas na espécie. Amanhã será apresentada a proposta do poder executivo, para que converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil".

### *Na véspera da assinatura da lei áurea — "Lá se foi a Monarquia por água abaixo".*

Em 12 de Maio de 1888 o país estava todo com as vistas dirigidas para s. m. o imperador, que se achava então na Europa e cuja saúde inspirava sérios cuidados.

Nêsse dia o bispo do Rio de Janeiro, conde de Santa Fé, determinava a todos os párocos de sua diocese fizessem fervorosas preces pelo pronto restabelecimento de sua majestade.

Ao mesmo tempo que essas ordens eram dadas sua alteza imperial a regente d. Isabel, recebia de sua progenitora um telegrama, declarando que o imperador ia passando melhor, que dormia tranquilamente e que o seu estado não era tão desesperador, de modo que se tornasse necessário aconselhá-lo a receber os sacramentos.

O ministério, que fôra organizado em 10 de Março, dêsse ano, era assim constituido:

Fazenda: João Alfredo Correia de Oliveira; Império, José Fernandes da Costa Pereira; Justiça, Antônio Ferreira Viana; Estrangeiros, Antônio da Silva Prado; Marinha, Luiz Antônio Vieira da Silva; Guerra, Tomás José Coelho de Almeida; Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva.

Na véspera da lei áurea eram nomeados presidentes: das Alagoas, José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, e de Santa Catarina, o coronel Augusto Fausto de Sousa.

A Câmara dos Deputados compunha-se de 125 membros, e o Senado de 60.

O projeto da lei áurea foi apresentado na Câmara na sessão de 8 de Maio e aprovado na de 10. Em 11 foi encaminhado ao Senado e nesse dia apresentaram-se 45 senadores.

Lida a proposta da Câmara, o senador Dantas requereu se nomeasse uma comissão de cinco membros para dar parecer e pediu também a dispensa da impressão para que o mesmo parecer fôsse discutido na sessão de 12.

Atacou violentamente o projeto o sr. barão de Cotegipe, que foi inúmeros vezes aparteado. Quando acabou de falar, vendo que nada mais podia fazer, pois já tudo estava consumado, virou-se para um dos seus companheiros de bancada e disse:

— Lá se foi a Monarquia por água abaixo.

— Dezoito meses depois realizava-se a previsão do grande estadista.

Eram os seguintes os senadores dêsse tempo:

Alagoas — Visconde de Sinimbú e Jacinto Pais de Mendonça.

Amazonas — Barão de Mamoré.

Baía — Marquês de Muritiba, José Antônio Saraiva, Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, Manuel Pinto de Sousa Dantas, Pedro Leão Veloso e barão de Pereira Franco. Havia uma vaga.

Ceará — Visconde de Jaguaribe, Liberato de Castro Carneiro e João Ernesto Viriato de Medeiros. Uma vaga.

Espírito Santo — Cristiano Benedito Otoni.

Goiás — José Inácio Silveira da Mota.

Maranhão — Visconde de S. Luís do Maranhão, visconde de Vieira da Silva e Felipe Franco Sá.

Mato Grosso — Uma vaga.

Minas Gerais — Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, visconde de Serro Frio, visconde de Ouro Preto, Lafaiete Rodrigues Pereira, José Rodrigues de Lima Duarte, Inácio Antônio de Assis Martins, Cândido Luís Maria de Oliveira, Manuel José Soares, barão de Santa Helena. Uma vaga.

Pará — Fausto Augusto de Aguiar, Antônio Joaquim Gomes do Amaral e cônego Manuel José de Siqueira Mendes.

Paraíba — Barão de Maranguape e Florentino Meira de Vasconcelos.

Paraná — Manuel Francisco Correia.

Pernambuco — Visconde do Bom Conselho, Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, Francisco do Rego Barros Barreto, João Alfredo Correia de Oliveira, Luís Felipe de Sousa Leão e Francisco de Carvalho Soares Brandão.

Piauí — Marquês de Paranaguá.

Rio Grande do Norte — Visconde de Cavalcanti.

Rio Grande do Sul — Gaspar da Silveira Martins, visconde de Pelotas e Henrique Francisco d'Ávila.

Rio de Janeiro — Visconde do Cruzeiro, Paulino José Soares de Sousa, Francisco Belisário Soares de Sousa, Tomás José Coelho de Almeida, João Manuel Pereira da Silva e Eduardo de Andrade Pinto. Uma vaga.

Santa Catarina — Alfredo de Escragnolle Taunay.

S. Paulo — Barão de Sousa Queirós, Joaquim Floriano de Godói, Antônio da Silva Prado e Rodrigo Augusto da Silva.

Sergipe — Barão da Estância e barão de Maroim.

Ao terminar a sessão do Senado, os espectadores das galerias, que eram numerosos, dirigiram-se à rua do Ouvidor e prorromperam em vivas aos principais abolicionistas.

José do Patrocínio, da janela da *Cidade do Rio*, fez um discurso vibrante, declarando que a libertação do escravo no Brasil estava por horas.

De fato, no dia seguinte, o Senado ultimava as *demarches* do projeto e a princesa Isabel assinava o decreto, que tomou o n.º 3.353 e que havia de imortalizá-la.

## *A lei que declarou extinta a escravidão no Brasil — A íntegra do decreto de 13 de Maio de 1888.*

As ruas da cidade fervilhavam como que invadidas de chôfre por uma multidão fantástica que estrugia de entusiasmo e de contentamento.

É que os jornais acabavam de entrar em circulação, trazendo a íntegra do seguinte decreto:

### LEI N.º 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888

*Declara extinta a escravidão no Brasil*

"A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º — É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a tôdas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade, o Imperador a faça imprimir, publicar e correr.

Datado no palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, 67.º da Independência e do Império (assinados) — Princesa Imperial Regente — Rodrigo Augusto da Silva.

Carta lei pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o decreto da Assembléia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara.

Para Vossa Alteza Imperial ver.

Chancelaria-mor do Império — Antônio Ferreira Viana. Transitou em 13 de Maio de 1888 — José Júlio de Albuquerque Barros."

## *O ministério da abolição — De 10 de Março de 1888 a 7 de Junho de 1889.*

Demitido o gabinete organizado a 20 de Agosto de 1885, e chefiado pelo barão de Cotegipe, e ao qual se deve a lei regulando a extinção gradual da escravidão, assinada por Antônio Prado, sucedeu-o o de 10 de Março de 1888, chefiado pelo conselheiro João Alfredo e que estava destinado a ser o mais glorioso dos 34 que o precederam.

Narremos como foi organizado êsse ministério.

No dia 7 de Março de 1888, às 3 horas da tarde, o conselheiro João Alfredo recebia do barão de Cotegipe a seguinte carta:

"Ilmo. e exmo. sr. conselheiro João Alfredo. S. a. imperial regente, ordena-me de comunicar a v. excia. que ela deseja entender-se com v. excia. hoje, às 7 e meia horas da noite.

Julgo dever comunicar a v. excia. que o gabinete pediu demissão a s. alteza e convindo que se organize com urgência o novo gabinete, v. excia. pense como o fará antes da sua entrevista com s. a. imperial.

Sou, com tôda a consideração e estima, de v. excia. amigo e colega atencioso. Barão de Cotegipe. 7 de Março de 1888".

À hora designada, a princesa imperial recebia no paço da Boa Vista o conselheiro João Alfredo e declarou-lhe que tendo aceitado a demissão coletiva do ministério Cotegipe, escolhera-o para organizar outro.

E o conselheiro João Alfredo respondeu:

"Tudo quanto a minha lealdade política, a minha dedicação pela causa pública e o meu reconhecimento pessoal por sua alteza me permitirem fazer, eu farei, para corresponder à confiança com que sou honrado, mas peço licença à sua alteza para refletir e consultar os amigos, principalmente o conselheiro Antônio Prado".

De volta de S. Cristóvão, o conselheiro João Alfredo foi entender-se com o barão de Cotegipe e no dia seguinte, a uma hora da tarde, disse à sua alteza, que se encarregaria da organização do gabinete.

Daí a três dias os jornais noticiavam que o ministério estava organizado com os seguintes nomes:

Fazenda, João Alfredo; Império, José Fernandes da Costa Pereira Júnior; Justiça, Antônio Ferreira Viana; Estrangeiros, Antônio da Silva Prado; Marinha, Luís Antônio Vieira da Silva; Guerra, Tomás José Coelho de Almeida; Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva.

Durou êsse ministério até 7 de Junho de 1889.

Na sessão de 7 de Maio de 1888, a Câmara dos Deputados recebeu o seguinte ofício do ministro da Agricultura:

"Rio de Janeiro — Ministério dos Negócios da Agricultura — Ilmo. e exmo. sr. — Rogo a v. excia. se digne solicitar da Câmara dos Senhores Deputados, designação de dia e hora para apresentar uma proposta do poder executivo.

Deus guarde a v. excia. — Rodrigo Augusto da Silva — À Sua excia. o sr. 1.º secretário da Câmara dos srs. Deputados".

Designou-se o dia 8, às 2 horas da tarde, para realizar-se a apresentação da proposta e nesse dia e hora o ministro da Agricultura lia em plena sessão da Câmara dos Deputados a seguinte proposta que apresentava de ordem de sua alteza a princesa imperial regente:

Art. 1.º — É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1888 — Rodrigo A. Silva.

Ao terminar a leitura, ouviram-se dentro e fora do recinto prolongadas aclamações.

Já aqui descrevemos a marcha do projeto até ser convertido em lei, a 13 de Maio de 1888. Vamos agora dar, como recordação histórica, os nomes dos deputados que votaram contra e os que votaram a favor da proposta.

Votaram a favor: — Passos Miranda, Clarindo Chaves, Cantão, Costa Aguiar, Leitão da Cunha, Mac Dowell, João Henrique, Dias Carneiro, Coelho Rodrigues, Jaime Rosa, Torres Portugal, Alencar Araripe, barão de Canindé, Rodrigues Júnior, José Pompeu, Ratisbona, Jaguaribe Filho, Álvaro Caminha, Tarquínio de Sousa, João Manuel, Carneiro da Cunha, Soriano de Sousa, Elias de Albuquerque, Joaquim Nabuco, Teodoro da Silva, Felipe de Figueiroa, Juvêncio de Aguiar, Pedro Beltrão, Henrique Marques, Alcoforado Filho, Rosa e Silva, Bento Ramos, Gonçalves Ferreira, Alfredo Correia, B. de Mendonça Sobrinho. Luís Moreira, Teóflio dos Santos, Mariano da Silva, L. de Albuquerque, Luís Freire, Olímpio Campos, Coelho e Campos, barão de Guaí, Freire de Carvalho, José Marcelino, Américo de Sousa, Araujo Góis, barão de Geremoabo, Junqueira Aires, Fernandes da Cunha, Zama, Matoso Câmara, Ferreira Viana, Fernandes de Oliveira, Rodrigues Peixoto, Lemos, Custódio Martins, Afonso Pena, Pacífico Mascarenhas, Cesásio Alvim, Mourão, Henrique Sales, Mata Machado, João Penido, Barros Cobra, Olímpio Valadão, Carlos Peixoto, Afonso Celso Júnior, Almeida Nogueira, Rodrigues Alves, Duarte de Azevedo, Cochrane, Geraldo Resende, Xavier da Silva, Marcondes Ferreira, Esperidião Marques, Pinto Lima, Paulino Chaves, Maciel, Seve Navarro, Silva Tavares, Miranda Ribeiro e Rodrigo Silva.

Responderam não, isto é, votaram contra o projeto:

Barão de Araçagí, Carvalho, Castrioto, Pedro Luís, Bezamat, Alfredo Chaves, Lacerda Werneck, Andrade Figueira e Cunha Leitão.

Eis, em resumo, o histórico do ministério da abolição, que há cinquenta e cinco anos assinava o decreto extinguindo a escravidão no Brasil.

*Guarda negra — Suas maiores tropelias ocorreram durante o ministério João Alfredo.*

Alguns políticos impressionados pelo movimento crescente da propaganda republicana, que encontrava apoio em tôdas as classes sociais, tentaram organizar um "elemento de fôrça", em defesa do trono ameaçado.

Suas primeiras reuniões foram levadas a efeito na rua da Carioca, n.º 77 (antigo), onde funcionava uma sociedade recreativa denominada *Habitantes da Lua;* mas, quer os libertos, quer os homens de côr, não corresponderam ao apêlo que lhes fôra feito. Elementos outros foram então atraídos e as legiões com que os organizadores da negregada instituição contavam ficaram reduzidas a trezentos ou quatrocentos mercenários.

A *Guarda Negra* procurou ter uma feição maçônica, isto é, tentou o maior segrêdo em suas deliberações, não obstante os republicanos conseguirem estar sempre ao corrente do que nela se passava, acompanhando-lhe todos os movimentos, tomando as precisas cautelas para os momentos de luta, como se verificou por mais de uma vez.

Da rua da Carioca transferiu a *Guarda Negra* a sua sede para a do Senhor dos Passos, n.º 165, onde deliberou fundar a *Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora,* instalada mais tarde na rua Larga de São Joaquim, hoje Marechal Floriano Peixoto.

Joelho em terra, mão direita sôbre o Evangelho, olhos fixos na imagem de Cristo, os iniciados prestavam o seguinte juramento: — "Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade de meus filhos, pela honra de minha mãe e pela pureza de minhas irmãs e sobretudo por êste Cristo que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora — porque esta minha própria vida, por considerar acima de tudo êste meu juramento. Em qualquer parte que os meus irmãos me encontrarem, digam apenas — Isabel, a Redentora —

## OS PIONEIROS DA ABOLIÇÃO

Senador Dantas - Líder do Senado

Senador João Alfredo - Presidente do Conselho

Princesa imperial regente

Senador Antônio Prado - Ministro de Estrangeiros

Joaquim Nabuco - Líder na Câmara

Senador Cruz Machado - Presidente do Senado

Deputado Ferreira Viana - Ministro da Justiça

Deputado Rodrigo Silva - Ministro da Agricultura

Deputado Costa Pereira - Ministro do Império

Desembargador Lucena - Presidente da Câmara

José do Patrocínio - Líder do movimento popular

Senador Vieira da Silva - Ministro da Marinha

Joaquim Serra - Representante da imprensa abolicionista

Senador Tomás Coelho - Ministro da Guerra

João Clapp - Presidente da Confederação Abolicionista

Silva Jardim

Quintino Bocaiuva

Visconde de Ouro Preto

porque estas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo o que me é caro".

As maiores tropelias praticadas pela *Guarda Negra* ocorreram durante o segundo semestre de 1888, quando no govêrno o ministério João Alfredo, culminando as suas proezas no dia 30 de Dezembro daquele ano, no momento em que se realizava um comício na *Sociedade Francesa de Ginástica,* na travessa da Barreira, sendo orador Silva Jardim, em resposta a Joaquim Nabuco, que pronunciara inflamado discurso contra a propaganda republicana.

Evaristo de Morais regista a versão de que coubera a José do Patrocínio a iniciativa da criação da *Guarda Negra.*

## *O Exército e a Lei Áurea — Ordem do dia do marechal visconde da Gávea.*

O grandioso acontecimento que tornou imperecedoura a data de 13 de Maio, teve funda repercussão no seio das classes armadas. Di-lo expressivamente aquela ordem do dia, datada de 17 de Maio, assinada pelo visconde da Gávea, marechal e ajudante-general do Exército, que principia assim:

### AO EXÉRCITO

"No meio do regozijo de uma Nação inteira, acha-se aqui formada uma importante parte do Exército Nacional, com o fim de solenizar a Lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil, tornando iguais todos os brasileiros.

E termina:

"Em 25 de abril de 1500 *(sic),* os nossos antepassados, ao pisarem o solo americano e hasteando o estandarte da civilização nos vastos desertos do continente, dirigiram ao Deus dos Exércitos, uma missa, simbolizando a Igualdade e a Fraternidade entre os homens: hoje, o Brasil livre não mais nos áridos desertos, mas em meio da civilização e pe-

rante a Humanidade, faz celebrar o mesmo sacrifício, firmando a Liberdade e Igualdade entre brasileiros.

É por isto que o Exército, baluarte da Liberdade e Integridade do Brasil, com entusiasmo brada:

Viva Sua Majestade o Imperador e Sua Augusta Consorte!

Viva Sua Alteza Imperial Regente, a Redentora, Seu Augusto Consorte e Filhos!

Viva o Parlamento!

Viva o Ministério 10 de Março!

Viva o Exército e a Armada!

Viva o Brasil Livre!"

## *Opiniões colhidas no momento da publicação da lei de 13 de Maio.*

Da princesa Isabel:

— Seria hoje o dia mais feliz da minha vida, se meu extremoso pai não se achasse enfêrmo; mas espero em Deus que em breve êle regresse bom à nossa pátria.

Do conselheiro Ferreira Viana:

— Eu não deixaria o meu retiro, onde encontrava tantas consolações, para assumir o cargo de ministro, se não visse que ia fazer parte de um govêrno que estava decidido a reparar o êrro de três séculos de iniquidades.

De Aluízio Azevedo:

— Ontem assisti, pela primeira vez, a uma legítima expansão popular; vi a multidão rir e chorar de prazer; vi uma raça, até então amaldiçoada, cantar em plena rua a Marselhesa da alegria, música feita de bênçãos e soluços.

De fronte de mim passou uma fila de negros e mulatos, de braço dado, enchendo tôda a largura da rua do Ouvidor, entre êles havia mulheres e crianças; um preto velho, tonto de satisfação, parecia ter enlouquecido. Em cada chapéu, derreado para trás, havia uma folha brasileira; em cada olhar, um raio de vitória; em cada rosto, o fulgor cintilante

de uma alma nova, nascida de repente do monturo negro da escravidão.

De Joaquim de Pimentel:

— É singela, perfeita e clara, como se lesse às avessas a palavra — SERVIL.

De Artur Azevedo:

— O número 13 estava desacreditado; agora regenerou-se. Deixou de ser um número de mau agouro, para ser uma data de liberdade. Já não é fatal: é glorioso.

## *Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira — Foi delegado de polícia em Pernambuco.*

O conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira foi uma das figuras de maior relêvo na política nacional e prova eloquente do quanto valem a tenacidade, o esfôrço próprio e o amor ao trabalho.

Seu pai era modesto lavrador e cego. Amando o estudo e aspirando a glórias, João Alfredo, a 6 de Dezembro de 1856, bacharelou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco, recebendo, pouco depois, o grau de doutor em ciências jurídicas e sociais. Contava, então, 23 anos de idade, pois nascera a 12 de Dezembro de 1835, na ilha de Itamaracá. Antes de doutorar-se, casou-se com d. Maria Eugênia Correia de Oliveira, filha do barão de Goiana.

Em 1855, quando ainda acadêmico, fundou com alguns colegas um montepio de estudantes, destinado a auxiliar os acadêmicos pobres. Nesse mesmo ano foi eleito deputado provincial, sendo-lhe anulada a eleição por não ter a idade determinada pela Constituição.

Em seguida, foi nomeado delegado de polícia em Pernambuco; depois, juiz municipal, secretário do presidente do Ceará e eleito deputado provincial, ocupando a cadeira até 1861. Em 1868 é eleito deputado geral e no ano seguinte presidente da província do Pará. Aí desenvolveu o serviço de navegação a vapor, abasteceu o mercado de carnes verdes,

até então em grande penúria, melhorou o serviço de águas, fundou uma casa de educandos artífices e dispensou avultados favores ao Colégio de N. S. do Amparo, que é um asilo de menores órfãs.

Em 1870 é convidado, para ocupar a pasta do Império, bem como no gabinete de 7 de Março, presidido pelo visconde do Rio Branco. É aí que o vemos prestando serviços inolvidáveis à instrução pública. Começando pela instrução primária, assinala o conselheiro João Alfredo as bases de uma reforma que lhe parecia de grande necessidade e estabelece quatro pontos capitais: 1.º — ensino obrigatório; 2.º — criação de escolas do ensino secundário; 3.º — melhoramento do professorado; 4.º — melhoramento do sistema de direção, inspeção e fiscalização do ensino. Foi quem mandou levantar a escola da Glória e a de Santa Rita, que, naquele tempo, foram considerados prédios suntuosos.

A propósito das iniciativas de João Alfredo, um jornal da época escreveu: "O Rio é paupérrimo de edificações de maior vulto. A cidade é um amontoado de casebres informes, que lhe dá o aspecto de uma grande aldeia. A construção daqueles formosos edifícios foi pois um presente de subido valor que o município jamais esquecerá".

Os reparos e embelezamentos do Colégio Pedro II também a êle se devem, como a transferência do Arquivo Público para a antiga casa do Hospital do Carmo e que funcionara no Convento de Santo Antônio.

O ajardinamento do campo de Sant'Ana, tantos anos projetado; a abertura da rua Leopoldina, e a limpeza das praias, que eram verdadeiros focos de miasmas, são outros tantos serviços prestados pelo conselheiro João Alfredo e que jamais devem ser esquecidos.

Escolhido pela princesa imperial regente para chefiar o chamado "ministério da abolição", João Alfredo desempenhou o cargo com talento e critério invulgares.

Após a proclamação da República foram procurá-lo para o elevado cargo de presidente do Banco do Brasil, função que êle aceitou, declarando que colocava a pátria acima de suas idéias pessoais.

O conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira faleceu a 6 de Março de 1919.

## *Episódios para a história da abolição — Um soneto de Artur Azevedo.*

Em diversos jornais da época, pacientemente relidos agora, depois de decorrido mais de meio século, estão registados os seguintes episódios que bem poderão servir para a história da abolição:

Quem lavrou o decreto que declarava extinta a escravidão no Brasil, e que tomou o n.º 3.353, foi o funcionário da secretaria do Senado, Francisco Calmon, tendo o calígrafo Leopoldo Heck, feito em pergaminho o autógrafo.

Seguindo para a Imprensa Nacional os originais do decreto, afim de ser êle publicado no *Diário Oficial,* foram os mesmos originais compostos pelos tipógrafos Manuel Germano Brandão e Américo José Leite Pereira.

Quando eram tiradas as primeiras provas de escôva, todo o pessoal da tipografia rodeava o encarregado dêsse trabalho, o operário Manuel Joaquim da Cunha Teles e ao desligar-se o papel da composição foi entregue ao administrador comendador Antônio Nunes Galvão, que pronunciou as seguintes palavras: "Ao primeiro impressor da diamantina lei da extinção da escravidão no Brasil, sr. Manuel Joaquim da Cunha Teles, cumprimenta o pessoal de serviço no *Diário Oficial.* Orou o sr. Manuel Germano Brandão, que se congratulou com o comendador Galvão e com o auditório, por motivo de tanta satisfação para os brasileiros.

Passando a prova para a revisão foi a mesma revista pelo sr. Carolino das Chagas Verneck, que exercia o cargo de conferente.

Depois de emendadas, foram tiradas, em cetim, cinco provas, que foram oferecidas aos principais jornais do Rio de Janeiro, como lembrança da corporação tipográfica do *Diário Oficial,* representada pelo chefe da impressão Desi-

dério de Sá e Almeida e pelos compositores Procópio Lúcio Ribeiro Russel e Manuel Joaquim da Cunha Teles.

A revisão obteve os componedores, linhas, lápis, tipos, inclusive rubricas, tinteiro e penas que serviram à composição e leitura da lei, afim de tudo enviar, juntamente com os originais e provas, para o Museu Nacional.

A pena com que sua alteza a princesa imperial regente assinou o decreto foi comprada por subscrição popular, iniciativa do dr. Luís Pedro Drago. É tôda de ouro, tendo no dorso quarenta e oito brilhantes. No canto da pena, quase na sua extremidade inferior, vê-se um dragão, todo cravejado de brilhantes, emblema da Casa de Bragança. Traz a seguinte inscrição: "À D. Isabel, a Redentora — o povo agradecido."

A caneta estava guardada em rico estojo de prata, com lavores. Por notável coincidência a lei de 13 de Maio foi assinada no dia do aniversário da morte do marquês de Pombal, o mesmo que fez a lei dos nascituros e extinguiu a escravidão dos índios no Brasil. Assim, o ato, que teve começo em Portugal, teve a sua conclusão em nosso país.

O conselheiro Rodrigo Silva, que ocupava a pasta da Agricultura, foi alvo, na sua secretaria, de imponente manifestação feita pelos funcionários da casa. Entenderam êles, que para tomar parte nos festejos da abolição, era preciso que o ministro lhes desse alguns dias de férias.

Artur Azevedo, que era funcionário da repartição, fez o pedido por intermédio do seguinte soneto:

Conselheiro, perdoai tanta ousadia,
Minha falta esquecei, se há nisto falta;
Mas vós, firmando a lei que a pátria exalta,
Fizestes igualmente uma poesia.

É muito natural que neste dia,
Que de prazer as almas sobressalta,
Os prosaicos ofícios tenham alta,
E entrem as musas na secretaria.

Aos mesmos sentimentos delicados
Que hoje vos dão direito à honrada lenda,
Ó Providência dos escravizados!

Apelo (e o vosso coração me atenda):
Estendei para os vossos empregados
A mão que a Liberdade referenda.

E por causa do soneto do saudoso poeta, os funcionários da secretaria da Agricultura abiscoitaram cinco dias de férias, que o ministro lhes concedeu.

### *A prisão do "Estudante" ocasionou a morte de um policial — O criminoso cumpriu a pena de 24 anos na Casa de Correção.*

Tornara-se perigoso meliante e acudia aos nomes de José Antônio de Almeida e Taciano José de Oliveira; mas era conhecido pela alcunha de *Estudante*.

Em Maio de 1888 a Polícia havia destacado para prendê-lo dois agentes, por crime de furto praticado naquela ocasião. Os policiais foram encontrá-lo num botequim da rua General Câmara, esquina da praça da Aclamação. Ao receber a voz de prisão, *Estudante* salta e, de revólver em punho, e, ameaçador, procura fugir, encostando-se, depois, rapidamente, às grades do parque fronteiro à Prefeitura Municipal. Muitos populares saem em sua perseguição, mas, temerosos, recuam a cada investida furiosa do criminoso. Neste momento, passavam, em um bonde, os segundos sargentos Antônio Néri de Oliveira Araujo e Fernando Alves de Sousa Alão, que se dirigiam ao seu quartel. Reconhecendo a gravidade da situação, descem do veículo e procuram auxiliar a prisão. Enfrentam o perigo com valentia e decisão. O meliante não se atemoriza. Dispara o primeiro tiro. Os policiais e os dois sargentos investem corajosamente. Já estão muito próximos, quando se ouve

a segunda detonação. Há, então, a queda brusca de um corpo. Êste era o do malogrado sargento Neri, alvejado em pleno coração e que faleceu na manhã do dia seguinte. Seu companheiro o sargento Alão, entretanto, não esmorece; ao contrário, luta desesperadamente com o criminoso, até que o desarma e o subjuga. Quando o vê completamente dominado, ainda quer prestar socorro ao seu companheiro mortalmente ferido, cujo corpo carrega a uma farmácia próximo, auxiliado por populares.

*Estudante* foi condenado a 24 anos de prisão, cumprindo a sentença na Casa de Correção, donde saiu em 1912.

O sargento Fernando Alves de Sousa Alão foi promovido a alferes, sendo, anos depois, elevado a major, posto em que faleceu, sempre disciplinado, corajoso e digno.

## *Ó Cunha, tira o chapéu!*

Em princípios de 1889 os jornais enchiam as colunas de notícias subordinadas a êste título: ***Ó Cunha, tira o chapéu!***

Tratava-se de uma casa "mal assombrada", situada na rua Barão de Mesquita, onde morava um cidadão chamado Cunha.

Era êle alcançar o limiar da casa, e logo ouvir:

— ***Ó Cunha, tira o chapéu!***

A frase pronunciada com tanto insistência, dia e noite, acabou por amedrontar o Cunha, que resolveu comunicar o caso à Polícia.

Os jornais exploraram o acontecimento e, afinal, foi descoberto o autor da maroteira: era um cidadão oculto no fôrro da casa e que tinha interêsse em que o Cunha se mudasse.

## *A chegada do Bendegó ao Rio de Janeiro — A dedicação do almirante José Carlos de Carvalho.*

Estava em seu gabinete de trabalho o chefe de Polícia, desembargador Espínola, quando um dos seus auxiliares lhe comunicou que algo de anormal parecia haver nas imediações do Arsenal de Marinha, pois ali se via estacionada apreciável multidão.

Que seria?

Pelas dúvidas, julgou-se convenientemente mandar ao local um delegado acompanhado de 20 praças. Felizmente, nada de grave ocorria.

Era simplesmente o povo que naquele dia, 15 de Junho de 1888, queria ver o *Bendegó,* o famoso meteorito descoberto em 1784, na Baía, em Monte Santo, por Bernardino da Mota Botelho, ou por Domingos da Mota, como quer Martius, e que ia ser guardado, como de fato foi, durante algum tempo, nas oficinas do Arsenal de Marinha, até que a 27 de Novembro dêsse mesmo ano foi transportado para o Museu, que ficava, nesse tempo, no campo de Sant'Ana, onde é hoje o Arquivo Nacional.

Depois de penosíssimos trabalhos, o *Bendegó* chegou ao Rio de Janeiro, a bordo do vapor *Arlindo,* sendo recebido no Arsenal de Marinha pela princesa d. Isabel, pelo conde d'Eu, pelo almirante barão de Corumbá, pelo dr. Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional e pelo almirante barão de Ivinhema, inspetor do Arsenal de Marinha, acompanhado por todos os engenheiros e chefes de oficinas.

É de justiça assinalar que o transporte para esta cidade do histórico meteorito foi devido à extraordinária dedicação do saudoso almirante brasileiro José Carlos de Carvalho, que, para tão delicada e espinhosa incumbência, partiu para a Baía a bordo do paquete nacional *Espírito Santo,* a 20 de Agosto de 1887, levando por companheiros os engenheiros Vicente José de Carvalho Filho e Humberto Saraiva Antunes.

## *Vésperas de graves acontecimentos — O espantalho da febre amarela — O povo clama contra a falta de água.*

Corria o ano de 1889. Com os grandes calores, a epidemia da febre amarela propagou-se rapidamente, fazendo numerosas vítimas e alarmando a população carioca.

Como se não bastasse o morticínio da epidemia, a população via-se a braços com a escassez, progressivamente acentuada, da água.

Os jornais bradavam contra essa calamidade, e os da oposição atribuiam tudo à incúria do govêrno "que de tudo tratava, menos de minorar êsses flagelos".

Republicanos exaltados procuraram aproveitar-se da situação e promoveram, em 11 de Março, um comício que se efetuaria no largo da Lapa.

Soube disso o govêrno, que obstou a sua realização.

Esperava-se grave perturbação da ordem, pois os ânimos se achavam exaltados e iam num crescendo, à proporção que o calor abrasava e a febre amarela continuava sua obra de devastação.

O govêrno, no entanto, não dormia.

Para aumentar o volume d'água tratava de dar princípio às obras de canalização do rio S. Pedro.

Êsse alvitre era, porém, demorado e a situação exigia se não perdesse um minuto.

A firma Buarque & Maia apresentou proposta, comprometendo-se a executar em 40 dias as obras precisas. Pedia várias concessões e o pagamento de 3.800 contos em três prestações.

Foi nessas condições que apareceu no *Diário de Notícias,* de 16 de Março, um artigo de um jovem engenheiro, de 29 anos, chamado Paulo de Frontin, declarando ser inexequível o plano da firma Buarque & Maia, quer em relação ao tempo prefixado, quer em relação ao volume d'água e que êle, articulista, se comprometia, a, dentro de

seis dias, trazer a água necessária para o abastecimento da cidade, tão somente pela quantia de 80 contos.

Chegou aos ouvidos do ministro da Agricultura o artigo do sr. Frontin.

O ministro, que era o conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, mandou chamá-lo para uma conferência, que se realizou a 16 de Março, às 12 horas, na Secretaria da Agricultura, achando-se presentes os drs. Parreiras Horta, chefe da Diretoria de Obras Públicas do Ministério, e Belford Roxo, Inspetor Geral.

Nessa mesma conferência foi assinado o contrato. O dr. André Gustavo Paulo de Frontin comprometia-se a fornecer, para o abastecimento da capital, no prazo de seis dias, um volume de 13 a 15 milhões de litros d'água. O govêrno depositaria no Tesouro 90 contos para a compra de mananciais e terrenos necessários para o serviço, podendo essa quantia somente ser levantada, depois das obras feitas, entregando-se, no entanto, ao dr. Frontin, 30 contos para as despesas preliminares, comprometendo-se o mesmo a pagar 10 contos de multa por dia, se passasse do tempo prefixado.

Assinado o contrato, saiu o dr. Frontin da Secretaria a providenciar para o início das obras, que deviam começar no dia seguinte — primeiro dia.

Onde, em tão pouco espaço de tempo achou êle a legião de operários de que as obras careciam? Onde também foi adquirir o respectivo material? Não o sabemos.

Passou-se o primeiro dia e a população estava em ânsias pelo precioso líquido, que não escorria de parte alguma. Decorreram mais três dias... O sol dardejava cada vez mais, e o povo assistia ao crescer assustador da epidemia.

Chegou afinal, o quinto dia, e nada de água!

— O homem é um tartufo, diziam uns.

— É um parlapatão, repetiam outros.

Chega, afinal, o sexto dia.

Desânimo geral. A água não escorre. Nem um pingo.

O dia, porém, ainda não havia terminado.

Subitamente, alguém se lembra de ir a uma fonte pública e vê, com espanto, o líquido jorrar em catadupas.

A alegria é infinita e geral.

Com a vinda da água a epidemia diminue e cessa, por fim.

O novo Moisés recebeu então uma manifestação, como jamais se vira nesta cidade.

Cêrca de oito mil pessoas foram levar-lhe o seu preito de gratidão e aprêço.

### *Cái o ministério João Alfredo — O 36.º gabinete. — (1889) — Nomeado chefe de Polícia o conselheiro José Basson de Miranda Osório.*

A 7 de Junho de 1889 cái o ministério João Alfredo e é organizado o 36.º gabinete, que durou até 15 de Novembro de 1889, assim constituido:

Presidência do Conselho e Fazenda, visconde de Ouro Preto;

Império, barão de Loreto;

Justiça, Cândido Luís Maria de Oliveira;

Estrangeiros, José Francisco Diana;

Marinha, almirante José da Costa Azevedo (barão de Ladário, em 12 de Agosto de 1885);

Guerra, marechal Rufino Enéias Gustavo Galvão (barão de Maracajú, em 23 de Dezembro de 1874 e visconde do mesmo título, em 23 de Maio de 1883), substituido interinamente em 3 de Setembro por Cândido Luís Maria de Oliveira, que tornou a substituí-lo em 19 de Outubro;

Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

Com êste ministério subiu, de novo, ao govêrno o partido Liberal, sendo nomeado para o cargo de chefe de Polícia o conselheiro José Basson de Miranda Osório.

### *Programa do gabinete Ouro Preto — A memorável sessão de 9 de Junho.*

Na momerável sessão de 9 de Junho o presidente do Conselho expôs o programa do gabinete:

"Combater a corrente de idéias que desejavam a mudança da forma de govêrno. Convinha enfraquecê-la, inutilizá-la não pela violência ou repressão, mas pela demonstração prática de que o regime monárquico tinha a elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, definindo-se a situação do país numa só frase: necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais.

Plena autonomia dos municípios e das províncias. Efetividade das medidas por lei concedidas ao direito de reunião. Liberdade de culto e seus consectários. Imigração na maior escala. Temporariedade do Senado. Reforma do Conselho de Estado, para constitui-lo meramente administrativo. Liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento. Máxima redução possível dos direitos de exportação. Lei de terras que facilitasse a sua aquisição. Redução dos fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação. Criação de estabelecimentos de crédito que proporcionassem ao comércio e especialmente à lavoura os recursos pecuniários de que careciam. Elaboração do código civil. Conversão da dívida externa. Amortização do papel moeda. Equilíbrio da receita pública com a despesa, pelo menos a ordinária. Fundação de estabelecimentos de emissão e de crédito para favorecer o aumento da produção."

### *A última fala do trono — "Fatos isolados de pequena gravidade..."*

Chega o dia 3 de Maio, consagrado à abertura da câmaras — 20.ª legislatura.

O imperador lê a fala do trono, que, mal sabia, havia de ser, como foi, a última.

Tratando da ordem em todo o país, disse então d. Pedro II:

"A situação interna era próspera em geral, gozando-se de tranquilidade. O espírito de ordem da população brasileira prevalecera nas poucas ocasiões em que fatos isolados, de pequena gravidade, exigiram os conselhos da prudência ou a intervenção da autoridade pública."

Estaria enganado o sábio monarca? ou as pessoas que o cercavam não queriam comunicar-lhe a exaltação em que se achavam os ânimos?

## *Dentro do parlamento — O deputado Cesário Alvim faz profissão de fé republicana — O deputado padre João Manuel grita: — "Viva a República!"*

Quando Afonso Celso de Assis Figueiredo termina, na sessão de 9 de Junho, a leitura do programa do gabinete, levanta-se o deputado por Minas Gerais, Cesário Alvim, e faz, em vibrante discurso, desassombrada profissão de fé republicana.

Em seguida, o padre João Manuel, deputado pelo Rio Grande do Norte, possuido do mais vivo entusiasmo, profere calorosa oração, que assim termina:

"Não tardará muito, que neste vastíssimo território, no meio das ruínas das instituições que se desmoronam, se faça ouvir uma voz nascida espontânea do coração do povo brasileiro, repercutindo em todos os ângulos dêste grande país, penetrando mesmo no seio das florestas virgens, bradando enérgica, patriótica e unanimemente: — Viva a República!"

*Quem era o padre João Manuel de Carvalho — Precursor decepcionado, morre a 30 de Maio de 1899 — Sua atividade na tribuna, na imprensa e na igreja.*

O padre João Manuel de Carvalho nasceu na antiga capital da província do Rio Grande do Norte. Foram seus pais o capitão João Manuel de Carvalho e d. Quitéria de Moura Carvalho. Temperamento ardente e impetuoso, ordenando-se muito cedo, em 1865, logo depois, com cêrca de 25 anos, ingressou nas lutas partidárias de sua terra natal, envolvendo-se apaixonadamente na política, filiado ao partido Conservador. Desde logo colocou-se em oposição à situação liberal, cujo terceiro gabinete tinha à frente Zacarias. Pouco depois, adepto ardoroso de Sales Torres Homem, visconde de Inhomerim, consegue ser eleito deputado pela sua província, justamente no momento em que o país era sacudido por intensas agitações, estando Rio Branco na chefia do govêrno, que acabava de obter a grande vitória da Lei do Ventre Livre.

Quando sobreveio a famosa questão religiosa, João Manuel, apesar de amigo dos bispos d. Antônio Macedo Costa e d. Vital, não hesitou em profligar, primeiramente em caráter particular, depois publicamente, a conduta de franca rebeldia dêsses dois bispos em face das leis do Império. Sua posição desassombrada ao lado de Rio Branco e principalmente sua atitude destacada naquela rumorosa questão. abalaram de tal sorte seu prestígio político, que na próxima renovação do parlamento não logrou ser reeleito e foi até afastado do cargo de vigário da Candelária. Recebeu os golpes com destemor e não lamentou o ostracismo. Continuou a defender os seus princípios e tanto na tribuna da imprensa como na da igreja, prossegue a atividade de seu espírito nordestino, até que em 1886 volta ao parlamento. Foi aí, no auge do ministério Ouro Preto, que o sacerdote potiguara profere o sensacional discurso em que proclama

ruidosamente sua profissão de fé republicana: — "Viva a República! Abaixo a Monarquia!"

Proclamado o novo regime, João Manuel foi dos primeiros que se declararam desiludidos, julgando com excessivo rigor os homens chamados à direção suprema dos destinos do Brasil. Transferiu-se, então, para o interior do país e foi dirigir modesta vigararia em Amparo, no Estado de São Paulo. Aí viveu longos anos, sentindo-se incompatibilizado com tudo e com todos. Precursor confessadamente decepcionado, êle que tanto dignificara a tribuna do parlamento e a tribuna sagrada, tornou-se desinteressado pelos acontecimentos que vinham surgindo no cenário da vida nacional e morreu a 30 de Maio de 1899, quando contava cinquenta e oito anos de idade.

### *Dias de grande amargura — O conde d'Eu parte em visita às províncias do Norte — Silva Jardim segue-lhe as pegadas — Estudantes e empregados do comércio hostilizam a Monarquia.*

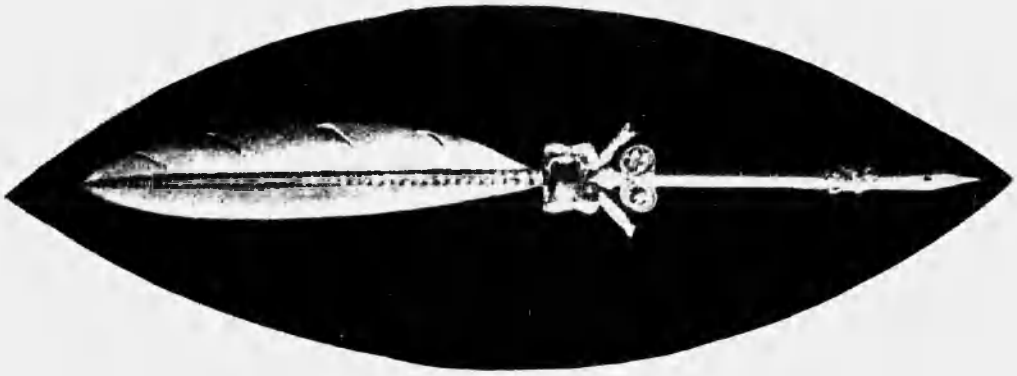
As palavras candentes proferidas pelos republicanos em pleno parlamento eram, já inequivocamente, o prenúncio da derrocada inevitável.

E a família imperial começou então a antever dias de grande amargura.

A 15 de Junho o conde d'Eu resolve partir para o Norte, a visitar as províncias. Essa viagem não tinha outro objetivo senão ver o príncipe com os seus próprios olhos a situação política do país.

Mas, seguindo-lhe as pegadas, acompanha-o nessa viagem o ardoroso republicano Silva Jardim, que se decidira a tomar o mesmo rumo, a fazer conferências políticas.

Na véspera do embarque do conde d'Eu, numeroso grupo de estudantes e empregados do comércio, a pretexto de comemorar o centenário da tomada da Bastilha, organiza ruidosa passeata, durante a qual, de momento a momento,



A caneta com a qual a princesa Isabel assinou a lei de 13 de Maio de 1888

O ministério da Abolição, segundo caricatura da época. Da esquerda para a direita: João Alfredo, Ferreira Viana, Tomás Coelho, Rodrigo Silva, Antônio Prado, Costa Pereira e Vieira da Silva

**Mãe Preta**
(Quadro de Lucílio de Albuquerque

eram erguidos "vivas" à República. E assim, mais uma vez, foi a Monarquia hostilizada acintosamente em praça pública.

### *A propósito do grito famoso — Depoimento de Serzedelo Correia — "Como vai isso depressa, capitão".*

A apresentação do ministério Ouro Preto, no dia 9 de Junho de 1889, na Câmara dos Deputados, foi acontecimento sensacional e de grande relêvo na história da monarquia brasileira.

Durou o 36.º gabinete pouco mais de cinco meses.

Naquele dia, além da solenidade própria, a sessão teve o comparecimento de personalidades ilustres, representantes de tôdas as classes sociais, não sendo pequeno o número de oficiais do Exército.

O conselheiro José Basson de Miranda Osório ali estava em pessoa, superintendendo o policiamento da casa. Tinha antecipado as providências, mandando um dos delegados de sua inteira confiança ouvir o visconde de Ouro Preto. Foi justamente quando o presidente do Conselho subia à tribuna, para expor o programa do gabinete, que chegou o chefe de Polícia .

Não é verdade que a assembléia denunciasse nervosismo ou agitação. Havia, é certo, muito entusiasmo e grande interêsse pelo discurso que ia ser pronunciado pelo visconde de Ouro Preto. O que se notava no recinto era muita austeridade. Tanto nas imediações da Câmara, como nas salas e corredores desta, a ordem era perfeita.

Foi, portanto, enorme, indizível o estarrecimento geral, quando, a certa altura da exposição do presidente do Conselho, o padre João Manuel, possuido de visível agitação, proferiu o grito famoso:

— Viva a República! Abaixo a Monarquia!

Como era natural, não só devido à gravidade do brado revolucionário, partindo de um deputado e sacerdote, mas

porque era realmente uma surpresa, houve, então, grande reboliço no recinto. Mas tudo correu muito rápido e sem maiores consequências. Ouro Preto prosseguiu calmamente a leitura do seu programa de govêrno.

Dentre os militares presentes encontrava-se Serzedelo Correia, fardado de capitão, que era, na época, o seu posto no exército imperial. Conta êste oficial que no momento em que "dando larga expansão aos seus sentimentos revolucionários", solidário com o padre potiguara, sentiu que alguém lhe puxava o braço e então explicou:

— Era Floriano, que a tudo assistia, discreta e estrategicamente. Acreditei que ia ser censurado ou preso.

Mas acrescentou aliviado:

— O general, porém, mais tarde ajudante de campo do imperador, limitou-se a segredar-me no momento: — "Como vai isso depressa, capitão!"

Realmente. Floriano tinha razão. Em menos de seis meses, no dia 15 de Novembro, Ouro Preto era deposto dentro do Quartel-General. Em seguida proclamava-se a República.

A voz do padre João Manuel reboava longe:

— Abaixo a Monarquia!

## *Atentado contra o imperador — Requintada estupidez — Prisão do criminoso — Magnanimidade de d. Pedro.*

Foi o que se pode chamar um ato de requintada estupidez o que se verificou na noite de 15 de Julho de 1889, exatamente quatro meses antes de 15 de Novembro.

Retirava-se o imperador do Teatro de Sant'Ana, onde tinha ido assistir a um espetáculo ((estréia da violinista Giuleta Dionesi), quando, ao transpor a porta do teatro, para tomar a carruagem, do meio da multidão partiu um grito:

— Viva o Partido Republicano!

Em resposta, e como protesto, imediatamente outros "vivas", correspondidos com delírio, foram dados à família imperial.

O fato, como era natural, produziu logo grande agitação e, subitamente, d. Pedro se viu cercado por elevado número de populares, cuja atitude traduzia eloquente protesto contra o desacato.

O imperador, que se achava em companhia da imperatriz e da princesa imperial, com habitual serenidade, disse para tranquilizá-las:

— Não se assustem.

Na rua, o piquete, que, sob o comando do capitão Florambel, já estava montado para seguir a carruagem, se movimentava para afastar a multidão; mas d. Pedro II determinou que nada se fizesse, nem mesmo desembainhassem as espadas.

Passado o incidente, tendo o dr. Bernardino Ferreira da Silva, 1.º delegado da Polícia, dado as necessárias providências, eis que se ouve um tiro disparado contra a carruagem, que já ia conduzindo o imperador e os de sua família.

Estabelecida grande confusão, o autor do atentado logrou escapar, mas o delegado Ferreira da Silva, auxiliado pelo sr. Leite Borges, sub-delegado da freguesia do Sacramento e por Antônio José Nogueira, empregado da *Maison Moderne,* conseguiu prendê-lo às duas e meia da manhã, na rua Gonçalves Dias, quando procurava tomar ali um bonde do Jardim Botânico.

A princípio teve êle um gesto de resistência, mas foi conduzido para a Polícia Central, onde, interrogado, juntamente com outras pessoas, se confessou o autor do disparo.

Quem era o criminoso? Um rapaz de 20 anos, natural de Portugal, de onde viera, havia poucos anos, para a companhia do pai, homem trabalhador e austero, e que ocupava o lugar de guarda-livros em uma casa comercial da rua do Rosário.

Chamava-se Adriano Augusto do Vale. Fôra empregado da casa Ferreira & Cia., na rua Teófilo Otoni, n.º 119,

de onde se tinha despedido por falta de exação no cumprimento dos seus deveres.

Era de aspecto normal, estatura mediana, olhos escuros e grandes, rosto alongado e fino, bigode negro. Vestia no momento roupa preta e parecia estar embriagado.

Interrogado na Polícia, declarou que, se fôsse preso por outro qualquer motivo, seria para êle um vexame, mas que, pelo crime que lhe imputavam, sentia-se honrado.

O pai de Adriano foi vê-lo na Polícia e, muito acabrunhado, exprobrou-lhe, mais pesaroso que indignado, o procedimento.

Disse que se admirava de ter o filho praticado aquele ato, visto não ser dado à política e até se sentir agastado tôdas as vezes que dêsse assunto se tratava. Acrescentou que Adriano era rapaz relativamente morigerado e não tinha maus antecedentes. Em todo o caso ponderou o angustiado pai:

— Se meu filho me confessasse que atirara sôbre o imperador, eu o estrangulava.

Antes do fato, Adriano esteve com alguns companheiros no Teatro Lucinda, e ao terminar o espetáculo, ausentou-se, dizendo:

— Vou ver sair o povo do *Sant'Ana*.

Ao que se dizia depois do caso, Adriano do Vale, ao deixar os companheiros, declarara que ia dar um tiro no imperador e, ostensivamente, distribuia cartões com o seu nome e se gabava de ter dado vivas à República, à saída do teatro.

Na Polícia, Adriano disse que, quando disparara a arma, estava com a cabeça tonta do absinto, que lhe deram a beber, assim como que lhe deram o revólver e o obrigaram a alvejar a carruagem do imperador.

Quando recolhido ao xadrez, estava sempre sob severa vigilância, diante da versão de que pretendia suicidar-se. Ali, várias pessoas de relações de sua família procuraram vê-lo, o que não lhes foi permitido.

Uma certa Maria várias vezes pretendeu, debalde, licença para ver Adriano e levar-lhe doces e biscoitos.

A Polícia, depois de várias diligências, conseguiu descobrir a arma de que se servira Adriano, apreendendo-a em mãos de Antônio José Gonçalves caixeiro do *Hotel Provençaux,* que a recebera para guardar, havia pouco. O tresloucado rapaz, depois do fato, pretendera um quarto naquele hotel, para pernoitar, mas não havia nenhum desocupado, na ocasião. Pediu então que lhe guardassem o revólver.

A notícia do atentado, levado muito a sério fora do Rio, espalhou-se bem depressa, pelo mundo inteiro, e no dia imediato a família imperial recebia de tôda a parte telegramas de congratulações.

A uma das comissões que foram felicitar o imperador, êste declarou agradecer as extraordinárias provas de estima que lhe davam, mas que o fato não tinha importância e não passava de um ato de alucinação de um moço inexperiente.

Disse ainda mais sua majestade — "que se comovera profundamente com a dor manifestada pelo pai do infeliz moço".

Sempre magnânimo!

## *As laranjas da Sabina — A memorável passeata dos estudantes no dia 25 de julho de 1889 — Demissão do sub-delegado — A reposição da mulata em seu "trono".*

O caso das laranjas da Sabina, embora considerado uma "estudantada", foi um dos muitos movimentos republicanos ocorridos no agitadíssimo mês de Julho de 1889.

Em frente à porta principal do edifício da Escola de Medicina, no largo da Misericórdia, horas a fio sentada junto a um vasto taboleiro cheio de laranjas, exercia a sua atividade de comerciante uma alentada mulata baiana, a Geralda, mais conhecida por Sabina II, sucessora da Sabina, preta queridíssima dos estudantes e que, ao morrer, mereceu do grande jornalista Ferreira de Araujo as seguintes palavras: "Viu desfilar diante de seu tabo-

leiro de laranjas, armado à porta da Escola, três gerações de estudantes; observou *de visu* fenômenos de atavismo e de hereditariedade do modo de descascar e de chupar a dourada fruta brasileira; o caráter bondoso não lhe permitia a comum pontualidade comercial dos fregueses de hoje, com os expedientes, os adoráveis expedientes, que a mocidade de outrora, conselheira e titular dos dias que vão correndo, empregava para fazer cair em exercícios findos o débito do mês passado e abrir crédito novo para a satisfação da gulodice do mês corrente".

Certa vez, como já tantas outras haviam feito, aglomerados em tôrno do taboleiro da baiana, saboreando, num dos intervalos das aulas, a gostosa mercadoria, os estudantes à aproximação de um carro oficial seguido de dois soldados a cavalo, ouviram a voz de comando de um dos rapazes. Formou-se imediatamente o pelotão de jovens e um deles bradou:

— Viva a República!

A viatura parou e do seu interior saltou a figura respeitável e enérgica do visconde de Ouro Preto. O presidente do Conselho, em passos rápidos, penetrou no edifício da escola e foi direito ao gabinete do diretor dr. Albino de Alvarenga, com quem muito cortezmente se entendeu a respeito do ocorrido, regressando pouco depois para tomar a carruagem, que o conduziu à sua residência.

No dia imediato o sub-delegado do 1.º distrito de São José, Jácome Azali, deu ordens expressas ao fiscal no sentido de não mais permitir que a mulata Sabina II continuasse a vender laranjas na porta ou nas imediações da Escola de Medicina. Dizia a autoridade que os estudantes sujavam a rua com as cascas da fruta e, formando numeroso grupo em frente da Geralda, atiravam bagaços nos bondes que passavam, não poucas vezes vaiando ou desacatando pessoas de elevada representação social. A ordem era terminante. Sabina foi imediatamente intimada a retirar-se dali com o seu famoso taboleiro de frutas.

Essa resolução, considerada absurda, armou a tempestade. Quando chegaram à escola e não viram o taboleiro da baiana, os estudantes ficaram em alvoroço e desde logo co-

meçaram a dar sinais de sua indignação. Se prevalecesse a opinião dos mais exaltados, o subdelegado Jácome seria até linchado. A orientação que predominou foi, porém, a do grupo chefiado pelo quarto-anista Carlos Seidl, que mais tarde seria, como foi, brilhante figura representativa da classe médica brasileira. Resolveu-se constituir uma comissão de que faziam parte aquele acadêmico e seus colegas Nabuco de Gouvêa, Brício Filho, Júlio da Silveira Lobo, Homero Otoni e Virgílio Silva. Essa comissão, sem perda de tempo, teve repetidos entendimentos com as autoridades policiais e municipais do distrito, chegando até à Câmara Municipal, onde os estudantes expressaram suas razões perante os drs. Antônio Dias Ferreira e Constante Jardim, respetivamente presidente e vice-presidente, que acolheram com simpatia a pretensão dos reclamantes e prometeram interferir em prol dos seus justos desejos.

Decorridos mais alguns dias, sem que viesse a solução pleiteada, resolveram realizar uma estrondosa passeata em sinal de público e formal protesto, sob a direção dos acadêmicos comissionados, que deliberaram como devia ser o préstito e qual o trajeto para percorrer. Cada estudante levaria uma laranja espetada na bengala. Um deles lembrou que era preciso música, para dar vida e alegria ao movimento. Não foi difícil arranjá-la. Ali perto morava um cego italiano tocador de realejo e mais adiante o homem dos sete instrumentos. Fez-se rateio para pagar a música e a quantia necessária foi em poucos minutos coberta. O préstito ficou em forma. Ao som da música do realejo e das do homem dos sete instrumentos, perto de 300 estudantes, laranjas espetadas nas bengalas, davam vivas à Sabina e morras ao "laranjófobo". Seguiram pela rua da Misericórdia e tomaram a rua do Ouvidor, até ao largo de São Francisco de Paula. Aí chegados tiveram a notícia de que os estudantes da Escola Politécnica tinham resolvido unanimemente aderir ao movimento. Recebida essa prova de solidariedade com grande júbilo, os manifestantes deram vivas aos acadêmicos de engenheria e com êles tomaram novamente a rua do Ouvidor, parando, de quando em quando, em frante aos

jornais, que eram calorosamente saudados em rápidos discursos e alusões patrióticas.

Na altura, mais ou menos, onde passa hoje a avenida Rio Branco, receberam notícia de que, por ordem do govêrno, os bombeiros se achavam na rua da Quitanda, para fazer funcionar as mangueiras, na hipótese de haver conflitos. Mas a passeata prosseguiu e os soldados do Corpo de Bombeiros nada fizeram senão rir da manifestação ao "laranjófobo". Chegados à rua Direita (hoje 1.º de Março), tomaram novamente a rua da Misericórdia, e, quando passavam pela Câmara dos Deputados, então instalada no edifício da ex-cadeia velha, no mesmo local onde hoje se ergue o Palácio Tiradentes (atualmente sede do Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP), os parlamentares interromperam a sessão e chegaram às janelas para contemplar o alegre desfile da juventude estudiosa. Quando já na rua da Misericórdia, estacionaram em frente a um velho sobrado em cujo segundo andar morava justamente o subdelegado causador de todo aquele movimento. Chefiados por Brício Filho, alguns acadêmicos galgaram as escadas do prédio e nos corredores do "tirano" deixaram, aos montes, dezenas de laranjas... Em seguida, num lampeão que ficava fronteiro à referida casa, e que hoje se encontra no Museu Histórico, colocaram uma coroa de capim. Neste ponto, Brício Filho fez o *necrológio* da autoridade, que para os estudantes passava a ser "pessoa morta". O discurso dêsse ardoroso acadêmico, cuja pena de jornalista ainda hoje nos deleita com suas magníficas crônicas do passado, resumido pelo próprio autor em publicação que fez em 1929, tem passagens interessantíssimas:

"Senhores! O momento é tétrico e solene. Uma autoridade arbitrária apareceu, que, atentando contra a justiça e a razão, se lembrou de impedir que continuássemos a chupar laranjas, suprimindo o histórico taboleiro por onde tem passado tantas e tantas gerações, entre as quais conspícuos varões, que são hoje nossos ilustrados mestres, nossos respeitáveis educadores. *(Apoiados. Muito bem).* Isso é procedimento que revolta os anjos e até o próprio demônio. *(Hilaridade).* Êsse subdelegado é um símbolo. Seu nome

— Jácome Azali — lembra o azar. *(Risadas)*. Seu nome também nos vem mostrar que nesta hora êle *já come* os bagaços da fruta que nos impediu de chupar. *(Risadas)*. Que ousadia a dele, de raptar a nossa Sabina! Cara, porém, lhe saiu a brincadeira. Travou-se violenta guerra entre o subdelegado "laranjófobo" e a rapaziada, que é o elemento "laranjófilo". Dessa luta entre o *Fobo* e o *Filo*, saiu derrotado o primeiro, que teve de entregar a alma ao demo. Morreu e está bem morto. *(Apoiados. Mortus est pintus in casca)*. Sim, porque êle morreu; nós o matamos pelo ridículo. *(Apoiados. Requiescat in pace)*. Morreu e vai subir à imortalidade, montado em um cacho de bananas... *(Hilaridade)*. E já que morreu *(Apoiados. Ora pro nobis)*, descrevamos o seu enterro. O general quando morre, leva no esquife para o cemitério, a espada com que defendeu a honra de sua terra no campo de batalha; o jornalista, a pena com que exerceu seu digno mister; o pintor, o pincel; o desenhista, o lapis; o arquiteto, o compasso; o médico, o bisturí. Assim também êsse cidadão subdelegacial, que está morto *(Apoiados. Mortíssimo)*, vai levar para o túmulo, no caixão mortuário, aquilo com que em vida se celebrizou — frutas e frutas, representadas por uma banana entre duas laranjas! *(Bravos! Aplausos. Viva a autonomia dos estudantes! Viva a Liberdade! Viva a República!)*"

No dia seguinte, lá foi o subdelegado ao chefe de Polícia, que era o ilustre conselheiro José Basson de Miranda Osório, pedir uma reparação.

— O senhor não pode mais ser autoridade, diante daquele ridículo. Sou de opinião que o melhor que tem de fazer é pedir sua demissão, respondeu-lhe o chefe de Polícia.

Exonerado o subdelegado Jácome Azali, os estudantes dirigiram-se ao fiscal, pedindo-lhe fizesse repor a Sabina em seu lugar.

— Mas eu não posso fazer isto; não é da minha competência, obtemperou o fiscal. Mas façam uma coisa: vão ao presidente da Câmara e tragam-me uma carta, dando-me ordens nesse sentido.

Foi a comissão novamente perante o presidente da Câmara e obteve a carta desejada. Entregue esta ao fiscal, foi, finalmente, encerrada a ruidosa questão. Sabina foi reposta em seu lugar com tôdas as honras: dois estudantes de cartola e sobrecasaca foram à sua casa, que era nas proximidades da rua D. Manuel, e, pomposamente, formando-se alegre cortêjo, ao som de estrepitosos vivas, repuseram a mulata em seu "trono".

E assim terminou o ruidoso caso da Sabina, que, por alguns dias, foi o assunto dos jornais, das rodas de estudantes e dos grupos republicanos.

### *Julgamento de Adriano do Vale — Dez jurados negaram o fato — O réu foi absolvido — A acusação esteve a cargo do promotor público Lima Drumond.*

Adriano do Vale entrou em julgamento oito dias após a proclamação da República, isto é, no dia 23 de Novembro de 1889. Ocupava a presidência do júri o dr. Holanda Cavalcanti, sendo promotor público o dr. Lima Drumond e escrivão o sr. Bitencourt Horta.

Compuseram o conselho de sentença: drs. Andrônico Tupinambá, Caetano Furquim Vernek de Almeida, Carlos Augusto de Brito e Silva e os srs. Eurico Gitaí, Antônio Máximo Leal Valim, Aurélio Manuel Fernandes, João da Mota Teixeira, Joaquim de Oliveira Durão, Augusto Ferreira de Andrade, Antônio Gonçalves Gomes da Silva, Benedito Rodrigues Kook e José Estanislau da Fonseca Lopes.

Encarregaram-se da defesa os drs. Júlio Otoni, curador, e Eunápio Deiró e o sr. Francisco G. Ferreira Lima.

Por ocasião do interrogatório o réu declarou: — "Quando dei o viva ao Partido Republicano, achava-me dentro do *Teatro de Sant'Ana*, e quando desfechei o tiro, dentro da porta da *Maison Moderne*.

O dr. Lima Drumond começou lendo o libelo em que pedia a condenação do réu no grau máximo do artigo 192 combinado com o artigo 34, concorrendo as circunstâncias agravantes dos parágrafos 1.º, 4.º, 7.º, 8.º e 15.º do artigo 16 do Código Criminal — pena de morte.

Findos os debates, Adriano foi absolvido, porque dez jurados, respondendo ao 1.º quesito, declararam que êle não desfechara, em 15 de Julho de 1889, na praça da Constituição, junto à *Maison Moderne*, um tiro de revólver contra o imperador d. Pedro II, que passava em carro pela referida praça.

Coisas do júri...

Segundo declaração feita recentemente pelo ilustre advogado Alfredo Baltazar da Silveira, foi revelado que um dos dois votos contrários à absolvição, foi o de seu sogro Antônio Máximo Leal Valim, que era, na ocasião do julgamento, 3.º escriturário da Alfândega do Rio de Janeiro.

## *A questão militar — Incidente com o visconde de Paranaguá — Transferência do coronel Vilar — Deodoro faz uma consulta ao governo — Demite-se o coronel Sena Madureira — Prisão do coronel Cunha Matos — Reunião no Teatro Recreio — Em 1888 agrava-se a situação.*

Já era profundo o desgôsto da classe militar, que se não podia conformar com certas ordens esdrúxulas do govêrno, entre outras a de capturar escravos fugidos, como se os representantes dessa classe fôssem *capitães do mato*.

A repulsa geral a essa ordem, foi o primeiro punhado de pólvora atirado ao paiol, que mais tarde deveria explodir.

Em seguida, a 30 de Janeiro de 1883, sendo presidente do Conselho de Ministros o visconde de Paranaguá, deu-se outro incidente, por ocasião do projeto do montepio militar em que houve grande agitação, fundando-se na Escola Mi-

litar um diretório, sob a presidência do tenente coronel Sena Madureira, que atacou o projeto pelo *Jornal do Comércio*.

Depois, o coronel Alexandre Augusto de Frias Vilar, que servia, então, no Rio de Janeiro, foi transferido para o Rio Grande do Sul, para onde deveria seguir o mais breve possível. Por motivos que não vêm a pêlo, o coronel Vilar, para não partir, preferiu pedir reforma.

O govêrno viu nisso gesto de indisciplina; ordenou que fôsse o oficial submetido à inspeção de saúde; e, tendo a junta médica reconhecido que êle de nada sofria, foi-lhe ordenado "que seguisse no próximo dia 3".

Três anos depois, outro incidente. O general Deodoro da Fonseca faz uma consulta ao govêrno, no sentido de saber se assistia direito aos militares de vir pela imprensa discutir assuntos pertinentes ao Exército. O govêrno manda a consulta ao Conselho Supremo Militar, para resolver.

Não tinha sido ainda resolvido o caso, quando, a 10 de Outubro, os militares convocaram uma reunião para tratar dos meios de resguardar convenientemente os seus direitos.

Quatro dias depois, tendo-se o coronel Antônio de Sena Madureira defendido pela imprensa de acusações que lhe fizera um senador, foi repreendido pelo ministro da Guerra. Magoado, demite-se o coronel Sena Madureira da comissão que então desempenhava. A 18, o Conselho Supremo Militar dá solução à consulta do ministro da Guerra, dizendo: 1.º — que a liberdade de que os militares, como todos os cidadãos, gozam, pela Constituição, de comunicar pela imprensa suas opiniões, é independente de censura prévia; 2.º — que os militares responderão perante a jurisdição militar pelos abusos que no exercício dêsse direito cometerem, além da responsabilidade do fôro comum; 3.º — finalmente, que é contrária à disciplina, tôda e qualquer discussão pela imprensa entre militares sôbre objeto de serviço, por prejudicial à bôa ordem e reputação de que deve gozar o Exército.

Em 1886 é preso o coronel Ernesto Cunha Matos, por haver infringido a proibição.

A 2 de Fevereiro do ano seguinte, os militares, convocados pelo general Deodoro e pelo visconde de Pelotas, reunem-se no *Teatro Recreio Dramático* e aprovam a moção, dando poderes àquele oficial para solicitar do govêrno solução condigna e que ponha termo à agitação em que se achava a classe, em virtude de avisos ilegais assinados pelo ministro da Guerra e condenados pelo Conselho Supremo Militar. Dez dias depois exonera-se o ministro da Guerra, conselheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.

A 18 de Maio, o Senado, por proposta do senador Silveira Martins, convida o govêrno a mandar trancar as notas dos coronéis Sena Madureira e Cunha Matos, ao que o govêrno aderiu por fôrça de circunstâncias e em atenção aos estado de saúde do imperador, que desejava ver a questão terminada. Cotegipe declarou que aceitava a solução "com alguns arranhões na dignidade."

E, assim, viu-se solucionada a chamada *questão militar*, que foi como um vidro quebrado, que se procurou reparar, mas que conservou indelével a marca do consêrto.

Em 1888 a situação agravou-se com a prisão do tenente Carolino (Pedro Carolino Pinto de Almeida), que, sendo comandante da guarda do Tesouro, não foi, entretanto, encontrado em seu lugar pelo visconde de Ouro Preto.

Em Setembro chega o general Deodoro, que tinha sido mandado servir em Mato Grosso.

Os oficiais, em pêso, foram recebê-lo. O 23.º Batalhão de Infantaria foi pouco depois enviado para Minas, considerando-se punição essa medida.

Em outubro o coronel Malet, diretor da Escola Militar do Ceará, pediu demissão. Deram-na a bem do serviço público.

Tudo isto se foi acumulando e enchendo de desgostos a classe militar, até que chegou o momento da batalha decisiva.

## *Artigos publicados no "Diário Oficial" a propósito da chamada questão militar — Correspondência reservada.*

A propósito da chamada *Questão Militar*, o *Diário Oficial* publicou, em 1891, os seguintes artigos que revelam episódios interessantíssimos e procuram explicar oficialmente as atitudes das principais figuras que se viram envolvidas na grave agitação de classe:

"Achava-se a questão travada entre o govêrno e os militares em 1886, colocada neste terreno pelo general Deodoro, a saber: a faculdade que têm os militares de se defenderem pela imprensa, de ofensas ou acusações que lhes sejam dirigidas por *paisanos*, independentes de licença ou consentimento dos superiores a que estejam subordinados.

O govêrno de então entendeu diversamente e, em ordem do dia do ajudante general do Exército, mandou repreender ao tenente-coronel Madureira e ao coronel Cunha Matos, àquele pela publicação feita na *Federação*, êste pela resposta que deu ao ex-deputado Simplício Coelho de Resende, que, por sua vez, acreditou poder seguir nas mesmas águas do ex-senador Franco de Sá, para apurar questões da política local em que era interessado.

O Exército experimentou forte abalo com essa providência tão rigorosa, empregada fora dos precisos termos das leis, regulamentos e ordens do dia do ajudante general do Exército.

Como era natural, por tôda parte reuniu-se, não como fôrça mas como classe para representar ou protestar contra o precedente que dali em diante teria de limitar ainda mais a sua esfera de ação, reduzi-lo ao papel insustentável de uma subordinação incondicional, mesmo tratando-se de pessoas e funcionários públicos ou políticos, que não podiam invocar a qualidade de superiores hierárquicos, à qual estão ligados os mais altos interêsses da disciplina.

No Rio Grande do Sul, onde o espírito militar é tão vivaz e onde as necessidades da defesa do território fron-

teiro aconselham a concentração de maior número de fôrças das três armas, foi muito natural o rápido movimento que de todos se apoderou e, em vez da reação desrespeitosa, procurava-se apenas acertar com uma solução digna.

Por tôda parte a imprensa, informada pelo telégrafo, apoderou-se do fato notório de tais reuniões e, como arma de guerra, comentou-as pelo modo que maiores danos e mais irritações pudesse causar ao govêrno e ao espírito público.

O barão de Cotegipe foi colhido por esta manobra e, em data de 2 de Outubro, dirigiu ao general Deodoro o seguinte telegrama:

> "Ao presidente do Rio Grande do Sul — Reservado — Um diário publica telegrama de ontem, dessa capital, anunciando que em uma reunião militar houve protesto contra atos do govêrno e outras demonstrações inconvenientes. Essas notícias têm causado impressão e, para tranquilidade dos espíritos, informe V. Excia. o que se passou".

Resposta na mesma data:

> "Justo e geral sentimento do Exército muito ofendido. Oficiais pediram reunião calma; aprovei e consenti. Resolveram-se atos inquestionável direito. *Deodoro.*"

As idéias então em voga eram a da anulação do militar e não da subordinação. Foi preciso que um grave conflito se travasse para que, dos debates estabelecidos e dos erros praticados, surgissem as verdadeiras doutrinas sôbre a extensão e limites dos direitos e deveres em causa e em jôgo. Sob a influência de tais idéias, passou o barão de Cotegipe, êste outro telegrama, contestando o do marechal Deodoro:

> "Reservado — Ao presidente do Rio Grande do Sul — Recebi em resposta telegrama de hoje. Exercendo V. Excia. duplo cargo de pre-

> sidente de província e comandante das armas, o que mostra a confiança do govêrno, era prudente não autorizar reuniões e deliberações coletivas, que podem trazer consequências imprevistas. A errônea interpretação a atos já existentes e que nada ofendem aos brios e direitos do Exército, que o govêrno é o primeiro a manter como elemento da ordem pública, mostra que há exploração política. V. Excia. como o primeiro dos militares da província e responsável pela disciplina, podia e pode representar e pedir explicações. Recomendo a V. Excia., como exercendo a presidência, que empregue sua autoridade e influência para pôr termo a essa agitação dos espíritos. Aguardo comunicação oficial do ocorrido, cujos pormenores o govêrno ignora. — *Barão de Cotegipe*, presidente do Conselho."

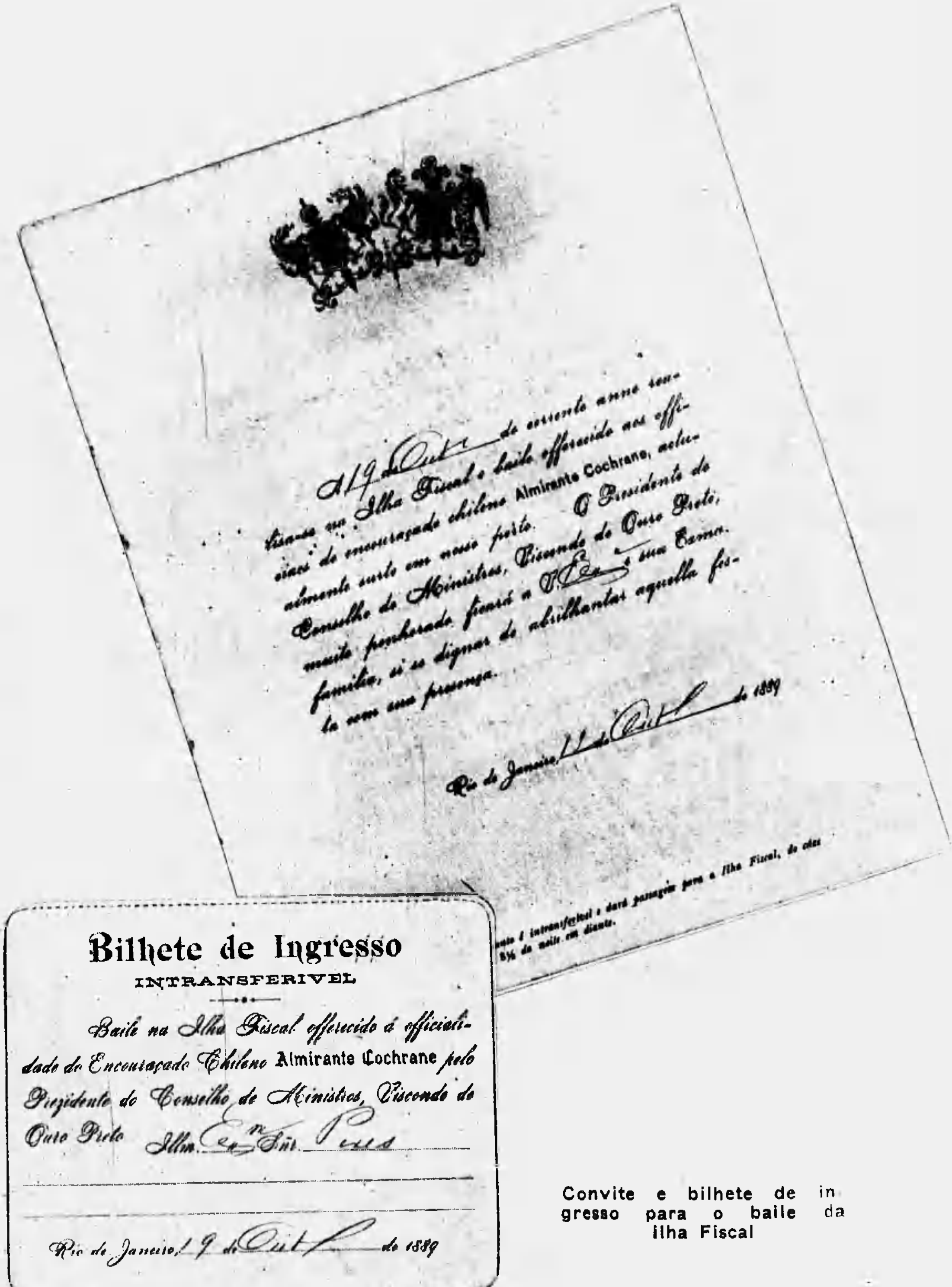
A resposta que se vai ler afirma por modo irrecusável perfeita orientação do general Deodoro, no passado, que é ainda a sua linha de conduta no presente, quanto à dualidade consubstanciada na pessoa do militar e do indivíduo; e a circunstância de haver o mesmo general adquirido mais extensão de autoridade em razão da sua atual posição de presidente da República, é motivo ponderosíssimo para que êle seja ao mesmo tempo tão coerente nos seus julgamentos, quanto intransigente na disciplina do Exército, do qual é o chefe supremo. Eis a resposta:

> "Reservado — Ao Exmo. Sr. barão de Cotegipe — Não há exploração política nem exaltação de ânimos. Todos os oficiais generais e outros se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição que os priva de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão. *Todos reconhecem, porque são disciplinados, a conveniência da judiciosa proibição de discussões pela imprensa, sôbre fatos de qualquer natureza, mesmo particulares, em que*

Reconstituição do atentado contra d. Pedro II

O promotor público dr. Lima Drumond

O jurado Antônio Maximo Leal Valim que votou contra a absolvição de Adriano



A 19 de Out.o do corrente anno terá lugar na Ilha Fiscal o baile offerecido aos officiaes do encouraçado chileno Almirante Cochrane, actualmente surto em nosso porto. O Presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto, muito penhorado ficará a V. Ex.a e sua Exma. familia, si se dignar de abrilhantar aquella festa com sua presença.

Rio de Janeiro, 11 de Out.o de 1889

... é intransferivel e dará passagem para a Ilha Fiscal, do cáes ... 8½ da noite em diante.

**Bilhete de Ingresso**

INTRANSFERIVEL

Baile na Ilha Fiscal offerecido á officialidade do Encouraçado Chileno Almirante Cochrane pelo Prezidente do Conselho de Ministros, Visconde de Ouro Preto Illm. Exm. Snr. Pires

Rio de Janeiro, 19 de Out.o de 1889

Convite e bilhete de ingresso para o baile da ilha Fiscal

*se envolvam superiores, colegas e inferiores.* Ser, porém, privado e punido por discussões com pessoas alheias à classe e que não estejam revestidas do caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial. Peço leitura meu ofício de 3 de Setembro ao ajudante general. Justa é a côr com que querem amesquinhar o Exército, sempre subordinado e sempre pronto. Se, como presidente e comandante de armas, tenho deveres, como soldado ofendido pelas injustiças contra minha classe, os tenho também, *porque assim o exigem a disciplina,* moralidade e brio do soldado. Afianço a V. Excia. que há calma, *e afianço também que será uma desgraça a imposição ilegal com que se quer oprimir o Exército.* Devo usar de clareza nesta comunicação. A corporação militar da província, deposita em mim, como seu intérprete, suas justas queixas e pede o valimento de V. Excia. — *Deodoro.*"

Eis o documento complementar do telegrama acima:

"Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul — Palácio do Govêrno em Porto Alegre, 6 de Outubro de 1886 — Ilmo. Exmo. Sr. — O aviso do Ministério da Guerra de 4 de Setembro findo, com que s. excia. o sr. ministro da Guerra mandou repreender o tenente coronel Madureira, causou a todos os oficiais-generais, superiores, capitães e subalternos profundo desgôsto, *manifestado calma e respeitosamente,* em voz unísona.

A imposição de s. excia. o sr. ministro da Guerra, sôbre os militares em relação à questão Madureira, levantou-se de uma só vez e sob o mesmo pensamento a classe militar existente nesta capital, pronunciamento êsse que, imediata e sucessivamente, teve adesão nas guarnições

do interior. A todos os momentos chegam também as dos generais que se acham fora desta cidade e nem era de esperar outro procedimento de oficiais que *sentem violados seus direitos* e ferida a sua dignidade.

Sou por minha honra e dever militar, solidário: se não tomei a iniciativa da questão, foi porque os cargos com que me honrou o govêrno imperial mandavam que eu só por mim dirigisse ao govêrno justas queixas: se também não tomei parte integrante na reunião foi porque a minha presença tirava a virtude do ato, fazendo desaparecer a responsabilidade da classe. Não fiz, pois, minhas tais queixas, porque o pronunciamento rápido, calmo e respeitoso, selado com a consagração de todos, nulificou-as.

Em data de 3 de Setembro findo, tratei da matéria em ofício, junto por cópia, dirigido a s. excia. o sr. ajudante general, e, no dia 4 do corrente mês, tive a honra de passar às mãos de v. excia. o telegrama também junto por cópia.

Não há a menor exaltação de ânimos, mas sim solidariedade na defesa de direitos e esperanças de que v. excia. providenciará fazendo justiça.

À ilustrada e judiciosa consideração de v. excia. tenho a honra de submeter o expedido.

Deus guarde a s. excia. o sr. barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros. — *Manuel Deodoro da Fonseca.*"

Até aqui, como no desenvolvimento que teve a questão, à proporção que novos documentos forem sendo trazidos à luz — ver-se-á que a conduta do general Deodoro não destoa hoje dos seus precedentes, e, que, se êle usa de severidade para alguns de seus camaradas, é porque são os seus primeiros auxiliares na obra ingente da reconstituição do

Exército e da Pátria, tendo em vista as exigências indeclináveis da disciplina e da paz."

(Do *Diário Oficial*, de 6 de Maio de 1891).

"A procrastinação que houve nas providências a tomar com relação à reclamação dos militares injustamente repreendidos, dava lugar cada dia a novas surpresas e a novas exigências do espírito público, diariamente assaltado pelo telégrafo e pelos jornais com a divulgação das mais estranhas notícias.

Sob a impressão de uma dessas notícias de caráter alarmante, dirigiu o marechal Deodoro, ao seu ilustre irmão, o general Severiano, que então exercia o cargo de comandante da Escola Militar, a seguinte pergunta:

> "Consta demissão tua e Gávea. Cotegipe telegrafou questão seria resolvida Conselho Supremo Militar. Ficamos por ora satisfeitos decisão. Que há?"

Resposta:

> "Rio, 9 de Outubro — Demissão Severiano, Gávea, não. Questão Conselho Supremo, sim. *Severiano*."

Não foi sem proveito para a causa da legalidade, pleiteada com tôda energia e sob formas pacíficas a atitude resoluta assumida pelo marechal Deodoro. O govêrno compreendera que era preciso tirar à questão o caráter político que a oposição lhe queria dar, e o expediente que lhe acudiu, mais conciliador e mais tranquilizador das susceptibilidades militares, foi subtrair a decisão das reclamações ao juizo individual, para submetê-lo ao conhecimento de um tribunal, e êste foi o Conselho Supremo Militar. Esta deliberação foi evidentemente uma conquista do general Deodoro, tão diretamente empenhado pelo esfôrço legal de sua classe, como se vê do telegrama que se segue do barão de Cotegipe:

"Ao presidente e comandante de armas — Tomando em consideração o que v. excia. expõe no seu telegrama de 4, e o apêlo que no final faz a mim particularmente, o govêrno acaba de resolver que o Conselho Supremo Militar apresente com urgência um projeto de instruções que regule claramente a matéria que tem motivado as reclamações *contra o rigor da doutrina dos avisos* (aliás antigos), quando os militares tiverem de recorrer à imprensa. Por êsse ato ficam de fato suspensos os ditos avisos, menos na parte que se refere à publicação da discussão pela imprensa entre militares sôbre objetos de serviço. Convem, pois, que v. excia. faça cessar quaisquer reuniões coletivas de militares, podendo fazer pública a primeira parte dêste telegrama. Confio que a ordem será mantida conforme v. excia. afiança. — *O presidente do Conselho, Barão de Cotegipe.*"

A êste telegrama deu imediata resposta o general Deodoro, nestes termos:

"Agradecido e satisfeito telegrama v. excia. de hoje."

A solução pacífica que o govêrno procurou dar à questão trouxe o maior desencantamento às explorações políticas. As coisas haviam chegado a um ponto que já não era preocupação dos agitadores a satisfação legal exigida pelos militares; queria-se, à fina fôrça, a queda do ministério e da situação. Para isso, a notícia de grandes tumultos nesta cidade foi comunicada pelo telégrafo a todos os pontos do país, justamente quando o alvitre procurado só aconselhava a concórdia e paz de espíritos. No intuito de desfazer tais manejos, o barão de Cotegipe e o ajudante do general do Exército passaram ao general Deodoro o seguinte telegrama:

"Urgente — Rio, 10 de Outubro de 1886 — Ao marechal Deodoro, comandante das armas — Recebi seu telegrama que muito me satisfez, pelo que v. excia. me comunica. Pessoas inimigas da ordem, que procuram agitar a opinião em proveito próprio ou de suas opiniões políticas, contrariadas pelo efeito das deliberações do govêrno, passam telegramas para as províncias, dizendo que há aqui agitação, que a casa do ministro foi atacada, etc. É tudo falso. Apenas os alunos das escolas publicaram uma correspondência contra o deputado Cândido de Oliveira e senador Gaspar, e consta que hoje, dia de saída, fazem uma reunião. Aquí, como aí, militares satisfeitos. — *Barão de Cotegipe.*"

"Oficial — Rio, 10 de Outubro de 1886 — Ao exmo. sr. comandante das armas do Rio Grande do Sul — É falso ter eu pedido demissão. O mesmo acontece general Severiano. Não dê importância telegramas que não forem transmitidos oficialmente. Tem havido especulação em dar notícias inexatas para as províncias. — *Visconde da Gávea.*"

Resposta:

"Há solidariedade geral oficiais província, calma e esperanças Conselho Supremo. — *Deodoro.*"

Enquanto esta trégua ou êste armistício dava lugar à elaboração do parecer e decisão do Conselho Supremo sôbre o conflito, o govêrno tratou de preparar para certas alterações no pessoal administrativo, mais diretamente envolvido nas ocorrências. O barão de Cotegipe, tático experimentado, para tentar a evacuação da praça pelo inimigo, contornou as dificuldades das demissões, pondo em evidência suas divergências na apreciação dos fatos, em longa e minuciosa carta dirigida ao general Deodoro. Êste, por sua

vez, afeito a defender a bandeira que conduz aos combates, não cedeu um palmo do terreno que ocupava, mantendo firmes, na resposta dada ao presidente do Conselho, as opiniões e reclamações com que abrira a campanha. São dignos de maior nota êsses dois elevados documentos:

"Confidencial — Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1886 — Ilmo. e Exmo. Sr. Marechal Manuel Deodoro da Fonseca — À exceção dos telegramas trocados entre mim e v. excia. durante o mês próximo passado, só tive oficialmente a comunicação que, em 6 do mesmo mês, me fez v. excia. das ocorrências originadas pela execução das ordens existentes sôbre a discussão na imprensa entre militares ou sôbre objeto de serviço.

V. excia. em seu ofício procura justificar os promotores das manifestações coletivas contra a doutrina das referidas ordens, e diz-se solidário do pronunciamento provocado pelo que v. excia. chama imposição do sr. ministro da Guerra sôbre os militares em relação à questão — Madureira; mas que se nele não tomára iniciativa fôra porque os cargos com que o honrou o govêrno imperial mandavam que só por si dirigisse a êste as justas queixas dos militares. Não quero apreciar as razões que levaram v. excia. a colocar-se à testa de tais manifestações para encaminhá-las convenientemente. Apenas observarei que, quaisquer que fôssem as intenções de v. excia. (e estou persuadido que foram as melhores) a gravidade de deliberações tomadas em comum pela fôrça armada é de tal natureza que não pode deixar de influir de modo prejudicial na disciplina do Exército.

Hoje protesta-se contra atos da primeira autoridade militar, que é o ministro da Guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos chefes, ou sejam generais ou comandantes de corpos; tere-

mos, portanto, um Exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da nação.

Reflita v. excia. e reconhecerá que os generais assumiram uma imensa responsabilidade, provocando ou aprovando tais manifestações. Até onde iriam elas?

A circunstância de achar-se v. excia. investido do cargo de presidente exigia, como v. excia. reconhece, que fôsse v. excia. o intérprete de quaisquer reclamações; e estou certo que teria a fôrça moral necessária para conter impaciências. Assim não aconteceu e eu lastimo que o govêrno só tivesse o primeiro reconhecimento dos fatos por telegramas extra-oficiais, privado assim de dar instruções ao seu delegado, que consentira e aprovara as reuniões militares.

Êsse consentimento e essa aprovação foram o rastilho de pólvora que ateou a chama a todos os pontos da província e a alguns do império.

Quando o general Deodoro revestido da mais alta confiança do govêrno assim pensa e assim procede, o que não fariam os seus subordinados? A política e especialmente os partidos extremos apossaram-se da questão e enxergaram no Exército um instrumento a seus planos e paixões. Veja-se qual a côr dos jornais que mais exaltados se mostraram, e v. excia. me dirá se a politica tem ou não parte no movimento.

Eu e o gabinete comigo sentimos que v. excia. a que demos soma de confiança maior do que a qualquer outro funcionário, nos criasse tão sérios embaraços. Não obstante nomeando um presidente que ora para aí segue, esperamos que v. excia. o coadjuvará em tudo quanto possa depender de suas atribuições e contribuirá para que cesse de uma vez essa agitação que não pode ser tolerada e muito menos em uma província fronteira, exposta de um momento para outro

a necessitar do emprêgo da fôrça para sua defesa.

Aproveito a ocasião para apresentar a v. excia. os protestos da muita consideração e estima com que sou de v. excia. amg. at. e cro. — *Barão de Cotegipe.*"

"Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Cotegipe — Porto Alegre, 14 de Novembro de 1886. A carta confidencial com que v. excia. em data de 1 do corrente mês se dignou honrar-me, está em minhas mãos.

Vejo-me em dificuldades para bem responder a carta de v. excia., porque para isso seria necessário transcrevê-la integralmente, afim, de, com precisão, tratar de ponto por ponto e assim justificar, buscando um longo e enfadonho escrito, o procedimento do Exército; não há pois necessidade de tal escrito, nem v. excia. dispõe de tempo para entregar-se à leitura de tamanha exposição, pelo que me limitarei ao seguinte:

O tema em questão é "Reuniões indisciplinares" — tumultuosas, sediciosas, etc., etc., por parte dos militares".

Se bem que houvesse, pelas forçosas e especiais circunstâncias, justo motivo para reuniões, assim classificadas, todavia os militares, por disciplinados e criteriosos, bem patentearam os seguintes atributos característicos do soldado — "reunião fraternal, ordem, respeito, calma, firmeza, amenidade" e limitaram-se, como lhes cumpria pelo assentimento, a uma reunião pacífica, sem discussões, com o fim de pedirem providências sôbre seus direitos.

Houve motivos para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem, nem devem estar satisfeitos a ofensas e insultos de — Francos de Sá e de Simplícios, cuja imunidade não os autoriza a dirigir insultos, nem os isenta da precisa e conveniente resposta.

E o que houve, exmo. sr., por causa dêsses insultos dirigidos por êles contra os militares?

Por parte do govêrno, permita-me v. excia. dizer, muita consideração aos insultantes, e assim não só aprovou os insultos, como foi além — ofende ainda mais, com pública repreensão para o conhecimento do mundo, a um velho servidor, homem criterioso, homem decente, homem correto e homem distinto, somente por satisfação a quem nenhuma autoridade tinha sôbre militares!

Achava v. excia. nisso causa de pouca monta?

Não será amesquinhar-se o Exército, tirar-lhe o brio, a dignidade e o amor próprio, requisitos êsses sem os quais não haverá soldados, mas vis e desprezíveis escravos?

Por parte do Exército — uma reunião calma, respeitosa e pacífica, pedindo a reparação dos direitos violados e da dignidade ofendida.

A ferida foi forte, cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas.

Transcrevo o seguinte trecho da carta de v. excia. — "Hoje protesta-se contra atos da primeira autoridade militar que é o ministro da Guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos chefes ou sejam generais ou comandantes de corpos; teremos, portanto, um exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da nação." Assim parece, exmo. sr., em teoria, mas virtualmente, não o é na prática.

E por que a sugestão que motivou a matéria dêsse trecho?

Por uma cousa que não lhe tem completa aplicação. Pelos repetidos fatos, exmo. sr., tendentes à humilhação da classe pelo seu enfraquecimento moral, para o que hoje ofende-se

gravemente, sem motivo para isso, a um oficial superior; amanhã ofender-se-á a um brigadeiro e depois ao da última patente e assim conseguir-se-á aquilo que é notório, que é sabido desde muitos anos.

Se ainda vivesse Caxias, fatos de tal natureza certamente não se dariam.

E o que motivou o castigo a dois oficiais superiores, ambos bem conceituados? A repulsa que fizeram aos insultos de um senador e de um deputado! Foi o quanto bastou.

Não teremos, exmo. sr., exército deliberante, incompatível com a liberdade civil da nação, nem v. excia. quererá exército desbriado, e assim fácil à ação de qualquer especulador para atirá-lo contra a liberdade civil da nação.

Acredito que pela amizade e dedicação dos meus camaradas teria fôrça moral para conter impaciências; mas também acredito que o meu valimento não seria de tal ordem, nem o govêrno tão condescendente, que com facilidade obtivesse a nulificação dos castigos injustamente infligidos aos dois oficiais.

A política não influiu, nem interveio na questão — toda especial e militar — cujas classes nada têm com o que estranhos dizem e escrevem.

O exército é o que sempre foi — leal e subordinado —; não cuida de política e tem em vista, antes de tudo e por tudo, a grandeza da pátria, e o que mais é — quando ela sujeita à sorte das armas.

Muito se fala em exército, em disciplina, em patriotismo: e se bem que, competentemente, disso se trate no parlamento, todavia, entre seus membros, figuram infelizmente vultos que, sem a faculdade de distinguir simples datas, se metem a questionadores, julgando-se bons censo-

res e melhores legisladores: verdade é que, para maior glória, ficarão seus efeitos perpetuados nos respectivos anais.

E falam em exército e disciplina!

Sabe precisamente o que é exército, o que é disciplina, somente aquele que pertence às suas fileiras; aquele que comparte de seus duros e rigorosos sacrifícios; aquele que toma parte ativa em suas glórias, aquele, enfim, que esquece mãe, mulher, filhos para lembrar-se, dentro das fileiras militares, somente da Pátria e que para felicidade dela, oferece o corpo ao ferro inimigo.

Sabe precisamente o que é disciplina militar, somente aquele que, no horrível do combate, tem a responsabilidade — a mais elevada — a mais difícil — a mais incompreensível — que é a do soldado: e se a êste faltar brio, dignidade e amor próprio, o que restará? Vis e cobardes escravos, vergonhosamente surrados.

Se a sorte determinar o rebaixamento da classe militar, no dia em que eu desconfiar que na frente dos soldados não passarei de um comandante superior da guarda nacional — especial — e simples vulto político, quebrarei minha espada e, envergonhado, irei procurar, como meio de vida e a exemplo de muitos, uma cadeira de deputado, para também poder insultar a quem quer que seja.

Sou eu o único culpado de tôda a questão atualmente levantada, porque se em Março de 1884, quando Franco de Sá, assumindo a direção dos negócios da Guerra, ofendeu brutalmente os oficiais, na ocasião da apresentação com grosseiras alusões a Apulcro de Castro, não tivesse abafado o calor dos oficiais consequente da injúria que lhes foi lançada em rosto, privando assim de levar-se a efeito a bem merecida repulsa, certamente êle, no parlamento, não daria mo-

tivo para os fatos que hoje tanto incomodam o exército.

Concluindo, exmo. sr., direi: é fora de tôda a dúvida que os oficiais, ao primeiro insulto, ultimamente dado, tiveram resignação tal que foram sopitados seus sentimentos de dor; que calaram-se ao segundo, convictos de que outra reclamação não seria aceita, que importaria baixeza e dariam a mais exuberante prova de que abandonariam o companheiro distinto, o digno irmão no campo da batalha, onde difícil é a proteção, como o abandonaram na paz, deixando-o só e entregue aos embates da injustiça e da perseguição.

E é, exmo. sr., o govêrno do Brasil, que, às glórias de ter, com o máximo sacrifício de dinheiro e sangue, libertado um povo que gemia por causa da própria inação e da tirania do seu chefe, quer hoje juntar o ato inglório de escravizar homens ilustres, seus concidadãos, aos destemperos e fatuidades de Simplícios, cujos sentimentos pelas galas do poder, fizeram explosão, ferindo a quem tinha direito incontestável ao respeito: é, porém, que a farda brasileira do soldado torna-o imérito na paz.

Pelo que fica expedido, conhecerá v. excia. que prefiro ser desagradável levado pela verdade e lealdade do que agradável pela reserva ou mentira: são os sentimentos de quem, com a maior consideração e subido respeito é de v. excia. at. ven. am. cr. e obr. — *Manuel Deodoro da Fonseca.*"

Depois desta discussão de tanto calor e energia na sustentação de opiniões tão opostas, como opostos se tornaram o govêrno e o marechal Deodoro, êste tinha dado implicitamente a sua demissão, o que confirma a carta que se segue:

"Rio, 5 de Dezembro de 1886. Exmo. sr. Manuel Deodoro da Fonseca.

Recebi a carta de v. excia. sem data, em resposta a que dirigi a v. excia., em 1 do próximo passado mês.

Deixando de parte, por extemporâneas, as razões com que v. excia. justifica o procedimento oficial que teve na questão qualificada — militar — porque nâo tenho esperanças de convencê-lo (meu principal fim na correspondência trocada com v. excia.), devo declarar a v. excia. que a divergência entre o pensamento do govêrno e o de seu delegado de confiança é tão profunda que nenhum dos dois pode permanecer nessa posição — prejudicial em todo sentido ao serviço do Estado. Pelo que tenho o pesar de prevenir a v. excia. de que v. excia. é substituido e virá ocupar o lugar que exercia nesta côrte.

O sr. presidente comunicará a v. excia. as disposições do govêrno para que sejam guardadas as atenções e conveniências à pessoa de v. excia.

A interrupção das nossas relações oficiais em nada prejudicará, espero, as da perfeita estima e consideração com que sou de v. excia. amg. at. e cro. — *Barão de Cotegipe.*"

Assim terminou a primeira parte desta questão, que o zêlo do marechal Deodoro pelas prerrogativas militares suscitara, e de que se originaram para o exército conquistas extraordinárias. Só o mais inquebrantado rigor na observância da disciplina militar, um alto espírito de subordinação e entranhado amor à ordem, poderão assegurar-lhe a preponderância e prestígio necessários dentro das novas instituições."

(Do *Diário Oficial* de 8 de Maio de 1891).

## *O baile da ilha Fiscal — 9 de Novembro de 1889 — Seis dias depois era proclamada a República.*

Para agradecer as homenagens prestadas ao Brasil pela república do Chile, que mandou o encouraçado *Almirante Cockrane,* especialmente para nos saudar, o govêrno resolveu realizar, na ilha Fiscal, um baile deslumbrante, do qual levassem as melhores impressões os dignos oficiais do belo encouraçado, sob o comando de d. Constantino Bannen.

E, assim, o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho, deu ao barão de Sampaio Viana e ao comendador Adolfo Fortunato Hasselmann a incumbência de organizar a festa.

Dias depois foi distribuido o seguinte convite:

"A 19 de Outubro do corrente ano realiza-se na ilha Fiscal o baile oferecido aos oficiais do encouraçado *Almirante Cockrane,* atualmente surto em nosso porto.

O presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto, muito penhorado ficará a v. excia. e sua exma. Família se se dignarem de abrilhantar aquela festa com sua presença.

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1889".

"O cartão junto é intransferível e dará passagem para a ilha Fiscal, do cais Pharoux, das 8 ½ da noite em diante."

Dizia o cartão:

*Bilhete de ingresso*
*Intransferível*

Baile da ilha Fiscal oferecido à oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cockrane* pelo presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto.

Ilmo. e Exmo. Sr. .....

Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 1889".

Eram os seguintes os cavalheiros encarregados de receber os convidados no cais Pharoux:

Barão de Mendes Tota, Roberto Lage, Samuel Gracie, 1.º tenente José Augusto Vinhais, Manuel Lopes de Oliveira Lírio, dr. João Cordeiro da Graça e 1.º tenente J. Veloso de Oliveira.

Na ilha Fiscal era a seguinte a comissão de senhoras incumbidas de receber os convidados:

Viscondessa de Ouro Preto, viscondessa de Maracajú, baronesa do Ladário, baronesa do Loreto, d. Francisca M. Cavalcanti Albuquerque, d. Amélia Leopoldina Correia Diana, baronesa de Sampaio Viana, baronesa de Maia Monteiro, baronesa de Javarí, d. Eugênia Celso, d. Alice Clemente de Sousa Dantas, d. Florentina da Gama Berquó, d. Maria Frontin, d. Angélica de Lacerda Hasselmann.

Diretores de dança:

Barão de Maia Monteiro, dr. Miguel Arcanjo Paula Lima, Luís da Gama Berquó, Raul Sampaio Viana, dr. José Pinto de Sousa Dantas, José de Figueiredo.

Comissão de senhores encarregados da recepção na ilha Fiscal:

Visconde de Figueiredo, visconde de S. Francisco, barão de Paraná, barão do Rosário, barão de Javarí, dr. Adolfo Del Vecchio, comendador Ferreira Sampaio, dr. João dos Reis de Sousa Dantas, capitão de Mar e Guerra Luís Felipe Saldanha da Gama, conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, conselheiro J. Carlos de Sousa Ferreira, dr. Carlos Cláudio da Silva, barão de Drumond, comendador Luís Rodrigues de Oliveira, dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, dr. João da Costa Lima Castro, dr. Deodato Cizino Vilela dos Santos.

O saráu, que se devia realizar a 19 de Outubro, e que só se efetuou a 9 de Novembro de 1889, foi o que de mais deslumbrante se pode imaginar. O que havia de mais notável, na política, na diplomacia, nas finanças, na imprensa, na burocracia e na fidalguia do tempo, lá estava, ostentando fardas brilhantes e crachás luzidios.

Nunca se deu uma festa, no Rio de Janeiro, tão suntuosa e que deixasse tão gratas recordações aos que dela participaram. Tudo concorria para o deslumbramento: o

local, a ordem, a iluminação profusa, a indumentária dos convidados.

Aurélio de Figueiredo perpetuou numa tela, que faz parte do Museu Histórico, essa festa, que ficou conhecida na história por *O baile da ilha Fiscal* e por ocasião da qual, houve quem o asseverasse, "os republicanos, dirigidos pelo marechal Deodoro da Fonseca, tinham querido apoderar-se de d. Pedro e dos seus amigos; mas não o fizeram em atenção aos hóspedes chilenos."

A verdade é que, ao raiar do dia 10 de Novembro, começaram a circular boatos de que, enquanto se realizava a última festa do Império, estivera reunido o Clube Militar para deliberar sôbre a prisão do ministério.

Seis dias depois era proclamada a República.

## *Batalha decisiva — O começo ou a inutilização da República — Os três últimos meses de regime monárquico.*

Em Junho de 1889 a situação política era cada vez mais tensa. Não era "uma simples crise de partidos, mas de instituições", como muito bem observou Silveira Martins.

A 7 daquele mês subia ao poder o 36.º gabinete, chefiado pelo visconde de Ouro Preto, que, na sua exposição ao chefe do Estado, antes da memorável sessão de 11 de Junho, referindo-se à propaganda republicana, disse:

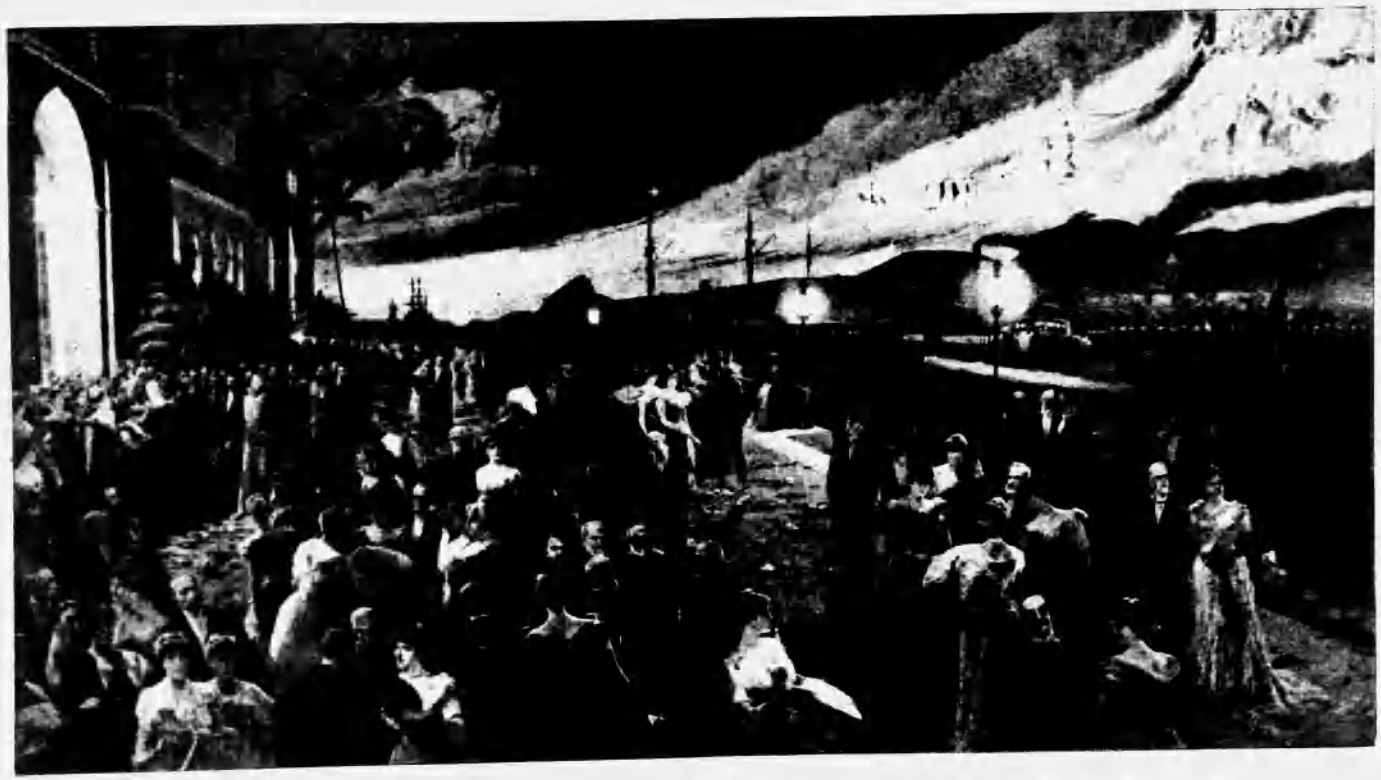
"Essa propaganda é precursora de grandes males, porque tenta expor o país aos grandes inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições e não podem fazer a sua felicidade".

De nada valeram as ponderações de Ouro Preto. A propaganda continuou a ser feita abertamente, irritando os ânimos, solapando os quartéis, "aprofundando por todos os meios as dissenções entre o govêrno e os oficiais, certos que, como diz Tobias Monteiro, só daí a República poderia surgir depressa e segura."

D. Constantino Bannen, comandante do couraçado chileno "Almirante Cockrane", a quem foi oferecido o baile da Ilha Fiscal

O convite para o baile da Ilha Fiscal

Outra face do convite para o último baile do Império



Figuras da mais alta representação social comparecem ao memorável baile da ilha Fiscal
(Quadro de Aurélio de Figueiredo)

A partir da sessão parlamentar de 11 de Junho as cousas se precipitaram até que, enfim, surge o mês de Novembro em que se trava a batalha decisiva:

— É o comêço da República! brada em plena Câmara o deputado Pedro Luís.

— Não! É a inutilização da República! refuta o visconde de Ouro Preto.

Travado assim o duelo, vejamos a seguir alguns dos principais acontecimentos, tais como foram ocorrendo durante os três últimos meses de regime monárquico, consoante a mais recente obra de quem, em grande parte, no-los pode relatar com maestria e abundância de documentação: Benjamim Constant Neto, em *A Vida de Benjamim Constant:*

.....

"Em meados de Setembro, um incidente com a guarda do Tesouro, comandada pelo tenente Carolino, que foi publicamente desfeiteado por Ouro Preto, ocasiona nova questão militar — que determina a fundação da República.

Com data de 16 de Setembro, chega às mãos de Deodoro um ofício solicitando uma sessão do Clube Militar: assinam-no 40 oficiais; Deodoro exige que lhe digam qual o fim da sessão pedida; informam-lhe que era para tratar do incidente já referido; Deodoro despacha: "Por ora não há necessidade de reunir-se a sessão pedida."

Os oficiais não se conformam e mandam uma comissão de oficiais a casa de Benjamim Constant — vice-presidente do Clube Militar; Benjamim Constant, porém, que já no dia 14 havia escrito a Deodoro sôbre o caso, aconselha os oficiais a acatar a decisão de Deodoro, prometendo-lhes que se entenderia com o mesmo; e aproveitou o ensejo para esclarecer os oficiais presentes sôbre a verdadeira significação da verdadeira política de Ouro Preto, cujo único intuito era dominar e pela fôrça conter o surto dos ideais republicanos, mais intensos do que nunca naquele momento, quando a imprensa do país assinalava diariamente uma campanha

contra o govêrno, na qual pontificavam Quintino Bocaiuva, Silva Jardim, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Campos Sales, Júlio de Castilhos e muitos outros civís de projeção.

É evidente que Benjamim Constant, assim falando aos seus discípulos e amigos, contava que êles levassem ao conhecimento dos demais oficiais o sentido que pretendia imprimir aos acontecimentos em perspectiva.

. . . . . .

Chega ao Rio de Janeiro em visita o *Almirante Cockrane,* cruzador chileno; no dia 23 de Outubro, a Escola Militar da Praia Vermelha está engalanada, esperando a visita dos oficiais da brava nação andina, que são recebidos pelas altas autoridades militares, tendo à frente o ministro da Guerra — conselheiro Cândido de Oliveira, vistoso no seu 1.º uniforme, chapéu armado, barbas à Vitor Hugo.

Eis o que houve nessa festa, segundo relata o próprio Benjamim Constant:

"Por convite especial dos alunos da Escola Militar da Côrte, fui à festa dada aos chilenos nessa escola. Não pretendia tomar parte nas saúdes, e não tomei na primeira mesa; na segunda mesa, porém, fizeram-me em nome de tôda a mocidade escolar uma saúde nos termos os mais honrosos, seguidos de vivas, palmas, flores, durante mais de um quarto de hora. Saudei a tão distinta mocidade, e achando-se presente o sr. ministro da Guerra, Cândido Maria de Oliveira, expandi-me em considerações tendentes a provar a falsidade das acusações de insubordinados dirigidos ao Exército e à Armada nacionais; e censurei em frases enérgicas, embora respeitosas, êsse plano de difamação e os atos arbitrários e violentos de que têm sido vítimas essas corporações militares. Os vivas, palmas, flores e ovações tocaram o delírio.

. . . . . .

A 26 de Outubro, três dias somente depois dessa data, nova e significativa homenagem recebe Benjamim Constant

ao terminar a sua aula na Escola Superior de Guerra. É saudado calorosamente pelo tenente Saturnino Cardoso, capitão Mena Barreto e alferes-aluno Tasso Fragoso, êste em nome da Escola Superior de Guerra, e os dois outros em nome dos corpos de artilharia e cavalaria.

Tendo a imprensa noticiado a manifestação que recebera, Benjamim Constant é interpelado pelas autoridades militares sôbre a veracidade das mesmas, respondendo afirmativamente; então, por ordem do ministro da Guerra, são repreendidos Tasso Fragoso, Saturnino Cardoso, Mena Barreto e os alunos da Escola Militar; o comandante da Escola Superior de Guerra, general barão de Miranda Reis, tendo aconselhado o govêrno a não agir contra Benjamim Constant — pois reputava tal atitude extremamemente perigosa — é destituido de suas funções!

E é nessa atmosfera carregada que enfim se realiza a histórica sessão do Clube Militar, no dia 9 de Novembro de 1889. Benjamim Constant na presidência, historia a situação do país, critica os atos do govêrno Ouro Preto, alude aos seus maus intuitos contra o Exército (corria então que era seu projeto mobilizar a Guarda Nacional e licenciar o Exército), e termina:

"Mais do que nunca preciso sejam-me dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade; comprometendo-me sob palavra a, se não encontrar dentro de poucos dias uma solução honrosa para o Exército e para a Pátria, resignar todos os empregos públicos que me foram confiados, quebrando até minha espada."

Mal terminara, pede a palavra o bravo alferes-aluno José Beviláqua, um dos mais destacados discípulos de Benjamim Constant e que foi na República um dos seus mais leais servidores, e propõe, sob aplausos gerais, que "ao eminente mestre dr. Benjamim Constant deveria ser dada pleníssima confiança para proceder como entendesse, afim de que em breve nos fôsse dado respirar o ar de uma pátria livre.

.....

No dia seguinte Benjamim Constant procura o general Deodoro em sua casa, narra-lhe o ocorrido na sessão do clube e termina propondo a solução republicana; o que se passou nessa entrevista, de interêsse histórico ineludível, pois a adesão do bravo general alagoano significava a certeza da vitória, está fielmente contado no artigo do então capitão José Beviláqua, publicado na *Gazeta de Notícias*, no dia 17 de Julho de 1890, quando ainda eram vivos Deodoro e os demais fatores de 15 de Novembro, inclusive Benjamim Constant — de quem ouvira o capitão Beviláqua aquela narrativa, sendo na época noivo de uma de suas filhas:

"Em casa do venerando general, no campo da Aclamação, os dois sós, na sala fechada, o nosso Mestre dr. Benjamim Constant expôs-lhe com o colorido que todos podemos imaginar, a verdadeira situação em que se achava a nação inteira; mostrou-lhe como, em vista dos acontecimentos, êsse descontentamento profundo, impossível de remediar com paliativos, e que agitava tôda a classe sedenta de desafronta de seus brios, tantas vezes ultrajados, de sua dignidade, tantas vezes escarnecida, nada mais era do que repercussão do mesmo grito pungente de revolta, que sufocava o povo tão oprimido, tão vilipendiado quanto o Exército, porque nós éramos o povo, éramos filhos do povo.

Figurou-lhe com a robustez de uma argumentação lúcida e convictamente republicana, de tôdas as épocas, que qualquer outra solução seria uma simples sedição monárquica e infrutífera, à semelhança do 31 de Abril; que em tempo oportuno os mesmos opróbios voltariam, revestidos de novas formas, tomadas outras cautelas, etc.; o ilustre general conservou-se sempre meditativo na cadeira de balanço ainda por muito tempo, e só o interrompeu para dizer:

— E o velho? (o ex-imperador).

— A revolução não pode absolutamente parar respeitosa ante seu trono; mas, se vencermos, garanto que há de ser tratado com tôdas as atenções devidas ao seu estado de saúde e à sua idade, e a sua família será também tratada

de modo condigno, porque nós queremos atender aos reclamos do povo, queremos libertar nossa pátria da monarquia, mas não movemos guerras às pessoas; êles seguirão incólumes e com sua subsistência garantida, para onde bem entenderem. Além disso, não é mais êle quem governa êste infeliz país, tão digno de melhor sorte; é essa camarilha sem patriotismo, que pretende, a todo transe, — sem escrúpulos e sem olhar os meios — locupletar-se e firmar seu predomínio no 3.º reinado, essa monstruosidade que, para honra nossa, a maioria dos próprios monarquistas, os mais sérios, repelem indignados, porque seria a ruina e a eterna vergonha da nossa pátria.

O estimado mestre pediu-lhe, então, que meditasse bastante na magnitude e gravidade da resolução que ia tomar; a direção dada era esta e não se poderia mais evitar a República; se êle a aceitasse, seria mais uma prova ingente do seu patriotismo, porque avaliava quanto devia maguar o seu coração sincero e leal esta separação; mas, era o interêsse supremo da pátria que reclamava êsse magno sacrifício e êle, que tanto a havia servido, não lho podia recusar, e dêste modo evitaria grandes jorros de sangue, que provavelmente se iria derramar, se êle não continuasse à testa do movimento.

Depois de assim ter falado, o benemérito mestre retirou-se para a sala de jantar, onde demorou-se algum tempo a conversar com a exma. espôsa do general; voltando após, ao encontro de Deodoro, encontrou-o profundamente abatido, na mesma posição taciturna e meditativa: na sua fisionomia, de soldado bravo e leal, longos sulcos indicavam a luta que no íntimo se travava! Enfim, em seguida a novo e longo mutismo, olha o mestre e diz:

— Benjamim, já que não há outro remédio, leve a breca a Monarquia; nada há mais que esperar dela; venha a República!

Vencera o amor da Pátria, como era de esperar de um coração bem formado."

— Bem, eis o que me faltava, diz Benjamim; agora vou convidar o dr. Rui Barbosa, e amanhã teremos uma conferência em comum com alguns chefes republicanos.

.....

Dormia já a família Benjamim Constant, quando alta madrugada chega à sua residência, no Instituto dos Cegos, a escolta dos oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra que vem prevenir o mestre estar tôda a tropa aprestada para vir para o Campo de Sant'Ana, sob o seu comando, já que o general Deodoro com terríveis dispnéias, se achava impossibilitado de assumir êsse posto. Dirigira a escolta o então alferes-aluno Lauro Muller e que o pôs ao corrente do que se passara.

Benjamim Constant veste a farda de tenente-coronel, beija as filhas que dormem tranquilamente, despede-se da espôsa — intimamente emocionado mas bastante orgulhoso da galhardia com que a digna companheira enfrentava a situação — e lhe diz, entregando uma pasta cheia de papéis:

— Caso te chegue a notícia de que fomos vencidos, queime todos estes documentos. Vou cumprir o meu dever.

E Benjamin Constant, de carro, com uma capa de civil por sôbre a farda e sem boné, parte para São Cristovão escoltado pelos oficiais-alunos da Escola Superior de Guerra; ali chegando, vem à frente das tropas em direção ao Quartel-General, cercado pela guarda de honra constituída pelos alunos da Escola Superior de Guerra, apesar de já serem oficiais, abandonaram as espadas e muniram-se de mosquetões, dispostos a defender a vida do mestre em qualquer emergência; nas imediações do Campo de Sant'Ana, onde residia o general Deodoro — que todos supunham em estado grave — surge o bravo conterrâneo de Floriano, causando alegria intensa na tropa, que desde aquele momento passou a tê-lo no comando em chefe.

O ministério Ouro Preto achava-se já reunido no Quartel-General, disposto a lutar pela conservação do poder. A tropa está formada nas imediações. Ouro Preto chama o ajudante-general do Exército e o invectiva:

— General, o senhor que tanta bravura mostrou nos campos do sul, porque não manda atacar os rebeldes?

— No sul lutamos com inimigos, responde Floriano; e aquela tropa que ali está é constituida de irmãos, tendo por chefe o mestre — que foi também o meu mestre.

E em resposta a uma maior invectiva de Ouro Preto:

— Tenho a lhe dizer que estes bordados que trago nos punhos ganhei-os ao serviço da pátria e não ao serviço de ministros.

Lá fóra o general Deodoro tira o boné e, agitando-o, grita:

— Viva a República!

A artilharia salva com 21 tiros; a alegria é intensa; alguns chefes civís dão o indispensável cunho cívico ao histórico acontecimento; a um dos ângulos do Campo de Sant'Ana, Sampaio Ferraz dirige um grupo civil, discursando ao povo aglomerado.

Mais tarde, alguns historiadores, esquecendo-se de que o povo carece de educação cívica, hão-de falar em "povo bestificado" e em outras expressões — pouco elevadas na forma e no fundo — certos de que a ignorância em que estavam êsses mesmos "historiadores" àcerca de hora e modo pelo qual se processaria o movimento, importava em surpresa geral para a população — de fato preparada para receber a República através de uma intensa campanha pela imprensa.

.....

Narremos, porém, o último ato da queda do govêrno monárquico:

Deodoro, combalido pela doença, visivelmente abatído, penetra no Quartel General e vai ao encontro de Ouro Preto, a quem diz, finalizando curta alocução:

— Nos pântanos do Paraguai, muitas vezes atolado, sacrifiquei minha saúde em benefício da pátria...

Neste ponto, Ouro Preto, altivo, observa:

— Maior sacrifício, general, estou fazendo ouvindo-o falar.

Deodoro, pouco afeito ao uso da palavra, perturba-se ligeiramente.

Benjamim Constant, que durante êsse tempo se conservara ao lado de Deodoro, dá alguns passos em direção a Ouro Preto, dizendo-lhe:

— Vossa excelência quis fazer do cadáver moral de sua pátria o pedestal de suas tristes glórias!

Ouro Preto apenas diz:

— Algum dia me farão justiça.

— Estamos-lhe fazendo justiça no momento e a posteridade será mais severa ainda, responde Benjamim Constant.

Ouro Preto se retira então.

Estava fundada a República Brasileira.

Realizara-se enfim o ideal de Domingos José Martins — fuzilado na Baía em 1817; de Frei Caneca — fuzilado em Pernambuco em 1825; do imortal Tiradentes — levado à forca em 21 de Abril de 1792..."

## *A coragem de Ouro Preto — Interessante revelação histórica — Declaração do presidente do Conselho.*

O incidente ocorrido entre o visconde de Ouro Preto e o ajudante general do Exército Floriano Peixoto, no Quartel General, durante os acontecimentos dramáticos da manhã de 15 de Novembro, tem sido vastamente comentado por quantos escreveram e ainda escrevem a propósito da proclamação da República.

Apesar do muito que já se tem dito sôbre tal assunto, ainda surgem, de quando em quando, interessantes revelações, que a História vai agasalhando em suas páginas, para julgamento definitivo dos homens e dos fatos...

Dentre essas revelações, uma houve, ultimamente, que não deve ficar circunscrita à vida efêmera de uma coluna de jornal. Dá-lhe valor a brilhante pena que a traçou. Dá-lhe autenticidade o valiosíssimo depoimento que a ilustra. Referimo-nos à palpitante crônica do ilustre jornalista M. Paulo Filho (João Paraguassú), publicada em meados de 1941, sob o título — *A coragem de Ouro Preto:*

"Sabia-se que Floriano desejava acautelar a vida do visconde de Ouro Preto, evidentemente ameaçada na manhã de 15 de Novembro de 1889 pela violência dos revolucionários republicanos, que haviam quase cercado o Quartel General do antigo campo de Sant'Ana. Todo o ministério achava-se ali reunido numa das salas, exceção de Ladário, que já vinha a caminho e de volta do Arsenal de Marinha. As derradeiras providências de um govêrno, que agonizava, eram tomadas. Ninguém, entretanto, lhe obedecia às ordens.

Foi nesse momento que o gabinete demissionário verificou estar Deodoro dentro do páteo e que se dirigia ao encontro do visconde. Floriano, antecipando-se, aproximou-se do estadista e lembrou-lhe a conveniência de sair pelos fundos, evadindo-se pelos lados da rua Henrique Dias.

— Ao meu ver, explicava-me Tobias Monteiro, o futuro marechal de ferro planejava resguardar a liberdade do estadista, se é que não agia no sentido de salvar-lhe a própria vida. A respeito, alguns anos mais tarde, falei a Ouro Preto, a quem disse que a diligência se inspirava, talvez, na amizade que Floriano lhe dedicava. O ex-presidente do Conselho sorriu ironicamente. Declarou-me que nem naquela ocasião, nem em outra qualquer fase de sua existência, após os acontecimentos dramáticos, acreditaria em semelhantes propósitos. Sustentava o visconde que o que Floriano desejava era perdê-lo irremediavelmente. Assim, se lhe aceitasse a sugestão, seria logo apontado como um medroso e fugitivo. O labéu diminui-lo-ia tanto que jamais lhe seria permitido rehabilitar-se perante seus concidadãos. E do julgamento dêstes, acrescentou o titular, fazia questão absoluta para poder, em qualquer emergência, andar de cabeça erguida.

Tomei nota da revelação. Nenhum jornal da época, ou livro, aludira à circunstância, que era curiosa. Confirmava o conceito de todos os historiadores sôbre o chefe liberal mineiro. Inhábil, se quiserem. Autoritário, se entenderem. De qualquer sorte, porém, enérgico, altivo, desassombrado, sem vacilar um segundo em assumir a responsabilidade de todos os seus atos. Tudo isso com a maior clareza, lealdade e coragem."

## *O médico do proclamador da República do Brasil — Dr. Carlos Gross.*

É fato incontestável que Deodoro estava seriamente enfêrmo dias antes da proclamação da República e que no próprio dia 15 de Novembro quase não se podia mexer no leito.

Foi grande, foi enorme o entusiasmo de que se sentiu possuido para vir à rua chefiar o movimento revolucionário e à frente das tropas penetrar no Quartel-General, onde derrubou o ministério Ouro Preto.

Mas, assim tão doente, tão combalido, não houve, naquela ocasião, quem lhe aconselhasse calma e repouso? Sua boníssima e virtuosa espôsa, que lhe não abandonava a cabeceira, tudo fez para evitar o general participasse do movimento, levantando-se da cama cambaleante para se colocar à vanguarda das fôrças. Deodoro não concordou com a espôsa, nem atenderia ao médico e amigo. Ergueu-se, saiu, pôs abaixo o ministério e proclamou a República.

Foi o próprio médico de Deodoro da Fonseca, dr. Carlos Gross, quem declarou:

— "No dia 15 de Novembro de 1889, a espôsa de Deodoro, receando seriamente um grave acidente na enfermidade do marido, procura impedir por todos os meios que êle saia de casa. O general insiste em querer sair. Fica resolvido entre ambos, então, que eu, como médico assistente, seria o árbitro na questão. Mandam chamar-me a tôda pressa. A mim estaria reservado decidir se Deodoro poderia sair de casa para chefiar a revolução. Responderia negativamente, é claro. Mas o soldado encarregado de chamar-me, ao invés de dirigir-se para a rua dos Ourives, onde eu morava, foi buscar minha casa na rua da Quitanda, onde ficou muito tempo a procurar-me... Penso que ainda me procurava no momento em que Deodoro, entrando no Quartel-General, punha abaixo o Império...

## *Cinco dias antes da proclamação — Em casa do general Deodoro — Porque Floriano Peixoto deixou de ser chamado — Uma carta de Francisco Glicério.*

Cinco dias antes da proclamação da República houve importante reunião política na residência do general Deodoro da Fonseca. Um dos principais assuntos foi a atitude que assumiria Floriano Peixoto na revolução de 1889. Deveria ser consultado antes de estalar o movimento? Deveria ser chamado pelo chefe dos revolucionários? Essa idéia foi aventada pelo próprio general Deodoro, mas a uma ponderação de Solon foi prontamente afastada.

A propósito dêsse ponto, há uma carta de Francisco Glicério redigida nos seguintes termos:

"Caro coronel Solon.

Respondo a sua carta de 4 do corrente.

Chamado a 7 de Novembro de 1889, por Aristides Lobo, cheguei a esta capital no dia 8, e na noite de 10 compareci à casa do general Deodoro e ali nos achamos reunidos: eu, Quintino, Benjamim Constant, Aristides Lobo, Ruí Barbosa e Solon. Nessa reunião sob a presidência do general Deodoro, ficaram assentadas as bases da revolução. Foi nessa conferência que o general Deodoro disse que no dia seguinte chamaria Floriano Peixoto. Como todos aquiescessem a esta proposta, Solon, dirigindo-se ao general, disse não lhe parecer conveniente aquela proposta, porque, conhecedor do caráter do general Floriano Peixoto, assegurava ser êle, além de inteligente e perspicaz, homem enérgico e de fôrça de vontade. Se, pois, lhe propusessem tomar parte na revolução e êle não aceitasse, por coerência própria do seu caráter estaria obrigado a combatê-la; no entretanto, se fôsse surpreendido, nele predominaria o espírito de classe e ficaria colocado em colisão tal que para evitar a luta tomaria o partido de seus companheiros de armas. Todos os presentes concordaram e assim sucedeu realmente. Depois

disso só nos encontramos no dia 15; mas todos os dias desde 10 até 15 eu tinha notícias de todo o vosso contínuo e assíduo serviço prestado à revolução transmitidas por Quintino e Aristides. Podeis fazer desta o uso que vos convier.

Rio, 6 de Agosto de 1890.

Vosso amigo,

*Francisco Glicério.*"

### *Proclamação da República pelo govêrno provisório: paz, liberdade, fraternidade e ordem.*

Considerando deposta a dinastia imperial e, consequentemente, extinto o regime monárquico, o govêrno provisório, que imediatamente se constituiu, publicou a seguinte proclamação:

"Concidadãos. — O povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e, consequentemente, a extinção do sistema monárquico — representativo.

Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituido um govêrno provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem pública a liberdade e o direito dos cidadãos.

Para comporem êsse govêrno, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do govêrno definitivo, foram nomeados pelo chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assinados.

Concidadãos: — O govêrno provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o govêrno da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.

No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido, para a defesa da integridade da

pátria e da ordem pública, o govêrno provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da pátria, e pela legítima defesa do govêrno proclamado pelo povo, pelo Exército, pela Armada Nacional.

Concidadãos. — As funções da justiça ordinária, bem como as funções de administração civil e militar continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos; com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do Senado, e bem assim abolido o conselho de Estado. Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos. — O govêrno provisório reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraidos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas.

*Marechal Manuel Deodoro da Fonseca* — chefe do Govêrno provisório.

*Aristides da Silveira Lobo* — ministro do Interior.

*Rui Barbosa* — ministro da Fazenda e interinamente da Justiça.

*Tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães* — ministro da Guerra.

*Chefe de esquadra Eduardo Wandenkolk* — ministro da Marinha.

*Quintino Bocaiuva* — ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras públicas."

## *Grave incidente com o barão de Ladário — O oficial que atirou contra o titular da pasta da Marinha.*

Às 7 horas da manhã, o barão de Ladário atravessava em *coupé* o campo da Aclamação, canto da rua de S. Lourenço, para dirigir-se ao edifício do quartel do 1.º de infantaria, onde estavam já prisioneiros da fôrça do Exército e Armada os seus ex-colegas de gabinete.

Reconhecendo-o, o general Deodoro ordenou ao oficial Adolfo Peña Filho que o intimasse a recolher-se preso à sua ordem.

Parando o *coupé* pela oposição que lhe ofereceu o povo, o barão de Ladário abriu a portinhola e saltou, recebendo do oficial a ordem aludida.

A ela respondeu o ex-ministro da Marinha tirando do revólver, que desfechou contra quem o intimava.

A arma, porém, negou fogo; e, antes que o sr. Ladário a disparasse de novo, em defesa de sua vida, o oficial também tirou de um revólver, disparando sucessivamente.

Nesse momento o povo e praças de vários corpos vieram sôbre o ex-ministro, que já estava ferido e por terra, valendo-lhe o aludido oficial, que não consentiu lhe tocassem.

Transportado pouco depois, por marinheiros, numa padiola, para o palacete do finado conde de Itamaratí, na rua Larga de S. Joaquim, prestaram-lhe os primeiros cuidados os drs. Rego César e João Câncio.

Do Itamaratí foi o barão de Ladário conduzido, num bonde fechado, para sua residência, no Cosme Velho.

Acompanharam-no, no trajeto, o 1.º tenente Castro e Silva e o 2.º tenente Pinheiro Hess.

O capitão Adolfo Peña Filho, que atirou contra o titular da pasta da Marinha, faleceu no dia 27 de Setembro de 1898, em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

## *José da Costa Azevedo — "Gota de sangue da República".*

Foi uma atitude isolada e cheia de beleza moral, que bem merece admiração e respeito, a de José da Costa Azevedo, barão de Ladário, fiel às suas convicções, na memorável manhã de 15 de Novembro.

Em rápidos traços fixaremos a brilhante trajetória, na vida pública, do último ministro da Marinha no regime monárquico.

Filho do brigadeiro José da Costa Azevedo, que foi provecto professor na Academia Militar, o futuro barão de Ladário assentou praça na Marinha, no ano de 1839, e dois anos depois era guarda-marinha. Foi segundo tenente em 1843, primeiro tenente em 1849, capitão tenente em 1856, capitão de fragata em 1867, capitão de mar e guerra em 1869, chefe de divisão em 1877 e chefe de esquadra em 1882.

Oficial brioso, ilustrado e muito respeitado pelos seus subordinados, prestou grandes serviços à Armada. O govêrno monárquico dispensou-lhe sempre as maiores atenções. Foi o comissário do Brasil na demarcação de limites entre esta nação e a República do Perú, e os seus estudos sôbre a questão das missões valeram-lhe a nomeada de geógrafo consumado. A República aproveitou-lhe os serviços: fê-lo seu embaixador na China e elegeu-o senador pelo Amazonas, por duas vezes. Dirigiu, nos primeiros tempos do regime republicano, várias emprêsas comerciais. Foi condecorado com a medalha da campanha do Paraguai, por serviços prestados nesta emergência. Membro do Instituto Histórico e Geográfico, foi agraciado com o título de conselheiro de s. m., o imperador d. Pedro II. Na Monarquia foi deputado pelo Amazonas na legislatura de 1878 a 1881.

Publicista e homem de grande cultura, Ladário deixou escritas, entre outras, as seguintes obras: *Relatório sôbre a fragata Britain; Relatório segundo as instruções de 22 de Agosto de 1844; Diário Náutico da viagem da fragata Britain do Rio de Janeiro a Santos* (1844); *Carta hidrográ-*

*fica do Rio Grande do Sul* (1853); *Trabalhos hidrográficos no norte do Brasil* (1860); *Breve resposta às arguições feitas ao chefe da demarcação de limites entre o Brasil e o Perú* (1863); *Carta hidrográfica do rio Japurá* (1864); *Defesa da Comissão mista de limites do Brasil com o Perú* (1871); *Investigação astronômica* (1874); *A questão das Missões* (1891); *Discursos no Senado da República* (1903).

Seu apelido está respeitosamente agasalhado nas páginas da história pátria: — *gota de sangue da República.*

## *Outra figura notável do gabinete de 7 de Junho — Conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.*

Outra figura notável do gabinete Ouro Preto, ocupando a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, quando se proclamou a República, foi o conselheiro Lourenço Bezerra de Holanda Cavalcanti de Albuquerque.

Nascido em 1842, em Águas Belas, na antiga província de Pernambuco, Lourenço de Albuquerque matriculou-se aos dezessete anos de idade na Faculdade de Direito da cidade de Recife, concluindo o curso jurídico em 1863; mas, pouco depois fixou-se na capital das Alagoas, onde se iniciou na vida pública, cercado sempre de prestígio e acatamento.

Quando pela guerra do Paraguai, e seu nome já incluido numa chapa de deputados à assembléia legislativa alagoana, não vacila em renunciar às seduções de tão importante posto político, e vai, como voluntário, para o campo da luta, empenhado com sinceridade e ardor na defesa da pátria. Foi como simples soldado que tomou parte em vários combates, e com tal galhardia se houve que regressou com a graduação de capitão, tendo servido ao lado do general Osório, exercendo as funções de auditor.

**Turma da Faculdade de Medicina, que tomou parte saliente na famosa estudantada de 1889. Na primeira fila, em pé, o quarto da direita para a esquerda, é o acadêmico Carlos Seidl**

**Escola Militar (praia Vermelha)**
(Fotografia tirada no mês da proclamação da República)

## MEMBROS DO GOVÊRNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA

Deodoro da Fonseca

Benjamim Constant

Rui Barbosa

Campos Sales

Silveira Lobo

Eduardo Wandenkolk

Quintino Bocaiuva

Demétrio Ribeiro

Assim que regressou às Alagoas, foi deputado provincial em duas legislaturas e, em seguida, eleito para o parlamento do Império. Nesta época contraiu matrimônio com sua prima d. Francisca Vieira de Sinimbú de Albuquerque Mranhão, filha do barão de Atalaia e sobrinha do perstigioso chefe liberal João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú.

Em 1878, com a volta dos liberais ao poder, dessa vez com Sinimbú à frente do govêrno, Lourenço de Albuquerque é de novo eleito deputado pelas Alagoas e posteriormente nomeado presidente das províncias de Santa Catarina e Pernambuco. De 1878 até à proclamação da República, jamais deixou de ter renovado o seu mandato, mesmo quando no govêrno os conservadores. Sempre ouvido na Câmara com rara atenção e agrado, foi entre os seus pares um homem de autoridade, portador de grande cultura, admirado pela dignidade das atitudes e pela inteireza de caráter.

Em 1882, aos quarenta anos de idade, é escolhido, no gabinete Paranaguá, para dirigir a pasta dos Estrangeiros. Mais tarde, sucedendo a João Alfredo o visconde de Ouro Preto, é Lourenço de Albuquerque chamado a fazer parte do célebre gabinete de 7 de Junho.

A República jamais teve a sua adesão; mas não se quedou indiferente às questões de interêsse nacional. Vasta e prestigiosa foi sua colaboração tôdas as vezes que se agitavam na imprensa problemas financeiros e econômicos. Dos seus numerosos artigos e produções parlamentares, apenas há, em volume, um discurso pronunciado em 1882, sôbre a *Crise financeira e sua solução.*

O falecimento do conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque ocorreu no dia 31 de Agosto de 1918, num solar em que longos anos residiu, em Santa Teresa, na rua Mauá.

A Câmara dos Deputados rendeu-lhe justa e expressiva homenagem, fazendo-lhe o elogio o deputado Andrade Bezerra, lider pernambucano, e o deputado Costa Rego, lider alagoano.

*No paço da cidade — Ouro Preto pede a demissão coletiva do ministério — O imperador quer conferenciar com o marechal Deodoro.*

Às 11 horas da manhã o visconde de Ouro Preto telegrafou ao imperador, que se achava em Petrópolis, chamando-o à Côrte imediatamente.

Ao meio dia e um quarto, d. Pedro II, acompanhado da imperatriz e de seus semanários, tomou o trem da Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará, chegando à estação de S. Francisco Xavier, às 2 horas da tarde.

Daí seguiram em coche para o paço da cidade, aonde chegaram às 3 horas.

Alguns minutos mais tarde também chegaram o conde e a condessa d'Eu, que se fizeram transportar por mar até o cais Pharoux.

Às 4 horas da tarde compareceu no paço o visconde de Ouro Preto em companhia do barão de Miranda Reis.

A sua conferência com d. Pedro II durou apenas cinco minutos, pedindo o visconde de Ouro Preto a demissão coletiva do ministério.

Manifestou então o imperador desejos de conferenciar com o senador Silveira Martins.

Sendo-lhe informado que não se achava na Côrte, disse queria conferenciar com o marechal Deodoro da Fonseca, que ficou de ir ao paço às 6 horas da tarde.

A família imperial jantou às 5 horas da tarde, sendo o serviço fornecido pelo Hotel do Globo.

O sr. barão de Loreto esteve no paço às 6 horas, e às 6 ½ chegaram o barão e a baronesa de Muritiba, o barão de Miranda Reis, o conde de Aljezur e o almirante marquês de Tamandaré.

### *A guarda do paço durante o dia 15 de Novembro — Deposição do tenente-coronel Honório Lima.*

A guarda do paço durante o dia 15, foi confiada a uma fôrça de 70 praças do 10.º Batalhão de Infantaria, com ordens terminantes de negar entrada a quem quer que fôsse.

No largo do paço, quando ali estava em forma o Corpo de Polícia da Província do Rio de Janeiro, foi deposto o tenente-coronel Honório Lima, assumindo o comando daquele corpo o coronel Fonseca e Silva.

Ordenou o comandante ao major Deschamps que fizesse recolher a fôrça ao quartel.

Seguiu imediatamente o corpo policial para Niterói.

### *Na Câmara Municipal — A primeira bandeira republicana que se hasteou no Brasil no dia da queda da Monarquia.*

Ao se divulgar a notícia do movimento, foram-se dirigindo os vereadores ao Campo de Sant'Ana. Era, então, presidente da Câmara Municipal o dr. Ferreira Nobre, que lá chegou às 10 horas e que, ao ver que nada mais havia que fazer, às 15 horas, mais ou menos, resolveu mandar ao govêrno a seguinte moção, que foi assinada por grande número de pessoas do povo:

"Exmos. srs. representantes do Exército e da Armada nacionais. Temos a honra de comunicar-vos que, depois da gloriosa e nobre resolução que "ipso fato" depôs a monarquia brasileira, o povo, por órgãos espontâneos e pelo seu representante legal nesta cidade, reuniu-se no edifício da Câmara Municipal, e, na forma da lei ainda vigente, proclamou como nova forma de govêrno do Brasil a República.

Atendendo ao que, os abaixo assinados esperam que as patrióticas classes militares sancionem a iniciativa popular,

fazendo imediatamente decretar a nova forma republicana do govêrno nacional.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889".

Votada a representação, orou o sr. Silva Jardim.

Houve um momento em que o povo pretendeu despedaçar os retratos de d. Pedro I, d. Pedro II e da condessa d'Eu, mas usou da palavra o dr. Lopes Trovão, que aconselhou aos republicanos que não mareassem a sua vitória despedaçando os retratos.

Imediatamente foi acolhida a idéia no meio de aplausos e o povo retirou-se em completa ordem.

Nêste momento, espalhava-se a notícia, de que José do Patrocínio estava a chegar, já tendo sido aclamado na rua do Ouvidor.

De fato, não tardou muito e chegou à Câmara, da qual era também vereador, o grande tribuno, abraçado à bandeira republicana, que habitualmente era hasteada na redação do *Correio do Povo;* e êle mesmo a içou no mastro do edifício da Câmara Municipal. Era uma bandeira mais ou menos como a americana, com listas horizontais verdes e amarelas, tendo a um canto, um quadro azul, com estrêlas brancas.

Era a primeira bandeira republicana que se hasteava no Brasil, depois de proclamada a República. O *Alagoas,* que transportou para o exílio a família imperial, levou-a içada a bordo, tendo sido, na volta do vapor, recolhida ao Museu Naval.

## *Aspecto das ruas — Que é que há? — Uma proclamação do general Deodoro.*

Logo às primeiras horas da manhã, os empregados que se dirigiam para o trabalho não deixaram de estranhar o tropel dos soldados de cavalaria, devidamente armados, que cruzavam as ruas do centro, bem como o troar dos clarins, o rufar dos tambores e o rodar das carretas do Batalhão Naval, que, por ordem do govêrno, havia desembarcado.

Ninguém sabia ao certo do que se tratava, mas todos estavam estupefactos.

Ao ver todo aquele aparato bélico, perguntavam uns aos outros:

— Que é que há?

— O Exército que se revoltou.

— Com que fim?

— Os militares querem depor o govêrno. Estão todos contra o Cândido de Oliveira.

Dentro em pouco, viam-se levas de caixeiros, que voltavam do trabalho, espalhando a notícia de que o comércio estava fechando as portas, com receio do barulho.

Sob êste pânico levou a cidade até às 10 horas, mais ou menos, quando, de repente, grupos de estudantes invadiram a rua do Ouvidor, dando vivas à República, ao general Deodoro, a Benjamim Constant, a Silva Jardim.

A essa hora, já os jornais como *O País*, a *Gazeta de Notícias*, o *Diário de Notícias*, afixavam boletins, dando novas do movimento. Os cartazes eram substituidos, de momento a momento, declarando que o Ministério já estava deposto, que o visconde de Ouro Preto, já tinha recebido ordem de prisão; que o barão de Ladário tinha sido ferido por um oficial do Exército; que o imperador, já a par dos acontecimentos, tinha descido de Petrópolis.

Às 17 horas mais ou menos, o fato já estava consumado. Já não havia dúvida. Os militares tinham feito a República, sem que uma voz se levantasse contra ela.

Às 7 horas da noite um oficial de cavalaria percorreu as ruas da cidade, dirigindo a seguinte proclamação:

"O general Deodoro manda dizer que o povo pode ficar tranquilo. A cidade está entregue à guarda do 7.º Batalhão de Infantaria e morrerá o ousado que tentar arrombar uma porta."

### *No comércio e nas repartições públicas — Adiadas as viagens para Petrópolis.*

Assim que foi conhecido o movimento, o comércio fechou as portas e as repartições públicas suspenderam o expediente.

A Alfândega e a Guarda-moria fecharam-se desde que o emissário do Exército se dirigiu, e com ela parlamentou, à fôrça destacada no Arsenal de Marinha.

A esta hora, estavam reunidos na Guarda-moria o comandante Baunen e sua oficialidade, o comendador Hasselmann e muitas famílias.

A todos comunicou o comendador Hasselmann que, em vista dos acontecimentos, ficavam adiadas as viagens para Petrópolis.

### *Fôrças de mar — A bertos os portões do Arsenal de Marinha — O povo carregou em braços o chefe de divisão Wandenkolk.*

O Batalhão Naval havia desembarcado às 6 horas da manhã, por ordem do barão de Ladário e ao comando do capitão-tenente Quintino Francisco da Costa, para isso designado pelo próprio ex-ministro da Marinha.

Seguindo para o campo da Aclamação, onde já estava postada tôda a fôrça do Exército, ficou o corpo sob as ordens do general Deodoro, formando à retaguarda da tropa de linha.

Pouco tempo depois apareceram o capitão de fragata Alvarim Costa e o capitão-tenente Pestana, respectivamente comandante e major dos navais, e que assumiram os seus postos.

De volta do campo, depois de percorrer várias ruas, aclamado pelo povo compacto em todos os pontos, o Exército estendeu-se em linha, que abrangeu tôda a rua Primeiro

de Março, dando o centro para o desfilar do Corpo de Imperiais e Batalhão Naval, que ininterruptamente foram saudados pelos seus irmãos de armas.

No Arsenal de Marinha, antes de tomarem os seus quartéis, formaram as fôrças de mar e aí compareceu o major Benjamim Constant, que declarou aos imperiais e navais agradecer, em nome do general Deodoro, o auxílio material e moral que os dois corpos tinham prestado ao Exército, confraternizando para que a compressão exercida contra os militares baqueasse diante da dignidade dos soldados brasileiros, que nunca mais se apartariam.

No Arsenal de Marinha o general Deodoro entendeu-se com o respectivo inspetor-chefe de divisão Foster Vidal, para que mandasse abrir o portão do estabelecimento e retirar a fôrça de imperiais, que formava do lado externo, o que foi feito.

Encontrando o povo, no Arsenal, ao chefe de divisão Wandenkolk, carregou-o em braços e levou-o até à presença do general Deodoro.

A fôrça do Corpo de Imperiais, que deu desembarque, esteve sempre ao mando do seu 2.º comandante, capitão-tenente Gaspar da Silva Rodrigues.

Tôda a fôrça de mar desembarcou armada e devidamente municiada.

### *O desfilar das tropas — À sua frente figuram civís e militares.*

Cêrca de 1 hora da tarde fôrças partiram do campo da Aclamação pelo lado da Câmara Municipal, percorrendo a rua Visconde do Rio Branco, praça da Constituição, rua do Teatro, largo de S. Francisco de Paula, ruas do Ouvidor e Primeiro de Março.

À frente da tropa vinham Deodoro, Quintino Bocaiuva, Benjamim Constant e grande número de oficiais, dos quais muitos da Guarda Nacional.

Das janelas e sacadas, das portas e ruas era saudada a fôrça do modo mais entusiástico, com palmas e vivas, com acenos de lenços e bandeiras.

Na rua do Ouvidor discursaram, de várias janelas, Silva Jardim, Aristides Lobo e José do Patrocínio.

## *O último chefe de Polícia da Monarquia — (1889) — Conselheiro José Basson de Miranda Osório — Depois da queda da Monarquia.*

O último chefe de Polícia do regime monárquico e nomeado ao ser constituido o 36.º gabinete, que tinha como presidente do Conselho o visconde de Ouro Preto, foi o conselheiro José Basson de Miranda Osório.

A escolha do seu nome para desempenhar as funções que naquele momento, mais do que nunca, eram de extrema importância e responsabilidade, foi determinada pelo grande conceito de que gozava nas altas esferas governamentais o conselheiro Basson. É que, além de sua inabalável dedicação ao trono, possuia excepcionais qualidades de espírito, vasta cultura e caráter de têmpera rija, inquebrantável.

Sua curta administração policial foi das mais trabalhosas, desenvolvida no famoso "mês climatérico" de 1889. Em cinco meses, à frente da Polícia da Côrte, pode-se dizer que o conselheiro Basson não teve um só minuto de descanso, obrigado a enfrentar, dia e noite, o movimento propagandista republicano, que, de momento a momento, assumia proporções inquietadoras, sob as mais variadas formas.

O golpe de 15 de Novembro não colheu de surpresa o chefe de Polícia. À meia-noite de 14 para 15, tendo pernoitado na Chefatura, com seus auxiliares a postos, o conselheiro Basson, avisara, pelo telefone, ao visconde de Ouro Preto de que o 1.º regimento estava em armas no respectivo quartel. Considerando a gravidade da comunicação, o presidente do Conselho transportou-se imediatamente para a

Chefatura, na rua do Lavradio. Ali chegando, e após ouvir o relatório verbal das autoridades policiais, mandou chamar Floriano Peixoto, que passou a tomar parte na conferência e que, na qualidade de ajudante-general do Exército, a todos tranquilizou.

Aprovando as providências tomadas pelo conselheiro Basson e deixando o edifício da Polícia, Ouro Preto seguiu, às três horas da madrugada, para o Arsenal de Marinha, onde teve nova conferência com o barão de Ladário, Cândido de Oliveira e Maracajú, seus colegas de ministério, e Carlos Afonso, presidente da província do Rio de Janeiro.

Do entendimento tido com o presidente do Conselho, o chefe de Polícia fez concentrar no quartel dos Barbonos todos os destacamentos das estações policiais e combinou com o ministro da Guerra viessem para a cidade o batalhão de infantaria aquartelado na ilha do Bom Jesús e o de artilharia destacado na fortaleza de Santa Cruz, além de outras medidas relativas ao policiamento das ruas centrais e proteção às principais repartições públicas.

Êste importantíssimo episódio é relatado com tôdas as minúcias pelo próprio visconde de Ouro Preto no famoso manifesto de Santa Cruz de Tenerife, publicado em Lisboa no suplemento do *Comércio de Portugal*, n.º 3.122, de 20 de Dezembro de 1889:

"Às 11 3/4 da noite, despachava eu papéis da pasta da Fazenda, quando recebi, pelo telefone, o seguinte recado do conselheiro Basson:

"Previno-o de que o primeiro regimento está em armas no respectivo quartel; comunicou ao ajudante general que estava nessa atitude. Os chefes do Exército estão no quartel general reunidos. Mandaram intimar o regimento para se desarmar. Não sei o que fará. Julgo necessária a sua presença aqui por todos os motivos. Estou na secretaria; envio o meu carro com o meu ajudante que vai para acompanhá-lo, e espero-o. O guarda cívico José Antônio Rodrigues que foi chamar o respectivo comandante, indagando onde morava êste, foi ali prêso e ficou".

Respondi que ia partir, e, efetivamente, momentos depois sai a pé, em direção à cidade, acompanhado pelo meu

amigo e hóspede o sr. coronel Gentil José de Castro. Descemos a rua de S. Francisco Xavier, dispostos a tomar o primeiro veículo que encontrássemos.

Nas proximidades da ponte do Maracanã cruzou conosco um carro; fizêmo-lo parar. Era o do chefe de Polícia e conduzia o capitão Lírio que me confirmou as notícias transmitidas pelo telefone.

Seguindo pela rua Haddock Lobo, entramos no quartel de cavalaria policial. Por ordem do sr. conselheiro chefe de Polícia estavam já reunidas e prontas 40 praças e 2 oficiais. Mandei que a elas se incorporassem as ordenanças dos ministros, assim como os diversos destacamentos ou patrulhas que pudessem com presteza ser avisados, que fôsse chamado sem demora o comandante major Cícero Galvão e que, convenientemente armados e municiados seguissem para o Quartel Central, à rua dos Barbonos.

Dali dirigi-me à secretaria da Polícia, onde se achavam o conselheiro Basson, o delegado dr. Carijó e alguns agentes. Estavam reunidos também três ou quatro repórteres, um dos quais o da *Gazeta de Notícias,* não mais afastou-se e foi testemunha de quanto ocorreu daí por diante, até o desenlace final.

Na secretaria soube que a razão, ou antes o pretexto, do levantamento do primeiro regimento de cavalaria, era — a inculcada prisão do marechal Deodoro, e a denúncia de que ia ser atacado pela chamada guarda negra.

Inteirando-me do ocorrido e das providências tomadas, soube que o conselheiro Basson tinha já mandado prevenir os demais ministros, assim como o presidente do Rio de Janeiro, para ter de prontidão a força policial da província, e o comandante do corpo de Polícia da Côrte para que imediatamente o pusesse em armas.

Ordenei que me viessem falar sem demora o ajudante general do Exército e o comandante do Corpo de Bombeiros, que compareceram pouco depois.

O sr. marechal Floriano Peixoto, confirmando e ampliando as notícias dadas pelo sr. conselheiro Basson, disse-me que fôra avisado pelo capitão Godolfim, de ordem do tenente-coronel Silva Teles, que se declarava coacto, de que

tanto o primeiro regimento de cavalaria, como tôda a segunda brigada, se armaram e de que s. excia. tinha mandado recomendar ao mesmo tenente-coronel, comandante interino da brigada, que, aconselhando prudência aos oficiais e procurando detê-los no aquartelamento, viesse falar-lhe ao Quartel General do Exército, onde o fôra esperar. Acrescentou que tomara, no entanto, as providências precisas, sendo êsse o motivo pelo qual deixou de me procurar naquela noite, conforme lhe ordenara o sr. ministro da Guerra.

Perguntei se havia prendido o capitão Godolfim, que se lhe apresentara em nome de uma fôrça sublevada, porquanto o fato de armar-se, sem ordem superior, constituia já de si grave crime militar.

Respondeu-me que o não prendera, para ganhar tempo e se poder acautelar, porque se aquele oficial não regressasse ao quartel, muito provavelmente os corpos, desconfiando de que o govêrno estava prevenido, por-se-iam imediatamente em movimento, antes de reunidos e dispostos os meios de contê-los.

Comunicou-me ainda o marechal Floriano Peixoto que mandara intimar à 1.ª brigada que deixasse as armas e aguardasse ordens posteriores.

Ponderei não ser bastante o desarmamento dos corpos, porque o simples fato de tomarem armas sem ordem superior importava, como já disse, crime grave, sendo mister prender oficiais e soldados, distribuindo-os pelas fortalezas e estabelecer logo rigorosa sindicância para conhecimento de tôda a verdade e punição dos culpados, em desafronta da lei .

Ordenei-lhe que assim procedesse, convindo o sr. marechal em que era essa a marcha a seguir.

Inquirindo se já reunira tropa bastante para executá-lo, respondeu-me que precisaria talvez de mais alguma, por lhe constar que parte da 1.ª brigada (a do comando do sr. barão do Rio Apa) era simpática aos amotinados, não tendo plena confiança senão no 10.º batalhão de infantaria. Pediu-me que mandasse vir o 24.º da mesma arma aquartelado na

ilha do Bom Jesús e o 4.º de artilharia, destacado na fortaleza de Santa Cruz.

Fazia o sr. ajudante general grande empenho, sobretudo, na vinda dêste último corpo, por não ter à sua disposição nenhuma fôrça daquela arma.

Tranquilizei-o, assegurando que expediria imediatamente as ordens precisas, podendo s. excia., no entretanto, contar desde logo com o corpo de polícia da Côrte, que já deveria estar reunido, e assim também com o de bombeiros. Além dessa fôrça poder-se-ia lançar mão do corpo policial do Rio de Janeiro e dos corpos de marinha.

Observou-me o sr. marechal Floriano Peixoto, que a intervenção de qualquer contingente da Marinha seria de grande efeito moral, pois os amotinados propalavam que ela os apoiaria, desiludindo sua presença muita gente.

Pediu mais que se preparassem logo os transportes para o 4.º batalhão de artilharia, e esperassem no Arsenal de Marinha o comandante tenente-coronel Pego, que ali compareceria para ir buscá-lo, e, outrossim, que se fizesse ocupar por alguma fôrça da província do Rio de Janeiro a ilha do Boqueirão onde havia grande depósito de material de guerra.

Não me recordo bem se antes ou depois da chegada do sr. ajudante general apresentou-se o coronel Neiva, comandante do Corpo de Bombeiros, a quem determinei que imediatamente o formasse e convenientemente armado se pusesse à disposição de s. excia.

Lembro-me, porém, perfeitamente de que, declarou-me o sr. coronel Neiva não ter aquele corpo espingardas, disse o sr. Floriano Peixoto que as poderia receber no quartel general do Exército.

Ao retirar-se assegurou-me s. excia. que eu podia contar consigo.

Incumbindo o sr. coronel Gentil de ir a Niterói recomendar ao presidente da província que fizesse marchar o corpo policial e guarnecer por tropa municiada a ilha do Boqueirão e o sr. conselheiro chefe de Polícia de marcar aos meus colegas do ministério que comparecessem àquela

secretaria, para onde haviam sido convidados, como ponto de reunião o Arsenal de Marinha, para lá me dirigi.

Abrir-se-me o portão, dar-me a conhecer, despertar o porteiro, ser chamado o inspetor, chefe de divisão Foster Vidal e apresentar-se-me s. excia. foi obra de 15 minutos, quando muito."

Tudo em vão. Cêrca das 15 horas de 15 de Novembro, resolvida efetivamente a República, chegava à Chefatura da Polícia, a cavalo, sozinho, o capitão do Estado Maior do Exército, professor da Escola Militar, Vicente Antônio do Espírito Santo, que foi diretamente ao gabinete do chefe. Aí a cena foi rápida:

— Senhor conselheiro, em nome do Govêrno Provisório venho tomar posse da chefia da Polícia da Capital Federal, declarou o capitão Espírito Santo.

O conselheiro Basson, que tinha em tôrno de si algumas autoridades e vários funcionários, de pé, fisionomia abatida, olhar sereno e voz firme, indicando com a mão direita a cadeira de espaldar que lhe ficava ao lado, respondeu:

— E eu aqui estou para lha entregar.

Houve um minuto de constrangimento geral. Grande, enorme era a emoção dos funcionários e dos policiais que se encontravam no gabinete. A figura do conselheiro era dessas que, em qualquer circunstância, sabem sempre inspirar confiança e respeito. Ninguém ousava murmurar qualquer palavra. Mais um minuto e o conselheiro Basson, com uma ligeira inclinação de cabeça, atravessa o salão e transpõe a porta, acompanhado por todos os presentes, inclusive o capitão Vicente Antônio do Espírito Santo.

Até o último momento o conselheiro José Basson de Miranda Osório manteve-se no posto, que ocupou com lealdade, dedicação e dignidade.

E porque se mantivera rigorosamente fiel às suas convicções políticas, quatro anos mais tarde, em 1893, foi detido em São Paulo, juntamente com o coronel Taumaturgo e com o capitão de mar e guerra José Vitor De Lamare, acusado de conspirar contra o regime republicano. Veio,

então, para o Rio de Janeiro, ficando três meses preso na Casa de Correção.

Outra vez, no govêrno de Campos Sales, quando chefe de Polícia Sampaio Ferraz, foi intimado pelo delegado Moura Carijó a comparecer à Chefatura de Polícia para ser ouvido em processo de conspiração. Morava, nessa ocasião, em Cosme Velho (Águas Férreas). Vendo sua casa cercada por numerosa fôrça policial, recusou-se a atender à intimação, que considerou violenta pelo aparato com que se revestia. Só depois que a autoridade ordenou a retirada da fôrça, foi que se dispôs a ir prestar o seu depoimento. Dêsse processo foi absolvido, fazendo-lhe a defesa o conselheiro Cândido de Oliveira.

Ainda uma terceira vez, quando morava na rua do Pinheiro (hoje Machado de Assis), foi procurado pelas autoridades policiais, por ter sido novamente apontado como conspirador. Desta feita, conseguiu fugir, escondido no porão de um navio de carga, para Santos, e daí para Bebedouro, onde permaneceu algum tempo, só regressando ao Rio de Janeiro quando devidamente informado de que não mais restava qualquer suspeição a respeito de suas atitudes no cenário político.

O conselheiro Basson nasceu em Parnaiba, na então província do Piauí, em 17 de Novembro de 1836. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo e, muito moço ainda, ingressou na magistratura. Deixou, porém, essa carreira e dedicou-se à política. Voltando à sua terra natal, foi eleito deputado provincial, cadeira que abandonou para ocupar, em duas legislaturas, a de deputado geral. Terminado êsse mandato, foi, sucessivamente, inspetor das alfândegas de Parnaiba, Ceará e Pará e presidente da província da Paraiba do Norte. Mantendo estreitas relações de amizade com o marquês de Paranaguá e com o visconde de Ouro Preto, acompanhou sinceramente a política dos gabinetes que estes estadistas presidiram nas últimas situações liberais.

Depois da queda da Monarquia, o conselheiro Basson passou a residir, durante algum tempo, no Estado de São Paulo, onde ocupou um cargo na diretoria do Banco Cons-

trutor. Tendo deixado êsse estabelecimento, voltou ao Rio de Janeiro, onde trabalhou na folha monarquista *Liberdade*, que foi empastelada pela intolerância partidária. O conselheiro Basson dedicou-se, então, ao ensino particular, sendo considerado ótimo professor, pois, além de sólidos conhecimentos de humanidades, falava correntemente cinco idiomas, sendo profundo conhecedor do latim.

Chefe de família exemplar, o conselheiro Basson foi casado em primeiras núpcias com d. Maria Augusta de Carvalho Osório, de quem houve dois filhos: José e Josué.

Do segundo matrimônio com d. Felismina Basson de Carvalho Osório (irmã de sua primeira espôsa) nasceram dez filhos: Maria Augusta (casada com o sr. Álvaro Machado), Maria Luisa, (casada com o dr. Eduardo Machado), Jônatas, Alarico, Alfredo (falecidos), Franklin, Maria (viuva), Maria de Lourdes (falecida), Afonso e Maria de Lourdes (viuva).

O conselheiro José Basson de Miranda Osório, filho do coronel José Francisco de Miranda Osório, faleceu em estado de pobreza, no dia 27 de Abril de 1903, na estação de Matias Barbosa, próximo da cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

## *Ouro Preto dá conhecimento dos fatos ao imperador, que se achava em Petrópolis, e expede ordens ao diretor do Arsenal de Guerra.*

Às primeiras horas do dia 15 de Novembro, após haver conferenciado, na Chefatura de Polícia, com o conselheiro Basson e com o marechal Floriano Peixoto, assim que chegou ao Arsenal de Marinha, o visconde de Ouro Preto redigiu o seguinte telegrama para a cidade de Petrópolis, endereçado a d. Pedro II:

*"Urgente — A S. M. o Imperador. Senhor, esta noite o 1.º e o 9.º regimentos de cavalaria*

*e o 2.º batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela guarda negra e de ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desagravar aquele general. O govêrno toma as providências necessárias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no Arsenal de Marinha com os meus colegas da Justiça e da Marinha.*"

Ouro Preto informa ser certo que êste telegrama foi recebido na cidade serrana e ali enviado ao paço, mas que se afirmara não haver chegado ao conhecimento do imperador, mas tão somente o segundo em que o ministério pedia demissão, expedido do Quartel General, e assim redigido:

— "Senhor, o ministério sitiado no Quartel General da Guerra, à exceção do sr. ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima, tendo por mais de uma vez ordenado debalde, por órgão do presidente do Conselho e do ministro da Guerra, que se repelisse pela fôrça a intimação armada do marechal Deodoro, para pedir sua exoneração, e diante das declarações feitas pelos generais visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa de que, por não contarem com a tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, depõe nas augustas mãos de vossa majestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as portas do quartel."

Ao mesmo tempo em que levava ao conhecimento do imperador, que se achava em Petrópolis, tão graves acontecimentos, ao transmitir o primeiro daqueles telegramas, o chefe do gabinete expediu várias ordens de caráter militar, entre as quais esta, dirigida ao diretor do Arsenal de Guerra:

**A família imperial do Brasil deposta a 15 de Novembro de 1889**
(Última fotografia tirada no Brasil)

**Fotografia da família imperial quando embarcou para o exílio, a bordo do "Alagoas". No primeiro plano, sentado, à direita, o príncipe Pedro de Saxe, que enlouqueceu durante a viagem, tendo falecido em um hospital próximo de Viena, aos 68 anos de idade**

Conselheiro José Basson de Miranda Osório — o último chefe de Polícia da Monarquia

— "Mande v. s. prevenir já o exmo. sr. ministro da Guerra de que me acho no Arsenal de Marinha, onde preciso falar a s. excia. Outrossim telegrafe para a fortaleza de Santa Cruz, de ordem do mesmo sr. ministro da Guerra, afim de que o corpo de artilharia que ali está aquartelado prepare-se para embarcar, devidamente municiado, logo que chegarem os transportes. Prepare os que aí tiver, e, dadas estas ordens, venha entender-se comigo neste arsenal. — 15 de Novembro de 1889. — Às 3 ½ da manhã."

## *O jornal que publicou em primeira mão a notícia da proclamação da República — Foi o repórter Sousa Valente o autor do "furo" sensacional.*

Nessa profissão trabalhosíssima e sempre cheia de lances sensacionais, qual a de noticiarista da imprensa diária, há figuras que podem ser apontadas com interêsse e curiosidade excepcionais.

Dentre elas avulta, no passado, a de um octogenário que foi recolhido ao Asilo de São Luís, nesta cidade.

Quando ali visitado, um mês antes de seu falecimento, que ocorreu no dia 26 de Outubro de 1940, estava muito velhinho e muito magro, cabeça já tôda banca e o bigode ainda à moda antiga. Seus olhos pretos, expressivos e agudos, conservavam a luz penetrante, que foi a razão de ser de tanto êxito na sua vida de repórter desabusado e incansável.

Ainda que a mão esquerda estivesse paralisada e a respiração denotasse um coração bastante fatigado, conservava lucidez perfeita e a memória não lhe abandonava na longa e pitoresca enumeração dos fatos que presenciara e que tantas vezes comunicara ao grande público nas colunas do jornal em que trabalhou anos seguidos. Desde muito jovem revelara acentuada inclinação pela vida de imprensa. E, nesta, especializara-se na reportagem. Fazia os maiores sa-

crifícios para "arrancar uma boa notícia", para ser o primeiro a "dar uma nota sensacional". Nesse setor adquiriu fama, foi respeitado, valorizou jornais, fez discípulos, gastou as melhores energias da sua mocidade, envelheceu... Aos oitenta e tantos anos de idade, a Associação Brasileira de Imprensa proporcionou-lhe, num asilo, merecido confôrto, na última fase de sua existência.

Sousa Valente é o nome dêsse grande repórter que deu o maior "furo" de todos os tempos, no Brasil: a proclamação da República. Episódios complicadíssimos e esforços orientados com inteligência, argúcia e audácia concorreram, a um tempo, para que a *Gazeta de Notícias* — o "seu jornal" — fôsse o primeiro a publicar a eletrizante notícia da mudança do nosso regime político. Sousa Valente, porém, não tinha vaidades, nem queria que se lhe exaltasse o feito. Falava, então, como se ainda fôsse profissional em atividade:

— O acaso ainda é o melhor amigo do repórter...

## *O papel proeminente do major Solon Ribeiro no golpe de 15 de Novembro — Uma carta de Quintino Bocaiuva.*

Ao lado de Benjamim Constant, Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo, Glicério e outros, o major Solon Ribeiro foi, sem dúvida, uma das personalidades mais em evidência entre os elementos militares que participaram do golpe de 15 de Novembro de 1889.

A seguinte carta do grande jornalista republicano enviada à viuva do major Solon, sôbre ser interessante depoimento a respeito da proclamação da República, dá conta do papel proeminente daquele militar que, à frente das tropas revolucionárias, depois que Deodoro havia exigido a demissão do Ministério, declarou ao marechal que não embainharia a sua espada antes da proclamação da República.

Eis o importante documento:

"Petrópolis, julho, 31, de 1902 — Prezada e respeitável senhora. — Antes de tudo, peço a V. Excia. que me desculpe pela involuntária demora em responder à sua carta.

Tenho lido "tantas histórias" sôbre o movimento revolucionário de 15 de novembro de 1889 e sôbre a proclamação da República, que afinal, receoso de baralhar as minhas reminiscências, deliberei reconcentrar-me na minha memória, esquivando-me a fornecer o meu testemunho, quando acaso o reclamam. Somente a veneração que consagro à memória de seu espôso e a alta consideração e respeitosa estima que consagro a V. Excia., sua virtuosa e nobre viuva, podem obrigar-me a abrir uma exceção à regra que adotei.

Com relação aos fatos a que alude em sua carta e ao papel proeminente que coube ao meu falecido amigo e devotado correligionário, o general Solon, na revolução, tudo o que possa dizer nada mais será do que a repetição do que disse em carta íntima dirigida há tempos a um eminente cidadão e ilustre correligionário. Entre todos quantos tomaram parte na revolução de 15 de novembro, nenhum foi mais abnegado do que o general Solon; nenhum exerceu mais decisiva influência na proclamação do que êle. O episódio da interpelação feita ao marechal Deodoro, de ilustre e saudosa memória, é verdadeira. O que não é exato é que o general Floriano houvesse descido do Quartel General para incorporar-se às fôrças que desfilavam pela cidade com direção ao Arsenal da Marinha.

O que o então major Solon disse, no exaltamento do seu entusiasmo, ao marechal Deodoro, quando êste voltou a colocar-se à frente das tropas, depois de haver intimado a demissão do Ministério Imperial, foi que não embainharia a sua espada antes da proclamação da República. Como eu estava a seu lado e recordo-me do incidente, não duvido descobrir-me a mim próprio, confessando que fui o instigador dêsse movimento, por circunstâncias que alguns conhecem, mas que eu peço licença para guardar em reserva. Devo, porém, declarar que essa instigação de minha parte não procedeu de desconfiança que pudesse marear o patriotismo e lealdade do brioso e ínclito soldado a cujo nobre e

patriótico espírito, a cuja gloriosa espada e ânimo resoluto, devemos, nós, os republicanos, o êxito da revolução, a proclamação da República.

Quanto à recusa do Ministério da Guerra, pelo major Solon, quem a recebeu fui eu próprio.

Na sala do meu escritório, à rua do Carmo, nos havíamos reunido, à noite, na ante-véspera do dia 15 de Novembro, eu, o major Solon e o dr. Benjamim Constant.

Êste ilustre e legendário companheiro, tão nobre e desprendido quanto ingênuo e sincero, transmitiu-me nesse momento as suas últimas impressões, e confabulávamos os três sôbre o movimento projetado e sôbre a conveniência de fixarmos o dia do pronunciamento, por nos parecer, a mim e ao major Solon, que a demora nos poderia ser fatal. Nêsse ponto discordava de nós o nosso ilustre amigo dr. Benjamim Constant, alegando que nada poderia resolver-se nesta noite, porque na noite seguinte, do dia 14, devia conferenciar com alguns amigos no Clube Naval, e que só depois disso é que poderíamos fixar o dia do movimento revolucionário.

Eu, porém, vivamente apoiado pelo major Solon, ponderei que, na minha opinião, estava abortada a revolução, se ela não explodisse no dia 15 de Novembro. Com a impetuosidade de um fanático, o major Solon, tomando de uma folha de papel, propôs que aí exarássemos a nossa firme resolução de proclamar a República no dia 15 de Novembro, "jurando" que essa resolução era inabalável, e que nos exporíamos a todos os riscos que sobreviessem.

A isso opus-me eu, ponderando que os três homens, que ali estávamos, éramos sinceros e leais, e que nenhum de nós precisaria oferecer ou pedir garantia, que assegurasse a nossa fidelidade à causa da revolução e da República.

Retirando-se o dr. Benjamim Constant, continuamos, eu e o major Solon, a conferenciar, combinando encontrarmo-nos no dia seguinte, à noite, no largo de São Francisco de Paula.

Nessa noite, efetivamente, estava o dr. Benjamim Constant no Clube Naval, quando subitamente se espalhou o boato de que, não somente êle como outros eminentes com-

panheiros estavam presos, ou para serem presos, por ordem do govêrno.

A notícia era falsa. Como eu sabia onde àquela hora devia achar-se o dr. Benjamim Constant, lá mandei, por notícias suas e, pelo mesmo portador, mandou-me dizer que o movimento estava marcado para o dia 17.

Fui imediatamente procurar o major Solon, e expus-lhe os meus receios, ficando afinal deliberado entre nós que, apesar do recado do dr. Benjamim Constant e da prostração em que se achava, por enfêrmo o marechal Deodoro, o movimento se efetuaria no dia seguinte, ficando o major Solon incumbido de determiná-lo. Ao meu ilustre amigo, o dr. Benjamim Constant, de gloriosa e saudosa memória, mandei então dizer que era tarde, que a revolução teria lugar no dia seguinte, fôsse qual fôsse o resultado.

Efetuada a revolução, tratou-se de organizar o govêrno provisório. Dêsse assunto já nos havíamos ocupado, eu e o meu ilustre amigo general Glicério (que felizmente ainda vive) e o meu malogrado amigo dr. Aristides Lobo, de honrada memória.

Quanto à sua organização, recebi eu "carta branca" da qual usei. Tanto o marechal Deodoro, quanto o dr. Benjamim Constant, desconheciam quase completamente o pessoal republicano.

Estando o marechal enfêrmo e de cama, foi o dr. Benjamim Constant quem me autorizou a compor o govêrno, com os amigos que eu escolhesse. Ponderei-lhe, então, que êle e o marechal Deodoro eram já membros do govêrno e que eu indicaria os outros amigos, que deveriam acompanhá-los.

Devo dizer que tanto um como outro procuraram escusar-se. O marechal Deodoro entendia que o dr. Benjamim Constant devia ser o chefe do govêrno; o dr. Benjamim Constant entendia que êsse posto cabia ao marechal Deodoro.

Tendo eu finalmente apresentado os nomes dos companheiros que deviam compor o govêrno, perguntou-me o dr. Benjamim Constant:

— E o senhor?

Ao que respondi:

— Eu já estou no govêrno, desde que considero assegurada a República. O meu posto é no *País*.

— Nesse caso, retorquiu-me o dr. Benjamim Constant, eu também ficarei fora.

Em resumo, depois de algumas considerações, deliberamos ambos fazer parte do govêrno provisório.

Com o major Solon havia eu conversado, indicando-lhe os nomes dos republicanos que eu ia propor, dizendo-lhe eu, nessa ocasião, que, não podendo o marechal Deodoro, por sua enfermidade, exercer o Ministério da Guerra, ficaria sendo o chefe do govêrno "sem pasta", e que então, bem podia êle, major Solon, ficar com o Ministério da Guerra. Foi então que, dirigindo-se a mim, familiarmente, sorrindo, disse-me:

— Meu caro, não sabemos ainda em que dará tudo isso. O meu lugar é na fileira, para sustentar a República, se ela fôr ameaçada.

Eis o que posso dizer em resposta à carta que se dignou dirigir-me, invocando o meu testemunho para as afirmações que V. Excia. diz haverem sido contestadas.

Não é estranho, nem V. Excia. o deve estranhar. Estamos ainda muito próximos do grande evento. De envolta com as paixões e os sentimentos do passado, fervem igualmente as paixões e os sentimentos despertados pelos atritos dos acontecimentos posteriores.

Nem sôbre os fatos, nem sôbre os homens, podem a verdade e a justiça resplandecer. De um lado a preguiça de consultar os testemunhos históricos, embora registados em letra de fôrma; de outro, os pequeninos ressentimentos ou a torva inveja influem para conservar a obscuridade ou para deturpar os caractéres, contando cada um a história como lhe apraz.

Resigne-se como eu, minha senhora. Deixe o tempo exercer a sua natural influência, e, quando a História verdadeira tenha de pronunciar-se sôbre o advento da República no Brasil, o nome do seu ilustre esposo, do meu bravo e leal companheiro na gloriosa jornada, há de fulgurar como

o de um soldado valoroso e leal, como o de um republicano, como o de um patriota devotado.

De V. Excia., respeitoso amigo, e at. crdo. — (a.) *Quintino Bocaiuva*".

### *A situação na Polícia, segundo o "Jornal do Comércio" de 16 de Novembro — "Gazetilha" do conselheiro Sousa Ferreira — As primeiras nomeações para os cargos de 1.º delegado e chefe de secção.*

Foi o seguinte o tópico da *Gazetilha* do *Jornal do Comércio* de 16 de Novembro de 1889 referente à situação da Polícia, escrita pelo então redator-chefe dêsse órgão da imprensa carioca, o conselheiro Sousa Ferreira, que, como jornalista, tivera, dias antes, demorada e importante conferência com o visconde de Ouro Preto, presidente do último gabinete da Monarquia:

"Despertou ontem esta capital no meio de acontecimentos tão graves e tão imprevistos que às primeiras horas do dia foram de geral surprêsa.

Rompeu com o dia um movimento militar que, iniciado por alguns corpos do Exército, generalizou-se rapidamente pela pronta adesão de tôda a tropa de mar e terra existente nesta cidade.

A consequência imediata dêstes fatos foi a retirada do ministério de 7 de Junho, presidido pelo sr. visconde de Ouro Preto, que teve de ceder à intimação feita pelo sr. marechal Deodoro da Fonseca, que assumira a direção do movimento militar.

À exceção do lastimoso caso do sr. barão do Ladário, que, não querendo obedecer a uma ordem de prisão que lhe fôra intimada, resistiu armado e ficou ferido, nenhum ato de violência contra a propriedade ou a segurança individual se deu até o momento em que escrevemos estas linhas.

Aos que se acham com a responsabilidade da situação corre o imperioso dever de manter a ordem e a tranquili-

dade pública. São tantos e tão importantes os interêsses da população nacional e estrangeira da nossa capital que a mais rigorosa e constante vigilância torna-se indispensável para que no meio da efervescência natural nestas ocasiões não fiquem comprometidos os créditos de um povo civilizado, como é o povo fluminense.

Confiamos em que estes nossos ardentes desejos, que não podem deixar de ser os de todos os bons patriotas, não serão desmentidos pelos acontecimentos.

Não nos é possível neste momento ser historiador, apreciando os fatos em suas causas próximas ou remotas e emitindo juizos sôbre casos que, para justo e imparcial julgamento, exigem a calma da reflexão.

Vamos expôr simplesmente os acontecimentos de ontem, segundo as versões que nos pareceram mais aceitáveis."

Segue-se descrição pormenorizada dos fatos, a começar das cinco horas da manhã, quando já se encontravam no Arsenal de Marinha os senhores visconde de Ouro Preto, presidente do conselho, e conselheiros Cândido de Oliveira e barão do Ladário, respectivamente ministro da Justiça e da Marinha.

Quanto aos acontecimentos ocorridos na Polícia, diz a referida *Gazetilha:*

"— Na repartição da Polícia passou-se o seguinte:

Desde ante-ontem à meia-noite achavam-se reunidos ali o sr. conselheiro Basson, chefe daquela repartição, os srs. drs. Bernardino, 1.º delegado, e Carijó, 2.º delegado. Estiveram durante a madrugada na mesma repartição os srs. visconde de Ouro Preto, ex-presidente do conselho, os srs. Cândido e Maracajú, ex-ministros da Justiça e Guerra, ajudante general do Exército, tenente-coronel Neiva, comandante do corpo de bombeiros, coronel Andrade Pinto, comandante do corpo militar de polícia, capitão Lírio e diversas autoridades.

Foram postos de prontidão o pessoal do corpo militar de polícia e o de bombeiros.

Pela manhã, sabendo o sr. conselheiro chefe de Polícia que a fôrça de linha estava reunida no campo da Aclamação,

para ali mandou uma fôrça do Corpo Militar de Polícia; na repartição de polícia ficaram de prevenção 80 praças competentemente armadas.

No campo da Aclamação a fôrça policial apresentou-se ao sr. ex-ministro da Guerra, que disse-lhe recebesse as ordens do sr. general Barreto, o qual pouco depois pô-la sob as ordens do sr. marechal Deodoro.

Sabendo o sr. conselheiro chefe de Polícia que a fôrça policial estava sob as ordens do marechal Deodoro, mandou descarregar o armamento da fôrça de prontidão na repartição a seu cargo, a qual foi recolhida ao quartel.

Às 3 horas da tarde, pouco mais ou menos, achando-se reunidos os sr. conselheiro chefe de Polícia, seus delegados, médicos da repartição, comandante da guarda cívica, capitão Lírio e várias autoridades apresentou-se ali o sr. capitão do estado maior de artilharia dr. Vicente Antônio do Espírito Santo, o qual dirigindo-se ao sr. conselheiro Basson, que estava sentado na sua cadeira, disse-lhe que por ordem do govêrno provisório vinha ocupar o seu lugar de chefe de Polícia; acrescentou mais que o Exército não vinha fazer política e que se êle ali se achava era simplesmente para garantir a ordem.

O sr. conselheiro Basson cedeu-lhe imediatamente o lugar, dizendo ao seu substituto que estava à espera de novas ordens para retirar-se e apresentar-lhe vários empregados de sua repartição.

S. excia. despediu-se em seguida de todos os seus empregados, que chorosos e agradecidos o acompanharam até à porta da rua.

Os delegados de polícia, sabendo que o sr. conselheiro Basson se havia rétirado, pediram logo exoneração dos seus cargos e retiraram-se.

— Foram nomeados interinamente 1.º delegado de polícia o major Cândido José de Siqueira Campelo, chefe de secção daquela repartição; e 3.º delegado o capitão Austreclino Vilarim.

— Tendo o sr. capitão dr. Vicente do Espírito Santo, chefe de Polícia interino, denúncia de que alguns indivíduos pretendiam assaltar a Casa de Detenção, mandou des-

tacar para ali uma fôrça de 20 praças, comandadas por um alferes.

— O serviço de ronda da cidade foi feito ontem, à noite, por praças do 7.º batalhão de infantaria e de outros corpos do Exército.

— O pessoal das estações policiais foi reforçado com praças do 7.º batalhão, sob o conmando de um oficial do exército."

## *Prisão do visconde de Ouro Preto no 1º. Regimento de Cavalaria.*

Às 6 ½ horas da tarde, sabendo o general Deodoro que o visconde de Ouro Preto, reunido a amigos numa casa à rua da Ajuda, deliberava sôbre a organização de um gabinete liberal, ordenou ao coronel Germano de Andrade Pinto, comandante do Corpo de Polícia, que prendesse o ex-ministro.

A detenção foi efetuada, e, escoltado por uma fôrça, o visconde de Ouro Preto recolheu-se ao estado-maior do 1.º Regimento de Cavalaria, em S. Cristóvão, conduzido pelo tenente Fernando Augusto da Veiga e pelo dr. Teixeira de Carvalho.

## *No Arsenal de Guerra.*

Por ordem superior, foram, no dia 16 de Novembro, pela manhã, desencaixotadas e armadas 8 metralhadoras de sistema Comblain, que se achavam no Arsenal de Guerra.

Para êsse fim foram destacados operários das oficinas em grande número, que se empregaram em tal serviço até às 5 horas da tarde.

Às 6 horas da tarde a guarda do Arsenal foi reforçada por 50 praças do 10.º Batalhão de Infantaria e 25 praças do Corpo de alunos da Escola Militar.

As 8 metralhadoras foram colocadas no centro do pátio do Arsenal com direção ao portão, estando tôdas municiadas.

### *No Ministério da Marinha — Os navios de guerra estiveram de prontidão.*

O chefe de divisão Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha, esteve das 9 horas da manhã até pouco depois do meio-dia, em conferência com o inspetor do Arsenal e ajudante-general da Armada.

Compareceu depois na sua secretaria, onde se empossou da sua pasta, até contínuo dispensando tôda e qualquer recepção oficial.

Declarou que nenhuma alteração fazia nos diversos ramos do serviço da Marinha, pois lhe merecia confiança o pessoal incumbido dos diversos cargos e de quem esperava a acostumada solicitude e o provado zêlo.

Às 3 horas da tarde o ministro da Marinha, acompanhado do capitão de fragata Marques Mancebo e do 2.º tenente Augusto da Cunha Gomes, seu ajudante de ordens, dirigiu-se para o quartel-general do Exército, donde foi a casa do general Deodoro.

Do ministério da Marinha foi nomeado secretário o capitão-tenente Henrique Pinheiro Guedes e ajudantes de ordens o 1.º tenente João Augusto de Amorim Rangel e o 2.º tenente Augusto da Cunha Gomes.

A Secretaria da Marinha teve durante o dia 15 as suas portas fechadas, sendo facilitada a entrada pelo portão principal do Arsenal de Marinha.

Os navios de guerra nacionais surtos no porto conservaram as suas guarnições de prontidão durante o dia, e assim estiveram até segunda ordem.

### *Um boato referente aos filhos do conde d'Eu.*

Achando-se em Petrópolis os filhos do conde d'Eu e tendo sido ordenado o embarque da família imperial, propalou-se o boato, depois verificado sem fundamento, de que algumas pessoas pretendiam fazer uma manifestação aos filhos do conde d'Eu, que regressavam de Petrópolis, numa barca. Ao encontro desta mandou o Govêrno Provisório duas lanchas do Arsenal de Marinha, com 45 praças do Batalhão Naval, sob o comando do 1.º tenente Nóbrega de Vasconcelos, afim de se evitar o que se dizia projetado.

### *O Govêrno Provisório manda tornar incomunicável a pessoa de d. Pedro II — O imperador pernoitou no paço.*

Durante tôda a noite de 15 de Novembro circundou o paço da cidade um contingente de carabineiros do 1.º Regimento de Cavalaria, sendo guardada cada porta do edifício por três praças.

D. Pedro de Alcântara pernoitou no paço.

Pela manhã, o comandante da fôrça do mesmo paço recebeu ordem do Govêrno Provisório para tornar incomunicável a pessoa do imperador.

Por êsse motivo foi proibida a entrada a tôda e qualquer pessoa no edifício.

### *O barão de Capanema é intimado a entregar a repartição dos Telégrafos.*

Para que do ocorrido fôssem transmitidas notícias telegráficas com tôda a exatidão, o general Deodoro expediu ao diretor dos Telégrafos, que era, então, o engenheiro Gui-

lherme Schuch de Capanema, a seguinte ordem, entregue ao 1.º tenente da Armada José Augusto Vinhais:

"Em nome do Govêrno provisório ordeno ao Telégrafo que facilite tudo ao 1.º tenente José Augusto Vinhais — Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889."

O barão de Capanema, ao ser disso intimado, declarou que só por meio da fôrça ou com ordem escrita cumpriria o que se lhe mandava.

Em consequência disso o 1.º tenente Vinhais deu-lhe escritas as seguintes linhas:

"Por ordem do general Deodoro, chefe do Govêrno Provisório, intimo ao sr. barão de Capanema, para que me entregue a repartição a seu cargo e que lhe foi confiada pelo extinto govêrno imperial e gabinete 7 de Junho, presidido êste pelo cidadão visconde de Ouro Preto, sendo que, no caso de resistência, usarei dos meios que me foram dados."

## *O homem que anunciou ao país a proclamação da República — O primeiro diretor dos Telégrafos do novo regime.*

Do grupo militar de propagandistas da República foi um dos mais exaltados. Era 1.º tenente da Armada e chamava-se José Augusto Vinhais.

Na manhã de 15 de Novembro de 1889, quando tudo ainda parecia incerto e confuso, e Deodoro, deposto o gabinete Ouro Preto, não havia, sequer, assinado o ato da proclamação, já o tenente Vinhais dirigindo-se, audaciosa e apressadamente, para a repartição dos Telégrafos, desta tomou conta por ordem do general, intimando o então diretor barão de Capanema a entregar a chefia de todos os serviços.

Uma vez ali instalado, reunindo todos os auxiliares mais graduados, deu-lhes ordens para que incontinenti participassem aos presidentes e aos comandantes das armas, em tôdas as províncias do Império, que a República estava

fundada sob a presidência do general Deodoro — o que se realizou.

— "Era isto naturalmente uma mentira, confessou o comandante Vinhais, pois não tínhamos certeza ainda de que havíamos derrubado o trono. E acrescentou: "Procedi assim para evitar o derramamento de sangue, para evitar a reação das províncias".

Descrevendo minuciosamente sua atuação naquele importante setor onde prestou relevantíssimos serviços à causa republicana, diz textualmente o tenente Vinhais:

"Desde as primeiras horas do dia 15 de Novembro, Deodoro distingui-me com alta prova de confiança, colocando-me à testa da repartição dos Telégrafos. Dessa posição, eminentemente propícia à observação, visto ser forçado a estar em contínuo contacto com os maiorais do dia, quase tudo presenciei e as determinações e ordens telegráficas passaram-me por sob as vistas. Sem fatuidade descabida, tive, por assim dizer, em mãos, a sorte da instituição nascente. Foi valendo-me de tudo isso, seguro da situação de tumulto e de vacilação, que eu avancei para a repartição dos Telégrafos, assumindo sua direção. Comuniquei-me logo com todos os presidentes de províncias, avisando-os de que a República havia sido proclamada. Não tardaram as respostas, que consolidaram o poder central republicano, e as sequentes adesões fortaleceram a revolução vitoriosa, que redundou na queda das instituições do Império. Como desempenhei tão árduo quão espinhoso encargo di-lo um documento que me endereçou o glorioso generalíssimo, quando da minha eleição para a Constituinte, deixando a direção dos Telégrafos. O ilustre diplomata e homem de letras Joaquim Nabuco confirmou as generosas asserções exaradas no referido documento de Deodoro, quando na sua conhecida obra *A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta,* página 30, diz: "O telégrafo é a principal de tôdas as máquinas políticas... Em certo sentido quem fez vingar o 15 de Novembro foi o senhor Vinhais".

O comandante Vinhais faleceu no dia 29 de Dezembro de 1941, com quase 85 anos de idade. Deixou viuva d. Hen-

riqueta Pfahler Vinhais, sete filhos, Luís, Alexandrino, Renato, Gastão, José, Edgar e Odete, e numerosos netos.

## *Guarda Nacional.*

Apresentou-se pela manhã do dia 16 de Novembro na residência do marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Govêrno Provisório, o tenente-coronel Malvino Reis, afirmando a ausência do ex-ministro Cândido de Oliveira.

E, aproveitando-se da oportunidade e pedindo desculpa por não se achar fardado, solicitou ao marechal lhe designasse substituto a quem devia entregar não só o comando do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, como o armamento arrecadado sob as suas ordens. O marechal resolveu conservar nêsse comando o tenente-coronel Malvino Reis, continuando sob a sua responsabilidade o armamento do mesmo corpo.

## *Representação ao ex-imperador para que se ausente do Brasil dentro do prazo de 24 horas.*

É esta a mensagem, textual, que o chefe do Govêrno Provisório dirigiu a d. Pedro de Alcântara, solicitando a sua retirada e de sua família do território brasileiro:

"Senhor — Os sentimentos democráticos da nação, há muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violência, de corrupção, de subversão de tôdas as leis exercidas num grau incomparável pelo ministério de 7 de Junho, a política sistemática de atentados do govêrno imperial nestes últimos tempos, contra o Exército e a Armada, política odiosa à Nação e profundamente repelida por esta, o esbulho

dos direitos dessas duas classes, que, em tôdas as épocas, têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da pátria, a intenção manifestada nos atos de vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial, que foram sempre, entre nós, objeto de horror para a democracia liberal; — detrminaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis, e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar.

Em face desta situação, pesa-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos, que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar.

Obedecendo, pois, às exigências urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o Govêrno Provisório espera de vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com vossa família no mais breve têrmo possível.

Para êsse fim se vos estabelece o prazo máximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder.

O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o Govêrno Provisório um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessoa e de tôda a vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvêlo na travessia e continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sôbre êste ponto se pronuncie a próxima assembléia Constituinte.

Estão dadas tôdas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação.

O país conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de Abril de 1831.

Rio, 16 de Novembro de 1889 — *Manuel Deodoro da Fonseca.*"

A casa onde residia o general Deodoro, quando se proclamou a República

Edifício da Câmara Municipal

**Antigo edifício do Quartel General do Exército**
(Fotografia tirada poucos dias antes da proclamação da República)

## *Resposta de d. Pedro de Alcântara.*

À determinação do Govêrno Provisório da República, respondeu nos seguintes termos o imperador deposto:

"À vista da representação que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com tôda a minha família para Europa, amanhã, deixando esta pátria de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe do Estado.

Ausentando-me, pois, eu, com tôdas as pessoas de minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889.

*D. Pedro de Alcântara.*"

## *A guarda do paço durante a noite de 15 de Novembro.*

Durante a noite de 15 até à madrugada de 16, foi o paço da cidade rondado e guardado, além da guarda respectiva, por uma fôrça de carabineiros do 1.º Regimento de Cavalaria.

O povo, levado pela curiosidade, aglomerára-se desde as 8 horas da noite pelas proximidades do paço, sendo o comandante das fôrças obrigado a desviar os grupos para pontos diferentes até à hora do embarque de d. Pedro II.

## *O embarque da família imperial — Uma página de Taunay.*

Foi, sem dúvida, dentre todos, o mais triste, o mais impressionante dos episódios — o embarque da família imperial.

Há uma página de Taunay, que assim o descreve:

"Eram duas horas da madrugada (17 de Novembro de 1889) e o imperador parecia resolvido a não embarcar.

— Não sou nenhum fugido, dizia com insistência sua majestade.

— De certo não é, concordou o sr. barão de Jaceguai, mas a hora indicada parece a mais conveniente. Que quer dizer ficar vossa majestade com sua augusta família, sujeito à curiosidade banal de tôda uma população aglomerada nos telhados, nos cais e nos morros para ver a sua partida? Ou poderão dar-se violentas manifestações afim de se obstar ao embarque — e neste caso correrá muito sangue — êsse sangue brasileiro que vossa majestade poupou sempre tanto, sendo talvez vítimas pessoas de sua afeição; ou então só aparecerão indiferença e pouco caso, e o seu coração ficará pungentemente ferido, ao presenciar tanto abandono e tanto desapêgo.

O imperador, deixando cair a cabeça sôbre o peito, disse afinal com os olhos a meio cerrados e depois de uma pausa:

— O sr. tem razão; eu parto.

E a esperar que todos se aprontassem, pôs-se a conversar em voz baixa com o general barão de Miranda Reis.

Desceu as escadas do paço da cidade com tôda a calma, como em dias de cortejo, dando o braço à princesa d. Isabel, seguindo-se a imperatriz, que vinha arrimada do sr. conde d'Eu. Os soldados em baixo apresentaram armas e êle tirou o chapéu, correspondendo à continência e assim fez a quantos o saudaram.

Ao embarcar, apressando alguém a entrada da lanchinha, o imperador repetiu várias vezes:

— Nada de precipitação; não vamos fugindo.

Levava jornais e revistas debaixo do braço.

O sr. conde d'Eu viera do paço ao cais Pharoux a pé, tendo dito:

— Não preciso de carro; irei com o Jaceguai e o Mallet.

No angustioso momento da partida, sua majestade a imperatriz chorava convulsivamente.

— Resignação, minha senhora, aconselhou com meiguice o barão de Jaceguai.

— Tenho-a e muita, respondeu ela; mas a resignação não impede as lágrimas. E, como deixar de vertê-las, ao sair desta minha terra, que nunca mais hei-de ver?

E beijou muitas vezes as poucas senhoras que ali estavam, no rosto e no colo.

Os criados do paço, debulhados em pranto, despediam-se ruidosamente num desespéro indizível. Todos choravam, sem exceção dos marinheiros da lancha.

O imperador era o único que mostrava serenidade e olhos enxutos, mas de momento a momento concertava a garganta, patenteando que a custo sopitava imensa comoção."

## *A viagem do "Alagoas" — Impressões de bordo — A chegada a Lisboa.*

Pouco depois das 2 horas da madrugada, o *Alagoas* levanta ferros, conduzindo a família imperial fora do Brasil.

O comandante Pessoa assim narra a viagem:

"Ao sair do Rio, não sabia para onde ia. Levava carta de prego e só no alto mar é que vi que tinha ordens de conduzir o navio a Lisboa.

Durante a viagem, s. m. pouco tratava dos acontecimentos do Brasil, evitando mesmo falar no assunto. A sua atitude foi sempre calma e tranquila. Lia, gracejava com todos, inquiria do que dizia respeito à navegação e, logo pela manhã cedo, estava na tolda contemplando a imensidade do mar.

A imperatriz era figura da resignação. Quando lhe falavam sôbre os acontecimentos, dizia:

— Podia ser pior; fomos bem tratados e aqui estamos todos juntos.

A princesa Isabel, abatida e triste, tinha a voz arrastada e pungente.

O conde d'Eu dizia não se admirar da proclamação da República e declarava que até já estava demorando; esperava-a, desde que terminara a guerra do Paraguai.

S. m. a imperatriz enjoou os três primeiros dias e o príncipe d. Pedro, que teve um grande acesso de febre, com delírio, julgava-se vítima de perseguições. Houve um dia em que no delírio febril julgou que um maquinista, que limpava uma espingarda, o queria assassinar. Outra vez, quis estrangular o comandante Pessoa, dizendo que êle tinha ordens de sossobrar o navio para dar cabo da família imperial.

S. m. o imperador, sempre absorvido na leitura, quando passou por Fernando Noronha soltou um pombo, encarregado de levar à terra do Brasil o seu último adeus. Pedindo ao comandante para ver as Canárias, o comandante satisfez-lhe o desejo, passando perto de Tenerife.

Ao chegar a Lisboa, foi entrevistado por vários jornalistas. Um dêles assim descreve a entrevista:

— V. m. pretende publicar algum manifesto ao Brasil?

— De forma alguma; o manifesto é a minha pessoa, enquanto viver.

— V. m. já resolveu o plano da vida que vai tomar?

— Ainda não. Tenciono resolver em Lisboa, o que devo fazer d'ora em diante.

— Mas dizia-se em Lisboa que v. m. e a família imperial iriam residir no Porto.

S. m. sorriu e respondeu:

— O Porto é uma cidade já bastante civilizada, mas há outros lugares da Europa muito mais agradáveis para se viver.

— Quanto tempo ficará em Lisboa?

— Tenciono demorar-me até vinte dias no Hotel Bragança; irei passar algum tempo com o duque de Montpensier, indo em seguida para Canes.

— E a Paris, não vai?

— Por ora não; deve lá haver muito frio e isso é uma razão para não ir.

Quando conseguimos falar com s. m., diz o jornalista, estava êle sentado em um "fauteuil" lendo *A mulher através os séculos* e tinha ao lado a *Revue Blue*.

Falamos-lhe no Teatro de São Carlos. S. m. nos perguntou:

— Que estão levando agora?

— *Otelo,* de Verdi. Tetrazini, faz o papel de Desdêmona.

— Sim, conheço bem Tetrazini; hei-de ir ouvi-la.

— Canta hoje.

— Hoje não irei porque estou muito fatigado; porém não deixarei de ir ouvi-la uma destas noites.

Em seguida s. m. referiu-se à última ópera de Carlos Gomes, *O Escravo,* não regateando elogios ao seu autor.

Na capital portuguesa, aonde aportou a 7 de Dezembro, teve a família imperial recepção condigna. O rei d. Carlos I, acompanhado de todo o ministério e de personalidades da mais elevada representação social, veio a bordo receber d. Pedro II, pondo-lhe à sua disposição o paço das Necessidades. O imperador, comovidíssimo, agradeceu tão carinhoso, quão distinto oferecimento, mas preferiu hospedar-se no *Hotel Bragança.*

## *Palavras de despedida da princesa Isabel.*

A princesa Isabel deixou escritas as seguintes palavras de despedida ao Brasil:

> "É com o coração partido de dor que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do país que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pelo qual continuarei a fazer os meus mais ardentes votos. Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889 — *Isabel, condessa d'Eu.*"

## *O último gesto da imperatriz.*

A família imperial havia manifestado o desejo de ouvir missa antes de embarcar, mas isso não lhe pôde ser facultado.

A imperatriz sentiu imenso não poder fazer a sua última oração numa das igrejas do Brasil, mas, na hora da partida, antes de tomar a lancha que a conduziria para bordo do *Parnaiba*, ajoelhou-se e contritamente beijou o último degrau da escada do cais.

## *Ainda a 16 de Novembro de 1889 havia sessão no Senado do Império.*

Já não existia mais o trono, já o imperador era prisioneiro no paço da cidade e Ouro Preto se encontrava recolhido num dos quartéis do Exército, e o Senado do Império continuava funcionando no dia 16 de Novembro de 1889...

Nos dias 14 e 15, às onze e meia horas da manhã, o Senado dera início às suas reuniões preliminares.

No dia 16, às mesmas horas como se nada de anormal ocorresse sôbre a face da terra, os senhores senadores voltam àquela casa do parlamento e ali muito calmamente se reunem para o desempenho de sua alta missão.

Foram êles: Paulino de Sousa, barão de Maranguape, Gomes do Amaral, Castro Carreira, Cristiano Otoni, visconde de Lima Duarte, marquês de Paranaguá, Meira de Vasconcelos, visconde de Taunay, Pereira da Silva, barão de Mamoré, Francisco Correia, Fausto de Aguiar, Leão Veloso, visconde de Jaguaribe, Saraiva, Luís Felipe, Soares Brandão, visconde de Assis Martins, visconde de Serro Frio, visconde de Cruzeiro e visconde de Bom Conselho.

Depois de lida e aprovada a ata da sessão anterior, e faltando matéria para o expediente, o representante do Estado do Paraná, o conselheiro Manuel Francisco Correia

pede a palavra pela ordem e indaga à mesa "se por algum meio consta haver senadores presos".

O presidente Paulino de Sousa informa que não havia recebido nenhuma comunicação a respeito e que as notícias relativas aos acontecimentos referidos por seu nobre colega eram as que estavam publicadas nos jornais do dia; oficialmente nada havia chegado ao conhecimento do Senado.

A esta altura, o velho senador pelo Estado de Minas Gerais, o visconde de Lima Duarte pronuncia as seguintes palavras:

"— Senhor presidente, vossa excelência acaba de declarar que nada consta oficialmente a respeito dos acontecimentos que se teem dado, à exceção do que se referem os jornais. Os jornais, porém, dão conta de acontecimentos gravíssimos, e não sei se será conveniente que o Senado tome qualquer providência ou dê qualquer demonstração do seu modo de pensar sôbre os fatos que vão ocorrendo".

Mais alguns instantes decorridos, o presidente convida os senadores presentes para se reunirem no dia seguinte, 17 de Novembro, às horas do costume. Mas, no dia seguinte, nenhum dos senadores logrou comparecer à sessão convocada, pois o govêrno provisório cuidou de bom alvitre interceptar-lhes os passos, mandando postar algumas praças do Exército à porta do Senado.

## *D. Pedro II recusa o subsídio extraordinário de cinco mil contos de réis.*

O govêrno provisório deliberara conceder ao imperador Pedro II o subsídio extraordinário de cinco mil contos, pagos de uma só vez.

De bordo do *Alagoas,* ao chegar o navio a São Vicente, d. Pedro dirigiu um telegrama ao visconde Nogueira da Gama, declarando que se recusava a aceitar aquele subsídio, que, caso já tivesse sido recebido por alguém em seu nome, devia ser imediatamente restituido.

Entretanto — é digno de nota — tão desprovida de dinheiro estava a família imperial que, ao saltar em São Vicente, o comandante Pessoa emprestou ao imperador 15 libras esterlinas, que foram pagas em Lisboa.

Sabe-se que em São Vicente o conde d'Eu não tinha nem a quantia necessária ao pagamento de um telegrama que fez expedir para o Brasil. Deve ter sido êste o telegrama pelo qual o imperador recusava a dotação de cinco mil contos de réis.

## *No exílio — Três sonetos do imperador destronado.*

No exílio, sempre com o pensamento no Brasil, fazendo de uma grande saudade fonte de inspiração tranquila e generosa, d. Pedro II compôs os três seguintes sonetos, dedicados: o primeiro, à sua própria dor; o segundo, à "metade de sua alma estremecida", à boníssima d. Teresa Cristina Maria; o terceiro, à sua "doce Pátria", que era ainda e sempre o melhor dos seus sonhos, rediviva "entre visões de paz, de luz, de glória"...

### I

Não maldigo o rigor da iníqua sorte,
Por mais atroz que fôsse e sem piedade,
Arrancando-me o trono e a majestade,
Quando a dois passos só estou da morte.

Do jogo das paixões minha alma forte
Conhece bem a estulta variedade,
Que hoje nos dá contínua felicidade
E amanhã — nem um bem que nos conforte.

Mas a dor que excrucia e que maltrata,
A dor cruel que o ânimo deplora,
Que fere o coração e pronto mata,

É ver na mão cuspir à extrema hora
A mesma boca aduladora e ingrata
Que tantos beijos nela pôs outrora.

II

Corda que estala em harpa mal tangida,
Assim te vais, ó doce companheira
Da fortuna e do exílio, verdadeira
Metade de minha alma estremecida!

De augusto e velho tronco haste partida
E transplantada à terra brasileira,
Lá te fizeste a sombra hospitaleira,
Em que todo infortúnio achou guarida.

Feriu-te a ingratidão no seu delírio;
Caiste, e eu fico a sós, nêste abandono,
Do teu sepulcro vacilante círio!

Como fôste feliz! Dorme o teu sono...
Mãe do povo, acabou-se-te o martírio!
Filha de reis, ganhaste um grande trono!

III

Espavorida agita-se a criança,
De noturnos fantasmas com receio;
Mas, se abrigo lhe dá materno seio,
Fecha os doridos olhos e descansa.

Perdida é para mim toda esperança
De volver ao Brasil; de lá me veio
Um pugilo de terra; e, nesta, creio
Brando será meu sono e sem tardança...

Qual o infante a dormir em peito amigo,
Tristes sombras varrendo da memória,
Ó doce Pátria, sonharei contigo!

E entre visões de paz, de luz, de glória,
Sereno aguardarei no meu jazigo
A justiça de Deus na voz da História!

## *O primeiro decreto do Govêrno Provisório — República Federativa.*

DECRETO N.º 1 — De 15 de Novembro de 1889:

O govêrno provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1.º — Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de govêrno da nação brasileira — a República Federativa.

Art. 2.º — As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Art. 3.º — Cada um dêsses estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

Art. 4.º — Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil e bem assim à eleição das legislaturas de cada um dos estados, será regida a nação brasileira pelo Govêrno Provisório da República; e os novos estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta dêstes, por governadores delegados do Govêrno Provisório.

Art. 5.º — Os governos dos estados federados adotarão com urgência tôdas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros.

Art. 6.º — Em qualquer dos estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao govêrno local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquilidade públicas, efetuará o Govêrno Provisório a

intervenção necessária para, com o apoio da fôrça pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7.º — Sendo a República Federativa Brasileira a forma de govêrno proclamada, o Govêrno Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum govêrno local contrário à forma republicana, aguardando como lhe cumpre o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo sufrágio popular.

Art. 8.º — A fôrça pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada Nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Govêrno Provisório da República, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos estados.

Art. 9.º — Ficam igualmente subordinadas ao Govêrno Provisório da República tôdas as repartições civís e militares até aqui subordinadas ao govêrno central da nação brasileira.

Art. 10 — O território do município neutro fica provisoriamente sob a administração imediata do Govêrno Provisório da República e a cidade do Rio de Janeiro constituida também provisoriamente sede do poder federal.

Art. 11 — Ficam encarregados da execução dêste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretários de estado das diversas repartições ou ministérios do atual Govêrno Provisório.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889.

— *Marechal Manuel Deodoro da Fonseca*, — chefe do Govêrno Provisório — *S. Lobo* — *Rui Barbosa* — *Quintino Bocaiuva* — *Benjamim Constant* — *Wandenkolk*.

## *Repartições e serviços públicos da Monarquia, quando foi proclamada a República.*

Em Novembro de 1889, quando foi proclamada a República, eram estas as repartições e serviços públicos existentes, subordinados aos diversos ministérios:

*Ministério dos Negócios do Império:*

Secretaria de Estado.
Comissão Central Brasileira de Permutações Internacionais.
Escrivão dos brazões e armas de nobreza e fidalguia.
Presidentes das províncias.
Arquivo Público do Império.
Academia Imperial de Medicina.
Academia Imperial das Belas Artes.
Biblioteca Nacional da Côrte.
Capela Imperial e Catedral do Rio de Janeiro.
Conservatório Dramático.
Curatos e freguezias da cidade.
Cúria Episcopal.
Escola de Minas de Ouro Preto.
Escola Normal da Côrte.
Escola Politécnica.
Escolas públicas de instrução primária nas freguezias.
Faculdade de Direito do Recife.
Faculdade de Direito de São Paulo.
Faculdade de Medicina da Baía.
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
Freguezias da cidade e igrejas.
Hospital Marítimo de Santa Isabel, na Jurujuba.
Igreja da comunidade alemã.
Igreja Episcopal Britânica.
Igreja Evangélica Brasileira.
Igreja Evangélica Fluminense.
Igreja Presbiteriana.

Imperial Colégio de Pedro II.
Imperial Instituto dos Meninos Cegos.
Imperial Observatório Astronômico.
Inspeção de Saúde do Porto.
Inspetoria Geral de Higiene Pública.
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Instituto dos Surdos-Mudos.
Instituto Vacínico.
Instrução Pública.
Montepio Geral dos Servidores do Estado.
Seminário Episcopal de São José.

*Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:*

Secretaria de Estado.
Inspetoria Geral das Obras Públicas da Côrte.
Inspetoria Geral das Terras e Colonização.
Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.
Corpo de Bombeiros.
Repartição Fiscal do Govêrno junto à companhia "Rio de Janeiro City Improvements".
Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
Correios.
Escola Industrial (Ensino gratuito à noite para adultos nacionais e estrangeiros).
Escola Noturna de instrução gratuita para adultos.
Estrada de Ferro D. Pedro II.
Instituto Fluminense de Agricultura.
Museu Nacional.
Passeio Público.
Repartição Geral dos Telégrafos.

*Ministério dos Negócios Estrangeiros:*

Secretaria de Estado.
Comissão Mista Brasileira e Portuguesa.
Corpo diplomático e consular brasileiro (residente nos diferentes Estados estrangeiros).
Corpo diplomático e consular estrangeiro (residente na Côrte e nas províncias do Império).

*Ministério dos Negócios da Fazenda:*

Secretaria de Estado.

Tesouro Nacional:

*a)* Diretoria Geral das Rendas Públicas.
*b)* Diretoria Geral de Contabilidade.
*c)* Cartório do Tesouro Nacional.
*d)* Tesouraria Geral.
*e)* Pagadoria do Tesouro.
*f)* Inspetores Gerais.
*g)* Diretoria Geral da Tomada de Contas.
*h)* Diretoria Geral do Contencioso.
*i)* Procuradores fiscais.

Alfândega do Rio de Janeiro:

*a)* Inspetoria.
*b)* Capatazias.
*c)* Guarda-moria.
*d)* Comissão da Tarifa.
*e)* Despachantes Gerais.
*f)* Impostos.
*g)* Despachos de exportação.
*h)* Tabela para se calcular.
*i)* Direitos provinciais.

Obras do Ministério da Fazenda.

Inspetoria de terrenos de marinha da Ilma. Câmara Municipal.

Caixa de Amortização.

Recebedoria do Distrito Federal.

Imposto de gado.

Impostos.

Casa da Moeda.

Caixa Econômica e Monte Socorro.

Loterias da Côrte.

Pessoas autorizadas a vender estampilhas do selo adesivo.

Imprensa Nacional.

*Ministério dos Negócios da Justiça:*

Secretaria de Estado.

Supremo Tribunal de Justiça.

Ministros do Supremo Tribunal aposentados.

Tribunal da Relação da Côrte.

Relações das províncias.
Desembargadores aposentados.
Junta Comercial da Capital do Império.
Tribunal dos jurados da Côrte.
Distritos criminais.
Juizo dos Feitos da Fazenda.
Provedoria de Capelas e Resíduos.
Juizo Comercial da 1.ª Vara .
Juizo Comercial da 2.ª Vara.
Juizo dos Órfãos e Ausentes da 1.ª Vara.
Juizo dos Órfãos e Ausentes da 2.ª Vara.
Juizo dos Ausentes.
Auditoria de Guerra.
Auditoria de Marinha.
Juizo da 1.ª Vara Cível.
Juizo da 2.ª Vara Cível.
Juizo substituto.
Suplentes dos juizes substitutos da Côrte.
Registo Geral das Hipotecas.
Escrivães.
Depósito Público do município da Côrte.
Oficiais de Justiça.
Polícia da Côrte.
Casa de Correção.
Corpo Militar de Polícia da Côrte.
Casa de Detenção da Côrte.
Presídio de Fernando de Noronha.
Chefes de Polícia das províncias.
Guarda Nacional da Côrte.
Agentes de leilões (matriculados).
Asilo da Mendicidade.
Avaliadores (perante os juizes comerciais).
Corretores (juramentados).
Junta dos corretores.
Juntas comerciais das diversas províncias.
Tradutores e intérpretes (juramentados) do comércio.
Notários públicos.
Secretários de Polícia das diversas províncias.
Trapicheiros (matriculados).

Tribunais da Relação das diversas províncias.

*Ministério dos Negócios da Guerra:*

Secretaria de Estado.
Repartição de Ajudante-General.
Repartição de Quartel-Mestre-General.
Repartição Fiscal da Guerra.
Conselho de fornecimento de víveres e forragem aos corpos.
Conselho Supremo Militar de Justiça.
Pagadoria das Tropas.
Diretoria Geral das Obras Militares.
Escola Militar da Côrte.
Curso preparatório anexo à Escola Militar.
Batalhão de engenheiros.
Escola Militar da província do Rio Grande do Sul.
Escola Tática e de Tiro do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.
Escola Geral de Tiro de Campo Grande.
Escola de Aprendizes Artilheiros.
Intendência da Guerra.
Almoxarifado.
Conselho de compras da Intendência da Guerra.
Ajudantes de ordens das presidências.
Arsenal de Guerra da Côrte.
Corpo de Operários Militares.
Trem de artilharia e armamento portátil.
Companhia de Aprendizes Artífices.
Repartição das costuras.
Oficinas.
3.ª Secção na Fortaleza da Conceição.
Fábrica de pólvora.
Depósito de pólvora.
Laboratório pirotécnico do Campinho.
Comissão de Melhoramentos do Material de Guerra.
Direção dos Arsenais de Guerra das Províncias.
Comando de armas.
Comandos das fronteiras.
Guarnições do Rio Grande.

Gabinete de 20 de Agosto de 1885: Oliveira Junqueira, barão de Mamoré, Ribeiro da Luz, barão de Cotegipe, Antônio Prado, Fernando Chaves e Francisco Belisário

O acadêmico Bricio Filho entre os seus colegas Torquato Moreira e Custódio Moreira

O estudante Carlos Seidl, com a farda do Batalhão Acadêmico

Medeiros e Albuquerque

Leopoldo Miguez

Auditores de guerra.
Estado-Maior-General.
Corpo de Estado-Maior de Artilharia.
Corpo de Estado-Maior de 1.ª classe.
Corpo de Estado-Maior de 2.ª classe.
Corpo de Saúde do Exército.
Corpo eclesiástico do Exército.
Quadro dos corpos do Exército.
Oficiais reformados do Exército.
Oficiais honorários do Exército.
Colônias e presídios militares.
Fotalezas do porto do Rio de Janeiro.
Asilo dos Inválidos da Pátria.
Biblioteca do Exército.
Hospital Militar do Andaraí.
Hospital Militar da Côrte.
Laboratório Químico-Farmacêutico Militar.

*Ministério dos Negócios da Marinha:*

Secretaria de Estado.
Conselho Naval.
Quartel-General da Marinha.
Contadoria da Marinha.
Pagadoria da Marinha.
Intendência da Marinha.
Almoxarifado da Marinha.
Corpo de oficiais de Fazenda da Armada.
Arsenal de Marinha da Côrte.
Capitania do porto do Rio de Janeiro.
Capitanias dos portos nas províncias.
Comissão de exame das derrotas.
Escola Naval.
Corpo da Armada Nacional e Imperial.
Oficiais da Armada reformados.
Cidadãos que, por aviso, tinham direito ao uso da farda.
Corpo de maquinistas.
Corpo de foguistas.
Corpo de oficiais marinheiros.

Corpo de práticos do Rio de Prata.
Oficiais do Culto da Armada.
Batalhão Naval.
Fortaleza da Boa Viagem.
Fortaleza da ilha das Cobras.
Forte de Gragoatá.
Fortaleza de Villegaignon.
Presídio da ilha das Cobras.
Corpo de Imperiais Marinheiros.
Escola de Aprendizes Marinheiros.
Corpo de Saúde da Armada.
Repartição Hidrográfica.
Repartição dos Faróis.
Arsenais de Marinha das Províncias.
Asilo dos Inválidos da Marinha.
Asilo dos Inválidos da Pátria.
Asilo da Mendicidade.
Biblioteca da Marinha.
Hospital da Marinha da Côrte.

## *O valor da moeda brasileira na véspera da proclamação da República.*

A situação de nossa praça comercial e a do mercado do câmbio no dia 14 de Novembro de 1889, eram representadas pelos algarismos seguintes:

| | |
|---|---|
| Taxas: | 27,9/16 sôbre a caixa filial. |
| | 27,3/4 em papel participável. |
| Londres | 27,1/2 |
| Paris | 346 e 347 |
| Hamburgo | 427 — 430 |
| Itália | 348 |
| Portugal | 195 — 198 |
| Nova York | 1$820 — 1$830. |

## *Excelente escritor, péssimo profeta...*

1889-1943!

Neste instante doloroso de convulsão universal, em que os Estados Unidos do Brasil ultrapassam meio século de liberdade completa, com a proclamação da República em 1889, oferecendo aos olhos do mundo êste grandioso panorama de nobres e elevadas conquistas realizadas em todos os ramos do progresso humano, nestes cinquenta e dois anos de regime republicano, vem a propósito citar, a título de curiosidade, a opinião de quem, sôbre ser excelente escritor, se revelou péssimo profeta.

Essa opinião, registou-a Eça de Queirós, sob o pseudônimo de João Gomes, em uns comentários, na *Revista de Portugal,* número de Dezembro de 1889, assim firmando o seu ponto de vista sôbre as consequências da nova forma de govêrno inaugurada no Brasil em 15 de Novembro:

"Com o império, segundo tôdas as probabilidades, acaba também o Brasil. Êste nome do Brasil, que começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esfôrço, passa a ser um antigo nome da velha Geografia Política. Daqui a pouco, o que foi o império estará fracionado em repúblicas independentes, de maior ou menor importância. Impelem a êsse resultado a divisão histórica das províncias; as rivalidades que entre elas existem; a diversidade do clima, do caráter e dos interêsses; e a fôrça das ambições locais... Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por tôdas as províncias... A América do Sul ficará tôda coberta com os cacos de um grande império."

## *Jornais e revistas que a República encontrou em circulação no Rio de Janeiro*

Em 15 de Novembro de 1889 circulavam na cidade do Rio de Janeiro os seguintes jornais e revistas: *Cidade do Rio, Correio do Povo, O Apóstolo, Diário do Comércio,*

*Diário de Notícias, Diário Oficial, Gazeta de Notícias, O Dia, Gazeta da Tarde, Jornal do Comércio, Tribuna Liberal, Novidades, O País, Revista Ilustrada, O Mequetrefe, Brasil Ilustrado, Esporte Ilustrado, Vida Fluminense, Corriere d'Itália, La Voce del Popolo, L'Etoile du Sud, The Rio News.*

Publicavam-se também vários periódicos de caráter literário, científico ou meramente informativo: *Almanaque Laemert, Anais da Academia de Medicina, Almanaque do Ministério da Marinha, Anais da Biblioteca Nacional, Almanaque do Ministério da Guerra, Anais de Medicina e Terapêutica, Arquivos do Museu Nacional, Anais do Instituto Hanemaniano, O Auxiliador da Indústria Nacional, Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro, O Brasil Médico, Buletin Astronomique et Meteorologique de l'Observatoire de Rio de Janeiro, O Direito, A Estação, Gazeta Jurídica, A Imigração, Gazeta dos Hospitais, Revista Agrícola, Jornal do Agricultor, Revista do Clube Acadêmico da Escola Militar, Revista dos Construtores, Revista de Engenharia, Revista da Escola de Marinha, Revista das Estradas de Ferro, Revista do Exército Brasileiro, Revista do Instituto dos Advogados, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Revista Marítima Brasileira, Revista Tipográfica* e *União Médica.*

## *Relação completa dos chefes de Polícia durante o regime imperial: 1841-1889.*

Em caráter efetivo, ou interinamente, foram os seguintes os chefes de Polícia que serviram durante o regime imperial, isto é, desde que a primeira autoridade policial passou a ter essa denominação (31 de Dezembro de 1841), até à data da proclamação da República:

Dr. Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara; dr. Manuel de Jesus Valdetaro, dr. João Lopes da Silva Couto, dr. João Antônio de Miranda, (1842); dr. José Matoso de Andrade Câmara (1843); dr. Manuel de Jesus Valdetaro,

dr. Francisco Ramiro de Assis Coelho, dr. Manuel de Jesus Valdetaro, outra vez, dr. Antônio Simoens da Silva, dr. Nicoláu da Silva Lisboa (1844-1845); dr. Luís Furtado de Brito Abreu Souza Menezes (até 1847); dr. Manuel de Jesus Valdetaro, dr. Antônio Simoens da Silva, dr. Francisco Romeiro de Assis Coelho (1847); dr. Manuel Paranhos da Silva Veloso (1848); dr. Antônio Simoens da Silva (1850); dr. João Lopes da Silva Couto (1851); dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (1853); dr. Alexandre Joaquim de Siqueira, dr. José Matoso de Andrade Câmara (1854); dr. Teófilo Ribeiro de Resende, dr. Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, dr. Joaquim Bandeira de Gouveia (1855); dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, dr. José Caetano de Andrade Pinto (1856); dr. Antônio Tomás de Godói (até 1857); Isidro Borges Monteiro (até 1860); Policarpo Lopes Leão (até 1860); Espiridião Elói de Barros Pimentel (até 1861); Agostinho Luís da Gama (até 1863); José Caetano de Andrade Pinto (até 1866); dr. Olegário Herculano de Aquino e Castro, dr. Dario Rafael Calado (até 1866); dr. Olegário Herculano de Aquino e Castro (até 1867); dr. Teodoro Machado Freire Pereira da Silva (até 1867); dr. Luís Carlos de Paiva Teixeira (até 1868); dr. Joaquim Francisco de Faria (até 1868); dr. Frederico Augusto Xavier de Brito (até 1869); dr. João Sertório (até 1869); dr. Francisco de Faria Lemos (até 1872); dr. Ludgero Gonçalves da Silva (até 1875); dr. Caetano José de Andrade Pinto (até 1875); dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida (até 1878); dr. Tito Augusto Pereira de Matos (até 1879); dr. Eduardo Pindaiba de Matos (até 1880); dr. Serafim Muniz Barreto (até 1880); dr. Luís Barreto Correia de Menezes (até 1881); dr. Ovídio Fernando Trigo de Loureiro (até 1882); dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (até 1882); dr. Belarmino Peregrino da Gama e Melo (até 1883); dr. Tito Augusto Pereira de Matos (até 1885); dr. José Antônio Gross (até 1885); dr. João Coelho Bastos (até 1888); dr. João Manuel Carlos de Gusmão (até 1888); dr. Manuel José Espindola (até 1889); dr. Ovídio Fernando Trigo de Loureiro (até 1889); dr. José Basson de Miranda Osório (até 1889).

## *Os últimos presidentes de província.*

Quando se proclamou a República, as nossas províncias tinham a administrá-las os seguintes cidadãos: Manuel Francisco Machado, barão de Solimões, Amazonas; Silviano Cavalcanti de Albuquerque, Pará; Tito Augusto Pereira de Matos, Maranhão; José Mariano Lustosa do Amaral, Piauí; Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim, Ceará; Manuel Joaquim Albuquerque Lins, Rio Grande do Norte; Francisco Luís da Gama Rosa, Paraíba; Segismundo Antônio Gonçalves, Pernambuco; Pedro Ribeiro Monteiro, Alagoas; Manuel Joaquim de Lemos, Sergipe; José Luís de Almeida Couto, Baía; José Caetano Rodrigues Horta, Espírito Santo; Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Rio de Janeiro; João Batista dos Santos, barão de Ibituruna, Minas Gerais; Eduardo Augusto Momtadon, Goiás; Ernesto Augusto da Cunha Matos, Mato Grosso; Jesuino Marcondes Oliveira e Sá, Paraná; Luís A. Leite de Oliveira Belo, Santa Catarina; Gaspar da Silveira Martins, Rio Grande do Sul.

## *Os últimos senadores do Império.*

No ano em que desapareceu o regime monárquico, foram eleitos senadores os senhores visconde de Vieira da Silva, pelo Maranhão; visconde de Lamare, por Mato Grosso; Francisco Otaviano de Almeida Rosa, por Pernambuco; Francisco Belisário Soares de Sousa, por Pernambuco, também; Eduardo de Andrade Pinto, pelo Rio de Janeiro; A. Pinto Nogueira Acioli, pelo Ceará; Carlos Peixoto de Melo, por Minas Gerais. Estes três últimos não chegaram a ser reconhecidos em virtude da extinção da Monarquia.

### *Presidentes do Senado sob o império — De 1826 a 1889.*

A nossa principal assembléia legislativa teve, de 1826 a 1889, os seguintes presidentes: Marquês de Santo Amaro (1826-1827); bispo d. J. C. da Silva Coutinho (1827-1831); Bento Barroso Pereira (1832-1836); marquês de Inhambupe (1837); marquês de Baependí (1838); padre Diogo Antônio Feijó (1839); marquês de Valença (1841); marquês de Monte Alegre (1842-1843); marquês de Lages ((1844-1846); barão de Monte Santo (1847-1850); marquês de Sapucaí (1851-1853); barão de Pirapama (1854-1860); visconde de Abaeté (1861-1873); visconde de Jaguarí (1874-1881); barão de Cotegipe (1882-1885); conde de Baependí (1885-1886); visconde de Sinimbú (1887-1888); visconde de Serro Frio (1888); Paulino J. Soares de Sousa (1889).

### *Presidentes da Câmara dos Deputados durante o regime imperial — De 1826 a 1889.*

Foram os seguintes os cidadãos que ocuparam o elevado cargo de presidente da Câmara dos Deputados durante o regime imperial, de 1826 a 1889:

Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho.
Francisco de Paula Sousa e Melo.
Pedro de Araujo Lima (Marquês de Olinda).
José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre).
D. Romualdo Antônio de Seixas (Marquês de Santa Cruz).
José Ribeiro Soares da Rocha.
Martim Francisco Ribeiro de Andrada.
José Martiniano de Alencar.
Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté).

Bento de Oliveira Braga.
Venâncio Henriques de Resende.
Antônio Maria de Moura.
Cândido José de Araujo Viana (Marquês de Sapucaí).
Joaquim Marcelino de Brito.
Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda.
José Joaquim Fernandes Torres.
Francisco Muniz Tavares.
José Pedro Dias de Carvalho.
Antônio Pinto Chichorro da Gama.
Gabriel Mendes dos Santos.
José Ildefonso de Sousa Ramos (Visconde de Jaguarí).
Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá).
Manuel Jacinto Nogueira da Gama (Visconde de Baipendí).
Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe).
Zacarias de Góis e Vasconcelos.
Francisco José Furtado.
Camilo Maria Ferreira Armond (Barão de Prados).
Joaquim Saldanha Marinho.
Francisco de Paula da Silveira Lobo.
Joaquim Otávio Nebias.
Jerônimo José Teixeira Júnior (Visconde do Cruzeiro).
Inocêncio Marques de Araujo Góis.
Manuel Francisco Correia.
Paulino José Soares de Sousa.
Martinho Álvares da Silva Campos.
Martim Francisco Ribeiro de Andrada (filho).
João Ferreira de Moura.
José Rodrigues de Lima Duarte (Visconde de Lima Duarte).
Antônio Moreira de Barros.
Manuel Alves de Araujo.
Franklin Américo de Menezes Dória (Barão de Loreto).
André Augusto de Pádua Fleuri.

Domingos de Andrade Figueira.
Augusto Olímpio Gomes de Castro.
Henrique Pereira de Lucena (depois barão de Lucena).
Carlos Afonso de Assis Figueiredo.

### *O último concurso, na Monarquia, do Internato Pedro II.*

No seio do magistério era grande o interêsse despertado pelo concurso para provimento da cátedra de Inglês no Internato Pedro II, anunciado para o dia 14 de Novembro de 1889. Não obstante a gravidade do momento político, o imperador foi das primeiras pessoas que chegaram àquele antigo estabelecimento de ensino, assistindo à arguição dos candidatos, até o final das provas, ao anoitecer. Dali, esteve rapidamente na quinta da Boa Vista, subindo para Petrópolis no mesmo dia. Menos de vinte e quatro horas depois dêsse fato, era proclamada a República.

### *De 1812 a 1889 foram concedidos quase mil títulos nobiliárquicos — O último titular brasileiro.*

Desde d. João VI a d. Pedro II, isto é, de 1812 a 1889, foram concedidos, no Brasil, quase mil títulos nobiliárquicos, segundo consta do *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* do barão Jaime Smith de Vasconcelos.

No próprio dia 15 de Novembro de 1889 expedia-se decreto desta natureza, que foi o último: o que concedeu baronato ao dr. Elias Antônio de Novais.

### *Conselheiros de Estado quando foi instituido o regime republicano.*

No momento em que foi instituido o novo regime republicano, eram os seguintes os conselheiros de Estado:

*Membros extraordinários:*

Princesa imperial.

Príncipe conde d'Eu.

*Membros ordinários:*

Manuel Vieira Tosta (Marquês de Muritiba).

Jerônimo José Teixeira Júnior (Visconde do Cruzeiro).

Paulino José Soares de Sousa.

Manuel Pinto de Sousa Dantas.

João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá).

Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto).

João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú (Visconde de Sinimbú).

José Bento da Cunha e Figueiredo (Visconde do Bom Conselho).

Lafaiete Rodrigues Pereira.

Manuel Francisco Correia.

João Alfredo Correia de Oliveira.

Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (Visconde de São Luís do Maranhão).

*Membros extraordinários:*

Henrique de Beaurepaire Rohan (Visconde de Beaurepaire Rohan).

Domingos de Andrade Figueira.

Gaspar da Silveira Martins.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcanti).

Manuel Antônio Duarte de Azevedo.

Olegário Herculano de Aquino e Castro

Pedro Leão Veloso.

Felipe Franco de Sá.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

José da Silva Costa.

José Vieira Couto de Magalhães.

### *Repartições e serviços policiais quando foi proclamada a República.*

As repartições e serviços policiais subordinados ao ministério dos Negócios da Justiça, de que foi último titular, na Monarquia, o conselheiro Cândido Luís Maria de Oliveira, eram, destacadamente, os seguintes, quando foi proclamada a República:

Polícia da Côrte.
Corpo Militar da Polícia da Côrte.
Casa de Correção.
Casa de Detenção.
Presídio de Fernando de Noronha.
Guarda Nacional da Côrte.

Ao mesmo ministério também eram diretamente subordinados os chefes e os secretários de Polícia das províncias.

### *Reconhecimento da nova forma de govêrno no Brasil pelas repúblicas da América e pelos estados da Europa — Em primeiro lugar a Argentina e o Uruguai.*

A República dos Estados Unidos do Brasil foi reconhecida pelas demais repúblicas da América e pelos Estados da Europa, nas seguintes datas:

20 de Novembro de 1889 — Argentina e Uruguai;
13 de Dezembro de 1889 — Chile;
20 de Dezembro de 1889 — Paraguai;
27 de Dezembro de 1889 — Perú;
3 de Janeiro de 1890 — Bolívia;
7 de Janeiro de 1890 — Venezuela;

29 de Janeiro de 1890 — Estados Unidos da América do Norte;
6 de Fevereiro de 1890 — Guatemala e S. Salvador;
20 de Fevereiro de 1890 — Colômbia;
4 de Março de 1890 — Costa Rica;
17 de Março de 1890 — Nicarágua; ;
18 de Março de 1890 — Honduras;
23 de Novembro de 1890 — Santa Sé;
20 de Junho de 1890 — França;
20 de Setembro de 1890 — Portugal;
26 de Outubro de 1890 — Itália;
23 de Novembro de 1890 — Holanda;
25 de Novembro de 1890 — Suiça;
29 de Novembro de 1890 — Alemanha, Suécia e Noruega;
3 de Dezembro de 1890 — Inglaterra;
6 de Dezembro de 1890 — Áustria Hungria, Espanha e Bélgica;
9 de Dezembro de 1890 — Dinamarca;
26 de Maio de 1892 — Rússia.

## *Hino da proclamação da República — Composição musical de Leopoldo Miguez — Poesia de José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque.*

Assim como a independência do Brasil, a abdicação de Pedro I e a coroação de Pedro II tiveram os seus hinos, também o mereceu a proclamação da República.

Com a queda da Monarquia em 15 de Novembro de 1889, pensou-se em derrubar tudo o mais que, de qualquer forma, lembrasse manifestações do passado, ainda mesmo que no domínio da Arte...

Até o Hino Nacional Brasileiro, da autoria de Francisco Manuel, foi impiedosamente visado!

Os mais ilustres compositores da época foram solicitados para fazer o novo hino. O maior de todos — Carlos

Gomes — por sentimentos de gratidão ao ex-imperador, recusou terminantemente aceitar a tarefa, muito embora seduzido por vultosa paga.

Resolveu finalmente o govêrno decidir o assunto por meio de concurso público, ao qual se inscreveram vários candidatos, sendo classificada em primeiro lugar a composição do maestro Leopoldo Miguez.

Feito o julgamento, todos os hinos classificados, a começar pelo premiado, foram executados, perante o primeiro presidente da República. Depois de ouvi-los atentamente, mandou o marechal Deodoro da Fonseca que fôsse executado o velho hino de Francisco Manuel da Silva, e, aos últimos acordes, exclamou verdadeiramente emocionado:

— Êste é o mais lindo! Prefiro êste.

E, realmente, foi o hino de Francisco Manuel, composto por ocasião da abdicação de Pedro I, que, passando à República, continuou a ser o Hino Nacional Brasileiro.

O de Leopoldo Miguez ficou sendo o Hino da Proclamação da República, com a seguinte letra da autoria de José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque:

"Seja um pálio de luz, desdobrado
Sob a larga amplidão dêstes céus,
Êste canto rebel, que o passado
Vem remir dos mais torpes labéus!
Seja um hino de glória que fale
Da esperança de um novo porvir!
Com visões de triunfos embale
Quem por êle lutando surgir!

Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sôbre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!

Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre país...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostís,
Somos todos iguais e ao futuro,
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, ovante, da Pátria no altar!

Liberdade! Liberdade! etc.

Se é mister que de peitos valentes
Haja sangue no nosso pendão,
Sangue vivo do herói Tiradentes
Batizou êste audaz pavilhão!
Mensageiros da paz, paz queremos,
É de amor nossa fôrça e poder,
Mas da guerra nos transes supremos
Heis de ver-nos lutar e vencer.

Liberdade! Liberdade! etc.

Do Ipiranga é preciso que o brado
Seja um grito soberbo de fé;
O Brasil já surgiu libertado,
Sôbre as purpuras régias de pé!
Eia, pois, brasileiros, ávante!
Verdes louros colhamos, louçãos!
Seja o nosso país triunfante,
Livre terra de livres irmãos.

Liberdade! Liberdade! etc."

# Relação das gravuras que ilustram êste volume

(LEGENDAS)

José Bonifácio — patriarca da Independência e propugnador da emancipação dos escravos desde 1824.

Visconde de Jequitinhonha — notável propagandista da abolição.

Eusébio de Queirós — ministro que extinguiu o tráfego em 1850.

Nabuco de Araujo — chefe do partido Liberal.

D. Pedro II.

Visconde do Rio Branco — presidente do Conselho e autor da lei de 28 de Setembro.

Visconde de Abaeté — presidente do Senado em 1871 e voto decisivo no gabinete Rio Branco.

Castro Alves — o poeta dos escravos.

Tavares Bastos — publicista liberal, defensor do trabalho livre.

Francisco Otaviano — ilustre jornalista liberal, sustentador da reforma.

Solenidade do juramento da princesa imperial regente, vendo-se em frente à sua alteza, em pé, junto à mesa, o presidente do Senado, Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté.

A questão religiosa vista pelo "O Novo Mundo" (Desenho de Florian, segundo T. Nast).

Dr. Ludgero Gonçalves da Silva — chefe de Polícia da Côrte, em 1872.

Desembargador José Cândido Pontes Visgueiro.

Maria da Conceição.

Franklin Dória — advogado do desembargador Pontes Visgueiro.

Enquanto Guilhermino segura a jovem pelos ombros, o desembargador tenta cloroformizá-la.

Tendo a vítima semi-desfalecida, o desembargador Pontes Visgueiro, desvairado, morde-lhe ferozmente o corpo e mata-a com quadro punhaladas.

A rainha Vitória, da Inglaterra, a quem o imperador do Brasil transmitiu o primeiro despacho pelo cabo submarino.

D. Luís I, rei de Portugal, a quem d. Pedro passou o segundo despacho pelo telégrafo submarino.

Hora da missa — Igreja de Santo Antônio (Quadro de Aidéia Santiago).

O famoso sino da igreja de São Francisco de Paula, que tocava o "Aragão".

Padre Quelê.

Policarpo.

Príncipe Obá.

João Capistrano da Cunha.

Antônio Alexandre Pereira.

A casa onde morreu Osório, na rua do Riachuelo.

O largo de São Francisco de Paula e a Escola Politécnica.

O menor Carlo (italiano), uma das vítimas da revolução motivada pelo imposto do vintém.

O ministro da Fazenda Afonso Celso, que apresentou o projeto sôbre o imposto do vintém.

A fábrica de gás (ou gasômetro) do Rio de Janeiro.

Príncipe Obá II, da África.

Lopes Trovão.

Barreto Bastos.

Castro Urso.

Assassínio de Apulcro de Castro.

Apulcro de Castro — redator responsável do "Corsário".

Frontespício do "Corsário".

Duque de Caxias.

Ramalho Ortigão.

O jornalista Ferreira de Araujo ladeado por seus advogados Sizenando Nabuco e Quintino Bocaiuva.

A caneta com a qual a princesa Isabel assinou a lei de 13 de Maio de 1888.

O ministério da Abolição, segundo caricatura da época. Da esquerda para a direita: João Alfredo, Ferreira Viana, Tomás Coelho, Rodrigo Silva, Antônio Prado, Costa Pereira e Vieira da Silva.

Mãe preta (Quadro de Lucílio de Albuquerque).

Os pioneiros da Abolição — Senador Dantas, lider do Senado; Senador João Alfredo, presidente do Conselho; princesa imperial, regente; senador Antônio Prado, ministro de Estrangeiros; Joaquim Nabuco, lider da Câmara; senador Cruz Machado, presidente do Senado; deputado Ferreira Viana, ministro da Justiça; deputado Rodrigo Silva, ministro da Agricultura; deputado Costa Pereira, ministro do Império; desembargador Lucena, presidente da Câmara; José do Patrocinio, lider do movimento popular; senador Vieira da Silva, ministro da Marinha; Joaquim Serra, representante da imprensa abolicionista; Senador Tomás Coelho, ministro da Guerra; João Clape, presidente da Confederação Abolicionista; Silva Jardim, Quintino Bocaiuva e Visconde de Ouro Preto.

Reconstituição do atentado contra d. Pedro II.

O promotor público dr. Lima Drumond.

O jurado Antônio Máximo Leal Valim, que votou contra a absolvição de Adriano.

Convite e bilhete de ingresso para o baile da ilha Fiscal.

D. Constantino Bannen, comandante do couraçado chileno "Almirante Cockrane", a quem foi oferecido o baile da ilha Fiscal.

O convite para o baile da ilha Fiscal.

Outra face do convite para o último baile do Império.

Figuras da mais alta representação social comparecem ao memorável baile da ilha Fiscal — (Quadro de Aurélio Figueiredo).

Gabinete de 20 de Agosto de 1885: Oliveira Junqueira, barão de Mamoré, Ribeiro da Luz, barão de Cotegipe, Antônio Prado, Fernando Chaves e Francisco Belisário.

"Baronesa" — a primeira locomotiva do Brasil.

A gare da Estrada de Ferro Central em 1865.

Inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A casa onde residia o general Deodoro, quando se proclamou a República.

Edifício da Câmara Municipal.

Antigo edifício do Quartel General (Fotografia tirada poucos dias antes da proclamação da República).

Turma da Faculdade de Medicina, que tomou parte saliente na famosa estudantada de 1889. Na primeira fila, em pé, o quarto da direita para a esquerda, é o acadêmico Carlos Seidl.

Escola Militar — Praia Vermelha — (Fotografia tirada no mês da proclamação da República).

Membros do Governo Provisório da República — Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Rui Barbosa, Campos Sales, Silveira Lobo, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiuva, Demétrio Ribeiro.

A família imperial do Brasil deposta a 15 de Novembro de 1889 — (Última fotografia tirada no Brasil).

Fotografia da família imperial, quando embarcou para o exílio, a bordo do "Alagoas". — No primeiro plano, sentado, à direita, o príncipe Pedro de Saxe, que enlouqueceu durante a viagem, tendo falecido em um hospital próximo de Viena, aos 68 anos de idade.

O acadêmico Brício Filho entre os seus colegas Torquato Moreira e Custódio Moreira.

O estudante Carlos Seidl com a farda do Batalhão Acadêmico.
Medeiros e Albuquerque.

Leopoldo Miguez.

Conselheiro José Basson de Miranda Osório — o último chefe de Polícia da Monarquia.

# ÍNDICE


Págs.

Dedicatória ..... 7

Dos autores ..... 9

Prefácio de Pedro Calmon ..... 11

Termina a guerra do Paraguai (1870) — Ano festivo para o país — A fala do trono na abertura da Assembléia Geral, em 6 de Maio — Dados estatísticos da criminalidade ..... 17

O aparecimento do jornal "A República" sob a direção de Saldanha Marinho — O primeiro número trazia um manifesto francamente republicano ..... 18

O manifesto do Partido Republicano — 3 de Dezembro de 1870 — "É a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país" ..... 20

O Brasil adota o sistema métrico decimal — Motim "quebra quilos" — Intervenção da Polícia no Rio de Janeiro e nas províncias — Resumo histórico ..... 37

A lei do ventre livre: 28 de Setembro de 1871 — A Câmara dividida em dois grupos — O projeto de Teodoro da Silva ..... 39

Bruzundanga — o papa-jantares ..... 42

A Secretaria da Polícia muda-se para a rua General Câmara — Resenha dos fatos policiais em 1871 ..... 43

O fato policial de maior sensação no ano de 1871 — Uma fuga emocionante que abala a sociedade inteira ..... 44

O Carnaval de 1871 — Na época da guerra franco-prussiana — A entrada dos alemães em Paris ..... 45

A cidade e os costumes do tempo através do relatório do chefe de Polícia — Preponderam as más paixões e desaparece o sentimento do dever ..... 47

Págs.

O dr. Ludgero Gonçalves da Silva assume o cargo de chefe de Polícia — (1871) — Os homicídios mais notáveis do ano — Ataque ao jornal "A República" ..... 50

Príncipe Natureza ..... 52

Inauguração da estátua do patriarca da Independência — (1872) — Expressões do imperador — A carta de d. Gabriela de Andrade ..... 53

De 1873 a 1874, ao lado de acontecimentos corriqueiros, salientam-se episódios históricos — Um médico condenado a galés perpétuas ..... 55

Forte lida ..... 60

Processo contra o bispo de Pernambuco — D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira — "Gesta tua non laudantur" 60

Juca Rosa — o célebre feiticeiro da rua do Núncio — Quando saiu da Detenção, foi guarda-fiscal da Municipalidade ..... 64

O crime do magistrado — (1873) — Desembargador Pontes Visgueiro e Maria da Conceição ..... 67

Foi a Polícia do Rio de Janeiro que obteve a confissão do desembargador Pontes Visgueiro ..... 71

Na sessão de 16 de Maio de 1874 foi lida a sentença condenatória: prisão perpétua com trabalho — O povo afirmava haver fugido dentro de um baú — Uma filha natural de Pontes Visgueiro ..... 71

O barão de Aracati visita o velho magistrado na Casa de Correção — "Mil vidas tivesse Mariquinhas da Conceição, mil vidas eu lhe tiraria" ..... 74

O Brasil é ligado à Europa pelo cabo submarino — (1874) — Dia de grande júbilo na cidade ..... 75

O rumoroso caso do bispo do Pará — D. Antônio de Macedo Costa — Quatro anos de prisão na ilha das Cobras 78

Três crimes sensacionais no ano de 1875 — Impressionante assassínio da senhora Boseli ..... 80

Deixa a Polícia o dr. Ludgero Gonçalves da Silva — A Secretaria da Polícia é transferida para a rua do Lavradio ..... 81

Campanha contra o meretrício — Atitude enérgica do dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida ..... 81

Padre Kelê ..... 82

Os homicídios mais comentados no ano de 1876 ..... 84

Págs.

O mais sensacional caso de polícia ocorrido no ano — Questão Capistrano — Inspirado em tão doloroso episódio, Aluísio Azevedo escreveu o seu célebre romance "Casa de Pensão" ..... 84

Decresce o número de homicídios em 1877 — Assassinada uma paraguaia de beleza fascinante ..... 86

O telefone no Brasil — Data de 1877 a inauguração do serviço telefônico no Rio de Janeiro ..... 87

A gatunagem em ação — Assaltada a igreja de N. S. da Glória do Outeiro ..... 88

Um senador e um general vítimas dos ladrões ..... 89

O chefe de Polícia dr. Miguel Calmon é substituído pelo dr. Tito Augusto Pereira de Matos — (1878) ..... 89

Falece o autor da estátua de Pedro I — (1878) — A história dêsse monumento encerra complicações interessantes ..... 89

A associação dos capoeiras particulares visada nas páginas de um relatório — Enérgica circular aos sub-delegados 92

"O Combate" de Lopes Trovão — (1878) — Foi um dos mais brilhantes lábaros da República ..... 94

Rol dos crimes apurados pela Polícia durante a gestão do dr. Tito de Matos ..... 95

O jôgo campeia na cidade — As fraudes contra os incautos 96

Ainda em 1878, o chefe de Polícia considera a sua repartição pessimamente instalada ..... 97

Relação dos funcionários da Secretaria da Polícia em 1878 98

A cidade sob o ponto de vista policial em 1879 — Formidável conflito na rua do Ouvidor ..... 99

A luz elétrica no Brasil — As primeiras experiências — (1879) — Resumo histórico ..... 101

Um desfalque de 151 contos de réis e um roubo de jóias no valor de 30 contos de réis ..... 102

O último toque do Aragão foi ouvido às 10 horas da noite de 19 de Setembro de 1878 ..... 102

Ruidosos protestos de estudantes na praça pública — Intervenção da Polícia — O govêrno manda fechar a Escola Politécnica ..... 103

Assume o cargo de chefe de Polícia o dr. Eduardo Pindaíba de Matos — (1879) ..... 103

Págs.

Bolenga ..... 104

Um ano que começa sob maus auspícios — (1880) — O imposto do vintém — Popularidade de Lopes Trovão — A Polícia não é suficiente para conter a ira popular 104

Falece o duque de Caxias — (1880) ..... 106

Não há-de casar ..... 107

Com o novo ministério, novo chefe de Polícia — Dr. Serafim Muniz Barreto — (1880) — Assassínio do sub-delegado de Guaratiba ..... 107

As "serenatas" do Policarpo ..... 108

Falece o visconde do Rio Branco — (1880) — Notas biográficas de José Maria da Silva Paranhos ..... 108

Pouco durou a administração policial do dr. Serafim Muniz Barreto — Seu substituto foi o desembargador Ovídio Fernandes Trigo Loureiro — (1881) ..... 111

Uma quadrilha perigosa cai nas malhas da Polícia ..... 111

A reforma eleitoral provoca agitação popular — O chefe de Polícia comparece pessoalmente a um comício — Deportação de estrangeiros — Lopes Trovão parte para a Europa ..... 112

Pica-pau ..... 113

O roubo do Senado do Império ..... 114

Deportação de jornalistas ..... 114

Reaparece o tribuno Lopes Trovão — Empastelamento do "Corsário" ..... 114

Outros ministérios, outros chefes de Polícia — Dr. Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho — Dr. Belarmino Peregrino da Gama e Melo — (1882) ..... 114

Assaltado o palácio imperial ..... 115

O poeta Bastos ..... 115

O crime de Campinas — Intervenção do prefeito da cidade do Rio de Janeiro ..... 116

Relação oficial dos homicídios praticados em 1883 — Anexo ao relatório do chefe de Polícia ..... 119

Assassínio do panfletário Apulcro de Castro — Relatório do ministro da Justiça — Referências de Euclides da Cunha — Faleceu no interior da Secretaria da Polícia 120

Castro Urso ..... 122

Págs.

Injustamente acusado, demite-se o dr. Gama e Melo — Volta a ocupar o cargo de chefe de Polícia o dr. Tito Augusto Pereira de Matos — (1883) — Cessam os distúrbios populares ..... 123

Extingue-se o Corpo de Polícia Secreta ..... 124

O dr. Tito de Matos insiste em melhorar as condições da Secretaria da Polícia — Os cartórios das delegacias são organizados na devida ordem ..... 124

Um julgamento famoso — Levado à barra do tribunal o jornalista Ferreira de Araujo — Seus advogados também sentaram-se no banco dos réus — Absolvido por unanimidade ..... 126

O caso Castro Malta — Exonera-se o chefe de Polícia Tito de Matos — Seu substituto: dr. José Antônio Gomes — (1884) ..... 128

Foi um ano tranquilo o de 1885 — Apenas 9 homicídios — O que mais causou ruído ..... 131

Com a constituição do 34.º gabinete, é nomeado chefe de Polícia o dr. João Coelho Bastos — (1885) ..... 133

A Polícia sofre perda lamentável ..... 134

Os principais crimes de morte durante o ano de 1886 — Envenenamento do capitão Daví Jack ..... 134

Barão da Vila Rica — Bilontra dá trabalho à Polícia e inspiração a Artur Azevedo ..... 136

Secretário da Polícia durante 30 anos — Dr. Francisco José de Lima — A atuação do coronel Campelo — 44 anos de serviços policiais ..... 137

Acontecimentos registados pela Polícia em 1887 ..... 138

Como Ramalho Ortigão descreve o Rio de Janeiro de 1887 140

A boêmia de outros tempos — Confeitaria Pascoal — Sua fase de maior brilho — (1887-1913) ..... 142

A casa que pela primeira vez vendeu chope ao público ... 144

Da prisão do capitão-tenente Leite Lobo à demissão do dr. João Coelho Bastos — Queda do gabinete — Assume o cargo de chefe de Polícia o desembargador Espínola — (1888) ..... 145

Conferências de Silva Jardim — Tropelias da "Guarda Negra" — Palavras do valoroso propagandista ..... 146

Prelúdios do 13 de Maio — Paladinos da propaganda abolicionista — O sonho é convertido em realidade — Isabel, a Redentora ..... 147

Págs.

Príncipe Obá ..... 149

Um caso policial modifica a alta política do país — Isabel e Cotegipe — O gabinete de 10 de Março de 1888 ..... 152

Na véspera da assinatura da lei áurea — "Lá se foi a Monarquia por água abaixo" ..... 153

A lei que declarou extinta a escravidão no Brasil — A íntegra do decreto de 13 de Maio de 1888 ..... 156

O ministério da abolição — De 10 de Março de 1888 a 7 de Junho de 1889 ..... 157

Guarda negra — Suas maiores tropelias ocorreram durante o ministério João Alfredo ..... 16.

O Exército e a lei áurea — Ordem do dia do marechal visconde da Gávea ..... 161

Opiniões colhidas no momento da publicação da lei de 13 de Maio ..... 162

Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira — Foi delegado de Polícia em Pernambuco ..... 163

Episódios para a história da abolição — Um soneto de Artur Azevedo ..... 165

A prisão do "Estudante" ocasionou a morte de um policial — O criminoso cumpriu a pena de 24 anos na Casa de Correção ..... 167

Ó Cunha, tira o chapéu ..... 168

A chegada do *Bendegó* ao Rio de Janeiro — A dedicação do almirante José Carlos de Carvalho ..... 169

Vésperas de graves acontecimentos — O espantalho da febre amarela — O povo clama contra a falta de água 170

Cai o ministério João Alfredo — O 30.º gabinete — (1889) — Nomeado chefe de Polícia o conselheiro José Basson de Miranda Osório ..... 172

Programa do gabinete Ouro Preto — A memorável sessão de 9 de Junho ..... 173

A última fala do trono — "Fatos isolados de pequena gravidade" ..... 173

Dentro do parlamento — O deputado Cesário Alvim faz profissão de fé republicana — O deputado padre João Manuel grita: — "Viva a República!" ..... 174

Quem era o padre João Manuel de Carvalho — Precursor decepcionado, morre a 30 de Maio de 1899 — Sua atividade na tribuna, na imprensa e na igreja ..... 175

Págs.

Dias de grande amargura — O conde d'Eu parte em visita às províncias do Norte — Silva Jardim segue-lhe as pegadas — Estudantes e empregados do comércio hostilizam a Monarquia ..... 176

A propósito do grito famoso — Depoimento de Serzedelo Correia — "Como vai isso depressa, capitão" ..... 171

Atentado contra o imperador — Requintada estupidez — Prisão do crimonoso — Magnanimidade de d. Pedro .. 178

As laranjas da Sabina — A memorável passeata dos estudantes no dia 25 de Julho de 1889 — Demissão do subdelegado — A reposição da mulata em seu "trono" .. 181

Julgamento de Adriano do Vale — Dez jurados negaram o fato — O réu foi absolvido — A acusação esteve a cargo do promotor público Lima Drumond ..... 186

A questão militar — Incidente com o visconde de Paranaguá — Transferência do coronel Vilar — Deodoro faz uma consulta ao govêrno — Demite-se o coronel Sena Madureira — Prisão do coronel Cunha Matos — Reunião no Teatro Recreio — Em 1888 agrava-se a situação 187

Artigos publicados no "Diário Oficial" a propósito da chamada questão militar — Correspondência reservada ... 190

O baile da ilha Fiscal — 9 de Novembro de 1889 — Seis dias depois era proclamada a República ..... 206

Batalha decisiva — O começo ou a inutilização da República — Os três últimos meses do regime monárquico 208

A coragem de Ouro Preto — Interessante revelação histórica — Declaração do presidente do Conselho ..... 216

O médico do proclamador da República do Brasil — Dr. Carlos Gross ..... 218

Cinco dias antes da proclamação — Em casa do general Deodoro — Porque Floriano Peixoto deixou de ser chamado — Uma carta de Francisco Glicério ..... 219

Proclamação da República pelo govêrno provisório: paz, liberdade, fraternidade e ordem ..... 220

Grave incidente com o barão de Ladário — O oficial que atirou contra o titular da pasta da Marinha ..... 222

José da Costa Azevedo — "Gota de sangue da República" 223

Outra figura notável do gabinete de 7 de Junho — Conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque ..... 224

No paço da cidade — Ouro Preto pede a demissão coletiva do ministério — O imperador quer conferenciar com o marechal Deodoro ..... 226

Págs.

A guarda do paço durante o dia 15 de Novembro — Deposição do tenente-coronel Honório Lima ..... 227

Na Câmara Municipal — A primeira bandeira republicana que se hasteou no Brasil no dia da queda da Monarquia ..... 227

Aspecto das ruas — Que é que há? — Uma proclamação do general Deodoro ..... 228

No comércio e nas repartições públicas — Adiadas as viagens para Petrópolis ..... 230

Fôrças de mar — Abertos os portões do Arsenal de Marinha — O povo carregou em braços o chefe de divisão Wandenkolk ..... 230

O desfilar das tropas — À sua frente figuram civís e militares ..... 231

O último chefe de Polícia da Monarquia — (1889) — Conselheiro José Basson de Miranda Osório — Depois da queda da Monarquia ..... 232

Ouro Preto dá conhecimento dos fatos ao imperador, que se achava em Petrópolis, e expede ordens ao diretor do Arsenal de Guerra ..... 239

O jornal que publicou em primeira mão a notícia da proclamação da República — Foi o repórter Sousa Valente o autor do "furo" sensacional ..... 241

O papel proeminente do major Solon Ribeiro no golpe de 15 de Novembro — Uma carta de Quintino Bocaiuva 242

A situação na Polícia, segundo o "Jornal do Comércio" de 16 de Novembro — "Gazetilha" do conselheiro Sousa Ferreira — As primeiras nomeações para os cargos de 1.º delegado e chefe de secção ..... 247

Prisão do visconde de Ouro Preto no 1.º Regimento de Cavalaria ..... 250

No Arsenal de Guerra ..... 250

No Ministério da Marinha — Os navios de guerra estiveram de prontidão ..... 251

Um boato referente aos filhos do conde d'Eu ..... 252

O govêrno provisório manda tornar incomunicável a pessoa de d. Pedro II — O imperador pernoitou no paço .... 252

O barão de Capanema é intimado a entregar a repartição dos Telégrafos ..... 252

Págs.

O homem que anunciou ao país a proclamação da República — O primeiro diretor dos Telégrafos do novo regime ..... 253

Guarda Nacional ..... 255

Representação ao ex-imperador para que se ausente do Brasil dentro do prazo de 24 horas ..... 255

Resposta de d. Pedro de Alcântara ..... 257

A guarda do paço durante a noite de 15 de Novembro .... 257

O embarque da família imperial — Uma página de Taunay 257

A viagem do *Alagoas* — Impressões de bordo — A chegada a Lisboa ..... 259

Palavras de despedida da princesa Isabel ..... 261

O último gesto da imperatriz ..... 262

Ainda a 16 de Novembro de 1889 havia sessão no Senado do Império ..... 262

D. Pedro II recusa o subsídio extraordinário de cinco mil contos de réis ..... 263

No exílio — Três sonetos do imperador destronado ..... 264

O primeiro decreto do govêrno provisório — República Federativa ..... 266

Repartições e serviços públicos da Monarquia, quando foi proclamada a República ..... 268

O valor da moeda brasileira na véspera da proclamação da República ..... 274

Excelente escritor, péssimo profeta ..... 275

Jornais e revistas que a República encontrou em circulação no Rio de Janeiro ..... 275

Relação completa dos chefes de Polícia durante o regime imperial: 1841-1889 ..... 276

Os últimos presidentes de província ..... 278

Os últimos senadores do Império ..... 278

Presidentes do Senado sob o império — De 1826 a 1889 279

Presidentes da Câmara dos Deputados durante o regime imperial — De 1826 a 1889 ..... 279

O último concurso, na Monarquia, do Internato Pedro II 281

Págs.

De 1812 a 1889 foram concedidos quase mil títulos nobiliárquicos — O último titular brasileiro ..... 281

Conselheiros de Estado quando foi instituido o regime republicano ..... 281

Repartições e serviços policiais quando foi proclamada a República ..... 283

Reconhecimento da nova forma de govêrno no Brasil pelas repúblicas da América e pelos estados da Europa — Em primeiro lugar a Argentina e o Uruguai ..... 283

Hino da proclamação da República — Composição musical de Leopoldo Miguez — Poesia de José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque ..... 284

Relação das gravuras que ilustram êste volume ..... 287

T E R M I N O U - S E
a impressão dêste livro
no dia 2 de Maio de mil
novecentos e quarenta e
quatro, nas oficinas gráfi-
cas de A NOITE - RIO.

Oficinas Gráficas de A NOITE